



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

LIDERANÇAS – 2015

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT – PMDB – PRB – PCdoB – PTdoB – PROS – PR)	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Cristiano Silveira Deputado Doutor Jean Freire Deputado Emidinho Madeira Deputado Celinho do Sinttrocel Deputada Rosângela Reis

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PSB – PTN – PMN – PEN – PTC – PHS – PPS – PSC – PSD)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Douglas Melo Deputado Glaycon Franco Deputado Roberto Andrade Deputado Thiago Cota Deputado Wander Borges

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PTB – PDT – PP – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vítor Xavier Deputado Neilando Pimenta

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares



LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Léo Portela

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PPS – BCMG	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Paulo Lamac	PT – BMM	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Thiago Cota	PPS – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado Paulo Lamac	PT – BMM	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado João Alberto	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Isauro Calais	PMN – BCMG	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	
Deputado Fabiano Tolentino	PV – BCMG	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PPS – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Presidente
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Elismar Prado	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PTN – BCMG	
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PTN – BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Elismar Prado	PT – BMM	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Douglas Melo	PSC – BCMG	



MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM
Deputado Anselmo José Domingos	PTC- BCMG
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM
Deputado João Vítor Xavier	PSDB- BVC
Deputado Fred Costa	PEN- BCMG

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Tito Torres	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Elismar Prado	PT – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB- BMM	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Paulo Lamac	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Ricardo Faria	PCdoB- BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB – BMM	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PTB – BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Lamac	PT – BMM	Presidente
Deputado Douglas Melo	PSC – BCMG	Vice-Presidente



Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC
Deputado Professor Neivaldo	PT- BMM
Deputado Ivair Nogueira	PT – BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM
Deputada Arlete Magalhães	PTN – BCMG

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Presidente
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PSC – BCMG	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado Glaycon Franco	PTN – BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PTN – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	



Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Missionário Marcio Santiago	PTB – BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Léo Portela	PR – BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PSC – BCMG	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	



Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM
Deputado João Alberto	PMDB – BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PTN – BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Ricardo Faria	PCdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BVC	Vice-Presidente
Deputado Professor Neivaldo	PMDB – BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB – BMM	
Deputado	PCdoB – BMM	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMN – BCMG	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Deiró Marra	PR – BMM	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Léo Portela	PR – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PP – BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputado Professor Neivaldo	PT – BMM	



COMISSÃO DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS – BCMG	
Deputado Glaycon Franco	PTN – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO

1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**2 – ATAS**

2.1 – 33ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear o Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais e a comemorar o Dia Internacional do Farmacêutico

2.2 – 31ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

2.3 – 32ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

2.4 – Reuniões de Comissões

3 – MATÉRIA VOTADA

3.1 – Plenário

4 – ORDENS DO DIA

4.1 – Plenário

4.2 – Comissões

5 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 – Plenário

5.2 – Comissões

6 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**7 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****8 – TRANSCRIÇÃO****9 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.709

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Remanescentes Quilombolas e Moradores da Comunidade de Esperança, com sede no Município de Belo Oriente.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Remanescentes Quilombolas e Moradores da Comunidade de Esperança, com sede no Município de Belo Oriente.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 25 de setembro de 2015.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente
Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.710

Institui o Programa Estadual de Transporte Escolar – PTE-MG –, direcionado a alunos da rede estadual de ensino residentes em zona rural.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Programa Estadual de Transporte Escolar – PTE-MG –, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, com o objetivo de transferir recursos financeiros, de forma direta, aos municípios que realizam o transporte escolar dos alunos da rede estadual de ensino residentes em zona rural.

Art. 2º – O município interessado em participar do PTE-MG deverá inscrever-se no programa mediante a assinatura de termo de adesão a ser celebrado com o Estado, por intermédio da SEE.

§ 1º – O termo de adesão terá vigência de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos, podendo, a qualquer tempo, ser rescindido:

I – pelo município, que deverá comunicar à SEE o seu interesse e assegurará a manutenção do serviço de transporte escolar até o término do ano letivo em curso;

II – pela SEE:

a) no caso de existir interesse público justificado, hipótese em que o Estado assumirá direta ou indiretamente o transporte dos alunos da rede estadual no município;

b) no caso de o município praticar alguma das condutas a que se refere o art. 5º.

§ 2º – Na hipótese de que trata o inciso I do § 1º, a rescisão ocorrerá em até cento e oitenta dias após o comunicado à SEE.

§ 3º – Na hipótese de que trata a alínea “a” do inciso II do § 1º, a rescisão ocorrerá trinta dias após a manifestação do interesse público justificado.

Art. 3º – Os critérios de cálculo para definição do valor dos recursos do PTE-MG a serem repassados a cada município e a forma de execução do programa serão estabelecidos em regulamento, considerando-se:

I – o número de alunos de educação básica da rede estadual residentes em área rural que utilizem transporte escolar, com base nos dados oficiais do censo escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep –, relativo ao ano imediatamente anterior ao do repasse dos recursos;

II – os custos fixos e variáveis do transporte escolar rural de cada município.

§ 1º – Os recursos do PTE-MG destinam-se exclusivamente ao custeio do transporte escolar, executado direta ou indiretamente pelo município.

§ 2º – A SEE e a Secretaria de Estado de Governo – Segov – divulgarão, até o dia 31 de janeiro de cada exercício financeiro, os critérios de cálculo, o valor a ser repassado aos municípios, a periodicidade dos repasses, bem como as orientações e instruções necessárias à execução do PTE-MG, observado o montante de recursos disponíveis para esse fim na Lei Orçamentária Anual – LOA.

§ 3º – O valor do PTE-MG para cada exercício financeiro será transferido em dez parcelas iguais e sucessivas, entre fevereiro e novembro de cada ano, em conta-corrente específica aberta em instituição financeira oficial, a ser indicada pelo município.

§ 4º – Os recursos do PTE-MG repassados ao município, enquanto não utilizados, deverão ser aplicados na mesma instituição financeira em que foram depositados.

§ 5º – Os rendimentos provenientes das aplicações a que se refere o § 4º serão destinados exclusivamente ao atendimento do objetivo do PTE-MG.

§ 6º – Os saldos remanescentes, ao término do exercício financeiro, inferiores a 15% (quinze por cento) do total do repasse, no exercício seguinte, serão utilizados para o atendimento do objetivo do PTE-MG ou serão restituídos em caso de não renovação do termo de adesão.

§ 7º – Os saldos remanescentes, ao término do exercício financeiro, superiores a 15% (quinze por cento) do total do repasse serão deduzidos no repasse do exercício seguinte.

Art. 4º – Os municípios que aderirem ao PTE-MG prestarão contas dos recursos recebidos, anualmente, até o dia 28 de fevereiro do ano seguinte ao repasse, nos termos do regulamento.

Art. 5º – Serão suspensas as transferências de recursos do PTE-MG ao município que:

I – utilizar os recursos em desacordo com os objetivos e as normas estabelecidas em regulamento para execução do programa;

II – apresentar a prestação de contas em desacordo com a forma e o prazo estabelecidos;

III – descumprir as normas do Código de Trânsito Brasileiro e respectivas regulamentações, relativamente aos condutores de veículos, prestadores de serviços contratados e adequação dos veículos ao transporte escolar;

IV – apresentar documento ou declaração falsa.

Art. 6º – A não prestação de contas ou a sua reprovação acarretará a suspensão das transferências dos recursos no ano subsequente, até a respectiva regularização, e ensejará instauração de tomada de contas especial após adoção das medidas administrativas cabíveis para o ressarcimento do valor.

Art. 7º – Compete à SEE o controle do repasse de recursos aos municípios e a fiscalização da execução do PTE-MG.

Art. 8º – O Poder Executivo incluirá na LOA o montante de recursos do PTE-MG para cada exercício financeiro, à conta de dotação orçamentária específica.

Art. 9º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 29 de setembro de 2015.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.711

Dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Poder Executivo que menciona e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O § 3º do art. 2º da Lei nº 17.717, de 11 de agosto de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...)

§ 3º – O ponto unitário da Gedima corresponde a 0,032% (zero vírgula zero trinta e dois por cento) do valor do vencimento básico do grau J do nível VI referente à carreira e à carga horária de trabalho do servidor, conforme as tabelas constantes no item II.1 do Anexo II da Lei nº 15.961, de 2005.”

Art. 2º – O servidor do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – que se aposentou até a data de publicação da Lei nº 14.683, de 30 de julho de 2003, com direito à percepção da remuneração de cargo de provimento em comissão terá seus proventos revistos, na forma deste artigo, mediante nova correlação com cargo do Grupo de Direção e Assessoramento da Administração Autárquica e Fundacional do Poder Executivo – DAI –, de que trata a Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007.

§ 1º – Para fins da correlação de que trata o *caput*, será considerada a soma das seguintes parcelas, nos valores a que o servidor fazia jus em janeiro de 2007:

I – provento básico;

II – progressão horizontal;

III – gratificação de função;

IV – vantagem temporária incorporável – VTI;

V – parcela com valor correspondente a 37,5% (trinta e sete vírgula cinco por cento) da soma das parcelas previstas nos incisos I a IV.

§ 2º – O servidor de que trata este artigo será posicionado, no primeiro dia do mês subsequente ao da publicação desta lei, no DAI cujo valor, na data do posicionamento, seja igual ou imediatamente superior à soma obtida na forma do § 1º.

§ 3º – O valor acrescido ao provento básico do servidor em decorrência do posicionamento previsto no § 2º será deduzido da vantagem pessoal de que trata o art. 39 da Lei nº 19.553, de 9 de agosto de 2011.

§ 4º – A revisão de proventos de que trata este artigo não ocorrerá nos casos em que o posicionamento previsto no § 2º resulte em DAI inferior ao considerado para posicionamento na data de publicação da Lei Delegada nº 175, de 2007.

Art. 3º – Ficam criadas, no âmbito da Fundação João Pinheiro – FJP –, as seguintes Gratificações de Função de Pesquisa e Ensino – GFPEs –, de que trata o art. 2º da Lei nº 20.591, de 28 de dezembro de 2012:

I – quarenta e cinco GFPE-1;

II – quatro GFPE-2;

III – duas GFPE-3.

§ 1º – Em virtude do disposto no *caput*, o Anexo IV da Lei nº 20.591, de 2012, passa a vigorar na forma do Anexo I desta lei.

§ 2º – As gratificações criadas no *caput* serão identificadas em decreto.

Art. 4º – Para fins do cálculo da diferença a que se refere o art. 68 da Lei nº 20.748, de 25 de junho de 2013, devida aos Procuradores do Estado e aos Advogados Autárquicos, ao valor do percentual não incorporado da Gratificação Complementar de Produtividade – GCP – fica acrescentado o valor equivalente ao previsto nos incisos III dos arts. 66 e 67 da referida lei, respectivamente.

Art. 5º – Fica assegurada aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e aos detentores de função pública das carreiras do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM –, pertencentes ao Grupo de Atividades de Seguridade Social do Poder Executivo, a que se referem os incisos IV, V e VI do art. 1º da Lei nº 15.465, de 13 de janeiro de 2005, a percepção de abono incorporável, com os seguintes valores mensais:

I – R\$190,00 (cento e noventa reais) para as carreiras de Auxiliar-Geral de Seguridade Social e Assistente Técnico de Seguridade Social;

II – R\$145,00 (cento e quarenta e cinco reais) para a carreira de Analista de Gestão de Seguridade Social.

Parágrafo único – O abono de que trata o *caput* não integrará a remuneração de contribuição a que se refere o art. 26 da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, não será incorporado aos proventos e não será considerado para o cálculo de nenhuma outra vantagem, exceto férias e gratificação natalina.

Art. 6º – O abono de que trata o art. 5º será incorporado ao vencimento básico dos servidores das carreiras de que tratam os incisos IV, V e VI do art. 1º da Lei nº 15.465, de 2005, em duas parcelas, nos seguintes valores e datas:

I – primeira parcela em 1º de dezembro de 2015, com incorporação de:

a) R\$95,00 (noventa e cinco reais) ao vencimento básico dos servidores das carreiras de Auxiliar-Geral de Seguridade Social e Assistente Técnico de Seguridade Social;

b) R\$72,50 (setenta e dois reais e cinquenta centavos) ao vencimento básico dos servidores da carreira de Analista de Gestão de Seguridade Social;

II – segunda parcela em 1º de março de 2016, com incorporação de:



a) R\$95,00 (noventa e cinco reais) ao vencimento básico dos servidores das carreiras de Auxiliar-Geral de Seguridade Social e Assistente Técnico de Seguridade Social;

b) R\$72,50 (setenta e dois reais e cinquenta centavos) ao vencimento básico dos servidores da carreira de Analista de Gestão de Seguridade Social.

Parágrafo único – Em decorrência da incorporação de que tratam os incisos I e II do *caput*, o abono de que trata o art. 5º será integralmente extinto em 1º de março de 2016.

Art. 7º – O pagamento do abono de que trata o art. 5º e a incorporação prevista no art. 6º aplicam-se ao servidor inativo e ao afastado preliminarmente à aposentadoria que fizerem jus à paridade, cujos proventos tiverem como referência os valores aplicáveis às carreiras do IPISM pertencentes ao Grupo de Atividades de Seguridade Social do Poder Executivo, a que se referem os incisos IV, V e VI do art. 1º da Lei nº 15.465, de 2005.

Art. 8º – Ficam reajustadas, passando a vigorar na forma do Anexo II desta lei, as tabelas de vencimento referentes às cargas horárias de vinte, trinta e quarenta horas semanais da carreira de Analista de Gestão de Seguridade Social, constantes no item V.2.3 do Anexo V da Lei nº 15.961, de 30 de dezembro de 2005.

Art. 9º – O abono a que se refere o art. 4º da Lei nº 21.726, de 20 de julho de 2015, é devido somente aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e aos detentores de função pública das carreiras de que tratam os incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 1º da Lei nº 15.463, de 13 de janeiro de 2005.

Art. 10 – Fica revogado o § 6º do art. 2º da Lei nº 17.717, de 2008.

Art. 11 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos do disposto no art. 4º a 1º de maio de 2015 e surtindo efeitos, para os arts. 1º a 3º e 5º a 8º a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 29 de setembro de 2015.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Ulysses Gomes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

ANEXO I

(a que se refere o § 1º do art. 3º da Lei nº , de de de 2015)

“ANEXO IV

(a que se refere o § 4º do art. 2º da Lei nº 20.591, de 28 de dezembro de 2012)

QUANTITATIVO DE GRATIFICAÇÕES DE FUNÇÃO DE PESQUISA E ENSINO – GFPE – NA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

ESPÉCIE/NÍVEL	QUANTITATIVO
GFPE-1	53
GFPE-2	11
GFPE-3	7
GFPE-4	3”

ANEXO II

(a que se refere o art. 8º da Lei nº , de de de 2015)

“ANEXO V

(a que se refere o inciso V do art. 1º da Lei nº 15.961, de 30 de dezembro de 2005)

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS SERVIDORES DAS CARREIRAS DO GRUPO DE ATIVIDADES DE SEGURIDADE SOCIAL

(...)

V.2 – Tabelas de Vencimento Básico das Carreiras do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM

(...)

V.2.3 – Carreira de Analista de Gestão de Seguridade Social

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	NÍVEL	GRAU									
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Superior	I	1.337,06	1.377,17	1.418,49	1.461,04	1.504,87	1.550,02	1.596,52	1.644,41	1.693,75	1.744,56
Superior	II	1.631,21	1.680,15	1.730,55	1.782,47	1.835,94	1.891,02	1.947,75	2.006,19	2.066,37	2.128,36
Superior	III	1.990,08	2.049,78	2.111,28	2.174,61	2.239,85	2.307,05	2.376,26	2.447,55	2.520,97	2.596,60
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	IV	2.427,90	2.500,73	2.575,76	2.653,03	2.732,62	2.814,60	2.899,04	2.986,01	3.075,59	3.167,85
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	V	2.962,03	3.050,90	3.142,42	3.236,69	3.333,80	3.433,81	3.536,82	3.642,93	3.752,22	3.864,78

Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	VI	3.613,68	3.722,09	3.833,75	3.948,77	4.067,23	4.189,25	4.314,92	4.444,37	4.577,70	4.715,03
---	----	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	NÍVEL	GRAU									
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Superior	I	2.005,58	2.065,75	2.127,72	2.191,56	2.257,30	2.325,02	2.394,77	2.466,62	2.540,61	2.616,83
Superior	II	2.446,81	2.520,22	2.595,82	2.673,70	2.753,91	2.836,53	2.921,62	3.009,27	3.099,55	3.192,54
Superior	III	2.985,11	3.074,66	3.166,90	3.261,91	3.359,77	3.460,56	3.564,38	3.671,31	3.781,45	3.894,89
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	IV	3.641,84	3.751,09	3.863,62	3.979,53	4.098,92	4.221,89	4.348,54	4.479,00	4.613,37	4.751,77
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	V	4.443,04	4.576,33	4.713,62	4.855,03	5.000,68	5.150,70	5.305,22	5.464,38	5.628,31	5.797,16
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	VI	5.420,51	5.583,12	5.750,62	5.923,14	6.100,83	6.283,85	6.472,37	6.666,54	6.866,54	7.072,53

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	NÍVEL	GRAU									
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Superior	I	2.674,12	2.754,34	2.836,97	2.922,08	3.009,74	3.100,04	3.193,04	3.288,83	3.387,49	3.489,12
Superior	II	3.262,43	3.360,30	3.461,11	3.564,94	3.671,89	3.782,04	3.895,51	4.012,37	4.132,74	4.256,72
Superior	III	3.980,16	4.099,56	4.222,55	4.349,23	4.479,70	4.614,09	4.752,52	4.895,09	5.041,95	5.193,20
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	IV	4.855,79	5.001,47	5.151,51	5.306,06	5.465,24	5.629,20	5.798,07	5.972,01	6.151,17	6.335,71
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	V	5.924,07	6.101,79	6.284,84	6.473,39	6.667,59	6.867,62	7.073,65	7.285,86	7.504,43	7.729,57
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	VI	7.227,36	7.444,18	7.667,51	7.897,53	8.134,46	8.378,49	8.629,85	8.888,75	9.155,41	9.430,07”

**ATA DA 33ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/9/2015****Presidência do Deputado Ricardo Faria**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Ulysses Gomes – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Vanderlei Eustáquio Machado – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Palavras do Sr. Arthur Maia Amaral – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Ulysses Gomes – Duarte Bechir – Ricardo Faria.

Abertura

O presidente (deputado Ricardo Faria) – Às 20h5min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

– O deputado Duarte Bechir, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais e a comemorar o Dia Internacional do Farmacêutico.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Vanderlei Eustáquio Machado, presidente do Conselho Regional de Farmácia; Odair Cunha, secretário de Estado de Governo; Arthur Maia Amaral, prefeito de Luminárias; a Exma. Sra. Maria Alcília, representando todas as farmacêuticas e todas as mulheres presentes; e o Exmo. Sr. deputado Ulysses Gomes, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

O locutor – Registramos a presença, nesta solenidade, do Exmos. Srs. Nivaldo da Silva, médico veterinário e presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais – CRMV –; Jorge Carlos Borges de Souza, presidente do Conselho Empresarial de Cultura da Associação Comercial e Empresarial de Minas; e Ivonaldo Aristeu Gardingo, presidente da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas – SBAC.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos a todos aqui presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será apresentado pelo cantor e violino Luiz Salgado.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre a história do Conselho Regional de Farmácia e a profissão de farmacêutico.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Ulysses Gomes

Boa noite a todas e a todos. Quero cumprimentar o nobre amigo deputado Ricardo Faria, agradecendo-lhe a participação, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes. Quero cumprimentar o dileto amigo, presidente do Conselho Regional de Farmácia; o nosso querido amigo, secretário de Estado, deputado federal Odair Cunha; o prefeito Arthur Maia, que também é farmacêutico e é do Conselho. Diga-se de passagem, ele me permitiu a oportunidade de conhecer esse grupo e de indicar esta homenagem aqui, com muita honra. Estendo meus cumprimentos ao nobre prefeito Eloísio, de Poços de Caldas, que está aqui prestigiando este evento. Cumprimento a conselheira do Conselho Federal de Farmácia, Maria Alcília – obrigado e parabéns. Cumprimento todos que nos acompanham pela TV Assembleia e pelo *site* da TV Assembleia, que transmite ao vivo este evento para toda Minas Gerais e para o Brasil.

Estamos aqui reunidos para comemorar os 54 anos de existência do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais. Com muita honra e alegria, tive oportunidade de ser o autor desta homenagem e quero, de antemão, parabenizar cada farmacêutico e farmacêutica, em especial do nosso estado de Minas Gerais, por esse dia.

Há 55 anos, no dia 21/11/1960, coube a um mineiro médico, o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, assinar a Lei nº 3.820, criando o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, como resultado de um movimento iniciado pelos ousados farmacêuticos da associação mineira, que conseguiram convencer a Nação da necessidade da regulamentação da profissão e da urgência da criação de um órgão regulamentador com a importante missão de zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina dos que praticam atividades farmacêuticas. É também de Minas Gerais a primeira escola de farmácia da América Latina, fundada há 176 anos, em Ouro Preto.

Coube também a uma mineira, a presidenta Dilma Rousseff, sancionar, em 2014, a Lei nº13.021, culminando nessa importante luta e articulação nacional, que, sabemos, contou com a contribuição valiosa da diretoria do conselho de Minas, responsável pela mobilização de parlamentares e profissionais em torno da apreciação dessa medida, que finalmente transformou as farmácias e drogarias em estabelecimentos de promoção e proteção da saúde. Essa, sem dúvida, é uma conquista a ser comemorada por todos, não apenas pelos farmacêuticos. Ao deixar de ser meros estabelecimentos comerciais, as farmácias se transformaram verdadeiramente em



locais de prestação de serviço à saúde da população, onde a presença obrigatória do farmacêutico é determinante para o seu bom funcionamento, garantindo e a todos nós a proteção e o direito à assistência farmacêutica.

No contexto do Sistema Único de Saúde, a farmácia, que inclui estabelecimentos públicos e privados, ocupa lugar privilegiado como posto avançado de saúde. Outra conquista importante consolidada por essa lei foi a restrição à venda de medicamentos isentos de prescrição em supermercados, armazéns e empórios. É preciso que se entenda o medicamento como insumo essencial à saúde, descaracterizando-o como mera mercadoria cujo objetivo é produzir lucro. Fazer da farmácia um estabelecimento de saúde é uma atividade de interesse social e uma conquista de todo cidadão.

Amanhã, dia 25 de setembro, comemoramos também o Dia Internacional do Farmacêutico, instituído em 2010 pelo Conselho da Federação Internacional Farmacêutica, com o objetivo de dar unidade à categoria em todo o mundo. Quero, assim, parabenizar todos os farmacêuticos do mundo inteiro, mas muito especialmente o farmacêutico mineiro. Por todas essas conquistas das quais, sem dúvida nenhuma, esses mineiros fizeram parte, temos muito o que comemorar.

Este momento em que nos reunimos para homenagear os 54 anos do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais, reveste-se de um brilho muito especial para nós mineiros, dada a importância da sua atuação no contexto histórico da profissão no cenário nacional. Parabéns, muito sucesso. Que esse trabalho, essa luta e essa profissão continuem transmitindo, sem dúvida nenhuma, essa energia de vida que percebemos. Compartilho a forma como o Arthur sempre se refere a esse trabalho: é mais do que uma profissão; é, sem dúvida, uma escolha de vida. Meus parabéns. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o deputado Ricardo Faria, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, e o deputado Ulysses Gomes, 1º-secretário da Casa, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, farão a entrega ao diretor-presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais, Vanderlei Eustáquio Machado, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “O farmacêutico constitui, muitas vezes, o elo mais próximo entre os enfermos e os demais prestadores de serviços de saúde. Devido à importância desse profissional para a promoção do bem-estar da população mineira, foi criado, há 54 anos, o Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais, órgão fundamental para a regulamentação e o fortalecimento da profissão no Brasil. Em comemoração ao Dia Internacional do Farmacêutico, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais rende merecida homenagem a esse conselho de classe, por sua valiosa contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do Estado e do País.”

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Vanderlei Eustáquio Machado

Exmo. Deputado Adalclever Lopes, neste ato representado pelo deputado Ricardo Faria, com muita honra estamos aqui presentes nesta Casa de leis para receber essa homenagem. Exmos. Srs. Deputado Ulysses Gomes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem e 1º-secretário desta Casa; Aldair Cunha, secretário de Estado de governo; Arthur Maia Amaral, prefeito de Luminárias e colega de diretoria; Sra. Maria Alice Ferreira, conselheira do Conselho Federal de Farmácia; colegas da diretoria, senhores conselheiros, colegas farmacêuticos, funcionários e familiares, boa noite.

É com o coração transbordando de alegria que me encontro aqui nesta noite, em nome do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, para receber essa homenagem inédita da Assembleia Legislativa, a Casa do povo, pilar fundamental da democracia. A emoção tem razão de ser. Esta é a primeira vez que o Legislativo Estadual reconhece a importância do nosso conselho e do farmacêutico como agente de promoção e recuperação da saúde, indispensável ao bem-estar social. Isso reflete o quanto nossa profissão amadureceu e o quanto o Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais se fortaleceu, transformando-se numa das entidades mais sólidas do País.

Ao deputado Ulysses Gomes, parceiro de todas as horas, os nossos mais sinceros agradecimentos por essa justa indicação.

Obrigado também, presidente Adalclever Lopes, na pessoa de quem agradeço a todos os deputados desta Casa, por terem providenciado essa homenagem especial. Nos 54 anos de fundação do Conselho Regional de Farmácia, muita coisa aconteceu. Vimos os farmacêuticos crescerem em número e responsabilidade. Por outro lado, assistimos a uma concorrência desleal de um mercado que passou a priorizar o lucro em detrimento da saúde. Farmácias passaram a funcionar como meros estabelecimentos comerciais, e os farmacêuticos se deixaram intimidar pelos interesses das grandes empresas. Foi preciso fazer aflorar a mesma coragem do início da nossa história, quando conseguimos, finalmente, regulamentar a atividade farmacêutica no Brasil para encarar, mais uma vez, as necessidades de mudança.

Nós, do Conselho de Farmácia de Minas Gerais, acompanhados de um exército de farmacêuticos de todo o País, promovemos uma verdadeira revolução em Brasília, para garantir a aprovação da lei da farmácia, que finalmente determina que o farmacêutico deve estar presente em todo horário de funcionamento dos estabelecimentos farmacêuticos, sejam eles quais forem. Não descansamos um só dia até que o resultado fosse o melhor para a população. Hoje é lei, onde tem medicamento, tem que ter farmacêutico!

Nesta noite, encontramos aqui personagens fundamentais para essa conquista. Secretário Odair Cunha, receba, mais uma vez, nossos agradecimentos pelo engajamento que o senhor sempre teve, na Câmara dos Deputados, com as causas farmacêuticas. Mais cedo, fizemos a homenagem aos farmacêuticos e autoridades que prestaram relevantes contribuições à profissão. O senhor foi um deles, assim como a farmacêutica Djenane Ramalho de Oliveira, referência internacional em farmácia clínica; o farmacêutico Alisson Brandão, uma das mentes pensantes do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais há muitos anos; e o farmacêutico Nadilson da Silva Cunha, que nos presenteou com mais de 40 anos como professor da área de análises clínicas.

Vocês representam o que há de melhor na nossa profissão. Vocês são o espelho de uma categoria séria, engajada e comprometida com a sua importante tarefa social. É por vocês e por todos os mais de 20 mil farmacêuticos em atividade em Minas Gerais que trabalhamos com tanto afincamento para transformar o conselho na fortaleza que ele é hoje.

Jamais trairemos o propósito primordial que move os conselhos de farmácia no Brasil: zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina de quem exerce atividades farmacêuticas. E como fazer isso? Fiscalizando. Nossos fiscais estão cada dia mais



próximos dos farmacêuticos, prontos para orientar e esclarecer os colegas. É com a fiscalização que garantimos o emprego de dezenas de milhares de profissionais. É com ela que garantimos uma assistência farmacêutica de excelência para a população.

Nesses 54 anos de Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, temos muito a comemorar. Estamos recuperando, enfim, o prestígio e a valorização que a nossa profissão merece. O melhor ainda é saber que esse caminho não tem volta. Independente da vontade de grupos isolados, a profissão farmacêutica hoje é soberana e está conquistando, definitivamente, o seu lugar na promoção e recuperação da saúde.

Mais uma vez, muito obrigado, deputado Ulysses Gomes, deputado Adalclever Lopes, secretário Odair. Obrigado, família do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, sem a qual nada disso seria possível. Obrigado a todos os presentes, com quem compartilhamos a alegria deste momento. Parabéns para nós, farmacêuticos! Essa homenagem é de todos nós! Muito obrigado.

Palavras do Presidente

Boa noite a todos e a todas. Nossa saudação especial ao Sr. Vanderlei Eustáquio Machado, presidente do Conselho Regional de Farmácia, em cuja pessoa cumprimentamos todos os farmacêuticos e todas as farmacêuticas presentes nesta noite tão importante, quando celebramos o aniversário de 54 anos do Conselho Regional de Farmácia. Amanhã é o Dia do Farmacêutico. De maneira muito especial, cumprimento os Exmos. Srs. Odair Cunha, secretário de Governo e deputado federal, que tem uma militância na causa farmacêutica, a quem agradecemos pela presença; Arthur Maia Amaral, prefeito de Luminárias e também farmacêutico; a representação feminina nesta Mesa, até para que tenhamos aqui a igualdade de gênero, Sra. Maria Alicia Ferrero, conselheira do Conselho Federal de Farmácia; e Ulysses Gomes, 1º-secretário desta Casa, esse grande deputado e amigo, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem. Parabéns, deputado Ulysses, por esta justa homenagem que V. Exa. promove hoje na Assembleia Legislativa de Minas.

Antes de fazer o pronunciamento escrito pelo nosso presidente Adalclever Lopes – aliás, fico feliz de honrá-lo e representá-lo nesta noite tão importante –, quero pronunciar algumas palavras, porque tenho uma relação fraterna e de gratidão com os senhores farmacêuticos e farmacêuticas. Antes de estar aqui como deputado, fui secretário de Saúde do Município de Contagem. Durante a minha gestão contei com o apoio incondicional dos nobres colegas farmacêuticos. Vibrei muito com a resolução escrita pelo Conselho Federal de Farmácia, que falava sobre a prescrição dos remédios pelos farmacêuticos, a dispensa da prescrição médica. Foi um signatário daquilo. Cumprimentei essa iniciativa dos farmacêuticos naquele momento. Sabemos também da importância da Lei nº 1.301, que garante mais proteção aos usuários de saúde.

Gostaria de dizer que o SUS ainda não compreende bem o profissional farmacêutico. Na verdade, é um profissional que carrega uma gama, uma excelência de conhecimento, mas ainda é muito subutilizado no nosso SUS. É um profissional, Odair, que é dotado de capacidade, de conhecimento de bioquímica, de farmacocinética, das interações medicamentosas e ainda é muito utilizado em questões burocráticas. Além disso, tem um perfil assistencial valoroso. Penso que esta Casa tem de debruçar-se sobre isso para utilizarmos melhor o profissional farmacêutico, por exemplo, Odair e Ulysses, na perspectiva da consulta farmacêutica com que sonhamos tanto no nosso SUS.

Portanto, fica aqui o meu registro e o meu agradecimento a vocês, valorosos farmacêuticos. (– Lê:) “A celebração do Dia Internacional do Farmacêutico constitui uma ocasião de imensa alegria para esta Assembleia, que homenageia um dos profissionais mais conceituados do campo da saúde, sempre presente na vida de nossa população. Monteiro Lobato, um escritor cujo trabalho ligava-se diretamente ao cotidiano de nossas farmácias, pois era ele quem escrevia o *Almanaque Fontoura*, distribuído amplamente aos consumidores de medicamentos, soube reconhecer a nobreza peculiar à profissão.

Órgão de ligação entre a medicina e a humanidade sofredora, o profissional da área é o grande responsável pelo conhecimento do uso dos medicamentos, tanto nas práticas voltadas à saúde individual quanto à coletiva.

Entre nós, desde o período colonial, quer na função de barbeiro-cirurgião ou de boticário, os antecessores dos atuais farmacêuticos, eram, no início, pessoas de origem humilde, que, aos poucos, foram substituídas por profissionais especializados, aptos para trabalhar em farmácias, hospitais e laboratórios, desenvolvendo também novos medicamentos.

Hoje, o papel do farmacêutico, segundo a Organização Mundial da Saúde, é o de um líder e comunicador, um educador e um gerente, permanentemente atualizado e capaz de tomar decisões. Entre os diplomados mais famosos na profissão, há políticos como o presidente norte-americano Hubert Humphrey, intelectuais como nosso poeta Carlos Drummond de Andrade e empreendedores como o suíço Henri Nestlé, fundador da multinacional que tem seu nome e pioneiro na distribuição de nos produtos que combatiam, pela alimentação, a mortalidade infantil.

O mercado de trabalho foi aquecido nos últimos anos com a ascensão econômica da classe C, aumentando-se a clientela de farmácias e drogarias. O setor público, com as farmácias populares e serviços de vigilância sanitária, abriu outras frentes, às quais se somam as fábricas de medicamentos e cosméticos, além dos laboratórios de análises clínicas. Também a pesquisa científica vem favorecendo os pós-graduados, que ainda têm oportunidades profissionais nas áreas de biologia molecular e toxicologia forense.

A escola de farmácia de Ouro Preto, pioneira nacional, é também a primeira escola superior da modalidade criada em Minas Gerais. Em nosso estado, o Conselho Regional de Farmácia sempre foi um órgão combativo, responsável por convencer o presidente Juscelino Kubitschek a regulamentar a profissão, preservando o ofício da ação de leigos.

No ano passado, nosso conselho movimentou-se eficientemente para que o Congresso aprovasse e a Presidência da República sancionasse a Lei nº 13.021, que transformou, finalmente, as farmácias e drogarias em estabelecimentos de promoção e proteção à saúde.

Por esse histórico de inegável sucesso, saudamos, na pessoa do diretor-presidente do Conselho, doutor Wanderley Eustáquio Machado, todos os cidadãos que, em Minas Gerais, praticam as atividades farmacêuticas com ética, zelo e respeito à nossa população. Muito obrigado.”



Apresentação Musical

O locutor – Ouviremos, agora, o cantor e violero Luiz Salgado, que apresentará as músicas: *Tocando em frente*, de Almir Sater e Renato Teixeira, *Cuitelinho*, de domínio público, e *Noite e viola*, de Luiz Salgado.

O Sr. Luiz Salgado – Boa noite, tudo bom? É uma satisfação, um prazer, estar aqui nesta homenagem aos farmacêuticos, esses profissionais importantíssimos para o País e para o mundo inteiro. Agradeço demais o convite para estar aqui hoje.

– Procede-se à apresentação musical.

O Sr. Luiz Salgado – Essa música chama-se *Noite e viola*, e quero oferecê-la a vocês todos. Essa música está em meu DVD e em meu CD. Trouxe alguns para quem quiser conhecer mais um pouco de cantoria.

– Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Arthur Maia Amaral

Todos deram sorte, porque o tempo que está marcado aqui é de 10 segundos.

Caro deputado Ricardo Faria, que hoje preside esta reunião, representando o deputado Adalcleber Lopes, presidente da Assembleia Legislativa; professor Vanderlei, nosso grande chefe e presidente do Conselho; deputado Ulysses Gomes, 1º-secretário desta Casa; deputado federal Odair Cunha, também secretário de Governo; Alícia, nossa conselheira federal; caros amigos; minha família; senhores farmacêuticos; amigos e queridos funcionários, ou farmacêuticos de coração, que ajudam tão bem na administração dessa casa, como disse o professor Vanderlei; boa noite. Agradeço, em especial, ao deputado Ulysses Gomes, grande amigo.

Quero dizer que hoje, nós, do Conselho, completamos 54 anos, e a universidade de Ouro Preto, 166 anos. Pela primeira vez, deputado Ulysses Gomes, foi-nos rendida tão grande homenagem e tão grande honra. Muito obrigado, obrigado por seu sentimento e por seu entendimento da profissão farmacêutica, pelo reconhecimento que todos queremos e que aconteceu agora com a Lei nº 13.021. A nossa farmácia, hoje drogaria, tornou-se o verdadeiro e mais antigo estabelecimento de saúde, principalmente o que mais lida com toda a população.

Odair, grande amigo, queria agradecer-lhe, em especial, pelo seu trabalho no Congresso Nacional, a tramitação e a aprovação da MP nº 651, de que foi relator. Essa MP tornou-se depois a Lei nº 13.021. O Odair não é farmacêutico, mas lutou e trabalhou muito para o nosso entendimento e ajudou muitos estabelecimentos de pequeno porte, muitas pequenas drogarias. Com essa lei, o proprietário, farmacêutico ou não, não paga mais a taxa de renovação para a Anvisa, aquela AF que pagávamos todo ano. Essa medida provisória relatada pelo então deputado federal Odair Cunha – nem você sabia, não é, Alícia? – virou lei. Com certeza, ajudou pequenos proprietários de pequenos empreendimentos neste estado todo.

É a Lei nº 13.021. O professor Vanderlei lembra bem da nossa caminhada e do nosso trabalho em Brasília, da nossa conversa com todos os deputados de Minas.

Também havia deputado que apoiava grandes redes e postos de medicamentos, e o Odair nos mostrou o caminho das pedras e nos ajudou muito nos bastidores, com a Lei nº 13.021. Gostaria de agradecer, em especial, a esses dois amigos que me ajudaram muito nos meus sete anos de mandato na minha pequena cidade, na transformação social dela e no desenvolvimento que fizemos. Quero agradecer aos dois o sentimento e o companheirismo.

Herdei a minha profissão do meu avô, e trabalho de coração nessa área. Por ser farmacêutico, acabei tornando-me político e entrando para a vida pública. Quero ressaltar ainda a presença do meu amigo, prefeito de Poços de Caldas, Eloísio, e lembrar de todos os prefeitos farmacêuticos que exercem cargos públicos por este estado afora.

Hoje, nas vésperas do Dia Internacional do Farmacêutico, gostaria de fazer a minha despedida do Conselho de Farmácia. Desde 2005, exerço o cargo de conselheiro, e faz dois anos que estou na diretoria. É um bom trabalho em prol da profissão. Aliás, entrei para o Conselho a convite do Alisson Brandão, e foi aí que começamos a trabalhar, pleitear e mostrar a linha do horizonte que queríamos para a nossa profissão. Assim sendo, gostaria de agradecer a todos os farmacêuticos que me apoiaram em 2005. Estamos sempre juntos nessa caminhada. Aliás, em 2005, eu era prefeito da minha cidade e tive 2.130 votos para conselheiro; em 2009, 24.555; e, em 2013, 4.530. E agora, neste mandato, sou secretário-geral e estou na diretoria, mas vou encerrar meus trabalhos no final do ano. Trata-se de uma diretoria pautada pela transparência, seriedade e honestidade, comandada pelo professor Vanderlei, que nos honra muito, enobrece a profissão farmacêutica e nos torna cada dia mais fortes e preparados para enfrentar as dificuldades e as coisas que acontecem não só na nossa profissão, mas também no mercado. Aliás, Odair e Marcos, atuamos em mais de 60 áreas, e o nosso Conselho é que determina tudo e nos dá as diretrizes, sempre tentando construir um futuro melhor para a nossa profissão.

Nesses oito anos, nos fortalecemos e avançamos muito; por isso gostaria de agradecer a todos os amigos e aos farmacêuticos presentes e não presentes e lembrar que, neste ano, estamos em processo eleitoral, que nada mais é que um processo de reflexão. O processo eleitoral para nós, que somos políticos, é simples; mas para o eleitor, no caso o farmacêutico que vai escolher o seu representante, vai escolher quem vai tocar a sua casa e cuidar da sua profissão, é um pouco conturbado, porque as informações são muitas. O farmacêutico precisa refletir muito, pensar, ponderar, pôr na mesa, pensar quem é quem para escolher a melhor pessoa para dirigir o Conselho de Farmácia nos dois próximos anos de diretoria. Muito obrigado. Obrigado, Ulysses, obrigado, Odair, obrigado à minha família presente. Também agradeço a todos os farmacêuticos presentes e aos farmacêuticos de todo o Estado. Muito obrigado.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 25, às 9 e às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

**ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/9/2015****Presidência do Deputado Adalclever Lopes e Hely Tarquínio**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata; discurso do deputado Gustavo Corrêa; aprovação – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.817/2015; Questão de Ordem; discurso do deputado João Leite; Questões de Ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do deputado João Leite; Registro de Presença; Questão de Ordem; discurso do deputado Lafayette de Andrada; Questões de Ordem; chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; Questões de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião; Questões de Ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos; Questão de Ordem; discurso dos deputados Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes; Questão de Ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos; discurso do deputado Antônio Carlos Arantes; Questão de Ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso dos deputados Cabo Júlio e Agostinho Patrus Filho; Suspensão e Reabertura da Reunião; Prorrogação da Reunião; discursos dos deputados Gustavo Valadares e Durval Ângelo – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**Ata**

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, ouvi atentamente a leitura dessa longa ata feita pelo deputado Dirceu Ribeiro, da nossa querida Zona da Mata, do Município de Ubá, e não tive oportunidade de ouvir alguns encaminhamentos que deveriam constar na ata feitos por alguns parlamentares. Queria apenas reafirmar mais uma vez que só foi possível serem votados e aprovados alguns projetos na tarde de ontem em função da presença dos deputados do bloco de oposição. Mais do que isso, eles tiveram a grandeza de trabalhar e continuar visando ao bem de grande parte da população de Minas Gerais. Determinados parlamentares retiraram algumas emendas para que o projeto não voltasse e não retornasse às comissões temáticas, como iria acontecer, para que grande parte dos servidores do Ipsemg, que se encontravam nas galerias, pudessem retornar as suas casas com a votação do projeto. Deputado Ivair Nogueira, o projeto que votamos sobre o transporte da escolar rural nada mais nada menos é do que o chamado projeto “Ctrl C”, “Ctrl V”. Digo isso porque o governo passado sempre fez esses mesmos repasses aos municípios de Minas Gerais. Os valores eram calculados em função do número de alunos da rede estadual em cada um dos municípios. A única diferença existente é o órgão ou a secretaria que vai celebrar o convênio. No governo passado, isso era feito por meio da Secretaria de Governo e, neste governo, fizeram um termo junto à Secretaria de Educação. Então não é mérito nenhum deste governo. Aliás, o único mérito que este governo tem tido por enquanto é o de encaminhar projetos a esta Casa, volto a dizer, projetos “Ctrl C”, “Ctrl V”. Quase todos os projetos aqui aprovados eram projetos originários dos governos passados. Apenas para constar, presidente.

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)**2ª Fase**

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.817/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Turismo, ficando prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto.



Questão de Ordem

O deputado Gustavo Valadares – Existe a possibilidade de fazermos uma inversão entre deputados do mesmo bloco? Há como fazermos a inversão na chamada?

O presidente – Não há nenhum problema. Pode fazer a inversão.

O deputado Gustavo Valadares – Então peço a V. Exa. que chame o deputado João Leite. Deputado Gustavo Corrêa, faremos uma homenagem a um dos decanos que temos na Casa: o deputado João Leite.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputadas, deputados, telespectadores da TV Assembleia, todos que acompanham a reunião do Plenário da Assembleia Legislativa nesta manhã, apesar de ter estado aqui desde as 8 horas, quando se iniciou a reunião da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, presidida pelo deputado Antônio Carlos Arantes e que tem como vice-presidente o deputado Felipe Attiê; apesar de ter estado o dia todo praticamente na Assembleia Legislativa, tive oportunidade de fazer alguns contatos.

Muito próximo a minha casa, há um *pet*, aonde eu levo a minha neta para visitar, e a conversa das pessoas é uma só: a loja de cães próxima da minha casa quer fechar por causa desse absurdo que o Pimentel propõe para Minas Gerais, que é aumentar a carga de impostos. Imaginem que a pequena loja perto da minha casa atende àquela quantidade de cães, faz tosa, dá banho, vacina e oferece outros produtos, e o Pimentel vai aumentar os impostos. Ela gera vários empregos; e tem aquelas em que os jovens ficam tosando os animais. Depois, à noite, Sr. Presidente, fui à Igreja Batista da Lagoinha, igreja a que pertence o pastor deputado Vanderlei Miranda. A igreja fazia um clamor pelo Brasil. Fiquei muito impressionado. A igreja é muito grande. Naquele templo, pastor Vanderlei, cabem 7 mil pessoas. A igreja estava muito cheia, e o culto estava sendo transmitido pela TV Rede Super, ao vivo. A Rede Super alcança o Estado de Minas Gerais e fora também. Colocam aqui que são 16 milhões de parabólicas. Ontem houve esse clamor da igreja. O povo não aguenta um governante que aumenta impostos; o povo não aguenta mais a corrupção no Brasil.

Então, quero mostrar qual o clamor das igrejas. (– Mostra quadro.) Todas as igrejas evangélicas estão clamando contra a corrupção no País, contra o aumento de impostos, que está na contramão do sentimento das pessoas. Para as igrejas cristãs, trabalho é benção. Se para os socialistas e os comunistas trabalho não é benção, para as igrejas cristãs o trabalho é benção. Perder postos de trabalho é maldição. Então, esse é o clamor. A minha igreja é de células. Hoje as células da minha igreja farão um clamor. Olhem, não ficará pedra sobre pedra. Os cristãos do Brasil se unem em oração. Não queremos ser como Cuba. Não queremos a cubanização do Brasil. O mais impressionante é vermos tantos cristãos aceitarem passivamente o que está acontecendo no Brasil. Não podemos aceitar isso. O que nos impressiona são os empresários que, imaginamos, vieram para a Assembleia Legislativa representar um pensamento. O empresário é um empreendedor, um gerador de empregos. Como esse empresário pode aceitar essa carga de impostos?

Grande líder e presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, deputado Arlen Santiago, se esse recurso fosse bem utilizado, poderíamos até avaliar a situação. Mas o deputado Arlen Santiago pode dizer que, para a saúde, esse recurso não está indo. Deputado Arlen Santiago, o que está aqui é uma profecia. O profeta tocou a trombeta sobre Brasília. A lua é uma lua de sangue, a espada está colocada sobre Brasília. Deus não vai permitir que o povo brasileiro continue sofrendo dessa maneira; Deus não vai permitir que o povo brasileiro continue sendo roubado. O povo brasileiro foi seduzido por um partido que mentiu, que o seduziu com enganos, e esse partido não está cumprindo suas promessas. Está colocada uma espada sobre a cabeça de Brasília, sobre o comando do nosso país. Agora é com Deus, não é mais com o homem.

Então, quero lamentar e, ao mesmo tempo, comemorar: as igrejas cristãs se levantaram no Brasil. Não vamos aceitar a cubanização do País, não vamos aceitar a ideologia de gênero, não vamos aceitar a destruição da família no Brasil. A ideologia de gênero já foi negada pelos nossos representantes no Congresso. O Congresso não aceitou a ideologia de gênero, não aceitou impô-la às famílias. Agora o PT vem colocá-la nas cidades e vem para a Assembleia Legislativa. Portanto, conclamo os pais de família, os que fazem parte de uma civilização que foi construída não apenas pelos cristãos, mas está apoiada na família. Esses que dominaram o País querem cubanizá-lo, querem vir com a ideologia de gênero, querem destruir sua família, Fábio. Minha neta está aí, e temo por ela, mas vou resistir aqui nesta Assembleia Legislativa. Espero que aqueles que são chefes de família, que são cristãos, que estão espalhados nas nossas câmaras municipais por Minas Gerais e pelo Brasil, que estão nas nossas assembleias, lutem contra a cubanização do Brasil.

Ontem falei sobre quanto está custando US\$1,00: está custando praticamente R\$5,00. Lembrei da expressão “cortina de ferro”, do socialismo e do comunismo. Quando fui jogar na Romênia, eram necessários 25 leus para comprar US\$1,00. As pessoas sofriam nas ruas para comprar dólar e para comer algo. Havia filas nos supermercados. Isso é o que acontece na Venezuela cubanizada e em Cuba. E eles querem trazer isso para o Brasil.

Estamos vendo o que está acontecendo. A máscara dessa sedução contra os brasileiros está caindo. Qual é a intenção deles? A intenção é implantar uma ideologia de gênero. Eles querem destruir as famílias. A intenção é a desmilitarização da polícia. Eles querem isso, e estamos permitindo tudo. Não podemos aceitar isso. O Congresso brasileiro não pode aceitar isso. Não permitiremos que eles destruam essa civilização construída, que tem o meu bisavô, a minha bisavó, o meu avô e a minha avó. Família é fundamental para nós.

Com muito prazer, ouvi o comando do líder, o deputado Arlen Santiago. Gostaria de falar sobre a minha admiração e até gratidão pelo trabalho que esse deputado vem realizando. O deputado Arlen Santiago é incansável e tem visitado todo o Estado, acompanhado do deputado Carlos Pimenta, com a Comissão de Saúde. Eles têm realizado um trabalho digno de nota em um ambiente de saúde de total abandono. Deputado Carlos Pimenta, ontem os moradores das favelas de Belo Horizonte queriam fazer contato com a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa. Eles estão sofrendo, pois o governo federal não repassa o dinheiro para a saúde. Foi cortado o dinheiro para pagar as cirurgias das pessoas que vêm do interior. As rádios que falam com essa população querem conversar com a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa para pedir ajuda. E, aqui, na Assembleia Legislativa, parece que nada está acontecendo, pois votaremos agora o aumento da energia elétrica para os hospitais e para as Apaes. Isso é um absurdo. Estamos seduzidos, de bocas abertas, votando isso que representa o desemprego, outro nome do PT.



Com muito prazer, deixando registradas a minha admiração e gratidão pelo trabalho que tem realizado, concedo aparte ao deputado Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Deputado João Leite, muito obrigado pelas palavras e pelo aparte. Gostaríamos de agradecer a V. Exa., que tem sido, em seu sexto mandato na Assembleia Legislativa, um valente defensor dos valores e do povo de Minas Gerais, que está sofrendo tanto, como todo o povo brasileiro.

Mas devemos estar sofrendo um pouco mais devido aos absurdos postos nessa nossa trajetória. Vemos o que os empresários enfrentam. A placa que mais se vê em Belo Horizonte, em Uberlândia, em Montes Claros e no Rio de Janeiro é a de aluga-se ou vende-se. O desespero é total. No Rio de Janeiro, uma empresa que ainda está conseguindo sobreviver ofereceu 200 vagas de emprego, e 3 mil pessoas se candidataram. Quando chegar o final do mês e essas pessoas não tiverem, por exemplo, o medicamento para curar a pneumonia da sua filhinha, o que poderá ser feito? O governo federal já acabou com essa história de medicamentos.

A perseguição contra o povo é muito grande. Ontem mesmo houve uma audiência em que o deputado Doutor Jean Freire expôs a situação dos CTIs em Minas Gerais e no Brasil. Pasmem: para o CTI tipo 1, o governo federal paga, pela tabela do SUS, R\$119,00, para custear o médico por 24 horas de plantão e o hospital; para o tipo 2, são pagos R\$480,00 para tudo; para o tipo 3, são pagos R\$508,00.

Ontem, o pessoal da Santa Casa deu uma aula para mim e para o deputado Doutor Jean Freire, mostrando que o custo do CTI deles está em R\$1.653,00 e que o melhor preço que o governo paga é R\$508,00. Para a Santa Casa e para o Hospital Luxemburgo, estão dando um jeito de tentar pagar R\$1.100,00, mas para o Hospital Imaculada Conceição, de Curvelo, e para o Samuel Libânio pagam aproximadamente R\$400,00. No final, o deputado Doutor Jean Freire disse o seguinte: “Temos de estar todos unidos para reivindicar a questão dos CTIs”. Quem vai pagar esse prejuízo que o hospital tem quando um paciente entra lá? Ou é para deixar todo mundo da porta para fora para morrer? Mas agora, além da maldade que o governo federal está fazendo com as crianças, com o povo brasileiro, arrasando a tabela do SUS, o governo mineiro, do PT, que prometeu tanto, quer aumentar o ICMS das associações filantrópicas. A Santa Casa de Belo Horizonte, o Hospital da Baleia, D. Tereza, Éder, Simone, não vão aguentar pagar. O Hospital Samuel Libânio, em Pouso Alegre, hospital que mais fez cirurgia oncológica em toda Minas Gerais, também não vai aguentar pagar. O Hospital Mário Penna, a Santa Casa, o Aroldo Torim, de Montes Claros, vão fechar pela sanha arrecadadora do governo. Querem matar os mineiros que precisam de hospitais porque não têm como sobreviver. Ao longo desses praticamente 515 anos de sobrevivência do nosso país, já vimos muita maldade. Mas agora querem enterrar o povo e não deixar as crianças terem direito a CTI e cirurgia. Deputado Pimenta, o senhor, que tanto trabalha na Comissão de Saúde, sabe que os hospitais não aguentam mais taxas. E agora são taxas, impostos. Imposto para quê? Para aumentar as secretarias, para aumentar as subsecretarias, para pagar as pessoas. Como vão sobreviver, deputado João Leite? Realmente, estamos estupefatos com a coragem do PT de fazer maldade. O povo já não está aguentando tanta maldade. Foram canceladas quase um milhão de Bolsas Famílias.

Deputado João Leite, o governador Pimentel disse que o ICMS da luz em Minas Gerais era dos mais caros, que ia diminuir para a população. Na semana passada, aprovamos um requerimento na Comissão de Saúde não para ele cumprir o que falou, mas para diminuir, para tirar o ICMS da conta dos hospitais filantrópicos. E sabem como responderam ao nosso requerimento, que fala em nome de cento e tantos hospitais? Que não vão cumprir o que prometeram, que vão aumentar a conta. O Hospital da Baleia tinha uma conta de energia elétrica de mais ou menos R\$50.000,00. Quanto ao aumento da energia, a outra mentiu muito no Palácio do Planalto na época da eleição e continua mentindo para nós, dizendo que a energia elétrica ia baixar – e a vaca vai tossindo por aí. Em todas as minhas reuniões, pergunto onde a energia elétrica baixou. Em uma delas, uma pessoa levantou e disse: “A minha baixou, deputado.” Perguntei por quê. Ela disse: “Porque não aguentei pagar mais, cortaram a minha luz. Então, ela abaixou, foi zero neste mês. Não estou aguentando pagar mais, não tenho como ferver a mamadeira da minha filhinha”. É isso que está sendo feito; essa maldade com as crianças. Agora vão fechar os hospitais porque não aguentam mais. A conta do Baleia que era 50 foi para 80. Com esse “rapa o tacho” do PT em Minas Gerais, o que vamos ver? Mais sofrimento, mais gente morrendo. Infelizmente, é o descalabro total.

Parabéns, deputado João Leite, pela sua defesa do povo de Minas Gerais e de Belo Horizonte.

O deputado João Leite* – Obrigado, deputado Arlen Santiago. Na conta que V. Exa. fez dos CTIs não colocou o aumento da energia elétrica. Não sou especialista nessa área, mas imagino que os CTIs fiquem com energia ligada durante 24 horas; as máquinas de hemodiálise ficam lá. É uma irresponsabilidade o que está sendo feito em Minas Gerais. Espero que a Assembleia Legislativa não assinasse embaixo desse descalabro que o Pimentel está fazendo contra o povo mineiro, contra a saúde em Minas Gerais.

Gostaria de dizer algo que me impressiona. A minha vida na Assembleia Legislativa me deu oportunidade de ser membro das Comissões de Educação, de Direitos Humanos e de Segurança Pública. Nas visitas que fazíamos a escolas, ficava impressionado com a proibição de bíblias. No meu curso de história, de povos antigos, o nosso professor ateu dizia que a Bíblia era o primeiro livro que deveríamos ter, porque nos ajuda a conhecer os povos antigos da Mesopotâmia. Nas nossas escolas a Bíblia é proibida. É isso que querem implantar no Brasil; a Bíblia não pode, o Estado é laico. É preciso explicar que o Estado é laico, mas as pessoas são religiosas – católicas, batistas, judias, presbiterianas, adventistas. O que mais me impressiona é que nas penitenciárias, que também são do poder público, a Bíblia é exigida. Cada cela tem uma Bíblia para tentar corrigir aquele que, quando estava na escola, foi proibido pelo poder público de lê-la. Na penitenciária pode. Vou aos centros socioeducativos de adolescentes em conflito com a lei. Sabem o que fazem? Colocam a cabeça para fora das grades e pedem que eu ore por eles. Põem a mão na minha cabeça e pedem que eu ore por eles. Você não pode entrar em uma escola e orar, mas, quando vamos a um centro socioeducativo de adolescente em conflito com a lei, de adolescente infrator, eles põem a cabeça para fora da cela e pedem oração. Lá, você pode orar; na escola não pode.

É diabólico o que está acontecendo em nosso país; é diabólico o que foi implantado por essa cabeça marxista, essa cabeça que quer destruir a família, quer destruir a civilização brasileira. É lamentável o que está acontecendo. Por que na escola não se pode ler a Bíblia, mas na penitenciária pode? É tudo poder público. Depois que se perdeu na vida, o cara pode ler a Bíblia, religião é importante, mas antes não é importante.



Vejam as notícias: pão, remédio, bloqueador solar vão ter aumento. O governador Pimentel disse que bloqueador solar é um produto supérfluo. Só se for para ele. Com todo o respeito ao deputado Gustavo Valadares, se ele sair exposto, sem bloqueador solar, vai sofrer. O deputado Tiago Ulisses também. Quero ver ele aumentar o imposto de bloqueador solar com essa falta de telhado dele.

E o gari que está nas ruas, trabalhando, meu doutor, meu médico de confiança, Dr. Hely Tarquínio? Quero saber se bloqueador solar é um item não importante, quero saber se é supérfluo como diz a mensagem do governador Pimentel. O gari que está nas ruas, o policial, o bombeiro militar que está nas ruas trabalhando tem que ter a proteção do bloqueador solar. Vamos aumentar o imposto de bloqueador solar? Não contem comigo, não contem com o meu voto.

Depois, quero falar dos templos religiosos, da igreja católica, da igreja batista, da sinagoga, da igreja adventista. Vai aumentar também. A Constituição fala que não pode aumentar, mas o PT vai aumentar o imposto de energia elétrica dos templos religiosos. Cada vez que o templo da minha igreja abre numa noite, gasta-se energia elétrica que nós pagamos. Não temos ajuda alguma, nós, os membros da igreja, pagamos, são R\$2.000,00.

Recebemos notícia da prefeitura de Capelinha. Ao falar em Capelinha, temos que fazer homenagem a esse médico humanitário, um dos eminentes médicos de Minas Gerais, ao Dr. José Olinto Pimenta Figueiredo, filho de Capelinha. Dr. José Olinto, seus irmãos de Capelinha – o senhor é um benemérito para eles –, 60 famílias de Capelinha desligaram a energia elétrica, porque não conseguem pagar. Hoje, os jornais falam que essas famílias estão isentas. Isso é mentira. Desligaram a rede. Desligaram o relógio das famílias de Capelinha, Dr. José Olinto, porque não se consegue pagar a energia elétrica que o PT paga. Essa é a verdade. Nos hospitais, será cobrado mais; em templos religiosos, será cobrado mais. Estão chegando os nossos estudantes. O PT vai cobrar mais energia elétrica das escolas também. Se o seu pai paga na sua escola, vai pagar ainda mais. Sua mãe terá que pagar mais porque o imposto vai subir. Não fica nenhum deputado aqui para ouvir isso.

Queria que os deputados estivessem aqui, Sr. Presidente, pois são eles que vão votar. Eu vou votar contra para que a família de Capelinha tenha sua luz ligada novamente, para que não falte energia no hospital, para que o pãozinho não suba, o remédio não suba, o bloqueador solar não suba. Eu queria falar para os deputados, Sr. Presidente, mas eles não estão aqui.

Questões de Ordem

O deputado João Leite – Peço a V. Exa., que encerre de plano a reunião por falta de quórum e garanta meu tempo restante.

O deputado Durval Ângelo – Presidente, como temos matéria importante na pauta, peço a recomposição de quórum.

O presidente – É regimental. A recomposição é feita no tempo de V. Exa., portanto vamos fazê-la.

O presidente – Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Dirceu Ribeiro) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 34 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para continuar a discutir o projeto, o deputado João Leite, que ainda dispõe de 2 minutos.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, Sr. Presidente. Há muitas reclamações do líder do governo. A ansiedade é muito grande, sabem, estudantes?

Eles querem aumentar os impostos para vocês pagarem. Imaginem, eles vão aumentar o imposto do bloqueador solar! Falaram que é supérfluo. Os médicos dizem que temos de usar bloqueador solar para prevenir câncer de pele, mas o PT quer aumentar o imposto do bloqueador e também da energia elétrica de hospital. Quer aumentar o imposto de culto, missa, em templos religiosos. Esse é o PT. E eles estão reclamando que estou falando aqui, pois não querem que eu faça isso. Mas nós temos um presidente democrata. O deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia, garante o direito da minoria. Eu sou da oposição ao PT. Sou oposição. Não quero que você pague mais impostos. Eles já estão deixando que o dólar dispare e acham que isso é uma coisa lá de fora. Não é, está aqui o aumento do pãozinho. O preço do pãozinho que comemos de manhã está aumentando por causa desse governo do PT. Aumentam também o remédio e a maquiagem. O PT acha, minhas jovens e lindas estudantes, que maquiagem é supérfluo, que uma moça bonita com o cabelo arrumado também. Os homens já são meio avacalhados, imaginem se se achar que isso é supérfluo. Vai aumentar o imposto do xampu, do sabonete, do desodorante. Você não vai aguentar mais esse namorado seu, porque homem normalmente tem cheiro forte. As meninas não vão aguentar. O PT quer todo mundo fedendo. O PT vai aumentar o imposto do desodorante, do sabonete, do creme de barbear. É o fim. Eles vão acabar com o Brasil!

O deputado Lafayette está lembrando que todo mundo é barbudo no PT. Então, vai aumentar o imposto para se fazer a barba. É algo impressionante. E fica todo mundo dando quórum para aumentar o seu imposto. Eles não arredam pé daqui, mas nós vamos ficar falando até eles irem embora. Podem contar conosco. Voto “não” ao aumento de impostos contra a população de Minas Gerais. Nós não aceitamos. Estamos com vocês. O próximo a falar, o deputado Lafayette de Andrada, também é contra e merece os nossos aplausos. Obrigado, presidente.

O presidente – Gostaria de anunciar que a presidência foi benevolente concedendo mais 2 minutos ao orador. Interpretamos que seria prudente e mais harmonioso que fossem concedidos esses 2 minutos. Portanto, a presidência pede desculpas aos deputados que pediram o rigor do Regimento. A presidência é que errou e foi benevolente ao conceder mais 2 minutos.

Registro de Presença

O presidente – Gostaríamos de registrar que estão presentes, nas galerias, os alunos do 2º ano do ensino médio do Colégio Santa Maria, do Bairro Planalto. Agradecemos a presença de vocês!

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – Sr. Presidente, lamento, mais uma vez, que, sempre que chegam a esta Casa projetos que visam a prejudicar os mineiros, a internet da Casa cai e impede que todos os mineiros possam acompanhar a nossa reunião. Lamento, porque isso ocorreu na votação do projeto dos depósitos judiciais. Hoje, da mesma forma, quando estamos aumentando os impostos dos mineiros, coincidentemente cai a internet da Assembleia, não permitindo que todos os mineiros tenham acesso às discussões. Não acho isso justo e até sugeriria a V. Exa. que suspendesse a reunião ou que a Mesa se posicionasse, senão os mineiros lá de Estrela do Sul, onde o Lafayette de Andrada estará logo mais à noite, não poderão acompanhar o seu pronunciamento pela internet.



O presidente – Está registrada a questão de ordem do deputado Gustavo Corrêa. Vou pedir aos técnicos da Casa que analisem a situação. Quanto à reunião, por haver número regimental, ela prossegue com o orador na tribuna, que é o deputado Lafayette de Andrada.

O deputado Gustavo Corrêa – É apenas para registrar que é coincidência demais, presidente. V. Exa. não tem culpa, mas, sempre que está em discussão algum projeto que vai prejudicar os mineiros, a internet cai. Nunca ouvi falar nisso.

O presidente – Vamos pedir uma apuração rigorosa e, posteriormente, daremos a informação a V. Exa. Com a palavra, para discutir o projeto, o deputado Lafayette de Andrada.

O deputado Lafayette de Andrada* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente quero lamentar o que está ocorrendo. Solicitei ao meu gabinete que gravasse, via internet, o pronunciamento dos deputados, e acabaram de me informar que está fora de área a internet da Assembleia. E nós temos um dos sistemas mais avançados de tecnologia da informação. Custa-me crer que seja algum defeito. É a segunda vez que isso acontece quando estamos votando projetos importantes. Fica o meu registro, fica o meu protesto.

De qualquer maneira, deputado, estamos aqui para discutir a proposta de aumento de impostos. O PT vem a esta Casa pedir permissão ao parlamento mineiro para aumentar impostos em Minas Gerais. Isso merece uma reflexão: nós estamos vivendo uma crise no País. A inflação está crescendo, a atividade econômica está diminuindo, o desemprego está aumentando. E, nesse quadro de crise, o governo do Estado resolve aumentar os impostos dos mineiros. Na prática, está condenando as empresas, as indústrias mineiras à falência, está condenando os chefes de família ao desemprego, está condenando o nosso Estado à recessão. Essa que é a política econômica do Estado? É assim que eles esperam que haja desenvolvimento, que haja aquecimento da economia? Deveríamos fazer o caminho inverso. É na hora da crise que se tem de diminuir imposto para incentivar a atividade econômica, para abrir postos de trabalho, para tentar driblar a crise. Eu me reportei à discussão da comissão: o Estado do Rio de Janeiro está fazendo justamente o inverso. O Estado do Rio de Janeiro, nas regiões limítrofes com Minas Gerais, nas cidades próximas à divisa com Minas Gerais, decretou que o imposto lá é de 2%. O imposto em Minas Gerais é de 18%, e o PT está propondo 25%. O Estado do Rio, nas cidades limítrofes com Minas Gerais, aplica o imposto de 2%. Qual é o resultado disso? As empresas, as indústrias que estão em Minas Gerais, na Zona da Mata, estão fechando suas portas e abrindo empresas no Estado do Rio. A atividade econômica lá está aumentando. Eu trouxe um documento da Fiemg, que diz que o Município de Três Rios é um município pequeno, que fica no Estado do Rio de Janeiro, muito próximo a Juiz de Fora. O Estado do Rio de Janeiro passou a aplicar a alíquota de 2% nas cidades limítrofes no final de 2005. O Município de Três Rios, que é próximo a Juiz de Fora, aumentou, em 2007, em 21,8% a quantidade de indústrias no município. Em 2008 aumentou mais 50%; em 2009, mais 54%. E as nossas taxas estão negativas, a cada ano fechando mais.

Eu li, ontem, a manchete do maior jornal de Juiz de Fora, *Tribuna de Minas*, dizendo que só neste ano, 283 estabelecimentos fecharam em Juiz de Fora. E aí vem o governo do PT aumentando impostos. Ele quer incentivar a recessão. E não está, como foi dito aqui, fazendo justiça tributária não, aumentando imposto dos mais ricos para ajudar os mais pobres. Estão aumentando o imposto da energia elétrica do pequeno comerciante, da padaria da esquina, do armarinho. Estão aumentando a energia elétrica até de instituições filantrópicas que não têm fins lucrativos: Apae, santas casas, hospitais filantrópicos, associação São Vicente de Paula, asilos, entidades de pura caridade que vivem quase que de esmolas. E vem o PT e aumenta o imposto de energia elétrica desses estabelecimentos. Isso é justo? Isso é sensato? Não podemos concordar, não podemos admitir, não podemos votar a favor, porque isso é injusto. Além de insensato, do ponto de vista macroeconômico, é injusto com essas entidades.

Pasmem os senhores: em Minas Gerais, até hoje, as residências que têm um pequeno consumo de energia – até 90kW e isso é muito pouco – são isentas de ICMS. Na Cemig existe uma lei que determina seis classes de residências sociais. Por meio dessa lei, o PT, o governo de Minas, está retirando cinco classes das seis que tinham subsídios. E a propaganda mentirosa do PT no rádio e na televisão está dizendo que a quantidade de famílias que terá isenção da Cemig está aumentando. Isso é pura mentira! Além de fazer uma covardia com os mais pobres, vão para o rádio e para a TV para falar mentira, para enganar a população desavisada, dizendo que estão aumentando, que estão ampliando a isenção para os mais pobres. Não estão. Não é justiça tributária, é covardia com os mineiros; é covardia com o nosso povo e com a nossa gente. Mas não vamos aceitar isso. Nós não vamos esmorecer. Nós vamos falar alto e em bom som, nos quatro cantos, em todas as direções, o que o PT mineiro está querendo fazer com a nossa gente e com o nosso povo.

Senhores deputados, ontem recebemos várias comitivas de sindicatos e de associações comerciais do interior de Minas Gerais pedindo, pelo amor de Deus, para não aprovarmos esse projeto de lei que é absurdo e vem em péssima hora. É um projeto de lei que, na prática, é danoso para a nossa sociedade. Alguém disse, com muita propriedade, que, com muita tristeza, o medo venceu a esperança. Lá atrás recorde-me bem da propaganda estrelada do PT e da sua musiquinha: “Lulalá! A esperança vai vencer o medo”. Que tristeza! Nunca votei neles, mas percebo um grande e profundo arrependimento daqueles que votaram. Eles foram enganados e hoje sabem disso. A presidente Dilma está fazendo exatamente aquilo que disse que não faria se fosse eleita. Parece até que ela fica, todos os dias, assistindo aos programas eleitorais de quando era candidata e faz tudo que falou que não faria: “Opa! Faltou isso aqui que eu falei que não ia fazer, mas, hoje, uma medida provisória para o que eu disse que não faria”.

Essa é a nossa triste realidade, e o Brasil está caminhando, a passos largos, para a crise e a recessão. Ontem, o Ministério da Fazenda já aumentou a projeção da recessão. Antes, não admitiam que a recessão significaria uma redução do PIB em até 2%; diziam que seria no máximo 1,8%, 1,9%; agora, o próprio Banco Central, o Ministério da Fazenda e os técnicos da presidência da República já falaram: “Nós vamos encolher. A recessão será de pelo menos 2,5% neste ano”. E aí vem o aumento de imposto, pois alguém tem que pagar o pato, e não será o governo, hahaha. Onde está o exemplo?

Se as medidas recessivas tomadas fossem precedidas de medidas de austeridade do próprio governo, de contenção, de responsabilidade, aí sim, em um segundo momento, poderíamos até discutir qual seria a cota da sociedade; mas, primeiro, elas deveriam partir do próprio governo, e não estamos vendo ele fazer nada disso. Temos notícia de que está para chegar um projeto criando mais uma secretaria para poderem colocar a companheirada. Neste mês de setembro, se os senhores olharem o jornal oficial, o *Minas Gerais*, verão que, em duas semanas, eles encheram de cargos comissionados a administração estadual, o que está gerando um impacto de mais de R\$3.000.000,00 por mês. Onde está o exemplo do governo? Enchem a administração de companheiros, aumentam



o empreguismo, incham a máquina pública e aumentam o imposto da sociedade para poderem pagar a ganância e o esbanjamento. Isso é justo? É nisso que os senhores deputados votarão? É isso que os senhores deputados querem para o povo mineiro?

Não estamos acreditando no que estamos vendo. Lamentavelmente, falo aqui, de público, o que já sabia muito antes intimamente: o PT mente; mente, mentiu e vai continuar mentindo. Lembro-me da propaganda eleitoral para o governo de Minas do candidato que hoje é governador; ele dizia que a conta da Cemig era muito cara e agora encaminha um projeto de lei para a Assembleia Legislativa aumentando a energia elétrica até para asilos. O PT mente, sempre mentiu. Recordo-me das palavras do senador José Serra que afirmava que o PT não tem ideias boas nem ideias novas: as ideias boas, quando têm, não são deles, e as novas, quando têm, são horrorosas. Este é o diagnóstico: o PT não tem ideias boas nem ideias novas. Há pouco tempo, ouvi o secretário de Planejamento dizer que vão instalar um programa para agilizar, aperfeiçoar, tornar mais eficiente a folha de pagamento, com grande estardalhaço, como se fosse uma grande conquista, entretanto esse programa está sendo desenvolvido pelo governo desde 2012, pelo governo tucano que eles tanto criticam. Agora, vão aplicá-lo. O PT não tem ideias novas nem ideias boas. Das ideias boas, quando têm, não são autores, e as novas, quando as têm, são horrorosas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é triste subir a esta tribuna para debater aumento de impostos. Lembro-me de que o governo passado abaixou a alíquota de impostos de mais de 250 itens, e o atual quer aumentar impostos. Gostaria muito de estar aqui discutindo desenvolvimento, debatendo ideias desenvolvimentistas e apreciando um projeto que gerasse empregos, aquecesse a economia e elevasse o nosso nível econômico, mas estamos discutindo a recessão do PT, o aumento de impostos, o fechamento de postos de trabalho e a falência de pequenas empresas.

É isso que o PT propõe hoje. É isso que o PT quer que a Assembleia Legislativa aprove. Em cada rincão, em cada pequeno município, cada pequeno comerciante será afetado. É lógico, obviamente, vão aumentar ainda mais o preço dos seus produtos para tentar sobreviver, o que será muito difícil. Será que os senhores deputados vão aprovar esta medida? Será que os senhores deputados vão aceitar essa condenação ao povo mineiro?

Que triste vaticínio! Que triste apagar das luzes do PT! A população já não se engana mais com eles. Na verdade estão apagando as luzes e fechando as portas. É como um réquiem. Já é a missa fúnebre, é o adeus e a despedida, porque sabem que a pá de cal foi lançada. Sabem que a sociedade jamais os perdoará porque são medidas inconcebíveis, de tamanha maldade e crueldade com a nossa gente, que não merece. O povo mineiro é um povo altivo, altaneiro, trabalhador, não merece o que o PT está fazendo. Não merecem, deputados. Estamos aqui lamentando profundamente. Lembro-me aqui de um líder pacifista americano que dizia: *I have a dream*. Eu tenho um sonho. Ele falava da paz. Sonhava com o dia em que os povos se irmanassem, quando não haveria o racismo. Essa era a fala dele. O meu sonho é que estivéssemos discutindo aqui desenvolvimento, progresso, postos de trabalho, aumento da qualidade de vida, aumento do emprego. Mas não. Estamos votando e discutindo o enterro, o fechamento e a falência das pequenas empresas.

Solicitei à assessoria que nos trouxesse os itens que terão os impostos aumentados. O primeiro deles é a energia elétrica da classe comercial, serviços e outros, de 18% para 25%. Fiz questão de pesquisar a lei para saber o que significa classe comercial, serviços e outros. Passo a ler. (- Lê:) “§ 3º – A classe comercial, serviços e outras atividades caracteriza-se pelo fornecimento à unidade consumidora em que seja exercida a atividade comercial, devendo ser consideradas as seguintes subclasses: I – comercial, todo e qualquer comércio terá sua energia elétrica aumentada de 18% para 25%”. Todo e qualquer comércio, não interesse qual seja a atividade. Pode ser padaria, botequim, farmácia, qualquer atividade comercial. Serviços de transportes: vans, táxis, cooperativas, Uber, bem lembrado, empresas de ônibus. Todas elas terão aumento do imposto de 18% para 25%.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* – V. Exa. diz que o imposto dos ônibus está aumentando.

O deputado Lafayette de Andrada* – Ônibus, vans, táxi, Uber, vans escolares, serviços de transporte.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* – Sim, ônibus, van e táxi, serviço de transporte. Gostaria só de lembrar a todos os deputados que aqui estão que os senhores serão responsáveis pelo aumento da tarifa do ônibus que o trabalhador pega todos os dias. O empresário repassa isso ao preço da passagem.

O deputado Lafayette de Andrada* – Lógico, no preço da passagem.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* – Já vai colocar na planilha do próximo mês. Então, se estamos brigando por causa do aumento de ônibus, o governo deveria ajudar. É tarifa zero para o transporte público. Tarifa zero corresponde a uma diminuição de 57% da passagem de ônibus, e agora o que vamos ter é um aumento da passagem de ônibus. É isso que não dá para entender no governo do Partido dos Trabalhadores.

O deputado Lafayette de Andrada* – É contra os trabalhadores.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* – O líder do governo do PT da Dilma.

O deputado Lafayette de Andrada* – Vão-se aumentar os serviços de comunicação e de telecomunicação em todas as rádios; as rádios do interior, AM e FM, bem como as pequenas rádios das pequenas cidades, deputado Dilzon Melo, todas elas. E essa é uma atividade que vive da energia elétrica. Todas elas terão o seu imposto aumentado de 18% para 25%.

Agora vem a parte mais criminosa desse projeto: associações e entidades filantrópicas, deputado Dilzon Melo, como as Apaes, os asilos, a Associação São Vicente de Paulo, as santas casas e os hospitais filantrópicos. É justo aumentar o imposto dessas entidades? Isso é desumano, deputado Antônio Carlos Arantes. É desumano. É assim que age o PT. Entidades filantrópicas não geram renda e não têm atividade econômica, nem lucro; vivem de ajuda. E ainda vão aumentar o imposto e a energia elétrica dessas entidades. São entidades que não têm atividade econômica, de pura caridade. Estou falando do asilo dos velhinhos e das Apaes que cuidam de alunos especiais, que são atividades nobres, que vivem com tanta dificuldade. Aliás, todas as semanas, nós, deputados, recebemos pedido de apoio às Apaes, e o PT ainda quer aumentar o imposto das Apaes, baseado em que, meu Deus do céu? Qual é a lógica disso? De onde tiraram essa ideia brilhante? É inacreditável.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* – Dá com uma mão e tira com a outra.



O deputado Lafayette de Andrada* – Lembro-me, e vou repetir, que alguém disse que o PT é o partido que lhe quebra as pernas e depois lhe dá uma muleta e diz: “Está vendo, se não fôssemos nós, você não poderia andar”. Mas é muita maldade aumentar imposto de Apae, de asilo e de santa casa. Pasmem os senhores, mas é isso o que o PT quer.

Mas a maldade continua: templos religiosos, de todas as religiões vão ter aumentado o imposto; iluminação em rodovias.

Outros serviços e outras atividades. O que são outros serviços e outras atividades? Manicure e cabeleireiro são serviços. Escolas são serviços. E vem o PT aumentar o imposto de toda essa gente. Sr. Deputado, este é o momento. Equipamentos para pesca, alimentos para atletas e ração para animais. Cigarros não. Aumentam o imposto das entidades filantrópicas, mas não aumentam o de bebidas alcoólicas e cigarros. Mas aumentam o do asilo. Deputado Alencar da Silveira Jr., aumentar imposto de asilo. Você acredita nisso? Qual a fonte de renda de asilo? Aumentar imposto da Apae, deputado Alencar da Silveira Jr. Deputado Carlos Pimenta, o senhor é um homem que trabalha e milita no Norte de Minas, um povo sofrido. Certamente há muitas entidades filantrópicas por lá para dar socorro aos mais necessitados, deputado Gil Pereira. E vem o PT aqui e propõe aumento de 18% para 25% para entidades filantrópicas.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* – Vou usar minha palavra mais tarde, mas vou confidenciar a esta Assembleia e aos senhores o que me confidenciou agora cedo um deputado dos independentes desta Casa. No cafezinho, ele me disse que seu filho de 12 anos viu ontem o pessoal falando do aumento de impostos para essas entidades, o que prejudicará muita coisa. Ele falou que não teria coragem de votar porque seu filho disse: “Papai, como o senhor vai votar nesse aumento de imposto que prejudicará a família dos deputados do bloco independente?”. Os meninos que estão estudando, não em escola pública, mas em escola boa estão chamando os pais e falando: “Pai, o senhor vai votar como?”. Então eles estão chamando nossa atenção. Por isso, eu falava ontem sobre o problema da cerveja nos estádios, de as pessoas descerem para a arquibancada. Quem vai corrigir essas pessoas que estão burlando as leis serão os filhos. Hoje um deputado me confidenciou: “Alencar, não sei como eu faço. Como eu vou falar com o meu filho?”. Seu filho vai ficar bem. Vão mostrar aquele cartaz grandão falando: você votou. O menino de 12 anos está chamando a atenção do pai.

O deputado Lafayette de Andrada* – Essa é a situação, deputado. Sr. Presidente e Srs. Deputados, ontem e hoje também recebi várias mensagens, vários *e-mails* vindos da Zona da Mata e de Juiz de Fora, pedindo para que não autorizemos o aumento dos impostos. A Zona da Mata não suporta mais. Nós somos agredidos todos os dias pela guerra fiscal com o Estado do Rio de Janeiro. Queremos o desenvolvimento da Zona da Mata, e ele só acontecerá quando o governo de Minas baixar a alíquota dos impostos aplicados naquela região. O povo de Juiz de Fora clama. Como eu disse, os jornais mostram que mais de 250 estabelecimentos fecharam as suas portas este ano. Não vamos permitir. Vamos lutar pelo desenvolvimento. Vamos lutar pelo progresso e não pela recessão.

Questões de Ordem

O deputado Lafayette de Andrada – Sr. Presidente, é evidente a falta de quórum no Plenário. Solicito o encerramento de plano desta reunião e peço que reserve o meu prazo para o final da discussão.

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, peço recomposição porque a matéria é relevante e outros deputados querem discutir. Estou pedindo a recomposição de quórum, Sr. Presidente.

O presidente – É regimental. Solicito ao secretário que proceda à chamada das deputadas e dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário – (– Faz a chamada.)

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Responderam à chamada 26 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

Questões de Ordem

O deputado Lafayette de Andrada – Sr. Presidente, pela ordem. Foi marcada a presença de deputado ausente. Foi marcada a presença da deputada Ione Pinheiro, que estava lá no Salão Branco. De acordo com o nosso Regimento Interno, para a recomposição de quórum não vale a presença no Salão Branco, lá fora. Claramente, aqui não estão 26 deputados. O deputado Carlos Pimenta está na lista. O deputado Carlos Pimenta não está presente; ele estava lá fora.

Sr. Presidente, solicito a recomposição de quórum para dirimir as dúvidas, porque, claramente, não há 26 deputados aqui.

O presidente – Solicito um minuto para reflexão com a assessoria.

O deputado Lafayette de Andrada – Sr. Presidente, como sugestão, solicito a recomposição de quórum.

O presidente – A informação que tenho é que o deputado Carlos Pimenta estava presente.

O deputado Lafayette de Andrada – Não estava, presidente.

O presidente – Estou me dirigindo ao deputado Lafayette de Andrada, que fez a questão de ordem. É perfeitamente regimental repetir a chamada dos deputados.

O deputado Lafayette de Andrada – O secretário *ad hoc* contou 26 deputados. Entre eles, está um deputado que disse que não estava presente e estamos dizendo que não estava. Portanto, são 25 deputados. Vinte cinco não é número regimental.

O presidente – Na dúvida, vamos repetir a recomposição.

O deputado Carlos Pimenta – Quero só um esclarecimento de V. Exa.: entendo que a presença do parlamentar foi constatada no momento em que o deputado Dirceu Pereira fez a leitura e o deputado presente levanta a mão e fala “presente”. Eu estava lá fora. Então, peço a V. Exa. que não compute a minha presença.

Só um minutinho, estou falando.

O deputado Agostinho Patrus Filho – Então, não precisa sair do Plenário, não é, presidente? Porque aí é só não levantar a mão que não está presente. O deputado Carlos Pimenta está inventando, presidente.

O deputado Carlos Pimenta – Não estou.

O deputado Agostinho Patrus Filho – Não tem que levantar a mão não, deputado. Se está aqui dentro, está presente. Não tem isso.



O deputado Carlos Pimenta – Calma, deputado Agostinho Patrus Filho. Espere, estou fazendo a minha questão de ordem. Eu estava lá fora e estou pedindo que a minha presença não seja computada.

O deputado Agostinho Patrus Filho – Por que você saiu do Plenário, então?

O deputado Carlos Pimenta – Porque eu não quis estar presente, deputado Agostinho Patrus Filho.

– Cruzam-se apartes.

O deputado Agostinho Patrus Filho – Não tem que levantar a mão nem falar no microfone que está presente. Por que não ficou do lado de fora do Plenário?

– Cruzam-se apartes.

O deputado Agostinho Patrus Filho – Você estava sentado aqui. Eu vi. Assuma que estava sentado aqui. Você está dizendo que tem de levantar a mão porque você estava assentado aqui dentro.

Presidente, o deputado Carlos Pimenta disse que estava ausente, agora está dizendo que tem de levantar a mão. Ele estava assentado onde está assentado o deputado Ivair Nogueira. É verdade ou mentira, deputado?

O deputado Carlos Pimenta – Peço ao deputado Agostinho Patrus Filho que se contenha, tenha calma. Estou fazendo uma questão de ordem.

O deputado Agostinho Patrus Filho – V. Exa. não levantou a mão.

O deputado Carlos Pimenta – Deputado Agostinho Patrus Filho, por favor.

O deputado Agostinho Patrus Filho – V. Exa. estava assentado aqui.

O deputado Carlos Pimenta – A questão é minha com a presidência.

O presidente – Por favor, deixe que eu fale. Vou conceder-lhe a palavra para questão de ordem. A questão de ordem do deputado Carlos Pimenta será ouvida.

O deputado Agostinho Patrus Filho – Se for no grito, também vamos gritar. Se não tiver acordo, vamos gritar.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. Esclareço que o deputado Lafayette de Andrada está, aqui, ao meu lado, conferindo o que eu disse. Ele pediu recomposição de quórum e nós vamos fazer a recomposição de quórum, que é regimental. Na verdade, o regimento exige praxe. Não gosto disso; acho que tem que escrever e sempre foi assim: o deputado entrou no plenário, a pessoa anota. Ao adotar a praxe atual e a que vai mudar no regimento, ficou uma dúvida. Na dúvida, o presidente, na verdade, aceitou seu nome. Em seguida, pediu recomposição de quórum. Não haverá mais essa nebulosidade porque, daqui para a frente, entrou no plenário, recebeu. Há um problema, o deputado Carlos Pimenta se retirou na hora, e, aí, foi anotada a presença dele. Temos que dirimir isso no novo regimento.

Questões de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa – Não vou questionar, porque sou extremamente correto em minhas colocações. Inicialmente, V. Exa. deveria ter terminado a reunião pela ausência de quórum, mas o deputado Lafayette de Andrada realmente solicitou a recomposição de quórum, e quero apenas reafirmar algo que tenho comunicado desde o início. Acho que a prudência recomenda – faremos essa sugestão agora – que a verificação de quórum valha apenas com a digitalização do deputado aqui. Uma vez que a Casa gastou milhares de reais para fazer essa modernização, que é importante para o nosso trabalho, acho que devemos utilizá-la. Sempre afirmei isso, sendo governo ou oposição. Falar que deputado passou na comissão, na porta, no cafezinho ou passou ali atrás e as pessoas o contaram aqui, no desespero, governo ou oposição, tira ou põe, é um equívoco. Devemos estabelecer no regimento que a presença se conta se ele colocar o dedo. Se não for assim, vira farra aqui de novo. O deputado passa ali, vai embora, e aí? Vou sugerir isso para o regimento, porque faço esse questionamento permanentemente. Sempre ouvi da Mesa, por quem tenho o maior respeito, que nos governos anteriores havia essa praxe. Pode ser governo passado ou não, sou coerente. O meu governo cometeu equívocos como este governo, que só está cometendo equívocos. Não é porque o outro fez que vou fazer igual. Vamos buscar solucionar os problemas. Presidente, só lamento – e lamento profundamente – porque o governo e a Mesa da Assembleia, por quem tenho o maior respeito, têm-se deixado levar nessa votação específica e na dos depósitos judiciais, nessa votação e dos depósitos judiciais. Deputado Gustavo Valadares, V. Exa. não estava presente. Mais uma vez veio um projeto polêmico para a Casa, e a internet caiu, para que os mineiros não ouvissem. Até agora a Mesa não me respondeu sobre essa curiosidade. Lamento que o governo de todas as formas esteja querendo tratorar. Assim será, não há problema nenhum, mas os mineiros, daqui a alguns dias, saberão quem gosta de Minas Gerais, quem votou aumentando imposto, quem vai prejudicar a vida dos mineiros, quem está aumentando a energia elétrica e outras coisas mais. Mas quero deixar a minha questão de ordem, que já foi formulada no passado, há cerca de dois ou três meses, quando houve o mesmo questionamento. Deram a minha presença em comissão porque passei no Plenário. Presença em Plenário, para mim, a partir de agora – posso ser vencido em uma emenda a ser apresentada no futuro regimento...

O presidente – Pode ficar tranquilo que isso já está no novo regimento, de que sou relator. Não gosto de praxe, gosto de definição, porque praxe, muitas vezes, fica em um momento de muita discussão, e o presidente às vezes pode tomar alguma atitude que não seja conveniente. A gente tem de ser imparcial aqui, e somente a letra morta no regimento, ou viva, tem de valer. Com a palavra, o deputado Carlos Pimenta. O seu pedido já está atendido no novo regimento. V. Exa. até apresentou algumas sugestões inteligentes e propícias para o momento.

O deputado Carlos Pimenta – Muito obrigado, presidente. Quero esclarecer esse equívoco. Em primeiro lugar, é bom que se saiba – quero deixar isso muito claro – que quem pediu o encerramento da reunião foi o deputado Rogério Correia. Não foi, não? Foi o Lafayette. O Lafayette pediu o encerramento da reunião. Nós, do nosso bloco de oposição, estamos em processo de obstrução. Isso aí é um direito que nós temos, como aconteceu no passado. Várias vezes eu vi o Rogério Correia discutir essas praxes, que ele não



aceitava. Acredito que não aceita pela coerência que ele tem. Praxe não é regimento. Ao fazermos uma questão de ordem, eu gostaria que fosse explicado dentro do regimento. Espero que V. Exa., como relator do novo regimento, possa sanar essas dúvidas.

O presidente – Estamos buscando isso todos os dias, com a convergência das duas partes.

O deputado Carlos Pimenta – Perfeitamente. Então nós estamos em processo de obstrução. É a única coisa que nos resta. Eu, deputado Carlos Pimenta, não concordo com o projeto que foi encaminhado e está em regime de urgência nesta Casa. Vou falar dos meus motivos no momento em que estiver discutindo o projeto. Quando foi pedida recomposição de quórum – eu sempre me assento naquela última carteira ali –, no momento em que começou a recomposição, eu me levantei e saí. Certamente, quando falaram o primeiro nome, Adalclever, eu me levantei e saí. Disse aqui, alto e bom som, que, se a minha presença foi computada, eu, como deputado, com o direito que tenho, pedi para retirar meu nome da presença porque estou em processo de obstrução e gostaria de participar das discussões, porque estou vendo aí uma forma de tentar calar a oposição. Mas isso também não importa, faz parte do processo.

O presidente – Sempre foi assim.

O deputado Carlos Pimenta – A minha dúvida, quando foi levantado meu nome, porque eu estava presente – fiz a pergunta a V. Exa. – é se a presença foi computada no momento em que o deputado Dirceu citou meu nome, quando eu estava lá fora. Eu tinha saído antes, estava presente no começo, sentado na minha carteira, e saí de livre e espontânea vontade porque estou em processo de obstrução. Minha pergunta é esta, minha questão de ordem é esta. São três questões de ordem. No início das reuniões, eu sei que, se passar lá fora, é computado, para poder abrir a reunião. Quando é recomposição de quórum, quero saber de V. Exa. se lá fora é computada a presença do deputado, das portas para fora. A outra praxe que sempre temos aqui é que, quando se pede o encerramento da reunião, é computada a presença do orador, do deputado que pede, mesmo se ele não estiver presente. São três questões. Eu não quero discussão com meu amigo deputado Agostinho Patrus. Ele tem suas razões, eu tenho as minhas. Fiz uma pergunta a V. Exa. e gostaria de esclarecer: na recomposição do quórum, lá fora se conta a presença do deputado? Sim ou não? Se é computada a presença no momento em que o deputado responde “sim” ou “não” ou, se estiver aqui presente, é computada. Estas as minhas perguntas, peço esclarecimento de V. Exa. e peço desculpas se causei algum transtorno.

O presidente – Vou responder imediatamente: deputado Carlos Pimenta, o que está previsto no novo regimento...

O deputado Carlos Pimenta – O novo não está vigorando. Quero seguir o velho, o atual.

O presidente – Gostaria de falar, V. Exa. não me deixa.

O deputado Carlos Pimenta – Deixo. Estou escutando, Sr. presidente. É por que o deputado Cabo Júlio me chamou a atenção. Quando me viro para cá, o ouvido esquerdo está com V. Exa.

O presidente – Temos de dar continuidade aqui, porque as emoções estão tomando conta. Acho que este Plenário precisava ler um pouquinho de Freud e de Darwin, do animal, e saber que o eu não é senhor de sua casa. Mas deixem para depois, se for preciso, eu explico.

O deputado Carlos Pimenta – Perfeitamente.

O presidente – Eu queria dizer o seguinte, porque, todas as vezes em que a emoção toma conta, de repente o cara acha que está com a consciência tranquila...

O deputado Carlos Pimenta – Não estou emocionado não, estou tranquilo.

O presidente – V. Exa. pode saber disso, pois V. Exa. estuda essa parte. Só queria dizer o seguinte: em síntese, já tenho a resposta do novo regimento, que vai acabar com essa nebulosidade.

O negócio é o seguinte: existe uma síntese, uma solução para isso. Sempre foi maioria e minoria, e realmente a maioria às vezes usa a praxe a favor dela. Sempre busquei a imparcialidade. Mas quero dizer a você que o novo regimento vai acabar com uma porção de coisas de praxe, se vocês votarem.

Resumindo tudo isso que você perguntou: o deputado pisou no Salão Vermelho, ficou no Salão Vermelho, ele tem presença. Passou lá no fundo, de forma nenhuma. Não há necessidade de ele dizer: “estou presente”.

O deputado Carlos Pimenta – Presidente, só uma pergunta: mesmo para abrir as sessões ordinárias?

Se o deputado estiver lá fora, olhando aqui, a presença é computada?

O presidente – Na recomposição de quórum, se pisar aqui dentro, no Vermelho, constará presença. Se estiver lá fora, estará fora, não registrará nada. Não vai precisar o deputado falar “estou presente”. Tanto é fato que, quando o deputado não faz a votação dele e fica dentro do Plenário, conta a presença dele, pelo Regimento Interno.

O deputado Carlos Pimenta – Presidente, só mais uma pergunta: na abertura das sessões ordinárias, estou falando hoje, se estiver lá fora, não pisar no Salão Vermelho, ele não está presente? Lá fora, conta ou não conta?

O presidente – Por isso que sua situação ficou ambivalente. Sua situação de ter saído, ficou ambivalente, e sua presença foi contada. Não estou dizendo que...

O deputado Carlos Pimenta – Sr. Presidente, não está esclarecido, meu amigo, Dr. Hely Tarquínio, que prezo muito, não está esclarecido. Pediria que V. Exa. suspendesse a reunião por 1 minuto para que o senhor se reúna com a assessoria e me responda essa questão.

O presidente – V. Exa. pode dar um pulo aqui para conversarmos. Deputado, vamos fazer o seguinte?

O deputado Carlos Pimenta – Vamos.

O presidente – Já que não traduzi a sua expectativa, as suas perspectivas...

O deputado Carlos Pimenta – Acho que o senhor foi claro. A assessoria é que tem uma outra opinião.

O presidente – Vamos responder oportunamente. Na sequência, vamos solicitar a recomposição de quórum.

O deputado Carlos Pimenta – O senhor está sendo claro, mas quando o senhor está falando que não conta a presença lá fora, a assessoria falou: conta. Eu escutei daqui. Quero saber se conta ou não conta. Só isso.

O presidente – No novo regimento, não contará.



O deputado Gustavo Valadares – Presidente, pediria a atenção de V. Exa., pois a minha questão de ordem é a seguinte: desde que começamos esta sessão, que tem por objetivo aumentar impostos dos cidadãos mineiros, aumentar alíquota de ICMS de diversos produtos, da energia elétrica, dos serviços de telecomunicações, da ligação de celular e tudo o mais, desde que esta reunião começou, a internet não está transmitindo o sinal da TV Assembleia. É coincidência ou censura? A primeira parte da minha questão de ordem diz respeito à TV Assembleia. A reunião não está sendo transmitida pela internet, e os mineiros não estão tendo condições de acompanhar aqueles deputados que estão sensíveis aos apelos das pessoas que estão nas ruas; dos trabalhadores; daqueles que estão à procura de emprego; daqueles que foram recentemente demitidos; que não querem mais recessão em Minas; que não querem aumento de impostos, para que não haja o risco de perdermos mais postos de trabalho; para que não haja o risco de termos menos trabalhadores no mercado de trabalho. Quero saber por que a TV Assembleia não está sendo transmitida por via da internet, para que as pessoas lá de Uberlândia, de Uberaba, da Zona da Mata, de Montes Claros, terra do meu querido Carlos Pimenta – que estava ausente e presente –, de Juiz de Fora, de Itabirito, terra de Alencar da Silveira Jr. Quero saber por que a TV Assembleia não está sendo transmitida pela internet, para que as pessoas dos quatro cantos de Minas, deputado Lafayette, possam acompanhar os trabalhos da Casa. Essa é a primeira parte da questão de ordem. A segunda parte é uma sugestão. Está aqui o Carlos Eduardo Navarro, nosso secretário-geral da Mesa, essa grande figura. Faria a ele uma sugestão: quando um bloco estiver em processo de obstrução e pedir recomposição de quórum...

O presidente – Quero só fazer uma interrupção.

O deputado Gustavo Valadares – É claro, mas ainda tenho 2min45s. Deixe-me terminar, deputado Alencar.

O presidente – Com a palavra, o deputado Gustavo Valadares. A seguir, faço um pedido encarecidamente aos deputados. Vocês estão abusando da situação. Precisa haver uma certa consciência e maturidade do que é este Plenário. Nós trabalhamos aqui para a justiça social do povo, que é a resultante do trabalho legislativo, para que o Executivo possa trabalhar. Entendemos o contraditório e até as contrariedades, mas vamos pôr ordem.

O deputado Gustavo Valadares – Sr. Presidente, faço uma sugestão, mas não sei se ela terá de constar na reforma do regimento ou se poderá ser acatada a partir da próxima reunião. Quando um bloco estiver em obstrução, como o nosso está, de forma muito clara – temos dito isso à imprensa, aqui no Plenário e nas comissões -, que a Mesa, obviamente, não considere e não conte a presença -, a não ser que haja a manifestação contrária de um deputado desse bloco, dos deputados desse bloco que estão em obstrução. Por exemplo, o Bloco Verdade e Coerência está em obstrução, e somos 22 parlamentares. A princípio, os 22 estarão ausentes quando pedirmos a recomposição de quórum. Excluindo-se obviamente quem pediu, mas os demais. Minha sugestão, deputado Durval, é que ele venha ao microfone e diga que não está seguindo a orientação. Pois é, mas o deputado Nozinho tem de ir ao microfone para dizer que não está seguindo a orientação do seu bloco. Aí conta a presença do deputado Nozinho. É assim. É o líder que fala. A minha sugestão, que poderia ser acatada de plano, é que o bloco, estando em obstrução, nenhum dos seus deputados contaria para reposição, a não ser que ele se manifeste contrariamente ao posicionamento do bloco.

O presidente – Deputados Durval Ângelo e Rogério Correia, vocês conhecem o Regimento. Ele tem 5 minutos para falar e ainda não terminou. Já está definido. Depois ninguém mais vai falar, vou fazer recomposição de quórum.

O deputado Gustavo Valadares – Presidente, essa era a sugestão. Para o bom andamento dos trabalhos, seria melhor que V. Exa. concedesse 5 minutos ao deputado Alencar da Silveira Jr., senão ele não dará sossego.

O presidente – Vamos determinar a recomposição de quórum.

O deputado Lafayette de Andrada – Apenas para pacificar, na recomposição de quórum, quem estiver lá fora não vai contar.

O presidente – Vale a praxe atual. A Mesa segue a praxe tradicional.

O deputado Lafayette de Andrada – Na praxe atual, para recomposição de quórum, vale a presença de quem está lá fora. A consultoria está informando que não.

O presidente – Os deputados têm que estar aqui dentro. Vocês todos sabem que, para recomposição de quórum, quem estiver lá fora não conta. Só vale quem está no Salão Vermelho. Vocês não venham com conversa fiada. Todos sabem da manobra para ter presença ou não. Não fiquem se fazendo de inocente porque aqui não tem bobo.

Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 36 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

Questão de Ordem

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sei que o pessoal da Dilma falará agora, a Dilma do PT, a Dilma que aumentou impostos lá, e o PT que está aumentando aqui. Gostaria de fazer a defesa do deputado Agostinho Patrus Filho, por ter-se alterado com o deputado Carlos Pimenta. Sr. Presidente, o deputado Agostinho Patrus Filho não está acostumado com o Plenário; o seu negócio é só secretaria; durante dois mandatos, foi secretário, portanto não tem costume com o Plenário. O que está acontecendo hoje nesta Casa já acontecia no passado, com outros, mudaram-se apenas as figuras; todos sabem onde têm que ficar ou não. Estávamos lá fora para não dar quórum, e o deputado Durval Ângelo passou e disse: “Tempo bom em que eu ficava aqui.” O deputado saiu correndo atrás falando: “Gente, tem que haver quórum”. É muito difícil manter a base aqui dentro. Se a oposição não ajudar, não haverá composição de quórum, e não vamos ajudar, porque estamos contra o aumento de impostos. A base de governo precisa entender que ela está votando um projeto que prejudicará a população. Eu falava com o presidente Deiró Marra, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, que, para vocês terem uma ideia, não estava sabendo que o transporte público será onerado. Todo mundo nesta Casa precisa colocar na cabeça o que vai aumentar, o que farão. Na porta da Assembleia e na Praça Sete...

O presidente – Isso não é questão de ordem. O senhor deve indicar sua dúvida sobre a interpretação do Regimento Interno. Você deve pautar-se à questão de ordem. Essa crítica é válida, mas deve ser feita em seu pronunciamento.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – A questão de ordem se refere aos acontecimentos deste Plenário. Agora, quero explicar, Sr. Presidente...



O presidente – Talvez V. Exa. não saiba, apesar de estar aqui há muitos anos, mas questão de ordem deve versar sobre dúvidas quanto à aplicação ou à interpretação de preceitos do Regimento Interno ou sobre texto constitucional, o que não tem nada a ver com os argumentos de V.Exa.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Gostaria que V. Exa. citasse o artigo que se refere ao que estou falando agora. Dê uma olhada no regimento para falar o número do artigo, pois vai ver que estou dentro do tema, do teor do acontecimento.

Veio um protesto aqui em nome das deputadas desta Casa. Está sendo distribuído, na Praça Sete, em Belo Horizonte, algo que a população fez, e acredito que deve ser corrigido: “Você sabia, Sr. Deputado...”. Esse é um preconceito muito grande com as deputadas. Deveria constar: “Srs. Deputados e Sras. Deputadas”. É um absurdo fazer o que a população está fazendo. Eu pediria que isso fosse corrigido, porque as deputadas estão representando a mulher dentro desta Casa. E está lá: “Senhor deputado, se você votar o PL 2.817, vai penalizar e aumentar imposto da santa casa, da Apae, de escolas, de empresas, de comércios da cidade e de templos religiosos”. Alô, meus amigos das igrejas evangélicas. Tenho certeza de que não votarão aqui, mesmo sendo independentes. Independentemente de tudo, o pessoal da igreja tem que pensar o seguinte: está taxando, está aumentando os impostos. Igreja evangélica, comunidade de quilombos, população indígena e outros. Pensem antes de votar. Deixo aqui o meu protesto. E peço às pessoas que estão distribuindo e confeccionando esses *folders* que consertem para “senhores deputados e senhoras deputadas”, porque aqui temos mulheres brilhantes que defendem a população mineira e – tenho certeza – vão votar contra esse projeto. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para discutir o projeto, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia – Presidente Hely Tarquínio, depois de tanta confusão, vamos tentar discutir um pouco o mérito do projeto.

Em primeiro lugar, gostaria de me solidarizar com o presidente Hely Tarquínio, porque, pela sua benevolência e paciência, acabam abusando e às vezes desrespeitando a autoridade dele. Então quero ser solidário. Só você mesmo com essa paciência e benevolência. Fui líder da oposição muitos anos. Durante 12 anos não tinha essa conversa. Eu tinha que passar lá fora escondido. Eu fazia assim para ver se não marcavam a minha presença em Plenário. E, mesmo assim, a presença era marcada. O que a oposição está fazendo aqui agora é apenas jogo de cena, porque sempre foi assim. Contou a presença, registrava-a. Funcionava assim. Agora a oposição quer mudar. Tem que vir ao microfone e dizer “sim”. É oportunismo de quem não aceitou a derrota eleitoral. Mas nós temos que continuar com aquilo que funciona. Ou então muda-se o regimento; muda-se a regra da casa. Mas não pode mudar na marra, no grito. Então presto minha solidariedade ao deputado Hely Tarquínio, que teve que aguentar ofensas, xingamentos, ameaças. Se for para mudar o regimento, somos favoráveis, mas, enquanto ele não muda, tem que permanecer como sempre foi. Durante 12 anos fui líder da oposição aqui. Se a pessoa estivesse aqui dentro, a presença era computada.

A oposição sempre foi esperta, mas, para ser oposição, tem que ser um pouco mais. Tudo bem que não estão acostumados, mas têm que ficar um pouco mais espertos: começou a recontagem, saíram. É só isso. Quem não quiser que sua presença seja computada não deve ficar no Plenário nessa hora; sempre foi assim. Concordo com que, no Salão Branco, é um exagero, é demais, mas não estamos fazendo mais assim. Isso já mudou. Antigamente se fazia assim. Eu mesmo passava – repito – escondido e tampava a cara para passar. O pessoal se lembra disso.

Digo isso só para acabar com essa discussão e para o pessoal ver como era e como funcionava. Está parecendo que agora foi implantada uma ditadura. Não é verdade. Agora está sendo mantido o que funcionava, mas ficou mais democrático porque não obriga mais as pessoas a ficarem escondidas do lado de fora, como era antigamente. Além de muito mais democrático, ainda temos um presidente que concede palavras de ordem à vontade. E não tem nada de palavra de ordem. Palavra de ordem pelo regimento tem que chegar e anunciar a palavra de ordem de acordo com o artigo tal. Palavra de ordem não é para enrolar a reunião. O presidente é muito benevolente com a oposição, assim como o presidente Adalclever Lopes.

A oposição aqui tem tratamento VIP em relação ao que era no passado, tratamento VIP. Nunca antes, na história da Assembleia, a oposição teve um tratamento tão VIP como está tendo agora. É de primeira classe, mas não vou falar de avião. Hoje não falarei de avião; vamos deixar esse negócio de avião para lá.

Sr. Presidente, quero discutir o conteúdo. Sempre faz bem discutir o conteúdo. Se não entrarmos no conteúdo das coisas, o debate fica sectário. Então vamos entrar no conteúdo do debate que fazemos aqui. Não é segredo para ninguém que vivemos uma crise econômica mundial, e também não é segredo que essa crise não chegou ao Brasil e aos países periféricos ou em desenvolvimento do mundo capitalista anteriormente porque esses países tomaram medidas de crescimento do mercado interno, que era muito frágil. Com isso, por meio de emprego, de renda e de programas sociais, como o Bolsa Família, o Pronaf, o Minha Casa, Minha Vida e centenas de outros do governo federal, como o PAC, que é o Estado fazendo intervenção na economia para injetar recursos, conseguimos desenvolver o mercado interno brasileiro e evitar que a crise econômica mundial chegasse de maneira avassaladora, como chegou aos países da Europa. Essa foi a época do primeiro e do segundo governos do presidente Lula e do primeiro governo da presidenta Dilma.

Contudo, agora essa crise internacional também atinge os países em desenvolvimento, os chamados emergentes. Não é apenas o Brasil que vive essa crise aguda, do ponto de vista da economia. A China, por exemplo, teve um crescimento muito menor que o esperado e o crescimento dela está em diminuição. A Índia e a Rússia também estão em recessão há muito tempo, o que evidentemente atingiu o Brasil. Aliás, todos os países do chamado Brics, em desenvolvimento, passaram a ter dificuldades econômicas profundas.

No mérito das discussões que precisamos fazer, por que isso acontece? Acontece porque esses países são países exportadores de *commodities*, e o Brasil, por exemplo, é exportador de minério e de café. Esses produtos, com o decréscimo do mercado internacional e com o mercado interno já não tendo a mesma oportunidade de crescimento, fazem com que essas *commodities* sejam vendidas a preços mais baratos. Aliás, hoje li o artigo do deputado Durval Ângelo, no jornal *O Tempo*, que recomendo a todos. Ele dá o exemplo do minério de ferro, que, em fevereiro, era de R\$187,18 e caiu para R\$54,73. Ora, Minas é um exportador de minério, e o governo anterior, em 12 anos, não promoveu outro tipo de desenvolvimento, o que, aliás, cobrei aqui por diversas vezes. Minas ficou dependente da exportação de minério; Minas não se preparou ao longo desses 12 anos para aumentar o desenvolvimento da



agricultura, principalmente da agricultura familiar, para gerar, por exemplo, recursos internos e externos para a exportação de produtos agroecológicos. Enfim, o Estado não se preparou para isso, como também não se preparou, nas regiões de agronegócio, para um maior desenvolvimento; sempre ficou na dependência da política de exportação de minério. Foi um erro do governo nesses 12 anos.

Diante do exposto, isso fez com que Minas crescesse menos do que cresceu o Brasil nos últimos 12 anos. Minas cresceu muito menos que o Nordeste brasileiro. Essa é a origem da crise, e o governador Fernando Pimentel assumiu o governo com a crise internacional, a nacional e a mineira agravadas. É óbvio que não podíamos deixar o Estado parado. Assim, ao assumir o governo com essa crise e ainda com o agravante de um orçamento com um déficit de R\$7.200.000.000,00, herdados do governo anterior para o orçamento deste ano, é óbvio que a situação de Minas é desfavorável.

Existem compromissos que o governador não pode deixar de cumprir, porque são compromissos de campanha, compromissos com o povo mineiro e também reivindicações, deputada Marília Campos, da base do sistema social mineiro, como a educação pública.

Como deixar as professoras sem ganharem um piso salarial e fazendo greve todo ano de duração de 100 dias, 90 dias e 112 dias? Era impossível que isso acontecesse. O governador Fernando Pimentel tomou uma decisão, no meu entendimento correta: vamos pacificar o serviço público porque foram 12 anos de choque de gestão, mesmo sabendo que a crise econômica é grave, e teremos de buscar recursos oriundos de outras fontes, além de cortar na máquina, a fim de fazer com que o Estado sobreviva este ano. O corte da máquina foi feito, tudo bem. O Estado pode fazer mais? Pode e deve. A deputada Marília Campos é uma das pessoas que tem reivindicado isso no PT. Devemos diminuir o número de cargos comissionados. Apenas, deputado Durval Ângelo, com as leis delegadas, foram mais de sete mil cargos comissionados e de recrutamento amplo. Com as leis delegadas, o governo passado inchou a máquina. Então podemos desinchá-la, e devemos fazer isso. O Pimentel vai tomar essa atitude e remeterá à Assembleia Legislativa esse corte, conforme está comprometido. Ao fazer a reforma administrativa, fortaleceu os setores sociais, mas esvaziou outros. Portanto, fizemos uma reforma administrativa que não custou gasto a mais, não significou gasto a mais. Cortar e agora expandir os recursos para garantir o funcionamento do Estado é obrigação.

O que votamos principalmente nesse aspecto? Primeiro, as custas judiciais, e a oposição foi contra o projeto. As custas e os depósitos judiciais não eram um dinheiro, como eles disseram aqui, da D. Maria e do Seu Pedro. Não. A D. Maria, do Barreiro – eu fui olhar isso –, não tem nenhuma dívida no Judiciário. Nada. Ela não receberá nada. Conversei com a D. Maria, e ela falou que não tem, deputado Gustavo Valadares. Ela não perderá absolutamente nada em relação a isso. Sabem quem perderá? Os bancos, os banqueiros, que especulavam com esses recursos. Em vez de os bancos ficarem especulando com esse dinheiro, deputado Cristiano Silveira, agora poderemos utilizar – e o deputado Cabo Júlio está dizendo que os banqueiros o emprestavam a 8% e ganhavam dinheiro – esse recurso para pagar as professoras, o que é fundamental, para a saúde funcionar e para melhorar o sistema de segurança. Então, estamos fazendo justiça social. Esse foi o projeto que votamos, do ponto de vista de melhorar a arrecadação, e isso nos garante funcionar, apesar do passado, apesar da herança maldita de R\$7.200.000.000,00.

O projeto em tela agora prevê exatamente isso: como arrecadar mais sem que as pessoas mais pobres sofram com isso. É isso que está no projeto, e quero, então, acalmar os telespectadores porque aqui foram ditas questões que não condizem com o que está no texto. Primeiro, em relação à energia elétrica, o que está vindo de principal, deputado Cristiano Silveira, é a diminuição para residência, como se comprometeu o governador Fernando Pimentel. Ainda não para todas as residências, mas para as dos mais pobres, que passaram a ter isenção. Isso está no projeto. Então, não teremos mais a isenção apenas para 90kW ao mês. Será de 3kW ao dia. Serão contados os dias do mês. A estimativa disso – e essa questão está também no texto do deputado Durval Ângelo – é que mais 2.900.000 consumidores, ou seja, 40% das residências da Cemig serão atingidas com essa medida do governo. Ou seja, elas cairão na faixa residencial de não pagamento ou de pagamento de alíquota menor do ICMS, que é o previsto na lei. Essa medida está na lei. Então, aqueles que consomem menos e são pobres, que são 40% dos consumidores da Cemig, serão beneficiados pelo projeto que aprovaremos agora. Isso é diferente, por exemplo, do que a base do governo passado e hoje oposição votou, que foi, por exemplo, a taxa de incêndio, deputado Cabo Júlio. Lembra-se da taxa de incêndio que atingia todos os pequenos comerciantes do Estado e inclusive aqueles que estavam onde não havia Corpo de Bombeiros? Quem mandou isso para cá foi o senador Aécio Neves. Então, agora você vê a oposição gritar que não pode haver aumento para esse setor, mas foram eles que criaram, por exemplo, a taxa de incêndio. A memória, às vezes, é curta, mas nos lembramos disso. Essa taxa de incêndio, além de não ter bombeiro no lugar onde ela é cobrada, tem ainda um agravante: ela não é usada para isso ou não era. O recurso ia para o caixa único.

Denunciei várias vezes, e aí virou o imposto da Taxa de Incêndio, que foi criado pelo PSDB, pelo senador Aécio Neves. Na época, denunciemos e falamos para não votá-lo. Essa taxa, sim, era injusta.

Então, estamos buscando fazer justiça e garantir o funcionamento do Estado. Não queremos e não podemos fazer com que o Estado de Minas Gerais não funcione. É claro que isso não significa uma política de impostos completa ainda no Estado, deputado Agostinho Patrus Filho, a quem daqui a pouco vou passar a palavra, pois não vou usar todo o tempo. Aqui não é o caso de obstruirmos o projeto. Estou querendo esclarecê-lo, porque a oposição está plantando o terrorismo e, ao plantar o terrorismo, as pessoas ficam apavoradas achando que vão pagar imposto. Não. Isso é setorializado, só para alguns. Portanto, estamos destacando no projeto de lei quais são, até para as pessoas saberem.

Por exemplo, recebi uma professora assustada querendo saber se teria de pagar mais imposto. Não, professora, pelo contrário, esse imposto vai garantir o salário e o aumento dado pelo piso salarial que os tucanos não davam. Mas, para o governador Pimentel pagar o piso aos professores, ele precisa de recursos, senão ele não poderá pagar o piso aos professores. E nós não votamos por unanimidade pagar o piso aos professores? De onde vamos tirar dinheiro, se há essa crise?

O governador Pimentel é um governador responsável. Mesmo que a medida possa não ser exatamente aquela que gostaríamos, precisamos tomá-la para que o Estado continue a funcionar. Isso se chama responsabilidade do governante. Se não fizermos isso, o Estado entra no caos do Estado do Rio Grande do Sul ou no caos do Estado do Paraná, que reprimiu e bateu nas pessoas, como fez o



governador Richa, também do PSDB, que espancou as professoras, porque queria retirar-lhes o direito. Se você quer fazer com que o Estado tenha um funcionamento...

As medidas do governador Fernando Pimentel, deputado Hely Tarquínio, presidente da reunião, têm sido medidas populares. Não houve nenhuma medida antipopular em relação ao serviço público. Pelo contrário, agora ele anunciou que vai chamar mais 1.080 servidores da área de segurança pública. Deve sair amanhã a nomeação das professoras do concurso público de 2014. Então, continuaremos chamando as professoras para a escola funcionar melhor, as reformas das escolas continuarão sendo feitas, obras no sistema de saúde para a retomada dos hospitais também continuarão sendo feitas. São medidas de que precisam o Estado e, para isso, tem de haver algum tipo de arrecadação.

Quero terminar, dizendo que, para se fazer justiça social no Brasil, vamos ter de fazer mudanças de imposto mais profundas, mas não é no Estado, depende, deputados e deputadas, de uma ação governamental maior. Por exemplo, sabem o valor da sonegação de impostos no Brasil até o início de setembro? São R\$355.000.000.000,00. No Brasil, os pobres pagam muito imposto na mercadoria, porém os mais ricos, os muito ricos não pagam imposto. Nos países europeus, o imposto sobre herança é taxado em 40%, 50%, 60% ou 30%; já no Brasil é taxado em 8%. Então, não temos justiça social, que precisa ser feita. Esse é o sentido geral, e o Pimentel começa a fazer isso.

Com essas palavras, recomendo a leitura do texto que o deputado Durval Ângelo apresentou hoje. Terminei minhas palavras para que o presidente possa dar continuidade à reunião. Presidente, terminei minha fala.

O presidente – Com a palavra, para discutir o projeto, o deputado Antônio Carlos Arantes.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, amigos das galerias e nossos vereadores de Machado presentes.

Gostaria de manifestar nossa opinião sobre o Projeto de Lei nº 2.817/2015, em 1º turno, do governador Fernando Pimentel, que está fazendo escola. A escola petista realmente é uma doutrina fiel. O pessoal é doutrinado para cobrar impostos.

O interessante é que o pessoal que defende o projeto fala de justiça social, deputado João Vítor Xavier. Eles falam de justiça social cobrando impostos de asilos, de Apaes e de santas casas. Isso é o fim da picada, o fim do mundo. Cobram impostos de creches, escolas e de todas as áreas sociais. Já não chega o tanto que cobram de impostos do setor produtivo, que está sendo massacrado neste país, assim como o comércio, a indústria e os serviços. Isso é um absurdo.

Só ouvimos notícias ruins. A cada hora surge um problema mais sério. O jornal *O Tempo* desta semana divulgou uma matéria de Juiz de Fora informando que somente este ano foram fechadas 543 empresas comerciais e 607 empreendimentos nessa cidade. Gente, isso é uma tragédia. Isso é o fim dos tempos. Só Deus para ter dó, pois perdemos o controle. Falei de Juiz de Fora, mas haverá também problemas seriíssimos em Machado, em São Sebastião do Paraíso e em Passos, onde muitas empresas já fecharam as portas. Se passarem na Avenida da Moda, verão que a moda agora é fechar as portas. Que coisa mais triste.

Gente, as santas casas do Brasil estão endividadas. O deputado Arlen Santiago, defensor ferrenho das santas casas, conhece bem isso. Elas estão endividadas, humilhadas e sofridas, vivendo de doações e de movimentações. Na minha região há movimentos, encontros, reuniões e festas a toda hora para arrecadar dinheiro para as santas casas e para os hospitais filantrópicos, que estão quebrados. Deputado Tito Torres, agora, recebem mais uma facada, mais uma espetada do governo do PT, apoiado também por outros partidos. Estou vendo que muitos deputados caíram fora e não querem votar. Eles fazem muito bem, pois não querem pôr o pescoço na forca e na guilhotina, já que isso não terá perdão. O comércio não perdoará.

Aliás, já saiu o seguinte alerta: “Srs. Deputados, se vocês votarem a favor do PL 2.817, estarão penalizando com o aumento de impostos as santas casas, os hospitais, as Apaes, as escolas, as creches e os asilos”. Os velhinhos sofridos que vivem muito em função do voluntariado e todo esse pessoal serão massacrados.

Então, Sr. Presidente, quero manifestar minha preocupação. Os deputados que votarem a favor desses impostos vão votar para fechar os asilos, as Apaes, as santas casas. Por cada ponto comercial de sua cidade que fechar as portas a partir de agora, você também será o responsável, porque será fruto de uma política paternalista do PT para quem não produz, que massacra quem produz e quem desenvolve.

Questão de Ordem

O deputado Antônio Carlos Arantes – Sr. Presidente, em função disso, solicito o encerramento, de plano, desta reunião, porque o povo precisa pensar direitinho.

O presidente – Vou solicitar a recomposição de quórum, conforme o Regimento Interno. Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 29 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para continuar a discutir o projeto, o deputado Antônio Carlos Arantes, que ainda dispõe de 12 minutos para o seu pronunciamento.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Dando continuidade, Sr. Presidente, eu não consigo entender como esse projeto tem cara de ação social. É um projeto para fazer – como posso dizer? – justiça social. Justiça social cobrando impostos de asilos; cobrando impostos da nossa Santa Casa de São Sebastião do Paraíso, que atende toda a região e está apertada financeiramente; cobrando impostos, aumentando os impostos da Santa Casa de Passos, que, aliás, tem um belo hospital do câncer, uma maternidade muito boa também e atende várias cidades da região e está apertada. Eles fazem campanha direto para arrecadar dinheiro da sociedade. Fazem um belo trabalho e agora vão ter de aumentar as campanhas, se esse projeto passar. Mas acho que ele não vai passar, os deputados não vão ter coragem de colocar o seu voto para massacrar os hospitais, as Apaes, os asilos e cada comércio que fechar suas portas, após a aprovação desse projeto, se for aprovado. Cada deputado terá a chancela: “Eu ajudei a fechar essa empresa, porque aumentei os impostos para ela.”

Muitas empresas mineradoras vão fechar suas portas, porque hoje a maioria está apertada. E vão poder falar que o deputado tal me fez mal, votou contra, porque a mineração agora vai ter de pagar também IPVA dos *off roads*, daqueles caminhões que transportam



minério. Na minha região, havia mineração que tinha quase mil empregos e hoje tem 50. Estão lá os caminhões parados. Mesmo assim, vão ter de pagar o imposto. Estão lá sucateados, mas vão ter de pagar, se passar.

Espero que vocês tenham consciência e não cobrem, não votem um projeto que massacra o cidadão. Vocês estão vendo o que está acontecendo em Brasília, o que está acontecendo lá com a D. Dilma. Vocês vão ser discípulos da Dilma, do Vaccari, do PT, que cobra impostos e gasta mal, corrói o dinheiro da sociedade e o joga no lixo? Nunca vi maltratar o dinheiro público como o PT tem feito. Agora isso vai se estender a Minas Gerais? Não seria melhor inverter isso?

Deputado Bosco, vai passar na sua cidade, se o Pimentel resolver fazer, um gasoduto. Ele parou. Gente, esse gasoduto traz desenvolvimento, e aí gera mais tributo. Ele tem de fazer, e tem dinheiro na Codemig, na Gasmig. Vai fazer, gente. E o povo está humilhado e sofrido.

E a Petrobras em Uberaba, deputado Tony Carlos? A Petrobras está parada em Uberaba! A Petrobras já gastou em Uberaba R\$1.200.000.000,00 e parou a obra. Agora não quer mais saber de produzir fertilizante. Foram torrados, jogados no lixo R\$1.200.000.000,00, que eram para a produção de fertilizantes nitrogenados, para que o Brasil adquirisse a sua independência, não imediata, mas a médio prazo. Hoje o País importa 70%, só produz 30%, mas, com a Petrobras produzindo fertilizantes nitrogenados, o Brasil produziria 70%, nós iríamos economizar 40% da importação desses fertilizantes, geraria emprego, tributo para o caixa do Estado, para o caixa de Uberaba, o que é importante para a região e para o produtor rural brasileiro, que ia parar de importar fertilizante. Deputado João Leite, o produtor brasileiro está pagando mais de R\$4,00 por um dólar. O preço do fertilizante agora disparou, e o do milho baixou. Por quê? Porque o povo está diminuindo o consumo.

Esse projeto, deputado Wander Borges, penaliza até o alimento, a ração. O produtor está vendendo milho a pouco mais de R\$20,00 a saca.

Se o produtor pegar uma saca de milho, vender lá no Jacuí, lá no meu Mato Dentro e chegar aqui, não poderá comer em um restaurante melhorzinho, terá de comer em um *self-service*, senão comerá o saco de milho inteiro em apenas um almoço. Mas ele vai ter de pagar mais para produzir esse milho, porque o fertilizante subiu, porque há uma irresponsabilidade na condução da política econômica deste país, porque desviaram os dinheiros, desviaram os orçamentos, desviaram tudo que passou na mão deste governo. E quem paga a conta é o produtor rural; e quem paga a conta é o cidadão. O produtor vende barato, mas o consumidor paga mais caro por causa dos impostos, e vão aumentar ainda mais os impostos. Imaginem a quantidade de lojas, de mercadinhos que vão fechar suas portas.

Antes, no passado, quando eram calculados custos para se produzir no trabalho, no comércio, a energia era quase insignificante. De repente, o preço da energia começou a subir e a impactar. O governo anterior foi massacrado por vocês, que falavam que se cobrava muito pela energia, que se cobravam muitos impostos e achavam que o preço da energia ia abaixar, mas ele subiu. Essa fala é do Sindicato dos Fiscais – Sindifisco -, porque, na realidade, esse aumento de impostos impactará indiretamente outros tributos, e o aumento dos impostos vai praticamente para 51%, e não apenas para 7%.

Minha gente, para cada comércio que fechar as portas na sua cidade, a partir de agora, sintam-se também responsáveis: “Ajudei a fechar esse comércio, porque meti imposto nele. Ajudei a cobrar mais impostos daquele comércio”. No dia em que eles saírem fazendo suas campanhas para os asilos, para as Apaes, vocês poderão dizer: “Eu preciso contribuir mais, porque ajudei a aumentar os impostos para os asilos, para a Apae, para a santa casa”. Mas eu e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Dilzon Melo, Bonifácio Mourão, Gustavos, Tito, João Leite, João Vítor, não. Podemos falar que não ajudamos a cobrar impostos de vocês, pois defendemos o comércio de Belo Horizonte, defendemos as entidades sociais de Belo Horizonte. Então, João Leite, vamos ter a consciência tranquila, pois não ajudamos a aumentar impostos nem a fechar as empresas. Nós defendemos o emprego, a renda, o desenvolvimento. O deputado Dalmo, na frente da indústria, e eu, na frente do comércio e dos serviços, para gerar emprego e desenvolvimento, e não para agoniar, matar, asfixiar, enfiar o espeto na costela desse povo tão sofrido.

O deputado João Leite (em aparte)* – Obrigado, deputado Antônio Carlos Arantes, deputado amigo da agricultura e que faz um alerta no Plenário da Assembleia: o PT fechará o campo; em Minas Gerais, acabará o trabalho no campo. Depois, o PT e aqueles que o apoiam aqui, que vão votar junto com ele vão fechar as escolas, porque as escolas não vão conseguir pagar essa carga tributária da energia elétrica.

Ontem, um representante da Santa Casa de Misericórdia esteve aqui, daquele imenso prédio. Essa santa casa recebe gente do Estado inteiro para fazer cirurgias. Ontem, representando o provedor, esteve aqui o Dr. Guilherme Riccio, que disse qual é o custo dessa energia, de um CTI, Dr. Ricardo, ligado 24 horas. Como os hospitais vão sobreviver, deputado Arantes? O PT e seus apoiadores fecharão os hospitais. Algo para imaginarmos é que Brasil agora é Cuba. As igrejas serão fechadas. As igrejas foram fechadas em Cuba, agora serão fechadas aqui, porque não vão dar conta de pagar essa conta de energia elétrica.

O deputado Antônio Carlos Arantes falou muito bem que o PT fechará o trabalho, a educação, a saúde, e o homem do campo ficará desempregado.

Essa é a herança maldita que o Brasil está recebendo do PT e de seus aliados, que permanecem aqui perfazendo o quórum para a votação de aumento de impostos para hospitais, igrejas, Apaes. Os aliados do PT estão aqui dando quórum para essa farra, para, como V. Exa. disse muito bem, gastar muito mal. Eles gastam muito mal o dinheiro desses impostos. O Sr. Frank Sinatra Chaves, presidente da Federação das CDLs de Minas Gerais, manifestou-se aqui ontem: “Socorro!”. Ele pediu socorro. Não adianta, Frank, que eles não ouvem. Só ouvem o PT. Estão encantados. Foram levados por essa cantiga de que é para os pobres. Quais pobres? Os que estão trabalhando nas terras neste momento e que vão perder seus empregos?

Quero pedir a V. Exa. o encerramento de plano da reunião. Não vale a pena ficarmos aqui. Espero que os aliados do PT que apoiam os templos religiosos e os hospitais saiam também, não deem quórum para essa farra do Pimentel. É a farra do desemprego, do fechamento dos hospitais e das igrejas. Quando V. Exa. terminar, peça a recomposição de quórum, para verificarmos se há número regimental mesmo e vermos se o PT e seus aliados vão permanecer aqui.



O deputado Antônio Carlos Arantes* – Encerrando, Sr. Presidente, que o governo Pimentel invista no desenvolvimento. A empresa Abengoa está parada por falta de licença. Ela tem um projeto grande, 400 milhões, para trazer energia para a região, e assim é com tantos projetos. Vamos trabalhar para produzir.

Questão de Ordem

O deputado Antônio Carlos Arantes – Peço, Sr. Presidente, o encerramento, de plano, da reunião.

O presidente – Verifico, de plano, que há muitos deputados presentes. Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 30 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para discutir o projeto, o deputado Cabo Júlio.

O deputado Cabo Júlio* – Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, quando há uma discussão entre oposição e governo ou situação, é notório que cada um use seus argumentos. É natural que isso exista, faz parte. Mas preciso dar algumas informações que não quiseram dar aqui.

O Projeto de Lei nº 2.817/2015, que cria algumas mudanças, está aqui. Alguns produtos – temos que ter a coragem de dizer – terão o aumento de dois pontos percentuais na sua tributação. Que produtos são esses? Cerveja, cigarro, bebida energética, água de colônia, alimento para atletas, *smartphones* – alguns custam R\$8.000,00 -, equipamento para pesca esportiva, equipamento de som automobilístico, amplificadores. Alguém disse que a ração para o gado vai impactar, mas não leu o projeto, porque está escrito ração *pet* para gato. Não é da D. Maria, não. É ração para o cachorro. E alguém perguntou: “Para o gado vai impactar?”. Zero. Gente, são produtos de primeira necessidade, não é? *Smartphone* é produto de primeira necessidade? Água de colônia é produto de primeira necessidade? Som automotivo, que vai aumentar dois pontos percentuais, é produto de primeira necessidade? Só se for dos ricos, mas das pessoas das classes média e pobre, não. Bebida energética? Realmente, o governo está fazendo uma maldade aumentando o imposto da bebida energética, não é? E os equipamentos de pesca esportiva? O governo é muito mau, está aumentando, em dois pontos percentuais, o custo do material de pesca esportiva. Gente, o dinheiro desses “materiais de primeira necessidade” vai ser usado para pagar professor, para pagar policiais. E não são produtos de primeira necessidade, não. Temos que mostrar o outro lado. A conta de luz vai ficar mais barata para as pessoas mais simples, porque vai mudar a base de cálculo.

Eu trouxe algumas coisas para mostrar aos meus nobres colegas. Artigo 11 do projeto: “Fica concedida isenção de ICMS em operação interna realizada com energia elétrica destinada à classe residencial, assim definida pela Aneel, cujo faturamento mensal resulte no consumo médio de até 3kWh por dia, nos termos desse regulamento”. Pessoas – como gostam de falar aqui -, como a D. Maria e o Sr. José, vão ser beneficiadas com isso. E há outra coisa sobre a qual alguém deu um grito aqui. Como gostam de dizer Sr. José e D. Maria, ainda vou dar outro exemplo. O Sr. José, lá do Barreiro, que tem o seu fusquinha, o seu Fiat Uno 1000, paga IPVA, mas o outro Sr. José, o que tem uma máquina de terraplanagem que custa US\$20.000.000,00 não paga IPVA; o Sr. José que tem um *jet-ski* não paga nada; o Sr. José que tem uma aeronave não paga nada; mas o Sr. José, que tem um fusquinha ano 1969, lá do Barreiro, paga sim. E o que o projeto diz também e que não existia? Que os débitos de IPVA do Sr. José, que foi pego numa *blitz* porque o seu IPVA está atrasado, pois ele não aguentou pagar, vão poder ser parcelados em até 12 meses. Ou pagava para tirar o carro, ou era preso. Então, precisamos mostrar o outro lado para fazer um debate um pouco diferente.

Apresentei duas emendas: a primeira foi no sentido de aumentar de 3% para 4% o imposto sobre a embarcação do Seu Zé, que tem um barquinho de R\$5.000.000,00 no Lago de Furnas ou na represa de Três Marias. Apresentei também outra por causa da incoerência da lei: o cidadão paga 1% de tributação quando compra um ônibus, um micro-ônibus, um caminhão ou um caminhão-trator, o mesmo imposto que paga outro cidadão ao comprar uma aeronave, deputado Paulo Lamac. Precisamos discutir aqui essas incoerências e mostrar o outro lado.

Alguém disse aqui – e isso faz parte do debate político, não quero desmerecer quem discursou, mas sim fazer o nosso papel de mostrar o outro lado – que as igrejas vão fechar. O inciso VI do art. 150 da Constituição Federal – e não há a menor possibilidade de uma legislação estadual se sobrepor à federal – estabelece a imunidade tributária dos templos de qualquer culto: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados” – e aí entra o Estado de Minas Gerais –, “ao Distrito Federal e aos Municípios: VI – instituir impostos sobre: b) templos de qualquer culto”. Como a igreja vai fechar se o Estado não pode nem tem o propósito de instituir qualquer tipo de tributação à igreja? Essa não é uma verdade absoluta. Temos aqui o dever de fazer o debate.

Deputado João Leite, se V. Exa. for rápido, concedo-lhe aparte com todo o prazer, pois tenho um grande respeito por V. Exa., embora estejamos momentaneamente em campos políticos opostos.

O deputado João Leite (em aparte)* – Deputado Cabo Júlio, acompanhei essa questão, e quem nos liderou na Assembleia Legislativa, no governo passado, foi o deputado Gilberto Abramo: o governo resolveu não cobrar mais. Fizemos uma legislação, e V. Exa. disse bem que não era nem necessária uma legislação, mas a fizemos, porque a Cemig não queria. Agora, essa empresa continua cobrando imposto dos templos – e minha igreja, a Batista Central, está pagando – e ainda exige que sejam colocados relógios diferentes: um no templo e outro nas outras dependências. Nenhuma igreja tem isso hoje ainda, pois é algo muito caro. Então, deputado Cabo Júlio, ao votar, estaremos aumentando sim os impostos das igrejas, que continuam pagando – e peço até o apoio de V. Exa., pois estou apresentando uma emenda tentando estabelecer o que já está em nossa Constituição; não é devido para os templos religiosos, batistas, católicos, adventistas, judaicos, mas eles estão pagando. Muito obrigado pelo aparte.

O deputado Cabo Júlio* – V. Exa. pode ter certeza de que, em situações como esta, tem o meu apoio, mas vou exemplificar. Certa vez, fui alugar um apartamento na Avenida Abrahão Caram, em frente à UFMG. Era um prédio de oito andares, e perguntei qual era o valor do aluguel e do IPTU. Disseram-me o valor do aluguel e que o IPTU não era pago. Perguntei o porquê e me responderam que o apartamento pertencia à cúria. Entretanto, a ideia do legislador é isentar o templo, e não o patrimônio que, porventura, qualquer igreja



tenha. Achei estranho, pois, naquele dia, não estávamos falando da Igreja Católica, mas do apartamento que ela tinha comprado e estava alugando para auferir renda, que era isento de IPTU.

Então, vamos à Cemig. Estou com V. Exa., pois a igreja não pode pagar. Agora, vamos imaginar que ela faça seu patrimônio, pois é natural ela ter um carro, um apartamento que recebeu de doação. Seria correto isentar o patrimônio da igreja ou o templo, que é de uso coletivo?

V. Exa. vai ter-me como aliado para fazer essa discussão na Cemig. É só para dizer que essa fala de que a igreja vai fechar não é uma verdade absoluta.

A outra coisa que falaram aqui é que a comida para o gado vai ficar mais cara para o produtor rural. Isso não é verdade. Não está escrito isso na lei. Está explícito na lei o tipo de ração que terá esse impacto. É ração tipo *pet*. O produtor não compra ração tipo *pet*. Quem compra essa ração é quem tem gato ou cachorro em casa, e isso não gera impacto na agricultura.

Era só para fazer um contraponto de forma bastante respeitosa. Precisamos mostrar o outro lado também. É por isso que faço essa minha indagação respeitosa àqueles que pensam diferente, mostrando que o que está escrito na lei não é bem o que estão falando. Muito obrigado.

O presidente (deputado Adalcleber Lopes) – Com a palavra, para discutir o projeto, o deputado Agostinho Patrus Filho.

O deputado Agostinho Patrus Filho* – Obrigado, presidente. Eu estava ao lado de V. Exa., por isso não me viu. Quero, antes da discussão do Projeto de Lei nº 2.817/2015, falar a respeito do ocorrido hoje pela manhã. Quero dizer aos colegas parlamentares, em especial ao deputado Carlos Pimenta, que nossas divergências momentâneas nesta Casa são muito menores que a nossa amizade, o nosso companheirismo e a minha admiração pelo deputado Carlos Pimenta. Quero, em primeiro lugar, deputado Carlos Pimenta, dizer que nossas divergências são muito menores que nossa amizade, que o nosso reconhecimento pelo seu trabalho, pela sua luta pelo Norte de Minas e pela sua atuação como parlamentar com tantos mandatos nesta Casa.

Quanto ao projeto de lei, presidente, depois de longa discussão com os colegas do Bloco Compromisso com Minas Gerais, digo que é importante pensarmos um pouco na situação do nosso país. Hoje estava acompanhando nos jornais a situação de muitos estados da Federação. Prendo-me aqui a dois, três ou quatro exemplos. Um deles é o Rio Grande do Sul, que recentemente anunciou o escalonamento dos salários dos servidores, anunciou a dificuldade do pagamento dos compromissos do governo do Estado. Por isso apresentou um projeto naquela casa legislativa aumentando seus impostos, majorando, como acontece aqui, o ICMS e o IPVA.

É importante também falar sobre o que acontece em Pernambuco. A exemplo do que está acontecendo em Minas Gerais, também tramita na Assembleia Legislativa de Pernambuco uma solicitação para aumento das cargas tributárias estaduais. A situação não é diferente no Estado de Tocantins, não é diferente no Estado do Paraná, que aprovou, no dia de ontem, assim como o fez o Rio Grande do Sul, os aumentos das suas tarifas estaduais. O que quero mostrar é que esse problema não é apenas de um partido. Citei aqui cinco estados brasileiros, governados pelo PMDB, pelo PSDB, pelo PSB e, no caso de Minas Gerais, pelo PT. Portanto, as dificuldades estaduais não escolhem o mandatário de um partido ou o partido que está à frente daquele governo. A exemplo de outros estados, Minas Gerais, infelizmente, tem que recorrer ao aumento dos seus tributos.

Ao mesmo tempo, esse projeto também apresenta um impacto positivo importante. A nossa dependência das *commodities*, infelizmente, com a explosão e o crescimento chinês, tornou-se insustentável. No momento em que as vendas de minério de ferro e do nosso café se reduzem no mundo inteiro, Minas Gerais sente, antes dos outros estados, os problemas na sua baixa arrecadação. Mas também quero dizer que, no que tange à Cemig e à cobrança daquelas pessoas mais carentes e humildes, o governo corrige um erro importante, ao transformar a tarifa social não mais em uma medida mensal, mas sim em uma medida diária, transformando os 90kWh mensais em 3kWh por dia. Era o que ocorria com um determinado e pequeno consumidor, e estamos falando de muitos consumidores da Cemig. Imaginem, as senhoras e os senhores parlamentares que 30% das contas, ou seja, quase 3 milhões de mineiros fazem parte dos pagamentos dessa tarifa social mais barata. Portanto, 40% das residências dos mineiros serão beneficiadas com essa mudança para os 3kWh por dia.

Quero aqui dizer que o bloco tem se reunido e estamos discutindo o projeto, bem como as prováveis emendas. Esta Casa tem, por tradição, melhorar e aperfeiçoar os projetos que aqui chegam. Tenho certeza de que a contribuição dos mais diversos partidos fará com que esse projeto saia, depois de discutido e aprovado por esta Casa, melhor do que quando apresentado.

Portanto, Sr. Presidente, as minhas palavras são de preocupação com o nosso país e com a situação em que vivem os estados e municípios e, acima de tudo, de preocupação com aqueles consumidores mais carentes e mais necessitados do apoio do Estado. Era essa a minha contribuição. Agradeço a V. Exa.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 1 minuto para entendimentos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Prorrogação da Reunião

O presidente – A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 13h59min. Com a palavra, para discutir o projeto, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares* – Para discutir, Sr. Presidente. Então, vamos lá. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imaginava que essa hora não fosse chegar, deputado João Leite. Achei que fôssemos conseguir, antes do meu momento de discussão na tribuna hoje, convencer pelo menos a maioria dos nobres pares a respeito do absurdo que está prestes a ser aprovado nesta Casa. Nós, do bloco de oposição, falamos. O deputado João Leite falou, o deputado Lafayette de Andrada falou e o deputado Antônio Carlos Arantes falou. Então fomos três deputados. Houve uma hora e trinta minutos de argumentos contrários a esse absurdo que está prestes a ser aprovado nesta Casa. Até agora não conseguimos convencer os demais deputados, aqueles do bloco do governo a votarem conosco, a votarem contrariamente a esse projeto que aumenta impostos. É interessante que o nosso bloco é pequeno, somos a minoria na Casa, mas



somos aqueles que hoje representam a grande maioria da população do nosso Estado. Vejam o tamanho da incoerência! A maioria da Assembleia representa uma pequena minoria.

É o seguinte: uma minoria hoje – e eu estava dizendo isso –, se é que alguém fora deste ambiente tem a coragem de defender esse projeto, – deve haver uns 10 ou 15 gatos-pingados – é representada pela maioria desta Casa. Os deputados do governo querem a aprovação desse projeto, e o mais interessante é que querem a aprovação mesmo não tendo argumentos para convencer uma minoria. Foram dois os parlamentares do governo que estiveram nesta tribuna, dois deputados que apoiam, de forma aberta, este governo: o que me antecedeu e o que antecedeu o outro deputado. Eles não tiveram condições de explicar ou justificar esse aumento de impostos.

Primeiro, somos parlamentares de Minas. O que acontece no Paraná não me interessa neste momento. O que acontece no Rio Grande do Sul não me interessa neste momento. O que acontece na Paraíba não me interessa neste momento. O que acontece em Sergipe não me interessa neste momento. O que acontece em São Paulo não me interessa neste momento. Eu não obtive votos em Valinhos. Não obtive votos em Campinas. Não obtive votos em Porto Alegre. Não obtive votos em Campina Grande. Não obtive votos no Rio de Janeiro. Não obtive votos em Arraial d'Ajuda. Não obtive voto em Arraial do Cabo. Não obtive votos na minha querida São Pedro da Aldeia. O que me interessa é o povo, é o cidadão de São José do Jacuri; interessa-me o cidadão de São Gonçalo do Rio Abaixo; interessa-me o cidadão de Bom Jesus do Amparo; interessa-me o cidadão de Belo Horizonte; interessa-me o cidadão de Caeté. Para esses eu estou aqui trabalhando. São eles que me fazem sair de casa e deixar as minhas duas filhas, as coisas mais maravilhosas que eu tenho, para vir à Assembleia trabalhar. A pessoa que está no Rio de Janeiro pouco hoje me interessa. A pessoa que está em São Paulo pouco me interessa. A situação dos estados de lá pouco me interessa. O que me interessa é um governo que propõe aumento de impostos, mas que não tem a coragem, a lucidez, a responsabilidade de cortar primeiro os seus gastos.

Se não chegou hoje, ainda está para chegar – e peço a nossa assessoria para verificar isso – um projeto que vai criar mais uma secretaria neste estado. Se não me engano, ela se chamará Secretaria de Administração Penitenciária. Passaremos, então, a ter 21 secretarias. Quando o PT assumiu o governo em 1º de janeiro deste ano, tínhamos 17 secretarias. Eles aprovaram, a toque de caixa, uma reforma administrativa, e o número subiu para 21. Uma das quatro criadas eles não tiveram coragem de levar à frente e reduziram para 20. Agora, estão chegando de novo a 21 secretarias. Quem está apertado não cria mais gastos. Quem está apertado diminui gastos. Quem está apertado corta primeiro dentro de casa. Este governo do PT não faz isso, assim como não faz em âmbito federal. E, mais do que isso, propõe uma grande injustiça para com os mineiros. Jogam no bolso do cidadão mineiro a responsabilidade de pagar a conta da farra do PT em Minas; da farra de um governo inchado, que está assim para abrigar a companheirada que a vida inteira sonhou em assumir o governo de Minas, apenas para se perpetuar no poder, sem projeto de Estado, sem projeto de governo. Querem que a população pague a conta desses absurdos.

Quero que um deputado da base do governo venha a esta tribuna e me explique qual a razão de se aumentar de 18% para 25% o ICMS da energia elétrica de estabelecimentos comerciais. Se o governador do Estado, quando era candidato, a três ou quatro dias antes da eleição, disse que a energia de Minas era a mais cara porque o ICMS que era cobrado sobre ela era o mais caro do Brasil... Por conta disso, as empresas e as indústrias estavam saindo de Minas Gerais, estavam indo embora para outros estados.

Quem do governo virá aqui para me justificar, de forma aberta, qual a razão do aumento do ICMS de 18% para 25% de todos os estabelecimentos comerciais? E aí, deputado Mourão, V. Exa. sabe disso, incluem-se aí os hospitais filantrópicos, os templos religiosos, as Apaes. (- Manifestação fora do microfone.)

Deputado Bonifácio Mourão já está falando à frente. Estou falando primeiro do ICMS da energia elétrica. Quem do governo virá aqui me justificar a razão desse aumento? Não virá ninguém. Houve um deputado da base do governo que veio aqui agora e falou que temos de votar a matéria para prestigiar os de pouca renda, de baixa renda, que serão beneficiados pelo programa da tarifa social da Cemig.

Senhoras e senhores, segurem-se nos braços dessas cadeiras. Essas cadeiras da galeria têm braço? Propagaram aos quatro cantos que esse projeto aumentaria o número de beneficiados da tarifa social da Cemig. Vou explicar aos que não sabem o que é a tarifa social da cemig. Quem consome somente até 90kWh/mês de energia não paga o imposto estadual que incide sobre a energia, que é o ICMS, esse que o governador Pimentel está aumentando de 18% para 25%, e que para residência é de 30%.

Só um minuto para eu terminar a explicação. V. Exa. é professor e vai me ajudar na explicação. Sabe o que propõe este governo? Estão dizendo que está ampliando... Mentira, mais uma mentira do PT. Até agora quem não gastava 90kWh...

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* – São seis subclasses. Estão extraindo cinco. Era isso o que eu queria dizer.

O deputado Gustavo Valadares* – É exatamente isso. Fica aí, deputado Lafayette, para me ajudar. O que eles estão fazendo? Quem gastava até 90kWh/mês não pagava o ICMS que incide sobre a energia.

Deputado João Vítor Xavier, preste atenção. Quando V. Exa. for ao Pindorama, Glória, àquela região da Abílio Machado, ali pertinho... É nossa. Vou lá visitá-lo.

Então, são 90kW. Por exemplo, o deputado João Vítor Xavier é de Caeté, mas mora em Belo Horizonte, e deve ter naquela cidade uma residência que fica fechada praticamente durante todo o mês. Ele não deve gastar os 90kW por mês e estava incluído na tarifa social, assim como qualquer outro cidadão que tenha dois imóveis e, em um deles, não gaste 90kW. E vocês sabem o que o PT está fazendo? Senhor de camisa amarela, segura o braço da cadeira para não cair para trás. Sabem o que eles estão propondo? Deputado Lafayette de Andrada, eram seis, não é? Estavam incluídas seis subclasses.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* – São cinco.

O deputado Gustavo Valadares* – Estão tirando cinco. Só está ficando quem está no cadastro do Bolsa Família. Isso já conhecemos; é a turminha deles. É a turma do Bolsa Família, que, ao invés de querer ajudar, para tirar as pessoas do programa, querem ampliá-lo. Os únicos que votavam neles, mas não votam mais, fazem parte dessa turma. Estou esperando e tenho inúmeros amigos nos jornais de Minas... Na semana passada, os principais jornais de Minas publicaram isso de forma equivocada. Eles foram enganados pela base do governo e pelo governo do Estado. Eles disseram que o Projeto de Lei nº 2.817/2015, que está na Assembleia Legislativa, ampliaria a



tarifa social da Cemig. Isso foi publicado nos grandes jornais em circulação do Estado. Eles publicaram que estariam ampliando, mas estão diminuindo. Só será beneficiário desse sistema de tarifa social uma minoria. Deputado João Vítor Xavier, a sua casa de Caeté não faz mais parte disso. Se esse senhor de camisa amarela tiver alguma casa por aí afóra que não esteja sendo utilizada, não será mais beneficiado. E não me venham dizer que estão fazendo isso por uma questão social. Não há nada disso, não. Benefício fiscal é bom para todo o mundo. Todo o mundo quer e todo o mundo tem direito. Se não gastou os 90kW por mês, V. Exa. tem direito, deputado Lafayette de Andrada, assim como o cidadão que mora no Glória e no Pindorama, no Belvedere, em Lagoa Santa e em Sete Lagoas. Todos têm direito.

Quero ver alguém do governo vir aqui defender esse projeto de forma aberta e não enrolando e falando sobre outras coisas e de outros estados. O que me interessa é Minas Gerais.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* – Deputado Gustavo Valadares, o que é grave nesse projeto é que querem aumentar imposto para asilo, para Apae, para santa casa e para hospital filantrópico, que são entidades que não têm nenhuma atividade econômica. Como podem aumentar imposto para asilo? Asilo não tem atividade econômica e não vende nada. Asilo cuida de velhinhos com recursos de caridade. Aumentar imposto para asilo e Apae é cruel. Esse projeto é cruel, deputado Gustavo Valadares. Era isso o que queria dizer.

O deputado Gustavo Valadares* – Deputado Lafayette de Andrada, mais do que isso, dentro dessa subclasse que mantiveram na tarifa social da Cemig, eles estão excluindo, deixando de fora comunidades quilombolas e população indígena. Aos meus queridos, que chamarei de conterrâneos, lá de Carmésia, pois sou deputado majoritário nessa cidade, que tem comunidades indígenas e é famosa, e o deputado Tito Torres conhece bem a nossa região e sabe disso, informo que as comunidades indígenas de Carmésia estão fora desse programa do PT. O PT não quer saber de vocês, população indígena. O PT quer o seu dinheiro para pagar a farra de cargos que virou o governo do Estado desde 1º/1/2015. E só há 77 pessoas neste Estado que têm condições de salvá-los, e a maioria está aqui agora.

Faço uma convocação aos indígenas, aos quilombolas e aos empresários. Vejam vocês que estou indo de A a Z. Faço aqui uma convocação a todos: busquem os seus deputados, agora. Pressionem os seus deputados. Os deputados da base do governo já estão votando com vergonha, vermelhos, doidos para votar e sumir daqui por uns 30 dias. Procurem agora seus deputados para que esse absurdo não prospere nesta Casa. Só vocês têm condições de salvar o nosso Estado. Só a população de Minas tem condições de salvar o nosso Estado de mais recessão, de mais desemprego e desse governo irresponsável e insensível do PT.

Na audiência pública que fizemos aqui ontem, entidades de classe, CDL, Fecomércio, Federaminas, Fiemg e Federação da CDL deram o seu recado de forma clara, e nenhum deles foi a favor. Quero fazer uma homenagem a um deles. Jamais vou me esquecer do seu nome: Frank Sinatra, presidente da Federação da CDL. Quase chorou. Desesperado. Não aguenta mais imposto. Frank Sinatra. Mesmo não tendo a voz do seu homônimo dos Estados Unidos, que já faleceu há muitos anos, V. Sra. tem todas as condições de convencer os 77 homens e mulheres desta Casa, que podem salvá-lo desse absurdo que está prestes a ser aprovado. Bruno Falci, presidente da CDL de Belo Horizonte, é solidário a nós, deputado João Vítor Xavier, é contra a majoração do ICMS em Minas. Olavo Machado, da Fiemg, não veio, mas enviou um representante, e também é solidário a nós. Elton John. Fizeram uma piadinha, mas se Elton John estivesse aqui também seria contra.

Meu Deus, que absurdo é esse que o governo do PT está propondo em Minas? Era hora de incentivar os empresários a contratar mais ou a pelo menos segurar aqueles que estão empregados em suas empresas. “Quem mantiver o número de postos de trabalho o governo vai dar um incentivo, vai diminuir o ICMS.” Nesta Casa há empresários, e eles sabem das dificuldades que estão enfrentando. Era hora de o governo do Estado liderar um movimento para ampliar os postos de trabalho. Para isso é preciso sair do discurso e ir para a prática, dando incentivo às empresas, às indústrias. Por exemplo, a Santa Casa de Belo Horizonte – vou conceder aparte ao deputado Arlen Santiago – sempre passou por dificuldades financeiras, mas emprega pessoas, paga salário, faz a economia girar no seu entorno, em Belo Horizonte. O funcionário vai embora para casa, passa na padaria, na drogaria, na sapataria. Depois, vai pagar a mensalidade da escola do filho. Sabem o que vai acontecer? A Santa Casa vai ficar apertada, porque estão cobrando dela aumento de energia. O ICMS de energia é para a Santa Casa também. E a Santa Casa vai ter de mandar funcionários embora. Vai desaquecer a economia e parar de salvar vidas. Ou alguém tem dúvida de que um enfermeiro e um médico a menos não prejudica o atendimento da Santa Casa? Essas são as consequências desse projeto absurdo que o Sr. Fernando Pimentel está propondo nesta Casa, agora.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Por exemplo, o que o governo fez para o Seu Zé, que tem uma brasilha amarela e, por causa do desgoverno do PT, ficou desempregado e não conseguiu pagar o seu IPVA? Mandou o seu IPVA para o cartório de protesto. Agora ele está no protesto, vai ter de pagar o IPVA, vai ter de pagar o protesto. É dessa maneira. É grande a maldade que o governo do PT tem feito com a população. Fico impressionado com isso. Vai aumentar a energia elétrica das Apaes.

Daqui a pouco, sabem o que um petista vai dizer? Vai dizer que o aumento da energia elétrica das Apaes vai ajudar a pagar o salário de alguém que é efetivo e vai para a Apae. Sempre há uma desculpa, mas estão acabando com o País, estão acabando com Minas Gerais.

O deputado Gustavo Valadares* – Minha gente, faltam 10 minutos, ainda dá tempo. Nós, do bloco de oposição, não somos muitos. Barulhentos, que gritam, que chegam até a ser mal-educados como eu, creio que só eu mesmo. Vamos ficar aqui, vamos tentar segurar a aprovação desse projeto o máximo que pudermos. Está difícil. O deputado Bonifácio Mourão, a quem quero render homenagens, estava com viagem marcada para Governador Valadares, onde tinha inúmeros compromissos. O deputado Tito Torres também tinha compromissos na região de Monlevade. Cancelaram seus compromissos para ficar aqui hoje, a fim de não deixar que esse absurdo de projeto seja aprovado.

Estamos esgotando os nossos argumentos com os demais deputados desta Casa. Há pouco, gravei um vídeo na porta do Plenário e o espalhei pelo WhatsApp. Outros deputados do nosso bloco também o fizeram. Precisamos da população mineira conosco. Mesmo que apenas na torcida, mas a torcida tem como dar a sua parcela de contribuição. Todo mundo tem WhatsApp e Facebook. Muita gente



tem Twitter. Peço que nos ajudem a evitar esse absurdo que está para ser aprovado nesta Casa, para que, a tempo, a pressão chegue aos deputados da base do governo – que estão com vergonha e com a mão tremendo para votar –, para que não votem, para que ao menos se ausentem do Plenário e deixem que a oposição cumpra o seu papel, cumpra o papel de representar a maioria do Estado, que é contrária à majoração de impostos.

Se os deputados da base não vierem votar, está de bom tamanho, porque assumo a responsabilidade, deputado Bonifácio Mourão, deputado Tito Torres, deputado Gil Pereira, deputado Arlen Santiago, deputado Dalmo Ribeiro Silva, deputado Dilzon Melo, deputado Gustavo Corrêa. Mais algum? Esses deputados vão assumir o compromisso de apertar o “não” para reprovar esse projeto. Aqueles que não tiverem condição, por causa da pressão – o deputado Carlos Pimenta também aperta “não” –, de apertar conosco o “não” na hora da votação que se ausentem do Plenário, deixem que façamos essa parte, mas não deixem que o governo use a sua cadeira, o seu mandato para prejudicar os mineiros.

Tenho tido notícias – não quero colocar ninguém em dificuldades, os deputados me conhecem, pelo menos fui colega da grande maioria em alguns mandatos –, estou sabendo que a região do Triângulo Mineiro está para pegar fogo se esse projeto for aprovado. O empresariado do Triângulo Mineiro está pronto para colocar fogo naquela região se esse projeto for aprovado. Recebo essas notícias de deputados do nosso bloco que estão lá, como o deputado Felipe Attiê, que está chegando na parte da tarde para ficar conosco, e o deputado Luiz Humberto Carneiro.

Pensem, agora é um recado às deputadas e aos deputados, àqueles que não estão dentro da Assembleia, àqueles que não estão dentro do Palácio Tiradentes, dos prédios Minas e Gerais, na Cidade Administrativa. Pensem no restante da população de Minas Gerais, que terá de pagar a conta dessa farra do PT. Vocês têm de pensar nesses na hora de votar, ou seja, se vão votar a favor ou contra o aumento de impostos em Minas Gerais.

O deputado Tito Torres (em aparte) – Obrigado, deputado Gustavo Valadares. Não podemos nos esquecer de que nós, Gustavo, somos votados na Zona da Mata. Sabemos que há uma frente parlamentar em defesa do polo moveleiro de Ubá. Inúmeros deputados da Zona da Mata e outros que não são da Zona da Mata são votados ali. Sou votado majoritariamente em São Geraldo, que vive do polo moveleiro, em Rodeiro, Guidoal.

São diversas cidades do polo de Ubá que estão enfrentando dificuldades, várias demissões. Inúmeros deputados vêm à tribuna da Assembleia, durante o ano, defender o polo moveleiro de Ubá, então, agora, quero que esses deputados sejam coerentes aos seus discursos durante o ano, ou seja, protejam o polo moveleiro de Ubá e votem contra esse projeto. Estão discutindo que a alíquota do Rio de Janeiro é menor que a de Minas Gerais, e vão aumentar o valor do ICMS dessas empresas? Onde está a coerência desses deputados? Peço realmente que esses deputados sigam o bloco de oposição, façam jus aos votos que tiveram nesses municípios e votem contra esse projeto que é a maior vergonha do Estado de Minas Gerais.

O deputado Gustavo Valadares* – Vocês estão vendo? É meu amigo, irmão. São poucas as vezes que esse homem vai ao microfone. Vocês verão isso muito pouco. O estilo dele é de falar menos e trabalhar mais. É um baita deputado, mas de poucas palavras ao microfone. Para Tito Torres ter ido ao microfone me apartear, é porque a situação é muito grave. Esse discurso ficará para a história, Tito. Estou muito feliz com o seu aparte. Pegou na ferida, pegou na veia. Polo moveleiro de Ubá; temos vários deputados dessa região; são vários, vários. O polo moveleiro de Ubá pede socorro. As indústrias da Manchester Mineira, Juiz de Fora, pedem socorro.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Quero fazer aparte a V. Exa., porque não sei se vamos continuar a discussão. Parece que estão preparando um requerimento-rolha, o famoso requerimento-rolha para se encerrar a discussão.

Eu não poderia deixar de contribuir, porque argumentam que, em contrapartida a esse abuso contra a população de Minas Gerais, o governador vai isentar a população carente. Esse projeto já existe, essa lei já existe desde 1997; é o projeto do então governador Azeredo, que encaminhou à Casa uma alteração à Lei nº 6.763, de 25/12/1997 e fala exatamente isso. Vou ler o art. 11 de uma lei que já existe desde 1997. Ele diz o seguinte: (-Lê:) “Fica concedida isenção de ICMS em operação interna realizada com energia elétrica destinada ao consumo residencial de até 90kWh por mês”. Já é uma lei, e estão querendo recriar a roda. O que eles estão fazendo? Corrigindo uma falha da Cemig, porque ela mede do dia 25 ao 32º dia. É só a Cemig reajustar e passar do dia 20 até o dia 30, todo mundo entrando na lei. A lei já existe. Isso não é argumento. Temos que ter tempo para poder discutir mais. Não fizemos sequer uma audiência pública, a não ser a de ontem, com a associação comercial e industrial e a CDL.

Gustavo, estou sabendo que, na próxima segunda-feira, todas as CDLs de Minas Gerais, todas as associações comerciais de Minas Gerais estarão em Belo Horizonte discutindo esse projeto e terão uma postura de denunciar – infelizmente, pois não advogo essa tese – os parlamentares com fotografias, com faixas em todos os comércios de Minas Gerais. É uma agressão. Gostaria muito de ter tempo; gostaria muito que nosso presidente Adalclever, que é uma pessoa que veio no momento certo para governar este Parlamento – tenho a honra de tê-lo como colega durante tantos mandatos –, não deixasse essa tentativa de cercear, calar a oposição na denúncia contra esse absurdo que está sendo sacado contra o povo de Minas Gerais.

O deputado Gustavo Valadares* – Minha gente, tenho 50 segundos. Nobres pares, deputado Duarte Bechir, V. Exa. pode levar essa proposta. Presidente, peço a V. Exa. que preste atenção no que vou propor agora.

Eu me calarei, não virei à tribuna por 365 dias, um ano, se os nobres pares desta Casa me derem o presente de rejeitar esse projeto. Vocês vão ficar livres de mim durante um ano de qualquer discussão, de qualquer projeto, se votarem contra esse projeto. É a proposta que faço para não haver mais gritaria. Não vamos precisar mais ouvir gritaria. Deputado Dalmo, estou abrindo mão. Se me derem esse presente, abro mão, presidente. É a proposta que apresento aos nobres pares. Em prol de Minas, dos comerciantes, das entidades filantrópicas, das santas casas, das Apaes e de tudo o mais, eu me proponho a ficar um ano calado se esse projeto for rejeitado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Com a palavra, para discutir o projeto, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo* – Srs. Deputados; Sra. Deputada; Sr. Presidente, deputado Adalclever Lopes; todos presentes neste Plenário; telespectadores da TV Assembleia; há uma frase antiga do grande historiador Ésquilo, que, em uma obra também muito conhecida, diz assim: “Na guerra, a verdade é a primeira vítima”. Outro de triste memória – esse, sim, de triste memória –, disse certa



vez: “Conte uma mentira 100 vezes até que ela se torne verdade”. E vimos a tragédia que se abateu sobre um continente, sobre um povo. Morreram 60 milhões de pessoas, 30 milhões de russos, 6 milhões de judeus.

Eu quero deixar bem claro que o argumento da oposição aqui tem muito pouca sustentação, muito pouca sustentação. É a tese do quanto pior, melhor. Talvez nós tenhamos culpa, porque alguns companheiros do PT também já fizeram esse discurso no passado. Alguns talvez do PT, nos 12 anos de oposição, tiveram a mesma postura, o mesmo procedimento. Este deputado, líder do governo hoje, felizmente – eu também poderia ter incorrido em erros – não está enquadrado nesse caso, tanto que hoje o reconhecimento, a amizade que eu tenho aqui com os deputados da base do governo, aliada, e da base da oposição tem uma equivalência muito grande.

Então permita-me deixar bem claro. Hoje nós temos uma situação de crise. Parte da crise foi herdada do governo anterior, R\$7.200.000.000,00 de déficit orçamentário, parte da crise em função da crise mundial. Talvez quem olhar só para o Brasil, só para o seu umbigo ou, principalmente, para a sua cegueira... Como já nos dizia o livro maior, o pior cego é aquele que não quer ver. Ou talvez a pessoa se sinta tão iluminada que possa se achar dona da verdade. Aqui vem a citação do Alcorão, que diz que a luz pode cegar, como também pode iluminar o caminho do peregrino.

Olhem bem, tudo bem que é uma situação de crise. Fernando Pimentel chegou e encontrou um FEM, criado no governo anterior, e esta Assembleia, o deputado Dinis Pinheiro junto ao deputado André Quintão, tiveram papel central em sua efetivação, criando o Fundo de Erradicação da Miséria. Por que Dinis Pinheiro, com muita sabedoria, presidente desta Casa, abraçou a ideia do Fundo de Erradicação da Miséria? Porque Minas Gerais era e é até hoje o segundo estado do Brasil em número de miseráveis, de excluídos.

Esse aumento praticado na reforma tributária do governador Fernando Pimentel, Srs. Deputados, vem atender a 400 milhões dos 700 para o FEM, para o Fundo de Erradicação da Miséria. Deixando bem claro que o projeto traz algo muito nobre e necessário.

Agora vamos derrubar algo que vem sendo dito: será o maior tributo do Brasil. O Rio Grande do Sul aumentou agora a alíquota do ICMS que incide sobre a energia elétrica, olhem bem, para 30% o comercial e 30% o residencial. O governo Fernando Pimentel está propondo 25%. No Rio Grande do Sul, a aliança é com o DEM e com o PSDB. Paraná, governado pelo PSDB, olhem as alíquotas interessantes do Paraná: 29% de ICMS para o residencial, 29% industrial e 25% rural. O Paraná é governado pelo PSDB, e vai ficar acima do governo Fernando Pimentel. Então vocês sabem que estou dizendo a verdade. Mato Grosso, agora governado pelo PSDB. O governador do Mato Grosso, se não me engano, Pedro Taques, se filiou ao PSDB. Cobra 27% do comercial, 27% do residencial, 27% do industrial e 30% do rural. Olhem, lá é interessante, por causa do agronegócio, é 30% o rural.

Goiás, governo do PSDB: 27% comercial, 27% residencial e 27% industrial. Bahia, governada pelo PT, do deputado Jean: 27%, comercial, 27% residencial, 27% industrial e 27% rural. Santa Catarina cobra 25% em tudo. Pará, governado pelo PSDB, cobra 25% em tudo. Tocantins, 25% em tudo. Acre, 25% em tudo. Sergipe, 25% em tudo. Ceará, 25% em tudo. Espírito Santo e Rio Grande do Norte, idem.

O governo está mantendo os 30% do residencial. Em Minas, diferentemente de todos os Estados, o residencial é maior, e está-se aumentando o comercial para 25%.

Vocês estão vendo, Srs. Deputados, que está havendo um realinhamento, e estamos ficando iguais aos outros estados. Agora a alíquota do ICMS nas telecomunicações, Sr. Presidente, deputado Cabo Júlio, deputada Celise! Olhem a de telecomunicações! Rondônia: 35% telefonia fixa; telefonia celular, 35%; e internet 25%. Pará: 30%, 30%, 30%. Rio Grande do Sul: 30%, 30%, 30%. Paraná, olhem os governos tucanos aqui: 25%, 29% e 29%. Mato Grosso: 25% fixa; celular e internet 30%. Amazonas: 30%, 30% e 25%. Bahia: 28% nos três. Goiás: 27% nos três. Mato Grosso: 27% nos três.

A menor alíquota será a de Minas Gerais: 25% na telefonia. Onde está esse caos? Até tenho medo, porque, depois de terminar esse discurso, a oposição votará a favor do projeto do governador Fernando Pimentel, e aí não vamos destacar a questão da base.

Olhem bem, a prova está aqui. Já nos dizia Êsquilo: “Na guerra, a verdade é a primeira vítima”. Presenciamos aqui o discurso do caos, do apocalipse, de que Minas teria o maior imposto do Brasil. Olhem o partido que governa Minas, não é o mesmo que governa há bem tempo. Na Bahia a conta é salgada também, então não posso generalizar. De qualquer maneira, é um estado pobre, vamos dizer assim, e tem uma alíquota alta.

Vejam este papel: santa casa de misericórdia, Apae, escola, templos, comunidade quilombola. Comunidade quilombola não paga imposto por ser o quê? Nem população indígena, porque são rurais, e está mantida a alíquota anterior, não se está mudando a alíquota rural. Quanto ao templo religioso, em tese ele é isento de imposto. Templo religioso, por legislação federal, não paga imposto. Já que citei Êsquilo, e houve deputado evangélico, Cabo Júlio, que disse que templo vai pagar imposto, lembro-me do Evangelho de João, Capítulo 8, versículo 32: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. A Cemig diz que cobra porque não há como separar templo de patrimônio da igreja, de casa do padre, de casa paroquial, de casa do pastor, as quais, muitas vezes, ficam em cima da própria igreja. Mas já não paga hoje – conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.

O governador Fernando Pimentel assumiu um compromisso em campanha, e a gravação já foi até exibida aqui. Eu até não quis perguntar aos deputados que a exibiram se eles tinham alguma coisa gravada do Pimenta da Veiga ou do Turista da Veiga. Acho que não teriam, porque já sabiam que ele perderia a eleição e não tiveram a preocupação de gravar nada. Fico satisfeito porque eles têm a gravação do Fernando Pimentel.

Fernando Pimentel falou que reduziria o imposto residencial nos quatro anos de governo. E agora haverá uma ampliação para os contribuintes de baixa renda, porque hoje, por lei federal, quem consome menos de 90kW por mês não paga imposto. O que acontece? A medição, Duarte Bechir, é feita de 25 a 26 dias, 33, 34. Então, no mês, muitas vezes, dá 91kW, 92kW, e se paga o imposto. O governo Pimentel está passando para a média. Se a média for de 3kW por dia, não se pagará imposto. Também não é novidade.

A maioria dos estados do Brasil já cumprem uma resolução de quatro anos da Aneel, determinando que teria de ser pela média. A Cemig não cumpria a determinação da Aneel. O meu amigo Gustavo Valadares falou na comissão: “Não está trazendo novidade, isso é determinação da Aneel, mas de quatro anos atrás, e a Cemig não a cumpria”. Tudo bem, então 2,9 milhões de pessoas não vão pagar energia elétrica em Minas Gerais. Isso representa 45% dos consumidores residenciais. E o governo pretende, nos próximos anos,



reduzir a energia residencial. Vocês estão vendo como as coisas são ditas e como Ésquilo, mesmo depois de 2.600 anos, tem tanta atualidade?

Na guerra, a verdade é a primeira vítima. Mas não critico a oposição em usar esse argumento. Deputado Adalclever Lopes, eu critico é a situação, é a base não perceber que esses argumentos não são sustentáveis, são falaciosos. Vamos continuar no comercial como um dos três estados pagando a menor energia. Quando vemos um deputado da situação, um companheiro nosso, porque a oposição está no seu papel... Nós fazemos um jogo e talvez no passado o PT também tenha feito isso. Não discordo disso, mas a oposição serve para indicar erros. As críticas da oposição têm de ser bem-vindas. E, mais ainda, a oposição serve para provar quem é base de fato nas coisas boas e nas coisas ruins, nas dificuldades e nas facilidades. Então, a oposição cumpre um papel de acrisolamento fundamental. E eu acho isso importante.

O governo precisa desse aumento. Não é o desejado. Eu falei para a imprensa que, em uma casa onde falta pão, todos brigam e ninguém tem razão. Eu disse que a oposição está certa em seus argumentos, mas nós também estamos certos. Só que falta pão, então temos de ver que o FEM precisa de mais farinha e fermento. Os consumidores residenciais – e o Fernando Pimentel está cumprindo a resolução da Aneel, colocando os 3% – precisam de mais energia. Mas nós, que somos base do governo, temos de ter claro que esse projeto... Não é à toa que escrevi um artigo no jornal *O Tempo* colocando esse projeto dentro de uma linha de equalização de justiça tributária. Nós estamos numa linha de justiça tributária.

Então, Sr. Presidente, quero deixar bem claro que o governo precisa desse aumento, que o FEM precisa disso. Temos que reduzir o preço para os consumidores de baixa renda. Ninguém vai para outro estado, porque, se alguém for para o Espírito Santo... Ontem eu fui ao debate, e os únicos que não me vaiaram foram os deputados Gustavo Corrêa e Antônio Carlos Arantes. O Gil Pereira também foi muito educado. Se alguém for para o Espírito Santo, vai pagar 25%; se for para o Rio Grande do Sul, vai pagar 30%; se for para o Paraná, vai pagar 29%. Um comerciante disse que iria para Goiás. Sim, mas vai pagar 27%. Nós estamos deixando claro que é um projeto de alcance social. Eu o defendo, e não é por obrigação como líder de governo. O meu amigo Mourão disse-me que ele era indefensável, e eu disse a ele que o defendia com toda a convicção e firmeza.

O melhor seria que tivéssemos encontrado um estado em melhor situação. Melhor seria que estívéssemos só fazendo a bondade dos aumentos salariais de servidores, do Plano Safra para a agricultura familiar, de ampliar o programa de proteção a vítimas de crimes violentos. Que bom seria se pudéssemos chegar para os deputados e dizer que vamos ampliar as emendas de saúde dos deputados para que eles possam ajudar as áreas carentes. Mas não podemos dar apenas boas notícias. Ser governo é ter ônus e bônus. Há um peso de ser governo, uma responsabilidade com 20 milhões de mineiros.

É isso que o governador Fernando Pimentel está querendo deixar bem claro: uma responsabilidade. E olhem bem, a situação está um caos em 18 dos 27 estados da Federação. As exceções são poucas, e Minas Gerais faz parte dessas exceções. Está havendo um estilo, um jeito de governar do Fernando Pimentel, que está mudando. Com toda certeza, acreditava-se que o caos iria se instalar em Minas no mês de abril. Muitos analistas de oposição falaram que em abril não teríamos dinheiro para pagar os salários, que em abril não haveria o duodécimo para passar para a Assembleia Legislativa, que em abril iríamos realmente para o buraco. Mas o governo está conseguindo administrar. Ele tem ouvido esta Casa, os deputados têm sido parceiros. Ninguém da oposição está sendo discriminado. Estamos liberando emendas para todo mundo. Há problemas em algumas. Hoje conversava com meu amigo, João Vítor Xavier. Vamos resolver tudo. Queremos tratar todo mundo de forma republicana, mas quero deixar bem claro que esse é um projeto de responsabilidade. É um projeto necessário. Ninguém vai sair de Minas para ir para outro estado e pagar mais. Não vai. Empresa nenhuma vai sair daqui.

E aí vem a última questão. Ontem o deputado Tiago Ulisses – quero fazer esse registro – procurou este deputado e o deputado Adalclever Lopes cedinho, dizendo o seguinte: “Já que o governo está fazendo o discurso e a justificativa de que esse aumento é por causa do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM –, vamos fazê-lo temporário”. Enquanto durar o FEM, o aumento estará em vigor. Vocês podem verificar, porque assino embaixo do que eu disse. Só depois é que fui procurar o secretário de Fazenda para informar que íamos fazer essa emenda. Entenderam? Só depois é que fui procurá-lo. Então, acho que a Casa melhorou o projeto. Peço aos deputados de oposição que reconheçam a grande ação do deputado Tiago Ulisses.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Deputado Durval Ângelo, primeiro quero parabenizá-lo pelos esclarecimentos, que deixam claro para os deputados e deputadas, como também para o povo de Minas Gerais, o que de fato está sendo votado. Procura-se fazer um terrorismo em determinados projetos, o que não condiz com o seu texto. Então, é preciso saber que o projeto não está penalizando pessoas pobres. Pelo contrário, como V. Exa. já colocou anteriormente, ele está fazendo, de imediato, uma redução, para as pessoas mais pobres, do imposto residencial do ICMS de luz. Esse é um aspecto que ficou bem explicado por V. Exa. Não há nenhum projeto de lei que seja o absurdo que a base de oposição procurou aqui colocar. Isso não condiz com o texto do projeto.

Em outros estados, a cobrança é maior. A deputada Rosângela Reis bem lembrou aqui que esse é também um motivo para levarmos uma discussão nacional sobre o problema da guerra fiscal, em que Minas Gerais tem aberto mão de muitos recursos porque tem que diminuir para empresas, em razão da guerra fiscal. Esse é um assunto que tem de ser tratado.

Deputado Durval, na linha colocada por V. Exa., quero discutir o conteúdo, e não os preconceitos em relação a partidos políticos e projetos. Não existe, por parte do governo Pimentel, nenhuma farra, como foi colocado aqui, mas sim o contrário. Estão dizendo: “isso é para aumentar imposto para contratar companheirada”. Não é verdade. Esse é um discurso que não tem verdade, só ajuda o preconceito contra partido político e democracia contra o qual tenho batido muito.

O governo nos enviou as contratações do Estado neste ano: 1.238 servidores de recrutamento amplo, mas lembro que 1.183 servidores que entraram antes de 2015 foram desligados, ou seja, foi praticamente o mesmo número, portanto não houve aumento de gastos com recrutamento amplo. Ou eles acham que deveriam permanecer os mesmos assessores do partido que perdeu a eleição? Às vezes, reclamam que estão saindo os que eram do recrutamento amplo do partido anterior. Isso é óbvio, não é, deputada Rosângela Reis? Como vamos governar com os mesmos assessores que estavam no outro governo? Não serei, como eles, preconceituoso; não vou chamar os outros de “a companheirada que estava lá”, pois não considero esse termo apropriado; eram assessores que tinham a



visão do governo que perdeu a eleição, e estão entrando assessores que têm a visão do governo que ganhou a eleição – isso é óbvio -, mas está entrando o mesmo número que saiu. Os que entraram a mais são os servidores efetivos, aí, sim. O governador tinha esse compromisso; mesmo assim, entraram no lugar daqueles que, muitas vezes, saíram por causa da aposentadoria. Neste caso, o governo já nomeou 12.841 concursados, quase todos da área da educação ou da segurança pública; 6.616 já tomaram posse, mas repito que são professores, agentes penitenciários, defensores públicos que tinham um compromisso do governador; são pessoas que vão servir ao público, o que era necessário, e entraram por meio de concurso.

Então, deputado Durval Ângelo, não há farra nenhuma de Pimentel. Aliás, se fôssemos discutir farra, teríamos que recorrer a avião, a quem viajou para onde. Aliás, um deputado pediu para saber disso e depois ficou sabendo para onde ia o governador passado, mas não quero entrar nessa discussão de farra aqui; essa é outra discussão.

O deputado Durval Ângelo* – Perfeito. Sr. Presidente, termino meus 30 minutos com a lembrança do autor, do dramaturgo da Grécia Antiga, conhecido como pai da tragédia: Ésquilo. Ele nasceu no ano 524 ou 525 a.C. e morreu com 69 anos, no ano 456 ou 455 a.C.; ele escreveu 79 peças, e 7 delas sobreviveram até nós, hoje. A mais conhecida é sobre os persas e é uma grande fonte para nós, historiadores, pesquisarmos sobre a guerra. Ele teve também um papel militante, não foi apenas pensador e dramaturgo, participou da vitória grega de Maratona. Então, nada melhor do que citar o pai da tragédia grega para desmontar os discursos anteriores dos meus oponentes: “Na guerra, a verdade é a primeira vítima”.

Esses argumentos estão sendo mais de tragédia do que reais, e queremos trazer aqui a luz para esses fatos, deixando bem claro que o discurso pretendido é muito diferente do que foi feito. E faço isso aqui por amor e respeito à verdade, não para tentar convencer a oposição, mas para clarear para a base do governo o princípio de justiça desse projeto do governador Fernando Pimentel. Muito obrigado.

Encerramento

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta reunião, a presidência a encerra, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária de hoje, às 18 horas, e para a especial também de hoje, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/9/2015

Presidência dos Deputados Adalclever Lopes e Ulysses Gomes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.817/2015; discurso do deputado Carlos Pimenta; Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 18 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.817/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Turismo, ficando prejudicada a Emenda nº 1, da



Comissão de Justiça. Continua em discussão o projeto. Com a palavra, para continuar a discutir, o deputado Carlos Pimenta, que ainda dispõe de 14 minutos.

O deputado Carlos Pimenta* – Muito obrigado, presidente Ulysses Gomes. Serei rápido, porque pensei que eu estava começando o pronunciamento e acabei falando 16 minutos.

Eu estava falando a respeito dos produtos que serão majorados, cujos preços serão aumentados com o aumento do ICMS da energia. Falava do serviço de comunicação, mas notei que os preços de bebidas alcoólicas, cigarros e produtos de tabacaria e armas de fogo não serão aumentados. Mas aumentam-se os preços das rações de animais, de perfumes e cosméticos. Para a tristeza das mulheres que precisam de maquiagem, de cosméticos, seus preços serão majorados. Alimentos para atletas – parece brincadeira – serão majorados. Telefones celulares, *smartphones*. Não conheço uma pessoa no Brasil de hoje que não tenha o seu telefone celular. Há muito tempo o telefone celular deixou de ser supérfluo, os *smartphones*. E aumentará a conta do telefone, porque a energia elétrica aumentará. Câmeras fotográficas, filmagens, equipamentos para pesca esportiva, equipamentos de som, vídeos, alto-falantes, amplificadores, transformadores, tudo isso está sendo considerado supérfluo.

Mas o mais grave é a situação dos hospitais filantrópicos, que já pagam uma energia cara, as santas casas de misericórdia. Fico pensando na coitada da Santa Casa de Montes Claros e nas outras santas casas, que prestam um serviço importantíssimo ao nosso país, aos nossos doentes, e que terão suas contas majoradas; e nas escolas, nos templos religiosos ligados às igrejas evangélicas, na Igreja Católica, da qual faço parte com muito orgulho, nas comunidades quilombolas e em outras entidades. Todas elas terão as suas majorações.

Recebemos agora um ofício do Sr. Hudson Marcelo Viana, presidente do CDL de Sete Lagoas, que nos manda a seguinte mensagem: “Srs. Deputados, nesta altura do campeonato, em meio à maior crise moral e ética de que já ouvimos falar e que nos trouxe a viver uma das maiores crises financeiras por que o País já passou, falar em aumento de impostos é imoral e uma traição a todos os mineiros. Não deveríamos estar aqui discutindo esse assunto, pois o que precisamos é discutir ações que fomentem o fim da crise, e não assuntos que a agravem. Diante desse breve texto, nós, da Câmara de Dirigentes Lojistas de Sete Lagoas” – minha querida Sete Lagoas, de Dr. Ronaldo João, vice-prefeito; do prefeito Márcio; do combativo deputado Douglas, que tem feito um trabalho fantástico em prol da comunidade –, “queremos dizer que, se esse aumento passar nessa Casa, vamos reconhecer os verdadeiros traidores do povo mineiro. O argumento de que o Estado não tem dinheiro não é suficiente para nos enfiar garganta abaixo mais esse desmando. O que falta mesmo é o fim da corrupção, da cleptocracia que se instalou no País e uma gestão competente por parte dos nossos políticos em todos os seus poderes”.

Essa é uma reação natural, é uma reação da Associação Comercial Industrial. O deputado Wander Borges, que já foi prefeito e hoje é um grande parlamentar, e o deputado Nozinho, do meu partido, tenho certeza de que não vão ajudar a enfiar esse punhal nas costas do povo mineiro. Vejo aqui uma reação natural. Mexer, hoje, com impostos, aumentar impostos, principalmente o ICMS da energia elétrica é, sim, é na verdade, Wander, uma traição ao povo de Minas Gerais.

Por falar da Cemig, quero trazer aqui três notícias dela. A primeira, publicada no *Valor Econômico*, “Lucro da Cemig cresce 34,2% no quarto trimestre, do ano passado, na comparação anual”. É talvez uma das pouquíssimas empresas que estão dando lucro neste país. Outra notícia sobre a Cemig: “Lucro da Cemig cresce no primeiro trimestre de 2015. A Cemig apresentou o lucro obtido, no primeiro trimestre deste ano, de R\$1.680.000.000,00, o que representa crescimento de 19% em relação ao mesmo período do ano passado”. Isso é deste ano. O País está em crise, o Estado está em crise, e a Cemig está crescendo e vai crescer mais agora, com o ICMS.

Vejam outra notícia da Cemig. Quem deveria estar dando essa notícia aqui sobre a Cemig é o nosso amigo Elismar Prado. Ele e seu irmão, o deputado federal Weliton Prado, fizeram um estardalhaço com as notícias dos jornais a respeito da Cemig. Vejam esta notícia: “Cemig propõe reajuste salarial de 11,6%.” Sabe para quem, Gustavo? Não é para os eletricitários, não. Não é para aquela pessoa que vai medir o nosso relógio, todo final de mês, não é para os trabalhadores, não. São 11,6% para a direção e conselheiros da empresa. Está aqui: 11,6%. Então, que crise é essa? Se a Cemig teve um lucro líquido, no primeiro semestre, de R\$1.680.000.000,00, então como está aí apregoando que está quebrada, que precisa de dinheiro para poços artesianos, precisa de dinheiro para voltar a atender os trabalhadores rurais, aqueles que não têm luz elétrica em suas casas, na roça, na zona rural? Está propondo 11,6% de reajuste salarial. Sabem qual é a renda de um desses conselheiros da Cemig? Ele recebe R\$236.424,00 por ano, para participar de uma só reunião por mês, com passagem paga de avião, com toda mordomia. E está propondo mais essa majoração do ICMS.

Não estou aqui falando do governador Pimentel. Acho até que ele fez um golaço quando compôs aquele projeto com os professores. Votamos, soltamos foguete. Acho até que ele é um homem de bem, uma pessoa que tinha, até certo tempo atrás, um relacionamento muito forte, muito íntimo com o então governador Aécio Neves, uma pessoa diferenciada. Mas não sei por que cargas d'água o Pimentel mandou esse projeto para cá. Acho que ele é absolutamente inoportuno. Estamos vivendo um período de recessão. O País está perplexo com o que acontece, todos os dias as coisas mudam em Brasília.

Agora mesmo estão tirando o ministro da Saúde, numa barganha que foi feita entre a presidenta Dilma e o PMDB, e dirão: “Agora o PMDB vai indicar mais quatro ministérios”. Isso é para calar a boca, para dar um basta, para não ter a votação do *impeachment*, para poderem votar apoiando os vetos da presidenta Dilma, a minirreforma tributária e a criação da CPMF. Então, as coisas em Brasília estão acontecendo.

Aqui em Minas, nosso governador não pode acompanhar essa tendência. Se está em dificuldade, o que tem de ser feito? Tenho certeza de que o Pimentel é a principal liderança do PT no Brasil. Seu nome surgiu para substituir, para suceder nossa presidente Dilma. Para mim não seria uma boa; mas o que ele está fazendo com esse projeto? O nosso amigo Durval – por quem tenho uma admiração profunda – disse que não é assim, que não é dessa forma, mas é sim, Durval. Acho que não temos condições de votar esse projeto, vai haver uma pressão muito grande.

Temos de encontrar outras soluções, temos de fazer com que as empresas venham para Minas Gerais. A Área Mineira da Sudene, minha região, deputado Gustavo Corrêa, oferece hoje as maiores facilidades para o empresário se estabelecer lá. São 10 anos de



isenção fiscal. A pessoa que for para a região mineira da Sudene, para o Norte de Minas, tem financiamento pelo Banco do Nordeste e terá isenções por 10 anos. Não se pagam impostos estaduais, que são mínimos, e não se pagam impostos federais. A pessoa tem uma diferenciação muito grande. Então, por que não levar esse pessoal para aquela região? Atenderíamos às duas reivindicações. A primeira seria mudar aquela região, da forma como está sendo feito; e a segunda seria evitar a evasão, o êxodo industrial, que vai acontecer aqui em Minas Gerais.

Não venham dizer que, indo para Goiás e para a Bahia, será pior. Não será coisa nenhuma. Conheço pessoas que moram nos limites de Minas com Goiás, e elas vão para o Estado de Goiás, abastecem seus carros e voltam para Minas Gerais. Isso é evasão de dinheiro, de recursos. Temos de fazer um esforço concentrado, mesmo depois desse projeto, porque confesso que podemos ficar aqui um dia, dois dias e três dias, mas vai chegar uma hora em que não vamos jogar a toalha, mas vamos ter de sentar naquela cadeira, arregalar os olhos e votar contra. Pelo menos eu vou fazer dessa maneira. A partir daí, nossa proposta é fazer um esforço concentrado pelo nosso país.

No momento em que Pimentel chegar ao governo federal, ele poderá dizer: “Não aceito o que está sendo feito com Minas Gerais, não aceito o que está sendo feito com a saúde de Minas Gerais. Quero um tratamento diferenciado para meu Estado, porque, na gestão passada, o governo do PT tratou diferentemente os governos de Aécio e de Anastasia, mas de uma forma negativa”. E por que não agora? Ele é do PT, é um homem correto. Não há nenhuma dúvida de que o dinheiro nas mãos do Pimentel vai ter um destino correto, neste estado, mas não dessa forma.

Imagino que Minas Gerais está igual àquele doente que está morrendo e, de repente, chega o médico e lhe diz: “Preciso de mais meio litro do seu sangue para dar para outro doente”. É assim. Estamos combalidos, estamos no CTI. A população de Minas já não aguenta mais, o norte mineiro já não aguenta mais. E você, do Norte de Minas, que está me assistindo ou que vai me assistir, porque vou divulgar isso nas redes sociais, pode ter certeza de que, com os projetos de irrigação, como o Projeto Jaíba e os pequenos projetos de irrigação para tirar água do subsolo, você vai pagar uma energia mais cara, você vai ser, mais uma vez, esfoliado, porque não temos mais águas nas nossas superfícies. Infelizmente, isso vai acontecer.

Acho que resistiremos bravamente até o último minuto. Já estou terminando, presidente. Houve aquela mudança, mas estou acabando.

Gostaria de terminar dizendo que resistiremos até o último minuto. Não estou aqui criticando por criticar, não sou deputado de fazer obstrução, de sofismar, de inventar dados que não existem. Tudo o que estou lendo foi publicado na imprensa. Não é o momento apropriado. Sr. Fernando Pimentel, reveja. Se isso acontecer, vamos sentar. Queremos ter a grandeza de chamar o senhor na Assembleia, com os seus secretários, para discutir, aí sim, um verdadeiro projeto de crescimento, de desenvolvimento, para tirar Minas do buraco em que o PT a atolou. Muito obrigado, presidente.

Questão de Ordem

O deputado Carlos Pimenta – Peço a V. Exa. que encerre a reunião, de plano, porque só estamos nós dois aqui, além das pessoas que estão nos ouvindo. Gostaria muito de continuar outro *round* a partir de amanhã, às 9 horas.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, e para as extraordinárias de amanhã, dia 25, às 9 às 14 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 9ª REUNIÃO REGIONAL DA COMISSÃO INTERESTADUAL PARLAMENTAR DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO – CIPE – SÃO FRANCISCO –, EM 12/11/2014

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Guedes, Antônio Carlos Arantes e João Leite, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o coordenador, deputado Paulo Guedes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

10.812/2014, do deputado Paulo Guedes, em que solicita sejam encaminhados aos órgãos e às entidades que menciona cópia do documento que contém as demandas apresentadas nas audiências públicas realizadas pela comissão nos Municípios de Pirapora, Arinos, São Francisco e Januária, nos dias 3/4/2014, 5/5/2014, 6 e 26/6/2014, e pedido de providências, segundo a competência de cada instituição;

nº 10.815/2014, do deputado Paulo Guedes, em que solicita seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf –, pedido de providências para que sejam liberados recursos para o projeto de construção de uma ponte sobre o rio São Francisco, nos trechos São Francisco – Pintópolis, na Rodovia MG-402, e Manga – Matias Cardoso, na Rodovia MG-401, de fundamental importância para o escoamento da produção local para os centros consumidores em Minas Gerais;

nº 10.816/2014, do deputado Paulo Guedes, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Integração Nacional e à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – pedido de providências para que seja realizada a retirada de cargas poluidoras e areias da calha do Rio São Francisco, em especial da localidade onde funciona a balsa para travessia no Município de São Francisco, e seja feita dragagem do leito entre Ponto Chique e Distrito de Cachoeira do Manteiga, no Município de Buritizeiro;



nº 10.821/2014, do deputado Paulo Guedes, em que solicita seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – pedido de providências para a liberação de recursos com vistas ao abastecimento de água no âmbito do Programa Água para Todos, para as comunidades situadas até 15 km da calha do Rio São Francisco, entre elas a Unidade Quilombola de Bom Jardim da Prata;

nº 10.822/2014, do deputado Paulo Guedes, em que solicita seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – pedido de providências para que sejam liberados os recursos para a implantação do perímetro irrigado no Município de São Francisco em Minas Gerais;

nº 10.825/2014, dos deputados Paulo Guedes, Rogério Correia e Almir Paraca, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério da Integração Nacional e à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – pedido de providências para a liberação de recursos para a conclusão do projeto da ponte sobre o Rio São Francisco, no Município de São Francisco;

nº 10.827/2014, dos deputados Paulo Guedes, Rogério Correia e Almir Paraca, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério da Integração Nacional e à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – pedido de providências para a liberação de recursos destinados às obras de limpeza do canal do Rio São Francisco, visando a permitir a sua navegação por meio de balsas no Município de São Francisco;

nº 10.831/2014, dos deputados Paulo Guedes e Adelmo Carneiro Leão, em que solicitam seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de providências para acelerar o processo de instalação da estação de tratamento de esgoto de Januária com a finalidade de eliminar o despejo de esgoto *in natura* no Rio São Francisco, estendido o pedido a todos os municípios ribeirinhos dessa bacia hidrográfica;

nº 10.834/2014, dos deputados Paulo Guedes e Adelmo Carneiro Leão, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para promover a revisão da regulamentação da distribuição do ICMS, segundo o critério “meio ambiente”, com vistas à valorização das áreas protegidas por unidades de conservação e das áreas de remanescentes nativos dos municípios da região Norte de Minas, em especial quanto ao fator de qualidade aplicado às áreas de unidades de conservação;

nº 10.837/2014, dos deputados Paulo Guedes e Adelmo Carneiro Leão, em que solicitam seja encaminhado aos secretários de Estado de Planejamento e Gestão e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para se efetivar o repasse de recursos devido aos participantes do Bolsa Verde e se publicarem anualmente os editais do referido benefício, interrompidos em 2011;

nº 10.839/2014, dos deputados Paulo Guedes e Adelmo Carneiro Leão, em que solicitam seja encaminhado ao ministro de Planejamento pedido de providências para a manutenção da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – no programa de revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, tendo em vista a importância estratégica e o desempenho exemplar dessa instituição;

nº 10.843/2014, do deputado Paulo Guedes, em que solicita seja realizada audiência pública ou debate da comissão com os demais parlamentares dos estados que integram a bacia hidrográfica do Rio São Francisco, com a participação de representantes dos municípios mineiros da área de abrangência da bacia do referido rio;

nº 10.848/2014, do deputado Paulo Guedes, em que solicita seja realizada audiência pública da comissão para apresentação e discussão no Estado de Minas Gerais das ações de reabilitação e dinamização da hidrovia do Rio São Francisco, sob responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2015.

Antônio Carlos Arantes (pelo coordenador).

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE HUGO VOCURCA TEIXEIRA PARA O CARGO DE PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – IPSEMG –, EM 12/5/2015

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bonifácio Mourão, Doutor Jean Freire e Isauro Calais, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Bonifácio Mourão, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registra-se a candidatura dos deputados Isauro Calais e Bonifácio Mourão para presidente e vice-presidente, respectivamente. Feita a votação pelo processo nominal, ambos são eleitos por unanimidade. O vice-presidente eleito, deputado Bonifácio Mourão, proclama o resultado da eleição, declara empossado como presidente o deputado Isauro Calais, a quem passa a direção dos trabalhos. O presidente agradece os votos recebidos, declara empossado como vice-presidente o deputado Bonifácio Mourão e designa como relator da matéria, em turno único, o deputado Doutor Jean Freire. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2015.

Isauro Calais, presidente – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/5/2015

Às 10h20min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, e Paulo Lamac (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; a deputada Marília Campos e os deputados Emidinho Madeira e Paulo Lamac (substituindo o deputado Doutor Jean Freire, por



indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Participação Popular. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta dessas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a debater a exclusão dos despachantes mineiros das atividades relacionadas com o Sistema de Racionalização e Prévio Registro de Veículos – SRPR –, no âmbito do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG –, por solicitação da Federação Nacional dos Despachantes Públicos – Fenadesp-MG –, e a discutir e votar proposições das comissões. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Rafaela Gigliotti, coordenadora de Administração de Trânsito do Detran-MG, representando Andrea Claudia Vacchiano, diretora-geral do Detran-MG; e os Srs. Cleto Ferraz Rego, presidente do Conselho Regional de Despachantes Documentalistas de Minas Gerais – CRDD-MG –; Antônio Lúcio da Silva, delegado regional da Federação Nacional dos Despachantes de Trânsito – Fenadesp-MG –; Edésio Vieira de Lima, secretário regional da Federação Nacional dos Despachantes de Trânsito – Fenadesp-MG –; Mauro Pinto de Moraes Filho, vice-presidente do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos de Minas Gerais – Sincodiv-MG –; Anderson Matheus, despachante, representando Simone Aida de Carvalho, advogada; que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra à deputada Marília Campos, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Retira-se o deputado Emidinho Madeira, e registra-se a presença do deputado João Leite. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.713/2015, da deputada Marília Campos e dos deputados Celinho do Sinttrocel, Emidinho Madeira e Paulo Lamac, em que solicitam seja realizada visita das Comissões de Participação Popular e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social à Secretaria de Estado de Defesa Social para tratar de soluções que possibilitem a todos os despachantes do Estado a utilização de sistemas computadorizados para o registro de veículos novos junto ao Detran-MG;

nº 1.714/2015, do deputado Paulo Lamac, da deputada Marília Campos e dos deputados Celinho do Sinttrocel e Emidinho Madeira, em que solicitam sejam encaminhadas notas taquigráficas, à Secretaria de Estado de Defesa Social, da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social realizada dia 14/5/2015, na qual foi debatida a exclusão dos despachantes mineiros das atividades relacionadas com o Sistema de Racionalização e Prévio Registro de Veículos, no âmbito do Detran-MG;

nº 1.715/2015, da deputada Marília Campos e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja encaminhado à diretora do Detran-MG pedido de informações sobre a fiscalização das concessionárias de veículos em relação à cobrança pelo serviço de registro e licenciamento de veículos novos, tendo em vista o disposto no art. 3º, § 2º, da Portaria nº 708, de 11/5/2012, do Detran-MG, que veda a cobrança adicional ao consumidor para a utilização do Sistema de Racionalização e Prévio Registro de Veículos;

nº 1.719/2015, da deputada Marília Campos e dos deputados Celinho do Sinttrocel, Emidinho Madeira e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado pedido de providências para revisão da legislação que trata do registro e licenciamento de veículos, tendo em vista o disposto no Decreto nº 45.929, de 2012, que cria o Sistema de Racionalização e Prévio Registro de Veículos no âmbito do Detran-MG, e na Lei nº 18.037, de 2009, que dispõe sobre o cadastro de entidades representativas de despachantes;

nº 1.721/2015, dos deputados Emidinho Madeira, Paulo Lamac e Celinho do Sinttrocel e da deputada Marília Campos, em que solicitam sejam encaminhadas à Advocacia-Geral do Estado as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social realizada dia 14/5/2015, na qual foi debatida a exclusão dos despachantes mineiros das atividades relacionadas com o Sistema de Racionalização e Prévio Registro de Veículos, no âmbito do Detran-MG;

nº 1.722/2015, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Paulo Lamac e da deputada Marília Campos, em que solicitam seja encaminhado ao Detran-MG pedido de providências para criação de um grupo de trabalho, constituído por representantes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do Detran-MG e das entidades representativas dos despachantes, para elaboração de soluções que assegurem o direito do despachante de realizar seu trabalho junto ao Detran-MG, por meio do Sistema de Racionalização e Prévio Registro de Veículos;

nº 1.723/2015, da deputada Marília Campos e dos deputados Celinho do Sinttrocel, Paulo Lamac e Emidinho Madeira, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado de Minas Gerais ofício da Federação Nacional dos Despachantes de Trânsito contendo reivindicações da categoria.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Rogério Correia – Marília Campos.

ATA DA 10ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/7/2015

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fábio Cherem, Arnaldo Silva (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BMM), Felipe Attiê (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC) e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), membros da Comissão de Administração Pública; os deputados Tiago Ulisses, Arnaldo Silva, Felipe Attiê e Fábio Cherem (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do

deputado Arnaldo Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições das comissões. Suspende-se a reunião. Às 10h14min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Arnaldo Silva (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BMM), Tiago Ulisses (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), Felipe Attiê (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC) e a deputada Celise Laviola (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM) membros da Comissão de Administração Pública; os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê e a deputada Celise Laviola (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer da Comissão de Fiscalização Financeira que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nºs 1.915/2015 na forma do Substitutivo nº 2, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2015.

João Magalhães, presidente – Cabo Júlio – Tiago Ulisses – Felipe Attiê – Fábio Cherem.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/7/2015

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Professor Neivaldo, Fábio Cherem (substituindo o deputado Douglas Melo, por indicação do BCMG) e Rogério Correia (substituindo o deputado Douglas Melo, por indicação do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a gestão democrática nas escolas públicas estaduais e municipais, notadamente no que concerne à consulta das comunidades escolares para a nomeação dos gestores dessas instituições de ensino e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados Requerimentos nºs 2.457 a 2.463/2015, recebidos anteriormente. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.646/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Segismundo Pereira, no Município de Uberlândia, por ocasião dos 40 anos de sua fundação;

nº 2.654/2015, da deputada Cristina Corrêa e dos deputados Paulo Lamac e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater a situação funcional dos professores da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, tendo em vista os efeitos da declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100, de 2007, pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da Ação Direta de Constitucionalidade nº 4.876;

nº 2.655/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada reunião com convidados da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para discutir as alternativas propostas no Requerimento nº 2.434/2015, do deputado Dirceu Ribeiro;

nº 2.656/2015, dos deputados Paulo Lamac e Professor Neivaldo, em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia no Município de Carangola para debater a existência de diplomas, supostamente falsos expedidos pela Uemg para os cursos oferecidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras daquele município, conforme denúncia encaminhada à comissão.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 2.626/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja enviado à Secretaria da Fazenda pedido de providências para que seja observado o investimento mínimo de 1% da receita orçamentária corrente ordinária do Estado na Fundação de Amparo à Pesquisa em Minas Gerais – Fapemig –, conforme preceitua o art. 212 da Constituição do Estado;

nº 2.628/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para discutir as implicações e o combate ao assédio moral virtual entre os estudantes das redes pública e privada de educação no Estado;

nº 2.630/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia com a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater a situação da pesquisa em Minas Gerais;

nº 2.634/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Ciência e Tecnologia pedido de providências para renovar o Termo de Cooperação Técnica para Descentralização de Créditos Orçamentários nº 19.049/13, firmado entre a Fapemig, a Sectes-MG e a Fundação Renato Azeredo;

nº 2.637/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Ciência e Tecnologia pedido de providências para que proceda à renovação por igual período do Convênio nº 173/2013, firmado no dia 23/12/2013, entre essa secretaria e a Associação de Prevenção do Câncer na Mulher – Asprecam;

nº 2.640/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para liberação do recurso financeiro do Termo de Compromisso nº 76.680, de 2014, Plano de Trabalho 6.831, assinado em 23/12/2014, no valor de R\$599.313,99, relativo à 1ª etapa da reforma geral com reconstrução do prédio escolar da Escola Estadual Professor Francisco Faria, com as execuções de estrutura, superestrutura e fechamentos;

nº 2.643/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita sejam enviadas aos secretários de Estado de Governo, de Fazenda, de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e ao deputado Tiago Ulisses, relator do Projeto de Lei nº 1.503/2015, que trata das diretrizes



para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências, as notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, realizada no dia 2/7/2015, que teve por finalidade debater, em audiência pública, o financiamento da Fapemig.

Registra-se a presença dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Douglas Melo, Ivair Nogueira e Marília Campos. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, defensora pública e coordenadora do projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar, representando Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública geral do Estado de Minas Gerais; Ana Maria Belo de Abreu, presidente da Associação de Diretores de Escolas Oficiais do Estado de Minas Gerais – Adeomg; Joana D'arc Gontijo, presidente da Associação de Professores Públicos de Minas Gerais – APPMG; Stelita Alves Gonzaga, gerente de Funcionamento Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Marilda de Abreu Araújo, diretora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-Ute-MG; Thais Mátia, diretora da Regional MG-ES da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico; Mária de Fátima Batista Amaral Lopes, vice-presidente da Federação de Associações de Pais e Alunos de Minas Gerais; e os Srs. Antônio Carlos Ramos Pereira, secretário adjunto, representando Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Estado de Educação e Augusta Aparecida Neves de Mendonça, subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica; Webster Silvério de Oliveira, diretor educacional da Superintendência Regional de Educação Metropolitana B; Igor Prieto de Andrade, diretor educacional da Superintendência Regional de Educação Metropolitana C, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Ausentam-se da reunião os deputados Fábio Cherem, Rogério Correia, Douglas Melo, Ivair Nogueira e Marília Campos. Logo após, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2015.

Paulo Lamac, presidente – Professor Neivaldo – Ivair Nogueira.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DO IPEM-MG, EM 14/7/2015

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Ivair Nogueira, Isauro Calais e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Cristina Corrêa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública de Fernando Antônio França Sette Pinheiro, indicado ao cargo de diretor-geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – IpeM-MG –, discutir e votar o parecer sobre a indicação e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. Fernando Antônio França Sette Pinheiro, que é convidado a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao arguido, formula perguntas e passa a palavra aos deputados presentes para que formulem as questões que julgarem pertinentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Suspende-se da reunião. Às 10h59min, são reabertos os trabalhos. A presidência encerra a arguição e retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação da Indicação nº 14/2015, em turno único. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2015.

Ivair Nogueira, presidente – Wander Borges – Isauro Calais.



MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/9/2015

Foi aprovada a seguinte proposição:

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 2.817/2015, do governador do Estado, na forma do Substitutivo nº 2, exceto o seu art. 8º, com as Emendas nºs 14 e 109. Esgotado o prazo destinado à reunião, sem a apreciação das Emendas nºs 92, 93, 105 e 106, destacadas.

MATÉRIA VOTADA NA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/9/2015

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em redação final: Projetos de Lei nºs 2.792/2015 e 2.883/2015, do governador do Estado.

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 2.817/2015, do governador do Estado, na forma do Substitutivo nº 2, exceto o seu art. 8º. Aprovadas as Emendas nºs 14 e 109.

Em 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.792/2015, do governador do Estado, na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, e 2.883/2015, do governador do Estado, na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/9/2015

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.817/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências. (Urgência.)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 30/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 2.465/2015, da Comissão Extraordinária das Mulheres.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.817/2015, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Resolução nºs 29 e 30/2015, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 30/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.648/2015, da deputada Arlete Magalhães, 2.668/2015, do deputado Geraldo Pimenta, e 2.672/2015, do deputado Fabiano Tolentino.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 50 e 95/2015, do deputado Fred Costa; 167/2015, do deputado Inácio Franco; 221, 338 e 363/2015, do deputado Fred Costa; 367/2015, do deputado Doutor Wilson Batista; 436 e 437/2015, do deputado Fabiano Tolentino; 505, 565 e 676/2015, do deputado Fred Costa; 695/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 804 e 858/2015, do deputado Fred Costa; 904/2015, do deputado Gil Pereira; 960/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 994/2015, do deputado Inácio Franco; 1.002/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.088/2015, do deputado Sávio Souza Cruz; 1.161/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.174/2015, dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos; 1.261 e 1.458/2015, do deputado Fred Costa; 1.602/2015, do



deputado Ivair Nogueira; 1.625/2015, do deputado Fábio Cherem; 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir; 1.675/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.683/2015, do deputado Gustavo Corrêa; 1.753/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 1.821/2015, do deputado Neilando Pimenta; 2.109/2015, do deputado Elismar Prado; 2.227/2015, do deputado Cabo Júlio; 2.461/2015, do deputado Tiago Ulisses; 2.552 e 2.553/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; 2.560/2015, do deputado Dilzon Melo; 2.595/2015, do deputado Ricardo Faria; 2.649/2015, do deputado Isauro Calais; 2.653/2015, do deputado Braulio Braz; 2.745/2015, do deputado Adalclever Lopes; 2.751/2015, do deputado Sargento Rodrigues; e 2.905/2015, da deputada Ione Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.182/2015, do deputado Carlos Pimenta; 1.378/2015, do deputado Deiró Marra; 1.590/2015, do deputado Tiago Ulisses; 1.591 e 1.592/2015, do deputado Carlos Pimenta; 1.673/2015, do deputado Gustavo Corrêa; 2.212/2015, do deputado Inácio Franco; 2.316/2015, do deputado Deiró Marra; 2.327/2015, do deputado Léo Portela; 2.405/2015, do deputado Douglas Melo; 2.554/2015, do deputado Adalclever Lopes; 2.557/2015, do deputado Durval Ângelo; 2.568/2015, do deputado Douglas Melo; 2.576/2015, do deputado Wander Borges; 2.581/2015, do deputado Hely Tarquínio; 2.585/2015, do deputado Antônio Lerin; 2.591/2015, do deputado Fábio Cherem; 2.616/2015, do deputado Noraldino Júnior; 2.619/2015, do deputado Gil Pereira; 2.621/2015, da deputada Rosângela Reis; e 2.639/2015, do deputado Ricardo Faria.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 30/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.748/2015, do deputado Inácio Franco.

Requerimentos nºs 2.369/2015, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais; 2.377/2015, do deputado Ulysses Gomes; 2.458/2015, do deputado Noraldino Júnior.

Finalidade: expor as ações executadas pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg – e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg – com o objetivo de preservar o meio ambiente e incentivar o desenvolvimento sustentável em Minas Gerais, com a presença de convidados.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.578/2015, do deputado João Leite.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.277/2015, do deputado Gilberto Abramo; 1.279/2015, do deputado Fábio Cherem; 1.296/2015, do deputado João Vítor Xavier; 1.776/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 2.033/2015, do deputado Cássio Soares; 2.083 e 2.084/2015 do deputado Antônio Carlos Arantes; 2.128/2015, do deputado Léo Portela; 2.181/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.189/2015, do deputado Gustavo Valadares; 2.196/2015, do deputado Dilzon Melo; e 2.247/2015, da deputada Rosângela Reis; e Requerimentos nºs 2.295/2015, do deputado Anselmo José Domingos; e 2.400/2015, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 30/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.527/2015, do deputado João Magalhães.

Requerimentos nºs 1.847/2015, do deputado Douglas Melo; e 2.433/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes.

Audiência pública para debater as políticas do Estado para a caprinocultura e a ovinocultura.



Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 30/9/2015**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública para debater os impactos do programa de prevenção ao câncer de mama realizado pela Secretaria de Estado de Saúde em parceria com a Sociedade Brasileira de Mastologia e o Projeto de Lei nº 2.876/2015, que cria o Programa de Prevenção e Combate ao Câncer Infantojuvenil – PreCoCI –, intitulado Novembro Laranja.

Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 30/9/2015**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Requerimentos nºs 2.335, 2.336, 2.337, 2.389 e 2.390/2015, do deputado Bosco, e 2.404/2015, do deputado Noraldino Júnior.
Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 18 horas do dia 30 de setembro de 2015, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei nº 2.817/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências, e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 29 de setembro de 2015.
Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite, Cabo Júlio e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/9/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.
Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/10/2015, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a infecção hospitalar e o impacto da interrupção do projeto que visa melhor controle das infecções, da Secretaria de Estado de Saúde e da Sociedade Mineira de Infectologia, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.
Arlen Santiago, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/10/2015, às 19 horas, em Contagem, na Associação Pró-Atendimento ao Morador do Jardim Alvorada, com a finalidade de debater o recente desmembramento dos Bairros Jardim Alvorada e Vila Alvorada do Município de Contagem para o Município de Ribeirão das Neves, em decisão unilateral da administração pública, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.896/2015****Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do deputado Carlos Pimenta, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Esportiva e Eventos de Minas Gerais – Asseemg –, com sede no Município de Três Pontas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Esportiva e Eventos de Minas Gerais – Asseemg –, com sede no Município de Três Pontas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo o fortalecimento da integração da comunidade.

Na consecução desse propósito, a instituição organiza, promove e executa eventos esportivos e desenvolve atividades sociais, recreativas e culturais.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela entidade no fomento às políticas culturais, esportivas e de lazer do município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.896/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2015.

Anselmo José Domingos, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.071/2015**Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas****Relatório**

De autoria do deputado Bonifácio Mourão, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Projeto Betel: Casa de Recuperação, com sede no Município de Guanhães.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.071/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Projeto Betel: Casa de Recuperação, com sede no Município de Guanhães, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover assistência nas áreas de prevenção, tratamento e recuperação de dependentes químicos, não realizando internações.

Com esse propósito, a instituição visa a criar programas, serviços e equipamentos sociais de inserção, promoção, alfabetização e profissionalização para os dependentes químicos e oferecer apoio psicológico para os seus familiares; realizar palestras de orientação e conscientização sobre o uso de drogas para crianças, adolescentes e seus familiares; e promover, coordenar e executar atividades, projetos e programas de caráter comunitário e social.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade substituir, no art. 1º e na ementa, o termo “Associação” pelo termo “entidade”.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela associação em Guanhães, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.071/2015, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.
Léo Portela, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.185/2015

Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas

Relatório

De autoria do deputado Noraldino Júnior, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Assistência aos Dependentes Químicos e suas Famílias – Assad –, com sede no Município de Mirai.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.185/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Assistência aos Dependentes Químicos e suas Famílias – Assad –, com sede no Município de Mirai, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo realizar trabalho de prevenção e recuperação de usuários de drogas em geral.

Com esse propósito, a instituição promove orientação, assistência e acompanhamento familiar, através de atendimento individual e em grupo; presta apoio médico, humano e jurídico a usuários de drogas; e realiza seminários e convenções nas áreas de prevenção e combate às drogas, além de trabalho preventivo junto à população em geral.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Assad em prol dos moradores do Município de Mirai, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.185/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.

Leandro Genaro, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.455/2015

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado João Vítor Xavier, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Esportiva Ipê, com sede no Município de São José da Lapa.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Esportiva Ipê, com sede no Município de São José da Lapa, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão de atividades sociais, cívico-culturais e desportivas.

Na consecução desse propósito, a instituição estimula a prática e as competições de modalidades esportivas amadoras, sobretudo o futebol; realiza a cessão de seus espaços para a execução de eventos de outras entidades; mantém divisão esportiva feminina com o intuito de incentivar a prática esportiva e atividades físicas úteis a diferentes públicos.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol dos cidadãos do município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.455/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.

Geraldo Pimenta, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.748/2015

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do deputado Inácio Franco, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Animais Nossos Irmãos, com sede no Município de Lavras.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original. Incumbe a esta comissão emitir parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VIII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Animais Nossos Irmãos, com sede no Município de Lavras.

Criada com a finalidade de zelar pelo bem-estar físico e psicológico dos animais em geral, a entidade busca promover ações e projetos voltados a esse fim, tais como: campanhas de estímulo à adoção de animais abandonados, campanhas de doação; auxílio a animais desamparados, proporcionando alimentação e o amparo necessário; apoio e participação nos eventos relacionados com animais no Município de Lavras. Além disso, busca informar, esclarecer e educar a população, a fim de criar uma cultura de respeito e cuidado com os animais, estimulando a posse responsável.

A par dessas ações, a associação se propõe a participar da formulação e execução das políticas públicas de proteção aos animais, acompanhando as ações do poder público, fiscalizando a aplicação e estimulando o aperfeiçoamento da legislação vigente.

Numa época em que a proteção dos animais vem ganhando adeptos e militantes na sociedade e o tema vem sendo amplamente discutido nesta Casa, julgamos meritório conferir o título de utilidade pública a uma entidade que defendem essa causa.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.748/2015.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.

Dilzon Melo, relator.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.792/2015

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.792/2015, de autoria do governador do Estado, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar – PTE-MG – dos alunos da rede estadual de ensino residentes em zona rural, foi aprovado no 2º turno, com a Emenda nº 1 ao vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.792/2015

Institui o Programa Estadual de Transporte Escolar – PTE-MG –, direcionado a alunos da rede estadual de ensino residentes em zona rural.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Programa Estadual de Transporte Escolar – PTE-MG –, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, com o objetivo de transferir recursos financeiros, de forma direta, aos municípios que realizam o transporte escolar dos alunos da rede estadual de ensino residentes em zona rural.

Art. 2º – O município interessado em participar do PTE-MG deverá inscrever-se no programa mediante a assinatura de termo de adesão a ser celebrado com o Estado, por intermédio da SEE.

§ 1º – O termo de adesão terá vigência de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos, podendo, a qualquer tempo, ser rescindido:

I – pelo município, que deverá comunicar à SEE o seu interesse e assegurará a manutenção do serviço de transporte escolar até o término do ano letivo em curso;

II – pela SEE:

a) no caso de existir interesse público justificado, hipótese em que o Estado assumirá direta ou indiretamente o transporte dos alunos da rede estadual no município;

b) no caso de o município praticar alguma das condutas a que se refere o art. 5º.

§ 2º – Na hipótese de que trata o inciso I do § 1º, a rescisão ocorrerá em até cento e oitenta dias após o comunicado à SEE.

§ 3º – Na hipótese de que trata a alínea “a” do inciso II do § 1º, a rescisão ocorrerá trinta dias após a manifestação do interesse público justificado.

Art. 3º – Os critérios de cálculo para definição do valor dos recursos do PTE-MG a serem repassados a cada município e a forma de execução do programa serão estabelecidos em regulamento, considerando-se:

I – o número de alunos de educação básica da rede estadual residentes em área rural que utilizem transporte escolar, com base nos dados oficiais do censo escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep –, relativo ao ano imediatamente anterior ao do repasse dos recursos;

II – os custos fixos e variáveis do transporte escolar rural de cada município.

§ 1º – Os recursos do PTE-MG destinam-se exclusivamente ao custeio do transporte escolar, executado direta ou indiretamente pelo município.

§ 2º – A SEE e a Secretaria de Estado de Governo – Segov – divulgarão, até o dia 31 de janeiro de cada exercício financeiro, os critérios de cálculo, o valor a ser repassado aos municípios, a periodicidade dos repasses, bem como as orientações e instruções necessárias à execução do PTE-MG, observado o montante de recursos disponíveis para esse fim na Lei Orçamentária Anual – LOA.

§ 3º – O valor do PTE-MG para cada exercício financeiro será transferido em dez parcelas iguais e sucessivas, entre fevereiro e novembro de cada ano, em conta-corrente específica aberta em instituição financeira oficial, a ser indicada pelo município.

§ 4º – Os recursos do PTE-MG repassados ao município, enquanto não utilizados, deverão ser aplicados na mesma instituição financeira em que foram depositados.

§ 5º – Os rendimentos provenientes das aplicações a que se refere o § 4º serão destinados exclusivamente ao atendimento do objetivo do PTE-MG.



§ 6º – Os saldos remanescentes, ao término do exercício financeiro, inferiores a 15% (quinze por cento) do total do repasse, no exercício seguinte, serão utilizados para o atendimento do objetivo do PTE-MG ou serão restituídos em caso de não renovação do termo de adesão.

§ 7º – Os saldos remanescentes, ao término do exercício financeiro, superiores a 15% (quinze por cento) do total do repasse serão deduzidos no repasse do exercício seguinte.

Art. 4º – Os municípios que aderirem ao PTE-MG prestarão contas dos recursos recebidos, anualmente, até o dia 28 de fevereiro do ano seguinte ao repasse, nos termos do regulamento.

Art. 5º – Serão suspensas as transferências de recursos do PTE-MG ao município que:

- I – utilizar os recursos em desacordo com os objetivos e as normas estabelecidas em regulamento para execução do programa;
- II – apresentar a prestação de contas em desacordo com a forma e o prazo estabelecidos;
- III – descumprir as normas do Código de Trânsito Brasileiro e respectivas regulamentações, relativamente aos condutores de veículos, prestadores de serviços contratados e adequação dos veículos ao transporte escolar;
- IV – apresentar documento ou declaração falsa.

Art. 6º – A não prestação de contas ou a sua reprovação acarretará a suspensão das transferências dos recursos no ano subsequente, até a respectiva regularização, e ensejará instauração de tomada de contas especial após adoção das medidas administrativas cabíveis para o ressarcimento do valor.

Art. 7º – Compete à SEE o controle do repasse de recursos aos municípios e a fiscalização da execução do PTE-MG.

Art. 8º – O Poder Executivo incluirá na LOA o montante de recursos do PTE-MG para cada exercício financeiro, à conta de dotação orçamentária específica.

Art. 9º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.

Gilberto Abramo, presidente – Léo Portela, relator – Tiago Ulisses.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.883/2015

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.883/2015, de autoria do governador do Estado, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Poder Executivo que menciona e dá outras providências, foi aprovado no 2º turno, com as Emendas nºs 1 e 2 ao vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.883/2015

Dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Poder Executivo que menciona e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O § 3º do art. 2º da Lei nº 17.717, de 11 de agosto de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...)”

§ 3º – O ponto unitário da Gedima corresponde a 0,032% (zero vírgula zero trinta e dois por cento) do valor do vencimento básico do grau J do nível VI referente à carreira e à carga horária de trabalho do servidor, conforme as tabelas constantes no item II.1 do Anexo II da Lei nº 15.961, de 2005.”

Art. 2º – O servidor do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – que se aposentou até a data de publicação da Lei nº 14.683, de 30 de julho de 2003, com direito à percepção da remuneração de cargo de provimento em comissão terá seus proventos revistos, na forma deste artigo, mediante nova correlação com cargo do Grupo de Direção e Assessoramento da Administração Autárquica e Fundacional do Poder Executivo – DAI –, de que trata a Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007.

§ 1º – Para fins da correlação de que trata o *caput*, será considerada a soma das seguintes parcelas, nos valores a que o servidor fazia jus em janeiro de 2007:

- I – provento básico;
- II – progressão horizontal;
- III – gratificação de função;
- IV – vantagem temporária incorporável – VTI;
- V – parcela com valor correspondente a 37,5% (trinta e sete vírgula cinco por cento) da soma das parcelas previstas nos incisos I a IV.

§ 2º – O servidor de que trata este artigo será posicionado, no primeiro dia do mês subsequente ao da publicação desta lei, no DAI cujo valor, na data do posicionamento, seja igual ou imediatamente superior à soma obtida na forma do § 1º.

§ 3º – O valor acrescido ao provento básico do servidor em decorrência do posicionamento previsto no § 2º será deduzido da vantagem pessoal de que trata o art. 39 da Lei nº 19.553, de 9 de agosto de 2011.

§ 4º – A revisão de proventos de que trata este artigo não ocorrerá nos casos em que o posicionamento previsto no § 2º resulte em DAI inferior ao considerado para posicionamento na data de publicação da Lei Delegada nº 175, de 2007.

Art. 3º – Ficam criadas, no âmbito da Fundação João Pinheiro – FJP –, as seguintes Gratificações de Função de Pesquisa e Ensino – GFPEs –, de que trata o art. 2º da Lei nº 20.591, de 28 de dezembro de 2012:

- I – quarenta e cinco GFPE-1;
- II – quatro GFPE-2;

III – duas GFPE-3.

§ 1º – Em virtude do disposto no *caput*, o Anexo IV da Lei nº 20.591, de 2012, passa a vigorar na forma do Anexo I desta lei.

§ 2º – As gratificações criadas no *caput* serão identificadas em decreto.

Art. 4º – Para fins do cálculo da diferença a que se refere o art. 68 da Lei nº 20.748, de 25 de junho de 2013, devida aos Procuradores do Estado e aos Advogados Autárquicos, ao valor do percentual não incorporado da Gratificação Complementar de Produtividade – GCP – fica acrescentado o valor equivalente ao previsto nos incisos III dos arts. 66 e 67 da referida lei, respectivamente.

Art. 5º – Fica assegurada aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e aos detentores de função pública das carreiras do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM –, pertencentes ao Grupo de Atividades de Seguridade Social do Poder Executivo, a que se referem os incisos IV, V e VI do art. 1º da Lei nº 15.465, de 13 de janeiro de 2005, a percepção de abono incorporável, com os seguintes valores mensais:

I – R\$190,00 (cento e noventa reais) para as carreiras de Auxiliar-Geral de Seguridade Social e Assistente Técnico de Seguridade Social;

II – R\$145,00 (cento e quarenta e cinco reais) para a carreira de Analista de Gestão de Seguridade Social.

Parágrafo único – O abono de que trata o *caput* não integrará a remuneração de contribuição a que se refere o art. 26 da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, não será incorporado aos proventos e não será considerado para o cálculo de nenhuma outra vantagem, exceto férias e gratificação natalina.

Art. 6º – O abono de que trata o art. 5º será incorporado ao vencimento básico dos servidores das carreiras de que tratam os incisos IV, V e VI do art. 1º da Lei nº 15.465, de 2005, em duas parcelas, nos seguintes valores e datas:

I – primeira parcela em 1º de dezembro de 2015, com incorporação de:

a) R\$95,00 (noventa e cinco reais) ao vencimento básico dos servidores das carreiras de Auxiliar-Geral de Seguridade Social e Assistente Técnico de Seguridade Social;

b) R\$72,50 (setenta e dois reais e cinquenta centavos) ao vencimento básico dos servidores da carreira de Analista de Gestão de Seguridade Social;

II – segunda parcela em 1º de março de 2016, com incorporação de:

a) R\$95,00 (noventa e cinco reais) ao vencimento básico dos servidores das carreiras de Auxiliar-Geral de Seguridade Social e Assistente Técnico de Seguridade Social;

b) R\$72,50 (setenta e dois reais e cinquenta centavos) ao vencimento básico dos servidores da carreira de Analista de Gestão de Seguridade Social.

Parágrafo único – Em decorrência da incorporação de que tratam os incisos I e II do *caput*, o abono de que trata o art. 5º será integralmente extinto em 1º de março de 2016.

Art. 7º – O pagamento do abono de que trata o art. 5º e a incorporação prevista no art. 6º aplicam-se ao servidor inativo e ao afastado preliminarmente à aposentadoria que fizerem jus à paridade, cujos proventos tiverem como referência os valores aplicáveis às carreiras do IPSM pertencentes ao Grupo de Atividades de Seguridade Social do Poder Executivo, a que se referem os incisos IV, V e VI do art. 1º da Lei nº 15.465, de 2005.

Art. 8º – Ficam reajustadas, passando a vigorar na forma do Anexo II desta lei, as tabelas de vencimento referentes às cargas horárias de vinte, trinta e quarenta horas semanais da carreira de Analista de Gestão de Seguridade Social, constantes no item V.2.3 do Anexo V da Lei nº 15.961, de 30 de dezembro de 2005.

Art. 9º – O abono a que se refere o art. 4º da Lei nº 21.726, de 20 de julho de 2015, é devido somente aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e aos detentores de função pública das carreiras de que tratam os incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 1º da Lei nº 15.463, de 13 de janeiro de 2005.

Art. 10 – Fica revogado o § 6º do art. 2º da Lei nº 17.717, de 2008.

Art. 11 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos do disposto no art. 4º a 1º de maio de 2015 e surtindo efeitos, para os arts. 1º a 3º e 5º a 8º a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de setembro de 2015.

Gilberto Abramo, presidente – Léo Portela, relator – Tiago Ulisses.

ANEXO I

(a que se refere o § 1º do art. 3º da Lei nº , de de de 2015)

“ANEXO IV

(a que se refere o § 4º do art. 2º da Lei nº 20.591, de 28 de dezembro de 2012)

QUANTITATIVO DE GRATIFICAÇÕES DE FUNÇÃO DE PESQUISA E ENSINO – GFPE – NA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

ESPÉCIE/NÍVEL	QUANTITATIVO
GFPE-1	53
GFPE-2	11
GFPE-3	7



GFPE-4	3”
--------	----

ANEXO II

(a que se refere o art. 8º da Lei nº , de de de 2015)

“ANEXO V

(a que se refere o inciso V do art. 1º da Lei nº 15.961, de 30 de dezembro de 2005)

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS SERVIDORES DAS CARREIRAS DO GRUPO DE ATIVIDADES DE SEGURIDADE SOCIAL

(...)

V.2 – Tabelas de Vencimento Básico das Carreiras do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPISM

(...)

V.2.3 – Carreira de Analista de Gestão de Seguridade Social

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	NÍVEL	GRAU									
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Superior	I	1.337,06	1.377,17	1.418,49	1.461,04	1.504,87	1.550,02	1.596,52	1.644,41	1.693,75	1.744,56
Superior	II	1.631,21	1.680,15	1.730,55	1.782,47	1.835,94	1.891,02	1.947,75	2.006,19	2.066,37	2.128,36
Superior	III	1.990,08	2.049,78	2.111,28	2.174,61	2.239,85	2.307,05	2.376,26	2.447,55	2.520,97	2.596,60
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	IV	2.427,90	2.500,73	2.575,76	2.653,03	2.732,62	2.814,60	2.899,04	2.986,01	3.075,59	3.167,85
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	V	2.962,03	3.050,90	3.142,42	3.236,69	3.333,80	3.433,81	3.536,82	3.642,93	3.752,22	3.864,78
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	VI	3.613,68	3.722,09	3.833,75	3.948,77	4.067,23	4.189,25	4.314,92	4.444,37	4.577,70	4.715,03

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	NÍVEL	GRAU									
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Superior	I	2.005,58	2.065,75	2.127,72	2.191,56	2.257,30	2.325,02	2.394,77	2.466,62	2.540,61	2.616,83
Superior	II	2.446,81	2.520,22	2.595,82	2.673,70	2.753,91	2.836,53	2.921,62	3.009,27	3.099,55	3.192,54
Superior	III	2.985,11	3.074,66	3.166,90	3.261,91	3.359,77	3.460,56	3.564,38	3.671,31	3.781,45	3.894,89
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	IV	3.641,84	3.751,09	3.863,62	3.979,53	4.098,92	4.221,89	4.348,54	4.479,00	4.613,37	4.751,77
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	V	4.443,04	4.576,33	4.713,62	4.855,03	5.000,68	5.150,70	5.305,22	5.464,38	5.628,31	5.797,16
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	VI	5.420,51	5.583,12	5.750,62	5.923,14	6.100,83	6.283,85	6.472,37	6.666,54	6.866,54	7.072,53

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	NÍVEL	GRAU									
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Superior	I	2.674,12	2.754,34	2.836,97	2.922,08	3.009,74	3.100,04	3.193,04	3.288,83	3.387,49	3.489,12
Superior	II	3.262,43	3.360,30	3.461,11	3.564,94	3.671,89	3.782,04	3.895,51	4.012,37	4.132,74	4.256,72
Superior	III	3.980,16	4.099,56	4.222,55	4.349,23	4.479,70	4.614,09	4.752,52	4.895,09	5.041,95	5.193,20
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	IV	4.855,79	5.001,47	5.151,51	5.306,06	5.465,24	5.629,20	5.798,07	5.972,01	6.151,17	6.335,71
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	V	5.924,07	6.101,79	6.284,84	6.473,39	6.667,59	6.867,62	7.073,65	7.285,86	7.504,43	7.729,57
Pós-graduação <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i>	VI	7.227,36	7.444,18	7.667,51	7.897,53	8.134,46	8.378,49	8.629,85	8.888,75	9.155,41	9.430,07"



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 16/9/2015

O deputado Geraldo Pimenta – Saudações a todos, presidente, deputadas e deputados, servidores da Casa, pessoal da galeria, mineiros e mineiras. “O brasileiro, o cão, a raposa, esse animal híbrido, sem espécie e sem definida raça, de nome Jean Charles de Menezes, morreu por engano, abatido com oito tiros. Morte dura e vil, que até a um cão, que até a uma raposa, que até a um coelho seria prova de manifesta perversão e crueldade.

Que dirá a um humano, perdão, Tony Blair, perdão, Bush, perdão, súditos ingleses apavorados, que dirá a um ser assemelhado a humano? Ainda que seja natural de um País de samba e mulatas exóticas, boas para a cama e para o turismo, ainda assim, e apesar disso, será que esse inferior mereceria um fim de animal raivoso em Londres?”.

Peço emprestada ao escritor e poeta Urariano Mota essa introdução. A história, os senhores já conhecem. Jean Charles de Menezes nasceu em Gonzaga, Minas Gerais, uma cidadezinha qualquer, como diria Carlos Drummond de Andrade, no meio do caminho entre minha terra natal, Sabinópolis, e Valadares. Menino inteligente, rapaz cheio de sonhos, eletricista na Inglaterra, sorria para as fotos da família: “Mãe, venci na Europa”. Foi morto por engano, no metrô de Londres, com oito tiros na cabeça. Depois, viram que aquela mula sem cabeça nem mesmo era um terrorista.

Meus amigos, neste aniversário de 10 anos do assassinato de Jean Charles de Menezes, apresentei requerimento à Comissão de Direitos Humanos desta Casa, que, com presteza, o encaminhou à embaixada do Reino Unido, solicitando informações sobre o processo do Jean Charles. Apesar de a justiça britânica apontar vários erros da polícia, a famosa Scotland Yard – falta de uma simples abordagem, uso de munição proibida pela Convenção de Haia, preconceito, racismo e mentiras várias –, nenhum policial foi punido até agora.

D. Maria de Menezes, mãe de Jean Charles, disse que perdera a alegria de viver, e os familiares e amigos apelaram à Corte Europeia dos Direitos Humanos, em Estrasburgo, na França. Espero justiça, presidente, e peço solidariedade a esta Casa: que encaminhe à Corte Europeia de Direitos Humanos uma missão, uma delegação e toda a nossa indignação diante desse crime impune. Viva Jean Charles de Menezes, nosso conterrâneo! Obrigado a todos.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Caro deputado Geraldo Pimenta, que tem feito grande trabalho na Comissão de Saúde e nesta Assembleia Legislativa, queremos nos irmanar à sua indignação com esse crime que está impune, como, infelizmente, muitos outros.

Mas gostaria de apelar para o seu bom relacionamento com o governo do Estado de Minas Gerais, porque, pessoalmente e como presidente da Comissão de Saúde, sou favorável a que a verba usada para a Copanor, região mais pobre do Estado, fique nos 12% da saúde.

Porém, Doutor Wilson Batista e João Leite, estou ficando muito assustado com os boatos que estão vindo por aí de que, dentro dos 12% do orçamento da saúde, estão querendo mandar um Fundo de Erradicação da Miséria. Lógico que, sobre esse aspecto *lato sensu*, tudo é saúde. Mas aqui, nesta Casa, o governo passado era xingado todos os dias quando falava dessa questão do Fundo da Erradicação da Miséria. E o governo, em sua campanha, falou que o Fundo da Erradicação da Miséria não estaria nos 12%.

Gostaria de pedir ao senhor, como membro da Comissão de Saúde, como deputado que entende o problema grave que está sendo a saúde no Brasil, principalmente pela falta de investimento do governo federal na saúde, que olhasse o seguinte: o Fundo de Erradicação da Miséria é extremamente importante, mas vamos combater a miséria com o dinheiro da saúde e deixar os hospitais, as prefeituras, as criancinhas morrerem? Gostaria de apelar para o senhor ao trazer um tema tão relevante como esse. Acredito que o governo estadual não vai rasgar tudo que falou antes, a exemplo do que o governo federal fez. Falou que não ia mexer em direito trabalhista, que não queria CPMF, que não iria ter cortes na saúde, mas é tudo o que estão fazendo. E o pior é que estão tentando criar uma CPMF não mais para a saúde, mas para a aposentadoria das pessoas. Tenho certeza de que o senhor não concordará com isso. Muito obrigado.

O deputado Geraldo Pimenta – Obrigado pelo apoio, Arlen Santiago. Com a palavra, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Deputado Geraldo Pimenta, gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho que vem fazendo pela saúde pública em Minas Gerais. Aliás, não é de agora, como deputado, mas de muito tempo. Também o parabenizo como deputado por ter assumido essa causa.

Hoje, junto com o deputado Ricardo Faria, também do PCdoB, estivemos olhando casos que nos assustam, como a situação dos administrativos da saúde. Eu sabia que eles ganhavam mal, mas não sabia que era tanto. É bem abaixo do salário mínimo. Vamos ter de resolver isso. É mais uma herança maldita que veio dos tucanos. Recebem salários de R\$600,00, R\$800,00. Se você coloca as gratificações, aí vai passar um pouquinho de R\$1.000,00 em alguns casos. Há casos em que nem passam. Isso é fruto mesmo desse arrocho enorme feito com o chamado choque de gestão de primeira geração, segunda geração, terceira geração, mas, felizmente, na quarta geração, os trabalhadores enjoaram e derrotaram o governo do choque de gestão. Muito disso estava evidentemente no absurdo que era feito pelo governo do PSDB de não colocar 12% da saúde, como nós colocamos. Hoje, aliás, está na Justiça uma dívida de mais de R\$8.000.000.000,00 que o governo do PSDB deixou para a saúde pública.

Então, eu queria parabenizá-lo por tudo isso que tem feito na saúde, inclusive fiscalizando os recursos, na certeza de que será cumprido. Em especial agora, que a PEC nº 69 já foi regulamentada e não há dúvida sobre ela, para que não se possa cometer nenhum equívoco em relação a isso. Sei que é defesa de V. Exa. e também do secretário Faustino, que é ligado à área da saúde e tem essa

preocupação; o Doutor Wilson Batista está aqui também. Com certeza não vai se repetir em Minas Gerais aquilo que ocorreu no governo Aécio Neves. E, repito, inclusive há ações contra ele por não incluir esses 12%.

Aproveito, deputado Geraldo Pimenta, para dizer que fizeram a mesma coisa na educação. Nesse caso o truque que eles usavam era pagar a previdência, ou seja, a aposentadoria de professor, como se fosse investimento na educação, mas era dinheiro de previdência. Dessa forma ficaram devendo os outros R\$8.000.000.000,00 da educação, por isso tiveram de proibir as professoras de se alimentarem na escola, para economizar. Não havia nenhum dinheirinho para pagar mais a alimentação. Aliás, o Pimentel colocou R\$7.000.000,00 este ano para garantir a alimentação das professoras – viu, Marília Campos? Está garantido. Todo trabalhador de educação tem direito à alimentação escolar. Imaginem onde chegamos.

Com R\$7.000.000,00 se fez aquela briga de 12 anos, principalmente depois da greve, proibindo as professoras de se alimentarem. Por isso não incluíam os 25% na educação. A garantia disso foi outra vitória que tivemos.

Deputado Geraldo Pimenta, os tucanos acabaram com a CPMF. Lembra? Foram eles que acabaram com a CPMF. Votaram contra a CPMF porque não queriam a CPMF para a saúde, pois nunca gostaram do SUS. Eles gostam é do sistema privado, não gostam do SUS, vivem falando mal do SUS. Fomos defender o SUS, que é um sistema importantíssimo... Claro que há defeitos e problemas, mas ele precisa ser defendido. O que vejo é o sistema privado atacar o SUS. É claro que, se é criada a CPMF na previdência, também se aumenta os recursos do caixa, que serão usados em educação, saúde. Por isso os próprios estados, governados por qualquer governador de qualquer partido, estão torcendo agora para a CPMF se tornar uma realidade, também com recursos no Estado. Para dizer a verdade, regimentalmente o tempo é apenas uma orientação. Cabe ao orador inscrito dizer se o tempo acabou ou não.

Presidente, não ficarei discutindo isso para não tomar o tempo do deputado Geraldo Pimenta, mas o tempo de aparte não termina a não ser que o orador inscrito queira que ele termine.

Então, deputado Geraldo Pimenta, queria parabenizá-lo pela sua ação em torno da saúde, sabendo que V. Exa. é um dos defensores e dizer que a CPMF será útil sim. Sou defensor porque ela é mais justa. O imposto injusto é aquele que se faz sobre produtos. Esse é muito injusto, porque o pobre paga, às vezes, R\$5,00 num produto, e o milionário paga R\$5,00 também. Na CPMF há um percentual, então se um paga R\$5,00, o outro paga R\$500,00, e o outro paga R\$5.000.000,00, dependendo do percentual e da fortuna ou do dinheiro que ele coloca. Nesse sentido é um imposto justo. Sei que tucano não gosta dele porque gosta de proteger os ricos, em especial os super-ricos. Mas precisamos fazer, sim, o imposto ainda mais justo, taxando as fortunas. Esse o Brasil precisa fazer, deputado Geraldo Pimenta.

O deputado Geraldo Pimenta – Isso mesmo, deputado Rogério Correia.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)* – Primeiro eu gostaria de me solidarizar naquilo que é essência da intervenção, que acho que traduz o imperativo ético, humanitário e civilizatório, que é a crítica ao primeiro mundo, representado pela Scotland Yard. Essa barbárie cometida contra um concidadão, um conterrâneo da nossa Minas Gerais, um brasileiro. V. Exa. se manifesta com uma fortaleza ética muito grande, e quero parabenizá-lo. Aliás, faço aqui, publicamente, o desejo de consignar com V. Exa. qualquer diligência e encaminhamento nesse sentido.

O deputado Geraldo Pimenta – Obrigado, deputado.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)* – Sobrou-me muito pouco tempo de aparte, e o assunto merece um debate muito mais aprofundado. Mas só para responder às questões relativas ao orçamento da saúde, que são facilmente exploradas do ponto de vista panfletário, mas poucas vezes discutidas com profundidade, a partir da regulamentação da emenda à Constituição que previa gastos mínimos para a saúde e para os entes de governo – aliás, traída pela presidente Dilma, que traiu o movimento social nessa expectativa –, todos os estados estão cumprindo os 12%. Infelizmente com brechas na lei, que permite passar com muitos restos a pagar. Todos os governos, inclusive do PT – do Rio Grande do Sul, quando o PT estava lá –, utilizaram os gastos de saneamento e outros. Não é verdade, não há ação alguma na Justiça. Existem provocações do Ministério Público e provocações partidárias, mas jamais prosperou, a partir da aprovação do Tribunal de Contas, qualquer iniciativa para cercear a prestação de contas do governo passado na área de saúde no que tange aos 12%. Felizmente agora há a regulamentação, só não acompanhada no seu ideário exatamente pelo governo do PT, que mudou a norma dos 10% da variação do PIB.

O deputado Geraldo Pimenta – Obrigado pela solidariedade, deputado Antônio Jorge. Obrigado, gente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Wilson Batista* – Boa tarde a todos e a todas. Venho a esta tribuna, presidente, para falar apenas de dois assuntos. O primeiro, o ciclo de debates que realizamos aqui nesta semana, sobre a judicialização da saúde. Tivemos a oportunidade de trazer a esta Casa grandes palestrantes de reconhecimento nacional, das Universidades Federais de São Paulo e do Rio Grande do Sul e do Poder Judiciário de outros estados, que nos trouxeram importantíssimas informações, que, com certeza, nos ajudarão muito nas questões da judicialização da saúde em Minas Gerais.

A judicialização da saúde, apesar de ser fenômeno recente, é crescente. Nos últimos quatro anos os gastos com a judicialização da saúde saltaram de R\$30.000.000,00 para R\$290.000.000,00 por ano, valor registrado em 2014. Mas minha preocupação não é somente com esses gastos absurdos, mesmo porque esses gastos com ações judiciais não se convertem em tratamento para os pacientes. A grande maioria desses gastos é com ações movidas na Justiça. Então, isso não é garantia de que esse recurso está sendo traduzido em melhora do acesso a tratamentos e medicamentos.

A judicialização da saúde aponta, hoje, para uma questão muito séria: o fenômeno da judicialização vem crescendo porque está existindo uma grande falha na acessibilidade dos pacientes, principalmente a procedimentos de média e baixa complexidades. Cerca de 70% da judicialização se dá em virtude de procedimentos e medicamentos já incorporados pelo SUS, tratamentos já garantidos na tabela do SUS. Então a lei garante que saúde é direito de todos, mas a realidade nega o acesso à saúde. Infelizmente, muitos pacientes hoje vão ao hospital, meu caro deputado Bechir, em busca de esclarecimento sobre uma doença, ficam dias internados e retornam para casa com pedidos de exames que não foram realizados. O paciente não conclui o diagnóstico e volta para casa com sua doença se agravando e fica meses e meses com o pedido desses exames para chegar a um diagnóstico. Muitos terminam na urgência, com um



tumor de intestino que poderia ter sido diagnosticado há seis meses ou um ano, porque já tinha sido alertado. O paciente já tinha pedido de exames, por exemplo, de uma colonoscopia, para esclarecer essa doença, mas, um ano depois, na urgência, quando o tumor perfurou o intestino, quando o tumor obstruiu completamente o intestino, é que o paciente vai ser operado, numa condição de urgência e emergência e, às vezes, nem tem possibilidade mais de retirar o tumor.

O paciente vai conviver com a doença e, às vezes, com uma colostomia. É isso que estamos vivendo, é essa a realidade hoje dos nossos pacientes nos corredores dos hospitais, nas unidades de saúde. São doenças que se agravam, pacientes que convivem com doenças em seu domicílio, esperando, e às vezes sendo tratados só na urgência e na emergência. É isso que a judicialização da medicina e da saúde nos proporcionou: conhecer que a maioria das ações judiciais são advindas de procedimento e de intervenções já garantidas pelo SUS. O SUS garante tudo a todos, mas, infelizmente, a realidade nega esse tudo, nega praticamente tudo, nega tudo a que o paciente tem direito: nega o tratamento, nega o exame, nega a descoberta da doença, nega tudo. É com isso, hoje, que as pessoas estão convivendo.

Quem participou do evento esta semana pôde ouvir das pessoas, neste Plenário, relatos difíceis, relatos de pacientes que, além de enfrentar filas nos hospitais, têm de ser encaminhados à Justiça para terem acesso a um tratamento ou a um medicamento, algo absurdo que está ocorrendo não só em Minas Gerais, mas também no Brasil.

Por isso realizamos esse fórum, exatamente para debater, trazer à luz do conhecimento dos gestores de saúde, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário a covardia que está sendo cometida hoje com os pacientes que dependem do SUS. E o nosso papel é não nos calarmos diante do sofrimento dessas pessoas, não sermos mais covardes com quem depende de tratamento do SUS.

O deputado Wander Borges (em aparte)* – É muito rápido, deputado Wilson. Inicialmente, quero parabenizá-lo por trazer, mais uma vez, esse assunto à Assembleia. O seminário feito ontem e anteontem foi muito importante. Quero parabenizar você e o presidente da Comissão de Saúde, o deputado Arlen Santiago, aqui presente, e dizer que realmente o que está acontecendo não é o SUS, mas um susto que está virando um horror.

Você pega, por exemplo, uma colonoscopia. O sujeito vai fazer um exame desses, Dr. Arlen, e fica um ano para fazer o diagnóstico dessa doença, para avaliar se tem um CA ou não. Como consequência disso, mandam o sujeito a uma clínica particular. Sabem quanto custa esse exame na rede particular? V. Exa. sabe disso, de R\$600,00 a R\$700,00. Que cidadão que ganha salário mínimo vai pagar isso? E, pior, quando autorizado, depois de o sujeito ter sido enterrado, um defunto no jazigo com a frase “Aqui jaz”, o SUS paga R\$112,00 por esse exame. Quer dizer, de toda forma que você avalia, isso é o SUS, que virou assustador, que virou um susto, que virou um horror para o povo brasileiro. E, infelizmente, a distância, o interregno entre aquilo que está no papel e a prática do dia a dia é de uma extensão tão grande, mas tão grande, que vamos ter só uma solução: cada dia mais enterrar os nossos entes queridos, os nossos companheiros, os nossos amigos.

Olha, é uma aberração. Concordo com V. Exa. que temos de verbalizar isso aqui, de manhã, à tarde e à noite. O que estão fazendo é uma covardia com o povo brasileiro, uma falta de respeito, uma falta de humanidade, uma falta de sensibilidade. Falta acolhimento, falta a quem está do outro lado, com a caneta na mão, ver o seu semelhante como a si próprio. Muito obrigado e parabéns.

O deputado Doutor Wilson Batista* – Agradeço ao deputado Wander Borges.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Quero parabenizá-lo, deputado Doutor Wilson, pela propriedade dos temas que tem colocado nesta Casa, com projetos importantes, como o da mamografia móvel e da biópsia de mama, que o Estado complementa, e, infelizmente, como disse o deputado Wander Borges, com o susto que o governo federal do PT tem feito conosco. E quero parabenizar também a ideia de V. Exa. da questão da judicialização, que, a meu ver, foi um sucesso enorme, que pautou o rumo de propostas muito interessantes.

Quero dizer-lhe que a ONG Contas Abertas fez uma avaliação dos últimos quatro anos de investimento do Ministério da Saúde, do ministro da Saúde. Agora estão chamando-o de sinistro da saúde, porque é o homem que vai acabar com tudo. A ONG Contas Abertas fez um levantamento de todo o investimento do governo federal na saúde. Investimento é equipamento e obra. E, em quatro anos, o Ministério da Saúde só investiu R\$8.000.000.000,00, segundo a Contas Abertas. Só para os senhores saberem o que é isso, esse valor é menor que o custo dos estádios da Copa; só para os senhores saberem o que é isso, é apenas o dobro do dinheiro repassado pelo povo brasileiro às UPAs. Não é para pagar médico, mas para mandar para Cuba. Foram R\$4.000.000.000,00. Enquanto isso o povo está morrendo. A Comissão de Saúde está indo a todas as reuniões possíveis. Nesta semana foram oito reuniões em que verificamos esse sofrimento. Ainda bem que estamos vendo o empenho do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, do nosso presidente Adalclever Lopes, que quer fazer uma plataforma para diminuir essa judicialização da saúde, que está fazendo com que o povo tenha duas filas.

O principal é a maneira como o governo federal do PT não quer investir em saúde. Já cortou quase R\$13.000.000.000,00 este ano de um orçamento que já era pequeno. O que acontece? Os hospitais de Santa Luzia e de Lagoa Santa estão fechados. O hospital de Ouro Preto está para fechar. Essa é a situação do Brasil.

Deputado Doutor Wilson Batista, comande-nos que o seguiremos, uma vez que sabemos que a causa é boa para o povo.

O deputado Doutor Wilson Batista* – Para finalizar e concluir sobre a judicialização da saúde, deputado Arlen Santiago, afirmo que todos somos favoráveis à judicialização da saúde, mas dentro de seus limites. Entendemos que a melhor arena para se discutir questões de saúde são os hospitais, são os gestores de saúde. Eu, como médico, sinto-me muito desconfortável quando um paciente vem nos procurar e temos de encaminhá-lo ao fórum, à Justiça, para que tenha acesso a um atendimento de qualidade pelo SUS. Isso, para o médico, é um desastre, porque para sanar, combater e enfrentar doenças, para cuidar do paciente, temos de nos dirigir aos hospitais, aos médicos, às equipes de apoio à saúde, aos programas de saúde que temos. Não podemos encaminhar pacientes dos hospitais para o fórum, para as ações judiciais. É claro que, quando o paciente não está sendo atendido, quando sua postulação não está sendo alcançada, é inevitável e legítima a judicialização da saúde. Todos concordamos com isso.

O segundo assunto que gostaria de tratar da tribuna é sobre um projeto de lei nosso, que já passou por três comissões e foi aprovado hoje na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Refiro-me ao programa que institui, nas redes dos hospitais públicos do

Estado de Minas Gerais, a cirurgia plástica reconstrutiva de mama. Todos os estudos demonstram que cerca de setenta por cento, ou seja, 7 em cada 10 mulheres que tratam de câncer de mama convivem sem a reconstrução mamária. Essa é uma estatística vergonhosa para a medicina brasileira, que é uma das mais reconhecidas em âmbito internacional.

Infelizmente as mazelas do SUS hoje fazem com que 7 em cada 10 mulheres que tratam de câncer de mama tenham suas mamas mutiladas. Não temos um programa que contemple o tratamento do câncer e, da mesma forma, com a mesma importância, que trate da reconstrução mamária, que preferencialmente deve ser feita de imediato, porque, para a paciente, a qualidade de vida é muito melhor, as técnicas apresentam muito melhores resultados. De imediato, a reconstrução é mais fácil. A paciente apresenta melhor resultado e enfrenta um período de internação bem menor.

É essa a lei que estamos trazendo à Casa, para que o governo do Estado crie um programa que seja acessível a todas as pacientes que venham a tratar de câncer de mama. Esperamos que essa reconstrução mamária seja feita, prioritariamente, no momento em que é tratado o tumor, para que as mulheres convivam com a doença, mas tenham também possibilidade de cura, além de preservados seu aspecto físico e sua dignidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Braulio Braz* – Sr. Presidente, nobres colegas deputados, telespectadores da TV Assembleia, visitantes das galerias, gostaria de falar hoje sobre o falecimento de um ex-colega nosso de Parlamento, Dr. Mário Assad.

No final de semana passado, dia 12, o povo mineiro despediu-se de um dos grandes líderes que viveu em nosso estado e que, ao dedicar praticamente toda a sua vida à atividade política, nos deixou um exemplo marcante de homem público. Digo isso porque, ao mesmo tempo em que Mário Assad era um exímio advogado, professor e político, ele sabia lidar com as pessoas de uma maneira ímpar, com inteligência, habilidade, honestidade e coragem. Ele foi um atuante representante do povo que contribuiu com sua imensa capacidade de realização na tarefa de construir um estado mais justo e desenvolvido.

Nascido em 20/1/1925, em Manhumirim, formou-se em direito e ingressou na política estadual como chefe de gabinete do secretário do Interior de Justiça de Minas Gerais, durante o período de 1959 a 1961. Foi delegado regional do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA –, secretário do Trabalho, Assistência Social e Desportos do Estado de Minas Gerais e secretário de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Elegeu-se para deputado estadual, atuando no Legislativo mineiro durante a 5ª Legislatura deste Parlamento, e foi reeleito, efetivamente, por mais quatro mandatos consecutivos, da 6ª à 9ª Legislatura. Nesse período, foi um grande estadista que transformou a história da região da Zona da Mata e todo o Estado de uma maneira significativa.

Em 1975, fundou a Associação Profissionalizante do Menor – Assprom –, sendo seu presidente de honra. Há 40 anos, nobre colega Dalmo Ribeiro, a Assprom vem, a cada dia, ampliando sua atuação junto aos adolescentes trabalhadores e aprendizes, já tendo passado por lá mais de oitenta mil menores. A instituição visa a que o jovem atendido chegue aos 18 anos preparado para uma melhor inserção no mercado de trabalho, munido de conceitos adequados de cidadania e de desenvolvimento profissional e pessoal.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) – Muito obrigado, deputado Braulio Braz. Também gostaria de me solidarizar com a fala de V. Exa., nesta tarde, trazendo uma homenagem ao ex-deputado e ex-secretário, o grande homem mineiro, Mário Assad. V. Exa. está, realmente, neste momento, buscando nos anais da história um exemplo de pai e de cidadão honrado, por tudo o que fez para Minas Gerais. Como secretário, exerceu sua função com altivez, e, com certeza, seu trabalho é registrado com muita saudade, particularmente na Zona da Mata, porque sempre buscou os interesses dessa região.

Quero também me solidarizar com V. Exa., com toda a família, especialmente, com o Dr. Mário Assad Júnior, que é nosso amigo e hoje também faz parte do governo. Gostaria de dizer que a perda do grande deputado e do grande secretário é sentida por todos nós. V. Exa., ao fazer essa reflexão, com certeza, faz com sentimento, com pesar e com muita solidariedade, a qual compartilho com V. Exa. Obrigado.

O deputado Braulio Braz* – Obrigado pelas suas palavras, nobre colega deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* – Vou ser extremamente breve nas minhas palavras, deputado Braulio Braz.

Quero cumprimentar V. Exa. por esse pronunciamento. Tenho certeza de que alguns dos pares que aqui se encontram e grande parte dos servidores desta Casa conheceram a transparência, a firmeza e o respeito à coisa pública com que o deputado Mário Assad exerceu seus mandatos. Tive a oportunidade de conhecê-lo, haja vista que o mesmo pertenceu ao partido político do qual meu pai fazia parte, o antigo PFL. Meu pai, presidente estadual daquele partido, teve ao seu lado a palavra e o companheirismo do deputado Mário Assad. Tenho certeza de que toda a família sente bastante, mas sobretudo meu grande amigo, também ex-deputado federal, Mário Assad Júnior, que certamente representou muito bem os interesses de Minas Gerais.

Tive oportunidade de conviver com Mário Assad filho e Mário Assad pai na minha primeira campanha eleitoral, em 2002, quando estreitamos e melhoramos nossos laços de amizade, que eram antigos, como já mencionado anteriormente. Então, quero externar, em meu nome e no da minha família, nossos sentimentos. Que Deus dê conforto a toda a família do ex-deputado Mário Assad para que supere este momento de extremo sofrimento e dificuldade.

O deputado Braulio Braz* – Em nome da família, agradeço as palavras do nobre colega deputado Gustavo Corrêa e concedo a palavra ao deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Caro amigo Braulio Braz, realmente uma pessoa da sua estatura moral é que fica lembrando aqueles que passam, pois hoje, na vida, o que passou passou, e V. Exa. vem a essa tribuna lembrar um companheiro, um amigo, um homem íntegro que, infelizmente, já não está no nosso meio. Esta é uma característica clara da sua personalidade, que vem também do seu pai, Zé Braz, que, com seus 90 anos, por onde passou sempre distribuiu o bem. Por isso é uma honra para mim e para minha família ter a sua amizade e ser seu companheiro de PTB, partido para o qual tive a alegria de convidá-lo.

E, falando do PTB, neste momento de lembrança de Mário Assad, não poderia deixar de usar a palavra, principalmente porque ele, que foi secretário do Trabalho, gostava de quem trabalhava, de estimular o trabalho, diferentemente do atual governo federal, que está



vendo aí a demissão em massa. Estamos vendo as prefeituras demitirem 20, 40 funcionários, que, multiplicados pelas 5 mil, serão mais de 200 mil demitidos. Neste ano, mais de 500 mil pessoas serão demitidas, e podemos ver que o trabalho não é mais valorizado.

E vem imposto e mais imposto. Agora mesmo o governo federal, que parece que não gosta de quem trabalha, quer colocar a desoneração em cima dos trabalhadores, quer aumentar os impostos em cima deles. Já não basta o aumento de mais de 60% da energia elétrica e o gás a mais de R\$60,00. Tenho certeza de que se Mário Assad, nosso ex-deputado federal, estivesse lá no Congresso, iria posicionar-se veementemente contra esse descabimento que está no País e contra esse aumento incessante de impostos.

Parabéns, deputado Braulio Braz, pela lembrança. Minhas lembranças à família de Mário Assad.

O deputado Braulio Braz* – Obrigado, amigo deputado Arlen Santiago.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputado Braulio Braz, quero apenas fazer coro às suas palavras e render minhas homenagens a esse grande mineiro que foi Mário Assad, homem de bem. A região da Zona da Mata e em especial sua cidade, Manhuaçu, estão tristes, mas felizes pela história que esse homem construiu e pela liderança que exerceu na região, em especial na cidade. Acima de tudo, foi um homem de bem, um homem capaz que por aqui passou e deixou um legado de coisas boas à Assembleia Legislativa e ao povo de Minas. Então, rendo minhas homenagens à família de Mário Assad e a seus conterrâneos de Manhuaçu por esse grande homem público que ele foi. Muito obrigado. Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento.

O deputado Braulio Braz – Obrigado, nobre deputado Gustavo Valadares.

O deputado Wander Borges (em aparte)* – Deputado Braulio Braz, também quero parabenizá-lo. Na realidade, o Dr. Mário Assad, deputado estadual por cinco legislaturas, deputado federal, ex-prefeito de Manhuaçu e ex-secretário da hoje Secretaria de Desenvolvimento Social, foi um homem de história, de um currículo exemplar, de trabalho dedicado a estas Minas Gerais.

Foi um dos grandes mentores da Assprom, do Grupo Salesiano. Graças e esse homem e outros, temos hoje meninos sendo encaminhados ao mercado de trabalho, passando pela Assembleia, pelo Ministério Público, além de outros órgãos estaduais e até entidades particulares. Eles são capacitados, orientados ao estudo, à construção do sentimento do bem.

Tive a oportunidade de, no domingo, ir ao velório no Bosque da Esperança abraçar o Mário Assad Júnior, que foi diretor da antiga Telemig e deputado federal. Hoje, ele é presidente da MGI. Vimos o quanto o Dr. Mário Assad era querido. Fica aqui o seu legado, a sua história. Temos de ser resignados e aceitar os desígnios de Deus. Parabéns por essa lembrança. O Dr. Mário será eternizado em Minas e sobretudo na sua querida Manhuaçu. Um abraço.

O deputado Braulio Braz* – Obrigado por seu aparte, amigo e deputado Wander Borges. Continuarei falando do nosso querido amigo que se foi, Dr. Mário Assad, fundador da Assprom, que, a cada dia, vem ampliando a sua atuação junto aos adolescentes trabalhadores e aprendizes. Por lá já passaram mais de oitenta mil menores. A Assprom, que surgiu com o objetivo de regularizar a situação de 200 adolescentes que trabalhavam em órgãos estaduais, hoje conta com parcerias de órgãos públicos e empresas privadas empenhados em contratar jovens, buscando, dia a dia, promover a inserção de mais adolescentes no mercado de trabalho.

Pode-se dizer que existem quatro fundamentos principais da proteção do trabalho da criança e do adolescente – no campo cultural, moral, fisiológico e de segurança. Tanto é verdade que já foi assegurada referida proteção em nossa Constituição e demais legislações esparsas que regulam matéria que concebe as crianças e os adolescentes como cidadãos plenos, sujeitos de direitos e obrigações a quem o Estado, a família e a sociedade devem atender prioritariamente. Esse é um legado significativo deixado por Mário Assad.

Nas eleições de 1982, Mário Assad concorreu a uma cadeira na Câmara dos Deputados, saindo vitorioso e sendo reeleito por mais dois pleitos, completando três mandatos consecutivos. Entre 1987 e 1988, como deputado constituinte, presidiu a Comissão de Sistematização, com trabalhos de extrema relevância na elaboração da Constituição de 1988. Foi também o coordenador constitucional da bancada.

Entre 2001 e 2004, foi prefeito de Manhuaçu. Sua passagem pela prefeitura foi marcada pela gestão de investimentos significativos em obras e na área social. Em toda a sua trajetória política, viabilizou recursos para a construção de escolas, asfaltamento de estradas, estádios, pontes e unidades de saúde em vários municípios de Minas. Foi um homem do povo, trabalhou em prol da população. Suas ações parlamentares eram voltadas para o desenvolvimento social, pensando sempre no próximo e no futuro dos nossos jovens, pois são eles que construirão o futuro do Brasil, sendo destaque nesta Casa e no Congresso.

Neste momento em que reverenciamos Mário Assad, pessoa de tamanha envergadura, à sua esposa D. Neide, ao seu filho Mário Assad Júnior e aos demais familiares presto minha homenagem, e fica a certeza de que nós, mineiros, vamos tê-los como referência para prosseguir na caminhada e compromisso de trabalho deixados pelo seu legado no cenário político brasileiro. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Léo Portela – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, novamente ocupo a tribuna para trazer à baila a discussão de um tema importante para o futuro da nossa nação: o mal das drogas. O que tem acontecido no Brasil, o que tem acontecido em Minas Gerais tem-me causado grande preocupação. Temos hoje o programa Aliança pela Vida, que foi uma grande conquista das famílias, das comunidades terapêuticas, daqueles que militam a favor da vida. Esse programa contava com cerca de 1.100 acolhidos, com tratamento digno, porque as comunidades terapêuticas tratam, transformam a vida das pessoas, oferecem um futuro, resgatam a esperança das famílias, das pessoas. Esse programa, infelizmente, está em via de morrer, deputado Sargento Rodrigues, de maneira triste, obscura.

Estive com o secretário Fausto e ele me disse – veja bem: “Deputado Léo Portela, garanto o prosseguimento do programa. Ele é de interesse do nosso governo, é importante para Minas Gerais.” Mas o que aconteceu? Os contratos, marotamente, venceram, porque a secretaria não quis renová-los e usou esse vencimento como subterfúgio para acabar com o programa por inanição, deputado Sargento Rodrigues. Veja bem, o secretário diz que manterá o programa, porque não quer assumir o ônus político de dizer que é contrário à recuperação de vidas. Mas ele coloca seus asseclas para agirem de maneira sorradeira, achacando as comunidades por meio de uma auditoria nefasta, maldosa, que não busca trazer luz, não busca trazer eficiência ao programa, mas busca sabotá-lo. Veja bem, o secretário não assume o ônus e coloca pessoas da secretaria para atacarem as comunidades terapêuticas. Só para concluir, a partir do momento em que essas pessoas atacam as comunidades, o governo não assume o ônus político de acabar com o programa e o mata



por inanição. É uma tristeza. Um governo que deixa as bebidas serem liberadas, ou seja, incentiva o consumo de bebidas e agora combate as pessoas que se posicionam em favor da vida, que estão na luta contra as drogas, deve ser questionado. Não sei aonde chegaremos dessa forma, não sei qual é o futuro de Minas Gerais e qual é o futuro do Brasil ao dar as costas para as pessoas que lutam em favor da vida, que lutam contra as drogas.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Quero, primeiramente, parabenizar V. Exa. por trazer aqui um tema absolutamente importante.

V. Exa. está tratando de vidas. V. Exa. está tratando de recuperação de seres humanos. É disso que V. Exa. está tratando. Portanto, o governo deveria ter um pouco mais de respeito ao pleito que V. Exa. faz. Não podemos isentar a responsabilidade do governador, que dita a última palavra, que faz o contingenciamento ou não.

Estava lembrando que o deputado João Leite ontem aportou um requerimento, e faço aqui a sua comunicação, de plano, porque fazemos questão que V. Exa. esteja no dia da audiência pública. A Comissão de Segurança Pública aprovou um requerimento para discutir exatamente o assunto que V. Exa. traz. Sobre qual ótica? Se se devem cortar recursos de custeio para as entidades que fazem esse trabalho de recuperação, principalmente de recuperação de pessoas egressas do sistema prisional. V. Exa. sabe o quanto é difícil o cidadão retornar ao convívio social. E esses egressos do sistema prisional afetam decisivamente a política de segurança pública. Daí a importância tamanha do que V. Exa. está trazendo a esta tribuna.

Agora, aquele moço lá, do Planejamento, mais conhecido como Helvécio Magalhães, ou mais conhecido como Mãos de Tesoura, é o homem do corte. Óbvio, ele não recebeu essa incumbência por acaso, veio lá do governador, que alguns já estão chamando de Pinotel, pelo tamanho do nariz e da mentira que está contando aos mineiros. Toda hora ele embroma. Eu vou falar disso daqui a pouquinho, quando discutirmos o veto. O Pinotel, porque tem o nariz de Pinóquio, nosso governador Fernando Pimentel, está falando para o Helvécio Magalhães: “Corte os recursos”. V. Exa. precisa lembrar a eles que o recurso que estão retirando é para salvar vidas, seres humanos, pessoas, gente. Afinal de contas, na sua campanha ele disse que gostava de conversar com as pessoas, que gostava de falar para o povo e defender o povo. Talvez não esteja havendo muita coerência entre a promessa de campanha e a prática do governador Fernando Pinotel.

O deputado Léo Portela – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Mas antes fosse por contingenciamento que o governo cortou 470 vagas de acolhidos em tratamento. Não foi por contingenciamento, foi por posicionamento ideológico histórico do PT, que é contrário às comunidades terapêuticas. O PT é contrário às comunidades terapêuticas. Isso não é vergonha para o partido assumir, afinal de contas, faz parte das bandeiras, da militância do partido, que é a favor da luta antimanicomial. Então, é um posicionamento sectário, reacionário, obscuro de pessoas ligadas ao movimento da luta antimanicomial, que estão arraigadas no governo, na Secretaria de Saúde, para impor a sua maneira de pensar e ceifar vidas.

O governo diz que as vagas estão irregulares. Mas, qual é o motivo? A Secretaria de Saúde diz que as vagas estão irregulares. Qual é o motivo da irregularidade? Quais são as irregularidades? Por que a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas continua pagando às comunidades? Então, por que o nosso governo não vai pagar? Serão jogadas nas ruas 470 vidas, que municiam a cadeia do tráfico, que é responsável por 60% dos homicídios em Minas Gerais. O governo está jogando 470 pessoas na rua para alimentarem o tráfico, por causa de um posicionamento sectário, reacionário de pessoas do PT.

Eu vou citar o nome, mais uma vez eu vou dar nome. O secretário Fausto me disse: “Leo, não diga o nome das pessoas que estão agindo dessa forma, porque eu temo pela vida delas”. Agora, ele não teme pela vida de 470 pessoas que estão na rua. O nome da responsável é Míriam Abuid, trabalha na Secretaria de Saúde e continua com o mesmo tratamento reacionário com as comunidades terapêuticas. Governador, precisamos nos ater a essa questão com muita cautela, porque estamos, dessa forma, alimentando a cadeia do tráfico. São 470 potenciais consumidores de droga que estamos jogando na rua.

Aonde chegaremos? Um governo que empodera militantes pró-maconha, um governo que empodera posicionamentos reacionários contrários à vida, um governo que libera o álcool. Aonde chegaremos? Qual é o futuro que queremos para a nossa nação, para o nosso estado? Não podemos compactuar com isso.

Estive com o secretário diversas vezes, aliás acompanhado do nosso líder deputado Rogério Correia, que sempre foi solidário com a causa, que sempre foi atencioso com o pleito das comunidades terapêuticas – CTs –, que sempre entendeu e respeitou nossa luta. Mas, infelizmente, o secretário Fausto não respeita, não tem interesse pela nossa luta, deputado João Leite, porque deixaram os contratos vencerem. Deputado João Leite, o senhor conhece bem a máquina pública, a máquina estatal, e sabe que a partir do momento que um contrato vence não existe possibilidade para renovação. É o fim do vínculo jurídico, e novo vínculo jurídico deve ser estabelecido. Se não querem renovar, que é algo fácil, é algo célere, é algo tranquilo, imaginem instituir um novo vínculo. Não vai acontecer. Até o final do ano, mais de mil acolhidos em tratamento estarão nas ruas.

Veja bem, você que nos acompanha pela TV Assembleia, você que é pai de família, você que é mãe de família, o Brasil que está nascendo, o Estado de Minas que está nascendo: o STF agora se debruça sobre a liberação da maconha para consumo próprio. Liberação da maconha. Como ficará aquele pai de família dependente químico viciado em drogas que agora poderá livremente consumir o seu cigarro de maconha na frente das suas crianças? Qual será a implicação jurídica para esse homem, para essa mulher que se drogou dentro de casa na frente dos filhos? É o cenário que está nascendo no Brasil, e não podemos permitir, deputado Antônio Jorge, que isso vá adiante. Não podemos permitir que pessoas com posicionamento obscuro continuem na Secretaria de Saúde agindo marotamente, agindo sem honrabilidade. Essa é a palavra, secretário Fausto, faltou honrabilidade.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)* – Muito obrigado pelo aparte, deputado Léo Portela. Quero, mais uma vez, externar, em coro e alinhado com V. Exa., a nossa preocupação comum, a preocupação da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas com esse assunto. Mas queria colocar um ingrediente político na questão. Acredito muito no secretário Fausto, e tivemos sua contribuição ontem no debate sobre judicialização. Eu o reconheço como técnico capacitado e de conduta ilibada. Mas é forçoso reconhecer, como V. Exa. indica, que o secretário não tem conseguido ser efetivo nessa questão. Acho que a falta de

efetividade é o constrangimento entre a necessidade e a retórica panfletária de determinados grupos, que infelizmente compõem o segmento da saúde mental no governo do Estado neste momento.

Com todo o apoio do deputado Rogério Correia, que tem sido diligente e preocupado com o assunto, deveríamos tirar o foco do secretário Fausto e fazer uma cobrança muito clara ao comandante-geral, ao governador Pimentel. Isso é um assunto de vida, de uma política tornada pública, de uma política autorizada pelo ministério, pela instância federal, no caso a Senat, que tem *status* de ministério. O próprio governo do PT, essa contradição, esse jogo de palavras, esse empurra-empurra.

Deputado Léo Portela, V. Exa. conhece bem a obra social do Resgatando Vidas, de Juiz de Fora. Ele, o próprio serviço, preocupado com a questão, no mês de julho notificou a secretaria de que estava preocupado e enviou os documentos para renovação. Passivamente, deixaram o contrato vencer no dia 29 de agosto.

Essa é uma ação mal-intencionada, um boicote ao secretário Fausto, que, tenho certeza, não está coadunado com essa posição. Por isso, acho que o secretário Fausto está precisando do apoio do governador e gostaria que V. Exa., que faz parte da base do governo, e todos nesta Casa, em uníssono, cobrássemos essa posição do governador Pimentel. Essa é uma política essencial para a sociedade mineira. Estamos falando em vidas, e não podemos mais brincar com jogos de palavras, boicotes de grupos, posições fundamentalistas, quase obscurantistas, em relação a um assunto tão grave quanto esse.

Tenho certeza de que, para ajudar o secretário Fausto, o líder Rogério Correia, que nos ajuda nessas questões, vai levar esse assunto ao governador, para que, enfim, com a mão do comandante-geral, com a mão firme do governador, possamos ter certeza de para onde queda esse governo em assunto tão crítico para a sociedade.

O deputado Léo Portela – Obrigado, deputado Antônio Jorge.

Para concluir, presidente, devemos dizer que o governador Fernando Pimentel tem, sim, sensibilidade para avaliar a causa e apresentar melhores perspectivas. O problema está no quadro da Secretaria de Saúde, composto pelas Sras. Míriam Abuid e Marta Elizabeth, que estão destruindo as políticas sobre drogas em Minas Gerais, bancadas pelo PT, com esse posicionamento de militância sectária e obscura, trazendo morte para o nosso estado. Não permitiremos isso. Era o que tínhamos a dizer, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Antônio Jorge* – Obrigado, presidente. Treze minutos são suficientes para a nossa manifestação. Quero muito partilhar com os pares presentes, especialmente com aqueles diligentes, como os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, aproveitando a presença do deputado Rogério Correia e do meu líder de bloco, deputado Agostinho Patrus Filho, uma reflexão a favor da sociedade.

Quero fazer uma reflexão a favor da sociedade, deputado João Leite, mas, sobretudo, uma reflexão sobre o papel desta Casa. Nem sempre acompanhar a opinião pública significa estar em sintonia com os melhores interesses da Nação ou da sociedade. A opinião pública é movida muitas vezes pela emoção, por medidas sensacionalistas ou pelo paroxismo de fatos que mobilizam o sentimento das pessoas. Assim, muitas vezes cabe ao governante ter a coragem de enfrentar o momento zero da opinião pública em favor do melhor interesse da sociedade. Mas isso, presidente Hely Tarquínio e deputado Rogério Correia, é exceção. Em geral, a opinião pública deve ser balizadora da nossa visão. Acho que isso tem de ser considerado principalmente neste momento de crise que vivemos.

Aliás, falar em crise é redundante. Sou de uma geração criada de crise em crise – crise de inflação, crise disto e daquilo – até o início da Plano Real, quando o País tomou rumo e retomou o balizamento das condições necessárias para ter uma política social e melhor distribuição de renda. O fato é que sempre falamos em crise, mas a crise atual, deputado João Leite, não tem precedentes, porque vai além de todo o nosso histórico de crise econômica, ressaltando que esta nação corajosa, de um povo trabalhador, acaba superando os equívocos deste ou daquele governo.

Mas agora vivemos uma crise sem precedentes nos pilares morais, que afetam sobremaneira a nossa credibilidade como instituição. As instituições brasileiras estão sendo afetadas pelos escândalos do petrolão, pelos problemas da corrupção, pela corrupção endêmica revelada de forma tão nefasta para a nação brasileira.

Por que digo isso tudo e por que minha preocupação? Chama minha atenção a ousadia do governo estadual, ao propor uma medida, neste momento, contrária a toda essa perspectiva da nação brasileira, do nosso território mineiro e do povo mineiro, que é a elevação de impostos. No momento em que ficam reveladas as nossas mazelas, por incompetência, mas, fundamentalmente, nossas mazelas do ponto de vista pelo qual se corrói o tecido moral da organização pública, não há como pedir ao cidadão mais sacrifícios. O governo federal começa com essa insanidade, que, tenho certeza, o Congresso Nacional vai rejeitar. A presidenta Dilma não tem essa base no Congresso Nacional, e a população não vai permitir novas alíquotas e impostos.

Deputado Rogério Correia, gostaria de destacar para V. Exa., que tem tido sempre muita gentileza com este parlamentar de primeiro mandato, e também chamar atenção, CPMF sequer é para a saúde. Vamos acabar com esse papo-furado também. A CPMF está sendo resgatada porque é um imposto simples de se aplicar, mas essencialmente para tapar buraco, é para a previdência. Sequer vai ser recurso para a saúde. Tenho a certeza de que a Nação brasileira irá recusá-lo, bem como o Congresso Nacional.

Vejam os V. Exas.: hoje fui à Comissão de Justiça com o firme propósito de discutir o projeto do Executivo que trata da elevação de ICMS em nosso estado. Foi retirado, foi pedido um avulso. O governo já deixa claro seu movimento tático nesse assunto. Teremos seguramente amanhã, na próxima reunião, no máximo até quinta-feira, a apresentação desse projeto em Plenário.

Deputado João Leite, se esta Casa não tiver a autoridade de um Poder constituído e entender que a dessintonia de nossa posição com o clamor da sociedade nos traz prejuízo não de imagem nem de voz, mas de credibilidade para esta instituição secular, da qual a harmonia da nossa sociedade depende, que é o Poder Legislativo, cometeremos um grande desserviço à política, a este Poder e à sociedade. Porque de maneira nenhuma poderá um parlamentar isento de compromissos menores com a política partidária ser favorável neste momento ao aumento de impostos, no caso, o ICMS. (- Lê:)

“A proposta do Projeto de Lei nº 2.817: aumenta de 25% para 27% a alíquota do ICMS para prestação de serviço de telecomunicações.” Parece que é barato, não é? Mas o nosso minuto é o mais caro no mundo no critério de comunicações, principalmente por meio de celular. Mas vamos aumentar mais um pouco. “Aumenta de 18% para 25% a alíquota de ICMS para o



consumo de energia elétrica”. Esse, aliás, com uma contradição flagrante em relação ao discurso de campanha. Mas, para piorar, aumenta em determinados segmentos – e pasmem! – de transportes, até de entidades civis e filantrópicas. As nossas santas casas, deputado Noraldino Júnior, vão pagar um pouquinho mais de energia elétrica. Já fazem caridade, não é? O SUS já não paga o que é correspondente aos custos, mas vão aumentar um pouquinho mais de ICMS da conta de energia elétrica, que é de uso intensivo pela saúde.

Aumentará ICMS da iluminação de instalações de uso comum, das rodovias, dos semáforos, outros serviços e atividades. Prorroga o malfadado 2% de ICMS do fundo de pobreza, que foi prometido que teria data para acabar: em dezembro deste ano. A proposta prorroga para 2019. Retira a isenção de IPVA dos veículos *off-road*. Sabem o que é isso? Não é *off-road* do *playboy*. São os veículos da mineração, os veículos da agricultura, os pequenos tratores e quadriciclos do pequeno agricultor. É isso, deputado Noraldino Júnior, é desse jeito que vamos ajudar a sociedade mineira?

“O aumento de impostos entra em vigor em 2016 e o parcelamento do IPVA na data de publicação da lei; promove um ajustamento técnico na cobrança...” E faz proselitismo. Queria alertar a sociedade de que estará no rádio. O pior é gastar dinheiro com essa história de que está aumentando a tarifa social da Cemig.

A tarifa social da Cemig, meus senhores, que hoje está baseada em 3kWh diário, vai passar, a partir do grande benefício do governo Pimentel, para 3kWh por dia. Esse é o aumento. Mas que engodo é esse?

Está-se fazendo uma correção que merece nosso aplauso, porque muitas vezes essa tarifa era prejudicada, essa média por atraso de leitura. Corrige-se esse problema. Mas isso é menos de 1% da tarifa social, não muda significativamente nada. É pura propaganda enganosa.

Tenho uma particularidade como primeiro mandato. Já são muitas vicissitudes de um parlamentar de primeiro mandato, mas eu, em especial, fui governo. Não governo da base política, fui governo executivo. Deputado Gustavo, tenho procurado me isentar de alguns debates, até por uma dimensão ética. Muitas vezes os companheiros da oposição dizem: “Mas V. Exa. não vai falar, V. Exa. não vai falar”. Sabe por que às vezes eu não falo? Temos a obrigação de ter serenidade. Quem conhece as dificuldades do Executivo tem de ser talvez mais parcimonioso na crítica. E eu, por uma dimensão ética, tenho me reservado muito em assuntos relativos às ações do Executivo, que merecem sempre a nossa credibilidade no sentido da direção, da boa intenção com a sociedade.

Mas, nesse assunto, reservo-me fazer uma fortíssima crítica porque estamos falando do papel do Legislativo; estamos falando de um Poder essencial para a República; estamos falando de uma classe política essencial. A política, que tem tantos problemas, só melhora com a política. E nós, políticos deste Estado, temos de ter a humildade de entender o momento e escutar a sociedade. Seremos solidários. Este parlamentar aplaudirá qualquer iniciativa do governo Pimentel no tocante a apertar o cinto, cortar gastos, enfrentar, muitas vezes, situações desconfortáveis com o funcionalismo. Todas essas questões tiram deste parlamentar a serenidade do apoio político, mas jamais permitirei a saída fácil. A conta está difícil, vamos aumentar imposto.

“Mas os tucanos deixaram déficit.” Gente, o governo foi eleito para resolver problema; o governo foi eleito para olhar para a frente; o governo já teve suas soluções. Já colocou a mão no dinheiro das pessoas nos depósitos judiciais, já conseguiu fazer um parcelamento, um Refis estadual. O dinheiro está entrando, cabe ao governo agora cortar na própria carne, e não aumentar e onerar mais as pessoas.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputado Antônio Jorge, eu queria parabenizar V. Exa. pelo brilhantismo do pronunciamento. Traz um assunto que tomará conta dos debates desta Casa, espero eu, por muito tempo. Somos do bloco da oposição. V. Exa., não formalmente, tem estado conosco solidário em várias das ações do nosso Bloco Verdade e Coerência. Desde a manhã de hoje iniciamos a discussão desse veto, que continuará daqui a 2 minutos, na 2ª Fase desta reunião. Iniciaremos uma cruzada contra o aumento de impostos proposto pelo governo do PT em Minas Gerais. V. Exa. foi muito claro e tocou no “x” da questão. É muito simples: quando a coisa aperta, vamos pedir ao cidadão que pague mais; vamos tirar do bolso do mineiro, do trabalhador, para resolver nosso problema da administração pública. É o que está fazendo o governo do PT. E o mais grave é que quem lê os jornais, como lemos, na segunda-feira leu e saiu de casa satisfeito com as matérias dos principais jornais de Minas, e isso não por vontade deles. Eles foram ludibriados pelo governo do Estado. A notícia do governo do Estado é que eles estavam aumentando a tarifa social da Cemig, que V. Exa. explicou de forma clara. Primeiro: isso não é um favor da Cemig nem do governo Pimentel. É uma recomendação que veio da Aneel para todas as concessionárias. Não quero tomar o tempo de V. Exa., mas esse debate sobre aumento de impostos em Minas Gerais vai perdurar nesta Casa, a partir de hoje, pelos próximos 15, 20, 30 dias. Tenho a certeza de que convenceremos os demais pares desta Casa de que o apoio ao governo tem limite, e teremos a solidariedade da maioria dos pares desta Casa, mesmo dos que apoiam este governo hoje, contrários à majoração de impostos, contrários à majoração do ICMS de diversos produtos, em especial a energia elétrica, que era dita pelo Pimentel como a mais cara energia do Brasil por conta da incidência do ICMS.

Parabéns a V. Exa. Contamos com V. Exa. na cruzada contra a majoração de imposto em Minas.

O meu posicionamento está muito evidente. Quero, mais uma vez, externar a minha sintonia com as dificuldades do momento atual, em que o governo estadual, assim como toda a sociedade, está atravessando uma crise fiscal gravíssima, multifatorial. Chegará o momento em que esta Casa, oposição e situação, vai ter de se alinhar com o governo, porque não fazemos um exercício parlamentar buscando os holofotes nem usando o lema “do quanto pior, melhor”. Exercemos o nosso mandato a favor de Minas, a favor da sociedade mineira. Tenho a certeza de que o governo vai ter a nossa solidariedade e vai precisar da solidariedade desta Casa em muitos momentos difíceis em relação à questão do funcionalismo, de gratificações, de expansão de quadro, de paralisação, de investimentos e tantas outras. Jamais haverá proselitismo ou qualquer discurso falso e panfletário, sem reconhecer as dificuldades do governo.

Mas, neste momento, o governo Pimentel, que já colocou a mão no dinheiro de depósitos judiciais da população, medida que, claramente, vai trazer problema no futuro para o próprio Estado, que já conseguiu, com o apoio desta Casa, fazer um Refis e colocar mais dinheiro nos seus cofres, deve, antes, tomar medidas internas, como cortes e limites de gastos, e não apresentar a conta para a



população mineira pagar. Ele criou estruturas de revisão e chamou isso de reforma administrativa. Então, não pode, de forma nenhuma, determinar que a sociedade mineira pague a conta. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite – Espero sempre de V. Exa., meu querido irmão e referência nesta Assembleia Legislativa, querido Dr. Hely, lembrado sempre assim na nossa Patos de Minas, em Lagoa Formosa... Nosso querido Dr. Hely.

Continuamos na discussão ao veto do governador Pimentel. Hoje, pela manhã, tivemos uma certa confusão. Alguns acham que justamente o que foi vetado pelo governador Pimentel tem a ver com a Prefeitura de Belo Horizonte. Não, a Esplanada do Mineirão é de responsabilidade da Minas Arena, do governo do Estado de Minas Gerais. Portanto, quem está tirando os 96 trabalhadores que estão praticamente há 40 anos no Mineirão, criando suas famílias, vendendo, na verdade, é o governador Pimentel, que gosta de falar do trabalhador, do pobre, desse trabalhador pobre e que hoje tem recebido, por parte do PT, esse tratamento. Estamos acompanhando o desemprego no Brasil e em Minas Gerais. Esses trabalhadores que estão historicamente no entorno do Mineirão, alguns os chamam de barraqueiros. A responsabilidade é do PT, é ele que está tirando esses trabalhadores. É normal para o PT, é normal para o partido, na verdade, desempregar os trabalhadores. Os trabalhadores estão sendo desempregados pelo PT. Virá mais desemprego, lamentavelmente.

O deputado Antônio Jorge levantava aqui a proposta de aumentar imposto em Minas Gerais, deputado Gil Pereira. Vem aumento de impostos. O outro nome do PT é: aumentar impostos. A população paga. Com o PT é assim: quando o PT ganha, o partido ganhou; quando o PT empata, empatou junto com ele o PMDB e os outros partidos que o apoiam; quando perde, aí foi a herança maldita, foi o PSDB, foi o PP, foi o Democratas.

Quando o PT perde, são os outros. É herança maldita. Eles nunca perdem. É um blá-blá-blá. Eles fazem essa mistura do público com o privado. É natural para eles, por isso essa confusão. Eles não sabem se é do Estado, se é da prefeitura, se é particular.

Queria avisar: quando os deputados votarem aqui, estarão votando pela saída de 96 trabalhadores do entorno do Mineirão, que ganham a vida ali. Não sei muito bem as informações, mas me parece que bebida alcoólica, refrigerante e outras, dentro do Mineirão, na Minas Arena do *seu* Robertão Sena, sócio do Pimentel, custarão três vezes mais do que com os barraqueiros. Coitados dos barraqueiros... Vê se o sócio do Pimentel, Roberto Sena, vai perder isso. Não vai perder mesmo.

Acabo de receber aqui, deputado Gil Pereira – estou impressionado – a Secretaria de Meio Ambiente, que agora está licenciando puxadinho porque o PT prometeu para a Copa do Mundo, em que o Brasil perdeu de 7 a 1... O PT está perdendo, por mais de um ano, porque só agora vai sair a reforma de Confins. Não, na verdade, o puxadinho de Confins. O puxadinho de Confins vai receber agora o licenciamento ou não para funcionamento.

Mas olhe o que aconteceu na Secretaria de Meio Ambiente: foram desalojados os servidores, os técnicos dessa secretaria. Quem é que foi colocado lá para cuidar dos processos? Um homem chamado Ronaldo Resende, que foi prefeito de Oliveira e não pode assumir nenhum cargo. Mas está aqui no Facebook do *seu* Ronaldo Resende que é ele quem determina licenciamento agora. Ele colocou na Secretaria de Meio Ambiente, como secretário adjunto... O Facebook do Ronaldo Resende é uma festa. Ele manda no Estado de Minas Gerais agora, e licenciamento é com ele. É preciso conversar com Ronaldo Resende para ser licenciado pelo Meio Ambiente do Estado. Ele é que vai olhar o licenciamento de Confins. Ele tem cargo no Estado? Não, mas ele manda.

Aqui ele está dizendo o seguinte: “Nalton Moreira foi nomeado, na última sexta-feira, para o cargo de secretário adjunto na Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, por minha indicação”. Ronaldo Resende, o homem que manda na Secretaria de Meio Ambiente hoje. “Por minha indicação, Nalton passa a ser o segundo maior cargo na Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais, contribuindo ainda mais para a concretização dos vários projetos do nosso meio ambiente, que vinha sofrendo tanto”. Ele está dizendo que o meio ambiente vinha sofrendo. Esse Ronaldo Resende... “Parabéns, Nalton, estamos juntos nesse novo desafio.”

Essas pessoas não fazem parte do sistema, mas são elas hoje que decidem, deputado Gil Pereira, o licenciamento ambiental em Minas Gerais. A empresa que cuida de Confins hoje vai conversar com Ronaldo Resende, que não é nada. Aqui estão as fotos de onde eles se reúnem. O Nalton com o Ronaldo Resende, dentro da Secretaria de Meio Ambiente. Tiraram os técnicos de carreira da Secretaria de Meio Ambiente e colocaram o Sr. Ronaldo Resende. Quem é ele? Nada, ele não é nada, mas manda na Secretaria de Meio Ambiente do Estado. Isso é normal do PT, que faz uma confusão do que é público e do que é privado.

Hoje, o ex-prefeito é o homem que sabe de tudo de meio ambiente. Gente, está aqui: “Ex-prefeito de Oliveira, Sr. Ronaldo Resende, é condenado por demolição de casarão histórico”. Esse homem manda no meio ambiente do Estado hoje. Está aqui: “Tribunal de Justiça de Minas Gerais decidiu que Ronaldo Resende Ribeiro terá de ressarcir integralmente ao Município de Oliveira, pelos danos causados, do ato de pagar multa civil equivalente a 40% do valor da extensão do dano”. O homem botou abaixo um casarão histórico na cidade de Oliveira. E ele está dizendo que o meio ambiente está muito mal em Minas Gerais. Ronaldo Resende, agora, manda no meio ambiente, junto com um tal de secretário... Vou ver o nome do homem, que está no Facebook... Entrem no Facebook de Ronaldo Resende, é uma festa. “Hoje mandei fazer isto na Secretaria de Meio Ambiente, mandei fazer aquilo.”

Sr. Nalton Moreira está no Facebook. Entrem no Facebook do Ronaldo Resende, o “coronel” do meio ambiente em Minas Gerais. Qualquer licenciamento é com ele, que abriu uma banquinha dentro da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, atende lá dentro da banquinha. E ainda tem o desplante de criticar os técnicos do Sisema. Não funcionava nada, mas agora, com o Sr. Ronaldo Resende, funciona, o homem abriu a barraca e está atendendo. Que confusão.

Aqui estão as outras histórias dele. “Após polêmica, prefeito de Oliveira, Ronaldo Resende, vai devolver dinheiro do décimo terceiro salário.” Ele e o vice, Nalton Sebastião Moreira da Cruz, que é agora o secretário adjunto de Meio Ambiente de Minas Gerais. O governo do PT é um espanto. Pimentel está governando Minas Gerais. É um espanto depois de aparecer na conta dele R\$10.000.000,00 no final e depois de o TRE de Minas Gerais pedir a sua cassação. Tem de ser cassado, senão pode-se fazer campanha em Minas Gerais de qualquer jeito. Se o Tribunal permite que alguém apresente R\$10.000.000,00 no final da campanha, sem nenhuma comprovação, se os juízes aceitarem isso, pode-se fazer campanha em Minas Gerais de qualquer jeito.



Estou bem para a foto? Estou sendo gravado? Estou bem? Então, é isso o PT. Essa mistura do público com o privado. Essa mistura daquilo que é do povo, não é de um partido. Esse partido, agora, colocou uma cabaninha, uma mesa para o Sr. Ronaldo Resende, ex-prefeito de Oliveira, licenciar as obras em Minas Gerais. Ele é o licenciador agora. Isso é democracia pura, democracia do PT. Eles vão colocando gente em todos os lugares. O PT coloca gente em todos os lugares e vai tomando conta do Estado. A capilaridade, a companheirada está em todos os lugares. A companheirada julga contas eleitorais, a companheirada está colocada em todos os lugares. E eles dizem que está tudo correto.

Vou acompanhar o licenciamento do puxadinho de Confins, porque quem vai licenciar será o Ronaldo Resende. Qual o cargo que ele detém no Estado de Minas Gerais? Nenhum. Mas está assentado na Secretaria de Meio Ambiente, Zé Alberto, como se fosse um servidor público. Que mistura do público com o privado!

Nós vamos votar. Estamos ainda em discussão. Teremos, após a minha presença, a do deputado Sargento Rodrigues, mas gostaria que todos os deputados soubessem bem o que vamos votar. A discussão é importante para trazermos isso. O governador Pimentel vetou uma emenda dos deputados Rogério Correia e Alencar da Silveira Jr. que dava possibilidade aos trabalhadores e aos barraqueiros de vender seus produtos na esplanada. Há umas coisas interessantes. O Pimentel enviou um projeto para a Assembleia, foi aprovado, e depois ele mesmo vetou o projeto, que era para a criação de uma secretaria. Agora também deveremos ter os autores da emenda votando contra a emenda. Eles deverão aprovar o veto do governador.

“Não, eu estava errado quando apresentei a emenda, o governador é que está certo; foi um equívoco quando apresentei essa emenda.” E agora tentam colocar que é o Marcio Lacerda o culpado. Idamaris Félix, estamos no fim do mundo. Ora, a esplanada não pertence à Prefeitura de Belo Horizonte, ela pertence ao Estado de Minas Gerais. Quem a administra é a Minas Arena.

Então, podemos perfeitamente votar pela derrubada do veto do governador Pimentel.

É uma tristeza o que o PT e o Pimentel estão fazendo com os trabalhadores. Já são tantos desempregados, mas agora teremos mais 96, que também empregam vários outros. Todos vão perder o emprego. Agora, nos jogos que se realizarão no Mineirão, os barraqueiros não poderão estar lá, porque o PT desempregou todos, retirando-os do entorno do Mineirão, para beneficiar a Minas Arena, do Roberto Senna, sócio do governador Pimentel. E a HAP, umas das donas da Minas Arena, repassou para a OPR, do Otílio Prado.

Eh, Otílio Prado que ganhou dinheiro, hem, gente? Ele já tinha recebido R\$1.100.000,00 das empresas de ônibus; R\$500.000,00, das mineradoras; e, agora, R\$600.000,00, da HAP Engenharia, do Sr. Roberto Senna. Otílio Prado está rico; toda hora recebe algum dinheiro. E esse dinheiro de Otílio Prado vai, claro – aqui não há ninguém bobo –, para o Pimentel; para pagar as contas do Pimentel, lá no *resort*, com o Bené, com a Carolina. É uma festa! Esperamos a vinda da Lava-Jato, que vai chegar aqui com Deltan Dallagnol, procurador, e Sérgio Moro, para entendermos essa festa, presidente, do Otílio Prado recebendo tanto dinheiro. E dinheiro da Minas Arena, do Mineirão! O homem recebeu dinheiro da Minas Arena! Onde está a CPI do Mineirão, da Minas Arena? Está na hora dessa CPI, para sabermos como foi repassado esse dinheiro.

Portanto, presidente, nosso encaminhamento é pela derrubada do veto do governador, porque ele implica desemprego. Governador Pimentel, V. Exa. está desempregando trabalhadores pobres. São 96 barraqueiros, mais as pessoas que trabalham nessas barracas! Muito obrigado, presidente.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, deputados, deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, visitantes às nossas galerias, uma coisa nos impressiona no Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.664, que dispõe sobre a comercialização e o consumo de bebida alcoólica nos estádios de futebol. Para compreender melhor, presidente Hely Tarquínio, e deputados Antônio Jorge e Gil Pereira, vejamos as razões do veto: “O art. 5º da Proposição de Lei nº 22.664, de autoria parlamentar, ao possibilitar a cessão do espaço da esplanada do Estádio Governador Magalhães Pinto e garantir a preferência aos feirantes que exploravam o local anteriormente, não observou o ato jurídico perfeito consistente na parceria público-privada que rege a gestão do Complexo do Mineirão”.

Olha, o que nos deixa estarelecidos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que o Partido dos Trabalhadores, o partido que sempre diz que defende os trabalhadores é o partido que não quer permitir que se instalem 96 barracas diferentes, que já fazem isso há mais de trinta anos, são feirantes, deputado João Leite.

Agora, pasmem. O que não dá para entender é que o governador Fernando Pimentel, do PT do Vaccari, do PT da Dilma, do PT de José Dirceu – que mais uma vez está no xadrez... Esse mesmo PT tem aqui coautoria na emenda de um deputado do PT, que assinou essa emenda. Por quê? Porque entendia que era justo o pleito. O governador Fernando Pimentel foi lá e vetou. Óbvio que nós, que votamos favoravelmente... Faço um alerta aqui aos deputados do chamado Bloco Parlamentar Independente, independente de qual seja, o governo é base, esse bloco deve estar atento porque votou favoravelmente. Aí, o governador veta e quer botar na conta do deputado, viu, Antônio Jorge? É preciso ficar atento com isso.

O deputado líder do bloco do PT, junto com o deputado Alencar da Silveira Jr., fez a emenda. Entendemos que era justa a emenda, aprovamos a lei. E aí vem o próprio PT orientar aqui a base de governo para a manutenção do veto. Olha, deputado Antônio Jorge, isso é fazer chacota com os próprios deputados da base de governo. Alertei o deputado Inácio Franco, presidente, deputado Hely Tarquínio: olhe, tome cuidado porque vocês foram usados como massa de manobra”. Então, a liderança do PT vem e pede para votar favoravelmente. O governador veta, e agora vão pedir a vocês para manter o veto, ou seja, para votar contra vocês mesmos, contra o que votaram no 1º turno. É algo inadmissível.

Agora, deputado João Leite, não é à toa que várias vezes ocupei a tribuna desta Casa para dizer que não é mais Partido dos Trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores vai fazer um pacotão de maldade lá em Brasília? Deputado Antônio Jorge, a presidente da República, essa mulher tresloucada, de fala desconexa, que não sabe absolutamente o que quer da vida, está desnordeada. A D. Dilma Rousseff está absolutamente desnordeada. Dizem que ultimante está cada vez mais fechada, enclausurada porque o aspecto físico dela é horrível. Por que isso? Porque está abatida psicologicamente. Olha, deputado Gil Pereira, a Dilma Rousseff, o maior expoente do PT



hoje no Brasil do Partido dos Trabalhadores, é a campeã da maldade. Vai fazer um ajuste fiscal para cobrir um rombo. Quem fez o rombo, deputado Gustavo Corrêa?

Qualquer um dos senhores e das senhoras que estão acompanhando a TV Assembleia, se buscarem no jornal *Folha de S.Paulo online* ou no próprio *Estadão*, vão se deparar com uma matéria. Quem acompanha a política do cenário nacional deve estar pensando assim: “Esse pessoal do PT acha que todo mundo é burro, é louco, é débil mental”. Está aí, é só colocar no WhatsApp, ou melhor, na internet, na *Folha de S.Paulo online*: “Dilma critica oposição sob gritos de 'Não vai ter golpe!' no interior de São Paulo”. E aqui ela havia dito que usar a crise para dar golpe é o novo golpe da oposição. Mas, espere aí: a crise foi construída por qual governo? Quem deu causa à crise, deputado Gustavo Corrêa? Tenho certeza de que não foi o povo.

Se o governo for incompetente, porque essa é a marca registrada da Sra. Dilma Rousseff; se é a sua marca não saber gerir a coisa pública, vem a imprensa dizer que usar a crise para dar golpe é a nova sistemática, é a mais moderna forma de golpe. Quem é que mentiu descaradamente na campanha do ano passado? Foi a oposição ou foi a presidente Dilma Rousseff? Quem disse que a economia estava tranquila durante os debates da campanha presidencial do ano passado? Quem disse que não haveria atropelo, não haveria solavancos na economia? Foi o PT, a oposição ou o povo? Este ano, apenas nos seis primeiros meses de governo, o governo federal aumentou a conta de luz quatro vezes. Quarenta e oito por cento de reajuste. Quem pagará a conta? O cidadão brasileiro, o trabalhador, esse mesmo trabalhador que um dia o PT jurou defender, indo para a porta de fábricas com as bandeiras. Então, usar a crise para dar golpe é muita cara de pau dessa senhora presidente Dilma Rousseff.

Quem deu causa à crise? Quem está no governo. Quem gastou de forma desenfreada no primeiro mandato? Foi a D. Dilma Rousseff, essa mulher tresloucada, que está enclausurada, que não consegue sequer andar pelas ruas, porque ouvirá “Fora PT!”, “Fora corrupção!”. Infelizmente o que a presidente Dilma Rousseff vem fazer é dizer que a culpa da crise é da oposição. Por qual motivo? Quem mentiu sobre os números da inflação no ano passado? Quem disse que a economia estava estabilizada? Quem disse que não haveria atropelo? Aí vem taxa de cartão de crédito, juros – bateu todos os recordes –, cheque especial, inflação chegando a dois dígitos. Gastou sem equilíbrio. Manda para o Congresso uma peça orçamentária com déficit de R\$30.000.000.000,00, e quer que o povo pague a conta. De que forma?

Então vamos recriar a CPMF, além de não cortar os ministérios, não cortar gastos, não cortar os cargos comissionados. Até agora não falou que cortará os ministérios. Está com medo de quem? Da reação do próprio PT, do PMDB, do PP, do PTB, do PCdoB? De quem ela tem medo? Isso é muito simples. Funciona igualzinho ao orçamento doméstico. Se você tem um orçamento doméstico e está no vermelho, no cartão de crédito, no cheque especial, mas está levando uma vida com alguns luxos ou com algo supérfluo; se sai todo fim de semana com a família, almoça fora, janta fora, vai em cinema, paga restaurantes, come, passeia, sem olhar para seu orçamento, é óbvio que você tem que cortar isso. Para que o governo resgatasse a credibilidade, ele tinha que fazer isso.

Ao analisar o veto, vemos que estamos tirando a oportunidade de 96 barraqueiros. E o que mais preocupa, deputado Rogério Correia... Concederei um aparte a V. Exa., e V. Exa. é autor dessa emenda. V. Exa., junto com o deputado Alencar da Silveira Jr. V. Exa. colocou essa emenda dos barraqueiros, e aprovamos a emenda. V. Exa. fez aproximadamente cinco audiências públicas ano passado e este ano. Em todas de que participei, manifestei apoio à emenda de V. Exa. e ao pleito dos barraqueiros. Mas é crueldade o governador Fernando Pimentel vetar, porque o poder concedente à Minas Arena, deputado Rogério Correia, à luz da Lei nº 8.987/1995, que trata da concessão e permissão do serviço público, é o governo do Estado, por meio da Secretaria de Esportes.

Então não estaria mais fácil, para o próprio governo resolver essa questão, aproveitar a própria lei? O governo pode fazer isso. Se o governador quiser, ele pode fazer isso, deputado Rogério Correia, ele é o poder concedente, então pode interferir nesse processo. O difícil é V. Exa. ser autor da emenda, e o governador derrotar a emenda de um deputado, líder de um bloco, do PT.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Deputado Rodrigues, vou ater-me ao assunto do veto. O ódio com que V. Exa. se refere ao PT, não o terei por V. Exa., porque não cultuo em mim a política do ódio. V. Exa. continua com ódio do PT, dos deputados do PT, dos militantes petistas. É um direito que V. Exa. tem, mas acho que faz mal – viu, deputado? Se fosse V. Exa., não cultuava esse ódio pelo PT. Mas isso é próprio, tem acontecido em setores da sociedade. Já aconteceu na Alemanha hitlerista e em outros regimes autoritários. Então esse ódio de criminalização não faz bem à política, já tive oportunidade de dizer isso. Se V. Exa. espumar contra o PT, essa é uma opção que faz, não vou entrar no mesmo assunto.

Também não vou dizer se a presidenta tem um aspecto físico ruim, bonito ou feio. Acho terrível fazer um tipo de discussão sobre o aspecto físico da presidente da República. Mas isso mostra mesmo, infelizmente, a opção que V. Exa. tem feito para esse tipo de debate.

Em relação à questão do veto, queria dizer o seguinte... V. Exa. até acompanhou esse procedimento, não sei se está desmemoriado ou se V. Exa. quer inverter um procedimento do acontecido. Mas, deputado Rodrigues, antes das obras do Mineirão, existiam lá os barraqueiros do Mineirão. Quando foi feita a obra do Mineirão, sob a égide do governo do PSDB, os barraqueiros foram retirados de lá. Precisava ser assim, porque a obra tinha de ser feita, iam fazer isso. Então, de lá eles foram retirados. O compromisso era que, terminada a obra, imediatamente eles retornariam. Esse compromisso foi feito com o governo passado. Então eles retornariam e haveria a feira lá. Quando o contrato foi feito com a Minas Arena, deputado – não foi feito pelo PT, que V. Exa. odeia, foi feito por outros governantes –, ele estabelecia que caberia à Minas Arena a área onde ficavam esses barraqueiros. Portanto à Minas Arena compete aquela área, através de um contrato que não foi assinado pelo PT, mas por outro governo. Então não se pode colocar a culpa no PT nem em ninguém do PT, acho que generalizar assim não faz bem, já disse isso a V. Exa. Aliás, partido político é feito de pessoas, partido político não é uma entidade sem rosto, é algo coletivo, é uma soma.

O deputado Sargento Rodrigues – Vou atender V. Exa. e vou nominar.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Quando se fala dessa forma, parece que é uma entidade, que não existem pessoas, etc. Você, então, criminaliza aquilo, aquele partido, com coisa de que ali não existem pessoas, discussão política nem nada disso.

Quem fez aquele convênio não foi o governo atual, ele foi feito, sim, com a Minas Arena. Tenho uma série de críticas quanto a esse contrato feito. Do ponto de vista jurídico, a Minas Arena estabeleceu que não fará – e ela tem esse direito naquele contrato feito



àquela época –, não retornará com a feira no período que está ali posto. Ela estabeleceu isso. Posto que ela não quer fazer, a Prefeitura de Belo Horizonte, pressionada por movimentos sociais, etc., está fazendo com esses feirantes e com a sociedade um acordo de estabelecimento de uma feira em áreas próximas, porque a Minas Arena não concedeu que foi feito lá. Nessas áreas próximas, a prefeitura já está abrindo o processo de licitação. V. Exa. está atrasado em relação a esse procedimento. Esses feirantes, agora, estão nos procurando – vou levá-los até V. Exa. – e solicitando que eles, nesse procedimento da feira que se estabelecerá na área externa do Mineirão, possam estar ali contidos, sem participar da licitação, o que eu acho, e continuo achando, como sempre achei coerente com o que achava, absolutamente justo. Então estamos solicitando à Prefeitura de Belo Horizonte que acolha esses feirantes. Essa é uma possibilidade.

Já me propus, com o deputado Alencar da Silveira, autor da emenda que assinei como coautor, a fazer o debate junto à prefeitura e ao governo para buscarmos uma solução. Então, que seja dada a esses feirantes, deputado Rodrigues, a oportunidade de eles não terem de fazer a licitação, levando isso em consideração. Esse estudo está sendo feito, e a prefeitura está se negando a fazer.

Solicito a V. Exa. que nos ajude nesse aspecto. Independentemente do resultado da área interna do Mineirão, a área externa estará em processo de licitação. É possível ser feito, mas depende, nesse caso, da Prefeitura de Belo Horizonte ou da própria câmara municipal. Estamos entrando também em contato com os vereadores. Então, se V. Exa. quiser criticar por achar equivocado o conteúdo do que eu disse, aceito a sua crítica, democraticamente, concordando ou não. Só espero que, em vez do ódio, V. Exa. vá ao conteúdo do debate. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues – Ilustre deputado Rogério Correia, V. Exa. há de perceber que o espírito democrático sempre reinará na pessoa deste deputado, até porque chegamos juntos aqui, no tempo em que V. Exa. ainda tinha cabelos pretos. V. Exa. pode ter certeza disso.

V. Exa. acabou de dizer algumas coisas, mas acho que V. Exa. está atrasado, equivocado. Por quê? Como presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado, já fiz três audiências públicas para tratar dos problemas. Não foi à toa que pronunciei a palavra no plural; fiz isso para que V. Exa. entendesse que um dos problemas no entorno do Mineirão era os barraqueiros. Todas as vezes os recebíamos na comissão e, apesar de o tema fugir um pouco daquilo que estávamos focando, sempre levava ao prefeito. Foram três audiências, três reuniões com o prefeito Marcio Lacerda.

Lembra-se daquela reunião em que V. Exa. arguiu uma questão de ordem para tentar anular requerimentos que foram aprovados lá, com a presença do deputado Iran Barbosa? Naquela reunião, o assunto também foi tratado, lá no Bairro São Luiz. Foi uma reunião em que V. Exa. não estava presente. V. Exa. está redondamente equivocado. Conheço o problema, defendo os barraqueiros e sei que eles precisam ser defendidos. Portanto, V. Exa. está atrasado no pedido que faz. Já estou defendendo os barraqueiros.

Da mesma forma, devolvo a frase que V. Exa. falou, até porque, deputado Rogério Correia, todo e qualquer pedido de trabalhador... Falo isso porque não fui barraqueiro, não vendi coisas em barracas, mas fui camelô, aqui, no Centro de Belo Horizonte. Vendi fruta no semáforo várias vezes e sei de que um trabalhador precisa para manter o emprego dele, o ganha-pão dele.

V. Exa. gosta de falar que eu tenho ódio do PT. Não. Eu tenho ódio e tenho ódio sim, da mentira. Tenho ódio do lamaçal de corrupção. Já disse isso a V. Exa. Agora o que não pode é tentar tapar o sol com a peneira. Isso não pode! Todas as vezes que falo aqui, eu cito o nome. Eu citei o governador Fernando Pimentel; o Vaccari; o Zé Dirceu. Eu disse. Agora, não sou eu. “Ah, a presidente Dilma fala que é golpe. O PT fala que é golpe”. Golpe de quem? Golpe da Polícia Federal, deputado Gustavo Corrêa, que investigou. Golpe do Ministério Público Federal, que denunciou a força-tarefa. Golpe do juiz Sérgio Moro, que vem condenando.

Qual foi a notícia de hoje, cedo? Zé Dirceu e mais 14 pessoas estão denunciadas por organização criminosa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e uma série de outros crimes. Agora, pergunte a um integrante do PT se isso é justo: “Não, isso é golpe”. Eu fico impressionado. Há momento em que tenho a impressão, deputado Rogério Correia, de que o PT não é partido político; é seita, porque não tem cabimento. Se você publica uma matéria em seu Facebook: “Zé Dirceu é condenado no mensalão e é preso”. “Não, isso é injustiça. Isso é golpe”. Mas é golpe de quem, gente?

Será que o Ministério Público, a Polícia Federal... (- É interrompido.)

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Deputado Sargento Rodrigues, só mais uma questão a V. Exa.

O deputado Sargento Rodrigues – Você pediu para falar nomes.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Não, desse assunto não vou tratar com V. Exa., disse que falaria em relação aos barraqueiros.

O deputado Sargento Rodrigues – Perfeitamente.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Quanto a esse assunto, não quero discutir isso com V. Exa.

O deputado Sargento Rodrigues – Concedo aparte a V. Exa.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Ele não está na pauta, então prefiro não discutir sobre corrupção. Tenho avaliação disso, acho que há corruptos no PT e em outros partidos.

O deputado Sargento Rodrigues – Em qualquer partido.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Essa é outra discussão. V. Exa. quer mirar só em um, mas não é o que está em discussão.

Estou falando em relação aos barraqueiros. Eu não disse, em momento algum, que V. Exa. era contra os barraqueiros. Se entendeu isso, entendeu errado. Sei que V. Exa. está favorável à luta dos barraqueiros.

O deputado Sargento Rodrigues – V. Exa. disse que eu estava atrasado.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Não, atrasado na solução do problema, na minha opinião, agora, porque já não está mais posta a solução na área interna do Mineirão. Foi isso que eu quis falar. A solução agora está sendo discutida na área externa.

O deputado Sargento Rodrigues – Eu entendi, deputado.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Então depende da prefeitura.

O deputado Sargento Rodrigues – Estive com o prefeito há pouco tempo.



O deputado Rogério Correia (em aparte) – E esteve comigo, em várias reuniões, favorável à solução dos problemas do barraqueiro. Não há diferença em nossa causa, nesse caso.

O deputado Sargento Rodrigues – Não há, absolutamente. Vamos convergir.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – V. Exa. não entendeu. Eu não disse que V. Exa. está atrasado na defesa dos barraqueiros. Nisso V. Exa. está de acordo desde o início. Quero deixar isso claro, senão fará mal juízo do que eu disse. Falei em relação à solução do problema. Está atrasado nesse aspecto. Depois que foi feita a discussão, a prefeitura avançou com os barraqueiros no debate de fazer na área externa. É ali que os barraqueiros estão buscando agora se colocarem, visto já estar definido pela prefeitura, pela Minas Arena e etc., que não haverá na faixa interna. Foi nesse sentido. Sei que V. Exa. está favorável aos barraqueiros, pois estivemos juntos nas diversas reuniões que fizemos. Também estou favorável. V. Exa. sabe disso.

O deputado Sargento Rodrigues – Deputado, Rogério Correia, V. Exa. não precisa ter dúvida. Toda vez que V. Exa. defender um trabalhador nesta Casa, V. Exa. contará com meu apoio. Posso travar com V. Exa. a maior discussão aqui e até subir a temperatura, mas, em todas as vezes que defender trabalhador, estarei na mesma direção. Não tenha dúvida disso.

Sou fruto de uma greve de trabalhadores. Alcei o mandato de deputado estadual depois de ter sido um dos líderes da greve da Polícia Militar em 1997. Sei o tanto que eu amava a minha instituição e o meu trabalho no dia a dia, quando fui expulso por um governador que não merecia estar onde estava. Nunca poupei críticas a ele. Não poupo críticas a quem, na minha consciência, entendo deva criticar. V. Exa. não precisa ter dúvidas. Todas as vezes em que fizer defesa de trabalhador, terá o meu apoio, o meu voto, a minha ajuda, o meu auxílio. Se disser “posso votar esse requerimento, me ajuda”, estarei lá para votar. Vamos encaminhar.

Eu esperava mais do governador Fernando Pimentel nessa situação. Se quiser, ele, enquanto governador, pode chamar a Minas Arena. Hoje, deputado Rogério Correia, depois de tantas audiências públicas que travei na Comissão de Segurança Pública, a prefeitura cedeu e até a BHTrans, órgão mais chato que existe na Prefeitura de Belo Horizonte. Falei a eles: vocês que parecem uma mula empacada; sempre que falamos com vocês é não, não, não. Até a BHTrans está cedendo para resolver os problemas do entorno do Mineirão.

Quem tem força política, que figura no polo contratual sob a égide da Lei nº 8.987/95, lei que trata da concessão – lê-se Concessionária Minas Arena –, é o Poder Executivo. Ele tem força muito maior que nós do Legislativo, deputado Rogério Correia. Se não houver essa solução para o entorno... Se o governador quiser, ele resolve. Deputado Rogério Correia, V. Exa. falou tanto em CPI do Mineirão, mas V. Exa. sabe hoje por que ela não pode ser aberta. V. Exa. tem 54 deputados aqui na base de governo e só precisaria de 26 assinaturas.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* – Agradeço a V. Exa., deputado Sargento Rodrigues. V. Exa., no momento, discute o veto parcial do governador ao Projeto de Lei nº 22.664/2015, que dispõe sobre a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol do Estado de Minas Gerais.

Eu ainda terei a oportunidade, como V. Exa., de subir a esta tribuna, discutir o mesmo projeto e listar as razões que levam os deputados do Bloco Verdade e Coerência a votar pela derrubada do veto do governador. V. Exa. muito bem expôs que, caso haja boa vontade, sobretudo política, do governador Fernando Pimentel do Vacari, da Dilma, do PT e do José Dirceu, ele terá condições de resolver, mesmo que, provisoriamente, os problemas dos barraqueiros, que são trabalhadores honrados. Aquele partido que sempre defendeu os trabalhadores poderia, neste momento, olhar com outros olhos para esses poucos barraqueiros.

Ouvi, atentamente, o discurso de V. Exa., quando bem disse que há momentos em que V. Exa. imagina que os membros que defendem determinado partido político pertencem a uma seita. Cada dia, começo a imaginar a mesma coisa. Será que essas pessoas não veem televisão, não leem jornais e não abrem a internet? A presidente da República foi eleita por uma pequena maioria dos brasileiros. O que quero dizer com isso? Que ela obteve nas eleições mais de 50% dos votos válidos. Se, em apenas oito meses de governo, a popularidade é a pior da história republicana do nosso país, será que alguém aqui pretende dar golpe? Será que aqueles brasileiros que votaram e que hoje criticam seu governo não se sentiram iludidos?

Ainda ontem, deputados Arlen Santiago e Sargento Rodrigues, tive a oportunidade de participar de um debate – acho que foi uma bela aula e até gostaria de trazer o vídeo dessa aula ao Plenário – em que o mediador era o apresentador do *Jornal da Globo*, William Waack, e os convidados eram os Srs. Olavo Machado, presidente da Fiemg, e o Sr. Murilo Ferreira, presidente da Vale, que é uma das maiores empresas brasileiras de insumos de nosso país. Por fim, estava presente o governador Fernando Pimentel da Dilma, do Vacari, do José Dirceu e de outros tantos, e o governador não conseguiu explicar nenhum dos questionamentos feitos.

O que mais me chamou a atenção, deputado Adalclever Lopes, presidente da reunião, e meus caros colegas, foi quando o mediador fez a seguinte afirmação: Tancredo Neves, coincidentemente avô do senador Aécio Neves, pelo qual alguns aqui têm extrema paixão, que considero até doentia, dizia que existiam dois discursos, o discurso para se ganhar eleição e o discurso para se governar. Perguntei ao governador Fernando Pimentel se ele tinha o mesmo discurso da presidente para ganhar as eleições e se o usaria no nosso estado. Ele rodeou, rodeou, rodeou e não respondeu, porque o governador pregou que queria abaixar o ICMS da energia elétrica, mas encaminhou um projeto a esta Casa para aumentá-lo, o que prejudicou aquele comerciante que trabalha, que dá duro.

Em função dos erros que a equipe econômica do atual governo vem cometendo – governo que fez de tudo para perpetuar no poder – o então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Fernando Pimentel da Dilma, do Vacari e do José Dirceu, inventou alguns impostos de produtos brasileiros, imaginando que seguraria a economia. Ele chegava, durante a campanha, e dizia que o Brasil era um mar de rosas. Atualmente, a presidente da República não consegue sair às ruas. Hoje vi nos jornais que a presidente da República, no seu passeio ciclístico matinal, viu determinado cidadão brasileiro ser atropelado e ficou acanhada, não sabia se ficava parada ou não, com medo da represália da população.

É triste. Está na hora de as pessoas enxergarem: o Brasil está destruído, ninguém quer dar golpe, o Brasil está em queda, como V. Exa. tem afirmado. Eles destruíram a Petrobras. Todos os dias determinado delator vai à imprensa para dizer que era achacado, pressionado, que, se não desse dinheiro, não haveria obra. Onde já se viu isso? Era uma troca, não existia exatamente uma paixão por nosso país. Onde estão as ideologias? Foram colocadas de lado em troca de enriquecer os bolsos dos companheiros políticos.



Lamento que alguns cidadãos não tenham oportunidade de assumir a realidade. O Brasil só tem uma solução – e que todos me perdoem pelo que vou dizer: a presidenta da República sair, jogar o chapéu. Os órgãos internacionais não vão colocar dinheiro no nosso país. A presidenta da República que lança uma série de projetos e que diz que vai reduzir os gastos públicos não cortou sequer um ministério. Estão tirando dinheiro do Sistema S – e não sou eu quem está afirmando, mas o Dr. Robson Andrade – e vão deixar de colocar dinheiro no Pronatec. Onde está aquele partido? Ele não cortou os ministérios, como acabei de afirmar. É o governo que mais criou cargos em comissão. Sabe para quê, deputado Sargento Rodrigues? Para ter uma base ampla no Congresso. O PT, da mesma forma como fez nesta Casa, utiliza-se dos mecanismos mais sujos que a política brasileira pode ter: a chantagem, a pressão. E lamento que alguns se deixem levar por isso.

Aqui, quando encerro meu aparte – terei oportunidade de afirmar logo mais o mesmo que agora afirmo –, lembro que V. Exa., eu e outros tantos temos mantido nossa coerência e defendemos o governo passado, que não mentiu nem iludiu os mineiros como este, que vai à imprensa todos os dias dizer que reduziu custos. Este deputado, deputado Dirceu Ribeiro, fez um encaminhamento por meio da lei de transparência, e o próprio governo – não sou eu – me respondeu, através da Secretaria de Planejamento, que reduziu apenas em 0,27% o gasto com a máquina pública. E gasta milhões e milhões com jogos de comunicação para dizer que reduziu em 20%.

Não somos mais bobos, os mineiros estão cansados. Tenho certeza de que, como as coisas estão caminhando, o futuro do Fernando Pimentel, da Dilma, do Vaccari e do José Dirceu será igual ao da presidenta da República: pede para sair porque os mineiros, como os brasileiros, não aguentam mais essa farsa e essa roubalheira impetrada em nosso país.

O deputado Sargento Rodrigues – Agradeço ao líder Gustavo Corrêa e, antes de conceder aparte ao deputado Arlen Santiago, gostaria de dizer que encontrei a fala da presidenta aqui no *Estadão*, presidente Adalclever Lopes: “Para Dilma, usar crise para chegar ao poder é versão moderna de golpe”. Essa mulher está louca. A crise veio de qual governo? Quem desestabilizou a economia, deputado Arlen Santiago? Quem mentiu descaradamente para a população na campanha no ano passado? “A economia está tranquila. Não haverá sobressaltos. Não haverá inflação. O câmbio está controlado. Os empregos vão aumentar”.

Ela diz que a oposição está usando a crise como uma nova versão de golpe, mas golpe é meter a mão no dinheiro da Petrobras. Esse é um golpe duro, muito duro, porque o dinheiro é público; esse é o maior golpe: o lamaçal de corrupção da Petrobras. E aí, por mais que o PT não queira, ele é o partido controlador dos cargos da Petrobras. Vaccari não sabe de nada, está como o Lula e a Dilma: “Não sei de nada, não vi nada”. O deputado Onyx Lorenzoni, em uma dessas CPIs, disse ao cidadão: “Olha, já ouvi vários dizerem isso aqui. Marcos Valério tomou 40 anos de cadeia. Não sabia de nada”. E acabou de ser denunciado o tal do Vaccari.

O que me impressiona é que as pessoas estão sendo investigadas, denunciadas, condenadas, e o militante do PT diz que não, que tudo é golpe, que isso é mentira, é invenção. Polícia Federal não é partido, como tentam insinuar; Ministério Público Federal não é partido, como tentam insinuar; Justiça Federal não é partido, como tentam insinuar. São instituições democráticas, sólidas, que estão fazendo o seu papel. Para a Dilma, usar a crise para chegar ao poder é versão moderna de golpe. É muito picareta essa senhora presidenta. Ela faz estrago na economia e agora, deputado Arlen Santiago, para fazer ajuste no ombro do trabalhador, retira o reajuste dos servidores públicos federais. Mas ela não é do partido que defende os trabalhadores? Os servidores do serviço público federal não terão reajuste porque a Dilma já mandou cortá-lo, assim como faz o PT em Minas Gerais. Parece que a versão é a mesma, o padrão é o mesmo. A Dilma quer a CPMF. Aqui, o Fernando Pimentel falou que ajudaria os policiais, que melhoraria a segurança pública.

No projeto de aumento de ICMS na conta de luz, que a Dilma aumentou quatro vezes através da Aneel, haverá aumento de ICMS sobre armas e munições. Ou seja, o policial militar, o policial civil, o bombeiro e os agentes penitenciários socioeducativos, que necessitam andar armados, terão de pagar mais caro. É assim que o Pimentel... Aliás, pedi à assessoria que trabalhe um novo bonequinho que será chamado de Pinotel, tendo em vista que a mentira é muito grande. Sabe por quê, deputado Arlen? Derrotaram hoje o nosso requerimento, assinado por seis deputados de oposição, na Comissão de Fiscalização Financeira. (- Lê:) “Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, os deputados que este subscrevem requerem, nos termos regimentais, especialmente no art. 100, seja convidado o secretário de Planejamento e Gestão, Helvécio Magalhães, para, em reunião da comissão, informar a real situação financeira e orçamentária do Estado, de forma a estabelecer que programas governamentais estão sendo contingenciados e a repercussão da execução dessa respectiva política pública”. Derrotaram o requerimento. Sabe por quê, deputado Arlen? Eles não querem que Helvécio Magalhães venha prestar esclarecimentos aqui. O governador Fernando Pimentel e o seu secretário de Planejamento estão mentindo descaradamente em relação ao orçamento, porque estão contingenciando.

O PL nº 2.883 chegou hoje. Ele prevê reajuste para os servidores públicos. E aí, deputado Arlen? O projeto está aqui. É preciso dar aumento aos servidores? Sim. Defendo essa ideia. Parabéns para o governador Fernando Pimentel, que mandou o reajuste dos servidores, incluindo os do IPSM, deputado Durval Ângelo. Estão de parabéns. Reconheço isso aqui. Agora, se não há dinheiro, se alegam um déficit de R\$7.000.000.000,00, há um trem esquisito aí. Por isso convidei – foi um convite, não uma convocação, foi um gesto de educação – o secretário para que nos preste informações. Sabe por quê, deputado Arlen? Porque ele tem de informar. É coisa pública. Se quisermos, podemos apresentar um requerimento à luz da Lei nº 12.527, de 2011, que é a lei de acesso à informação. Então, ele tem de informar de qualquer jeito. Mas, infelizmente, derrotaram o requerimento. Para quê? Não querem mostrar? Não querem que o secretário venha aqui informar à população que está mentindo? Ele está mentindo.

Ele acabou de confirmar a mentira. Quero aqui dizer ao governador Fernando Pimentel: parabéns por ter mandado um projeto de lei reajustando carreiras do Ipsemg, do IMA, do IPSM. Mas há uma coisa errada, porque o depósito judicial era para cobrir essas partes. E não há dinheiro.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Deputados Sargento Rodrigues; Adalclever Lopes, presidente; Durval Ângelo, líder, pouco tempo atrás estive numa audiência com o Gilson, um diretor da área norte da Copasa. Essa audiência foi pedida por três vereadores ligados a mim, e junto veio o prefeito Jair, de Brasília de Minas, meu amigo, um prefeito trabalhador – a esposa dele trabalha muito. Lá foi falado a respeito de uma barragem do Rio Paracatu. O Gilson disse: “Nenhuma possibilidade”. Foi falado a respeito de uma nova praça, que, na concessão, ficou de ser feita no governo anterior ao do Jair, que no ano que vem completa oito anos de governo. Essa praça custa R\$300.000,00. O Gilson disse: “Não pode mais ser feita”. Havia o resto de uma praça, que custaria



R\$36.000,00, e o Gilson respondeu aos vereadores e ao prefeito que não tinha como fazer nem isso, porque a situação financeira era muito ruim. Eu conversei com ele, porque eu estava lá na hora, e falei: Gilson, não desmoralize um prefeito, um homem trabalhador. Você está desmoralizando, porque ele saiu lá, de praça em praça, falando que mudassem o governo, que votassem no governo do PT, que as coisas melhorariam. Na hora em que você não dá nem esperança para esse prefeito que saiu, você o coloca numa situação muito “vexamosa” perante os vereadores que dão sustentação política a ele e que votaram conosco.

Além disso, estamos vendo o desbunde do Brasil. Quando essa questão dos barraqueiros é colocada, vemos que parece que o governo não gosta de trabalhador. O coitado do camelô, o coitado do sujeito que levanta de madrugada, que compra o produto, às vezes até fiado, porque ele sempre trabalhou muito, é bom pagador. Uma senhora, avó de família, chega agora, e não há um gesto do governo – que sem sombra de dúvida tem força para isso – que diga à Minas Arena: “Vamos proteger essas pessoas”.

Lembro-me de um dia, no ano passado ou atrasado, em que o Calazans, representante do Incra, estava num debate aqui. Eu perguntei-lhe: Calazans, o que o Incra vai fazer com a reforma agrária em nosso país? Está cheio de gente sem água para beber. O pessoal do assentamento Mãe D'Água, em Barra do Guaiçuí, está há 12 anos em baixo da lona preta, e vocês não mandaram furar um poço artesiano. Ele disse: “Deputado Arlen Santiago, não fale isso, porque estamos sem dinheiro”. Eu falei: Calazans, vamos fazer alguns atos para que o governo federal atenda os assentados. Há momentos em que vejo eles trazerem alguns assentados aqui. Talvez sejam assentados especiais, sejam representantes de alguns sindicatos que têm o seu salário, porque o coitado do assentado que está lá sem água, debaixo da lona preta, sem condição de trabalhar, sem a Conab comprar mais o seu produto, este está passando mal.

Eu disse: “Calazans, você sempre foi muito bom de reivindicação. Eu me lembro de você na praça de Ouro Preto, no dia 21 de abril, na época de um governador do PSDB, em que abaixava a calça e colava uma parte do seu corpo na Kombi, para mostrar insatisfação. Vamos juntos mostrar essa insatisfação, como estamos tentando mostrar o sofrimento do povo brasileiro, que vê o Instituto Nacional do Câncer – Inca – ser destruído, ser acabado, precisar ir para a Justiça para atender uma pessoa, duas filas”. Houve um debate da judicialização aqui.

Estou vendo o deputado Léo Portela entrar aqui agora. Uma pessoa decide que quem às vezes enveredou pelo terreno da droga não tem direito de ser tratado, tem de acabar com tudo. Fico muito preocupado com o trabalhador que não tem apoio deste governo federal. Agora, estamos vendo a dificuldade das prefeituras, depois que o governo da Dilma, do PT, que fez essa crise enorme porque queria a eleição, que não fez as coisas que precisava fazer na hora certa, que garantiu que a luz abaixaria – e ela já subiu muito –, que garantiu que o gás não ia subir e que não ia mexer nos direitos trabalhistas nem que a vaca tossisse. E tudo isso está acontecendo. Estão acabando com o Fies, acabando com o Pronatec, querendo acabar com o Senai, com o Sesc e com instituições, acabando com a Minha Casa Minha Vida, já tirando 800 mil pessoas – uns falam que é 800, outros falam que é 1.200.000, outros falam que é menos – do Bolsa Família. Então, deputado, ficamos muito preocupados.

Gostaríamos, o senhor que olha muito essa questão do orçamento junto ao deputado Felipe Attiê, já que o governo está podendo e cumprindo promessas de campanha, mandando aumento de salários para cá, gostaria de perguntar se o senhor responderia à gente por que o governo não paga o prêmio de produtividade, que foi pago durante anos a fio pelo governo, com dificuldades e com problemas? Quando uma pessoa hoje falou comigo que o problema da crise é a China, eu disse: “Gente, só porque a China está crescendo somente 7,5%? Ela é que está trazendo esse problema para nós aqui ou são as mentiras que foram faladas por dezenas de vezes e que agora, infelizmente, estão fazendo a população sofrer muito?”. Muito obrigado. Depois espero essa resposta do senhor.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Agradeço-lhe, deputado Arlen, e gostaria que V. Exa. e o deputado Gustavo Corrêa permanecessem para nos responder: por que o governo de Fernando Pimentel mente à população?

Vou ler essa matéria publicada no jornal *O Tempo* no dia 2 de setembro, deputado Antônio Jorge. O secretário Helvécio Magalhães, mais conhecido como Mãos de Tesoura, diz, na matéria da jornalista Tâmara Teixeira: “O governo de Minas não concederá mais reajustes, não nomeará concursados ou comissionados neste ano. As negociações com o sindicato estão suspensas”. O recado do Sr. Helvécio Magalhães, secretário de Planejamento e Gestão, é claro: o dinheiro acabou. Segundo ele, a situação, que já era ruim, piorou. O Estado diz que deve fechar o ano com um déficit de R\$10.000.000,00, a previsão inicial era de R\$7.200.000,00. O montante é 1/3 dos R\$30.500.000,00 do déficit previsto do governo federal. Uma das áreas impactadas deve ser a segurança, isso porque estava na fila de acordos. Agora, está suspensa a autorização para nomeação de 1.080 investigadores da Polícia Civil e de outros 180 profissionais. Esta é a primeira matéria.

A segunda matéria, no jornal *Estado de Minas* de 6 de setembro. O mesmo Helvécio Magalhães, secretário de Planejamento e Gestão, diz o seguinte – está aqui, deputado Gustavo Corrêa, até entre aspas. (- Lê:)

“Teremos de fazer um contingenciamento grande do custeio. Esse valor que o Estado deve perder em ICMS representa uma folha mensal do funcionalismo, que gira em torno de três milhões. Com essa redução, o Estado está prestes a atingir o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, que nada mais é do que o atingimento do percentual de 95% do gasto máximo que o Estado pode ter com pessoal. Com isso, não podemos criar novos cargos nem nomear novos concursados, mas vamos continuar conversando com os sindicatos para tentar chegar a acordos que não impactam os cofres. Ele diz que algumas demandas não dizem respeito à despesa, e por isso podem ser atendidas.”

Mas aqui, durante a campanha, deputado Gustavo Corrêa, ele diz o seguinte. Está aqui a campanha e no portal G1 as promessas de Pimentel. (- Lê:): “Segurança pública: efetivação de novos 12 mil policiais. Pimentel disse na campanha que a Polícia Militar está sem condições de trabalho, o efetivo é insuficiente e a Polícia Civil está com a carreira desestruturada. Vamos valorizar a carreira dos delegados e agentes policiais e civis e oferecer condições de trabalho decentes à Polícia Militar. Queremos uma polícia motivada e, acima de tudo, respeitada.” Promessa feita em debate na Globo Minas em setembro de 2014.

E aqui temos o requerimento, deputados Gustavo Corrêa e Antônio Jorge, que a base do governo de Pimentel na Casa não quis aprovar para que o Helvécio Magalhães viesse aqui dizer se vai priorizar a segurança pública, se vai continuar cortando o custeio das Polícias Militar e Civil e dos Bombeiros, da Seds, ou se vai continuar falando uma coisa para a imprensa e fazendo outra. Imaginem



que a matéria foi publicada no jornal *O Tempo* no dia 2 de setembro e no *Estado de Minas* no dia 6 de setembro. Agora, o governador manda o projeto de lei falando que vai reajustar.

Vou repetir: o governador está de parabéns por reajustar e corrigir distorções de carreiras importantes do Estado, Ipsemg, IMA, IPSM. O governador está fazendo uma coisa boa. Vamos deixar isso claro; e vai ter todo o nosso apoio na Casa. Mas uma hora o secretário Helvécio Magalhães fala que vai cortar e que não tem dinheiro para fazer o reajuste nem bancar o custeio. As Polícias Militar e Civil estão sentindo na pele. Com relação aos 1.080 concursados da Polícia Civil, faremos audiência pública no dia 29 de setembro para recebê-los aqui, e quero contar com a presença dos líderes Durval Ângelo, Gustavo Corrêa e Rogério Correia. Faremos audiência pública porque ele mandou cancelar a nomeação, mas falou que vai priorizar, que vai contratar 12 mil policiais. E está cortando investimento em custeio.

É algo na segurança pública, deputado Antônio Jorge, que está afetando drasticamente o cidadão, porque não está recebendo a prestação de serviço por parte de policiais civis, militares, bombeiros e agentes do sistema prisional como deveria, porque está faltando custeio. Custeio é algo muito importante. Se falta o cabo de uma embreagem, a viatura não sai; se falta um pneu, um freio, um giroflex, uma sirene, as viaturas ficam paradas no pátio do quartel. Nossa preocupação é que o secretário fala uma coisa e, em jornais diferentes, duas vezes afirma que está cortando gastos, não tem dinheiro. Mas por outro lado toma medidas que nos fazem pensar que o governo está mentindo para a população. Então, o governador Fernando Pimentel e o secretário Helvécio Magalhães estão mentindo para a população. Toda hora falam um número que não é verdadeiro.

Deputado Rogério Correia, já concedi dois apartes a V. Exa., e preciso concluir. Peço a V. Exa. que seja breve.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Sei que V. Exa. vai apoiar esse projeto, mas gostaria apenas de fazer um comentário sobre ele. Trata-se daquela parte que ficou faltando nos projetos que já apoiamos aqui – o que, aliás, V. Exa. tinha solicitado no caso do IPSM. Também no caso do Ipsemg, são aposentados que não foram agraciados naquele momento. Ou seja, na verdade, são setores de servidores que não foram contemplados no projeto. Quando foi aprovado, ajudei a encaminhar a discussão daquilo que foi apontado aqui como algo que ainda precisava de mudança, que havia ficado incorreto – às vezes, um servidor recebeu e outro, que estava a seu lado, não. É esse o projeto que está aqui.

Assim, queria pedir a V. Exa. não só o apoio ao projeto, mas que me ajude para que não haja obstrução, de forma que possamos aprová-lo o mais rapidamente possível, lembrando que depois virá, mesmo, um decreto de contenção de gasto mais drástico – o governo está estudando o assunto –, mas isso não poderá ser feito a partir do atingimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, esse projeto precisa ser aprovado antes disso.

Enfim, era apenas para não haver confusão: mesmo com outras diferenças, que possamos ser ágeis na aprovação desse projeto, assim como no dos 1.080 profissionais da Polícia Civil, que também precisam ser chamados antes desse período, que, espero, o governador também vai anunciar em breve. São acertos que têm de ser feitos, até para fazer justiça aos servidores. Obrigada.

O deputado Sargento Rodrigues – Disse a V. Exa. que, em toda defesa de trabalhador, V. Exa. teria o meu apoio, e acho que não preciso repetir. Se V. Exa. precisar de quórum na Comissão de Constituição e Justiça, lá estarei; na de Fiscalização, lá estarei; na de Administração Pública, lá estarei. Estarei em qualquer das comissões em que V. Exa. precisar de quórum para a aprovação da matéria, assim como em Plenário, até porque não arredo o pé do Plenário ou das comissões. Mas o governo precisa se explicar, pois fala uma coisa para a população e faz outra. O governo Fernando Pimentel está mentindo, assim como a Dilma mentiu descaradamente durante a campanha.

Mas ainda quero dizer da minha preocupação, deputado Rogério Correia, porque a segurança pública vai muito mal com o enorme corte de custeio nas Polícias Militar e Civil, no sistema prisional e no governo. Não se iludam, deputados, deputadas e cidadãos mineiros: o quadro da segurança pública, em termos de criminalidade e violência vai piorar, porque o governador Fernando Pimentel reduziu drasticamente os investimentos na segurança pública e está cortando o custeio da segurança pública, totalmente ao contrário do que prometeu.

Por fim, deputado Rogério Correia, quero me referir à fala de V. Exa. de que estou fazendo política com ódio, fala que o partido de V. Exa. aprendeu a repetir – até porque é automático: depois que a cúpula decide por um discurso, o discurso do PT atinge rapidamente toda a base. Mas o que você e outros petistas chamam de ódio, o cidadão chama de indignação. O cidadão está indignado com os desmandos do governo federal, com a corrupção desenfreada do governo federal e com a sua incompetência na gestão da coisa pública. Com a economia descendo ladeira abaixo, o que está por vir para o brasileiro não é algo muito bom. Espero, deputado Gustavo Corrêa, como espera V. Exa., que a senhora presidente Dilma Rousseff tenha um pouco de compaixão dos brasileiros, peça renúncia do cargo e vá embora, porque ela não tem mais legitimidade alguma para presidir o País. Não tem legitimidade alguma para isso. Renúncia faz bem. Obviamente, não concordamos com o discurso da presidente que acabamos de ver na imprensa *on line*. Para Dilma, usar a crise para chegar ao poder é a versão moderna de golpe. Ora, presidente Dilma Rousseff, quem gerou a crise foi V. Exa., que é incompetente. Aliás, a incompetência transborda na administração pública federal. Peça para sair, D. Dilma. O País pede para a senhora sair. Mas saia logo, antes que o Brasil entre em um buraco sem fundo e se destrua tudo aquilo que construímos ao longo desses anos.

O deputado Gustavo Corrêa – Boa tarde a todos os senhores e às senhoras. Quero cumprimentar aqui o presidente desta sessão, deputado Adalclever Lopes, que tão bem tem dirigido os destinos desta Casa. Peço *data venia* a V. Exa., presidente, para lhe dizer que, se não fosse a sua forma de dialogar, de conversar com os deputados da oposição, saber, entender e compreender as nossas responsabilidades, possivelmente – reafirmo aqui de forma muito tranquila – a Assembleia não teria aprovado inúmeros projetos que já foram aprovados neste ano de 2015. Espero que eles sejam benéficos à população mineira. Então, aqui o meu reconhecimento e o meu agradecimento na condição de líder do bloco de oposição. Cumprimento todos os telespectadores da TV Assembleia, o público que nos acompanha na galeria e, sobretudo, os deputados e as deputadas que se encontram no Plenário.

Este parlamentar teria cerca de uma hora para discutir o veto parcial do governador do Estado de Minas Gerais ao Projeto de Lei nº 22.664, que dispõe sobre a comercialização e o consumo de bebida alcoólica nos estádios de futebol do nosso estado. Na parte da



manhã, acompanhei calmamente as manifestações de vários parlamentares que subiram a esta tribuna e dos que fizeram aparte sobre algumas colocações que entendiam ser necessárias. Da mesma forma, conclui o deputado Gustavo Valadares, o deputado Rogério Correia e outros tantos mais, até porque é algo que temos em comum: o amor e a admiração ao glorioso Clube Atlético Mineiro. Estamos sempre presentes nos jogos do nosso time e tivemos a oportunidade de ver exatamente o que ocorreu algum tempo atrás, quando parte da torcida do Atlético ficou indignada com a postura do árbitro que ali julgava os destinos daquele jogo, demonstrando claramente a pressão dos times paulistas, deputado Douglas Melo, usando de todos os instrumentos para tentar, de alguma forma, prejudicar o Atlético Mineiro. Algumas manifestações isoladas levaram o Atlético, no jogo seguinte, a impedir a comercialização de bebidas alcoólicas.

Quero deixar claro aqui – ressalto que tenho o maior respeito por aqueles deputados que foram contrários – que, desde que a bebida foi liberada, tenho estado sempre presente no campo e não houve sequer um episódio que seja parecido com este ao qual me referi. Então, dizer que a bebida tem influenciado cada um dos torcedores é uma grande farsa. A lei é muito clara, e cabe às administradoras de estádio fazer toda a vigilância necessária para o cumprimento da lei.

Espero eu que a BWA, gestora do Estádio Independência, e a Minas Arena tomem as medidas necessárias para impedir que atos como esses praticados no jogo do Atlético sejam reincidentes.

O que trata exatamente o veto do governador é a situação em que se encontram os barraqueiros que ali estavam sempre presentes, vendendo seus produtos, muitas vezes não da forma que a Vigilância Sanitária gostaria. Mas que os comerciantes tivessem a oportunidade de vender e comercializar seus produtos, como já reafirmei. O governador impediu isso e jogou a batata na mão do prefeito da Capital solicitando que este buscasse solução para o problema, quando sabemos, deputado Vanderlei Miranda, que o processo de licitação da empresa vitoriosa da gestão do Mineirão foi realizado com a Secretaria de Esportes, pelo governo do Estado, e cabem a ele todas as ações necessárias para o cumprimento do contrato.

Então, dizer que é competência do prefeito Márcio Lacerda resolver essa demanda? Quero dizer que deve haver boa vontade política do atual governador de Minas Gerais sensibilizando-se com a demanda e o questionamento desses barraqueiros. O governador tem instrumento, sim, líder deputado Durval Ângelo. Ele pode chamar a Minas Arena e, de alguma forma, buscar o entendimento para que esses barraqueiros não sejam prejudicados, e inúmeras famílias, conseqüentemente.

Por essas e por outras tantas razões os deputados do Bloco Verdade e Coerência – e espero que tenhamos o apoio de outros tantos parlamentares – votarão pela derrubada do veto do governador. Quero pedir apoio e compreensão para essa causa, que é, sem dúvida alguma, uma causa social.

Antes de dar continuação à minha explanação sobre o veto parcial do governador, tive oportunidade de ouvir atentamente os deputados que me antecederam e confesso a cada um dos senhores e das senhoras que fui governo por 12 anos. Aqui defendi inúmeras vezes, como continuo defendendo, todas as ações e todos os projetos que o governo passado buscou implementar no nosso estado. Tenho certeza de que aqueles governos fizeram por acreditar que aquilo era melhor para Minas, mas sobretudo para os mineiros. Grande parte ou quase a totalidade das ações implementadas por aqueles governos, deputado Noraldino Júnior, teve o apoio de órgãos de fomento internacional; tiveram reconhecimento, no início deste ano, do Banco Central, órgão que pertence ao Ministério da Fazenda, que diz que Minas Gerais foi o Estado que teve o melhor superávit no ano de 2014, indo contra o que o secretário de Planejamento, o secretário de Finanças e o governo do Estado têm afirmado. Afirmaram, com a maior cara lavada do mundo – perdoem a expressão –, que tinham encontrado o Estado com um déficit de R\$7.000.000.000,00. Mas, para chegar a esse valor, eles passaram primeiro por R\$4.000.000.000,00, depois para R\$5.000.000.000,00, depois para R\$6.000.000.000,00, e finalmente conseguiram dizer que eram R\$7.000.000.000,00.

A primeira ação que o governador praticou quando assumiu o governo, em 1º de janeiro, possivelmente terá sido a única coletiva do governador até hoje, deputada Celise Laviola. Já estamos com nove meses de governo, e o governador não deu nenhuma coletiva à imprensa. O que o governador faz é comunicado, e foram apenas dois ou três. Até farei requerimento para saber da imprensa quantas vezes o governador já se dirigiu aos repórteres. O governador chega lá, fala um minuto, dois minutos, pega suas coisas e vai embora.

Isso, aliás, vi, na última semana, em dois eventos, o governador chegando e saindo pela porta dos fundos. E ele não passou nem no meio do povo, com medo de ouvir algumas coisas que, com certeza, não devem ser agradáveis.

O que quero dizer é que o governador assumiu o governo, no dia 1º de janeiro, e foi aos órgãos de imprensa, deputado Fábio Cherem, para dizer que não teria dinheiro para pagar os servidores públicos em fevereiro. A oposição convocou a imprensa mineira e a imprensa brasileira e mostrou os extratos bancários, onde demonstramos que, na virada do dia 31/12/2014 para o dia 1º/1/2015, deixamos os recursos necessários para o pagamento dos servidores do Estado. Ameaçamos interpelar o governador e o secretário de Planejamento judicialmente e, para minha surpresa, deputado Antônio Jorge, em cerca de 2 horas, o atual governo conseguiu fabricar, como a fábrica de moedas do Tio Patinhas, R\$3.700.000.000,00 e pagou os servidores públicos. Para mim, foi a maior mágica – aliás, maior que as do David Copperfield – que já vi nos últimos tempos. Pode ser que determinados parlamentares – entendo isso perfeitamente, porque durante anos foram oposição – hoje não gostem de ouvir essas críticas, ficando muitas vezes incomodados aqui.

Quero lembrar o que o deputado Dilzon Melo disse algum tempo atrás: “base governista não discute, base governista vota”. Discutir é papel da oposição. Mostrar os erros e os equívocos é papel da oposição, senão muitos deputados vão cair em contradição. Então quero sugerir que os deputados que acreditam neste governo façam como fiz no passado: deixem os projetos serem votados para que, no futuro, possamos mostrar quem estava certo e quem estava errado.

Quero deixar muito claro – e não consigo compreender isso, pegando uma deixa no que o deputado Sargento Rodrigues disse – que os deputados do bloco de oposição apresentaram um requerimento, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, solicitando que o secretário Helvécio Magalhães viesse a esta Casa para informar a real situação financeira, deputado Doutor Wilson Batista, do nosso estado. Como bem dito aqui e lido pelo deputado Sargento Rodrigues, o secretário de Planejamento tem ido aos órgãos de imprensa, categoricamente ou quase sempre, para afirmar, em alto e bom som, que o Estado está quebrado, que iam fechar o balanço com déficit de R\$10.000.000.000,00, que o problema do nosso estado é fruto dos governos passados, indo em contradição ao



que a presidente da República – que é do partido do governador, do Fernando, da Dilma, do Vaccari, do Zé Dirceu e de outros tantos mais – afirma, de que o problema que o País enfrenta é também um problema mundial, que é o problema da crise da China. Acho que a presidente da República poderia primeiro olhar no retrovisor da história e ver os equívocos cometidos pelos seus governos nos últimos 12 anos.

Queríamos que o secretário de Planejamento viesse a esta casa para reafirmar tudo que tem dito. Por um lado, vai aos órgãos de imprensa e afirma que não tem dinheiro para dar novos reajustes, mas o governador manda um projeto para a Casa dando reajuste aos servidores. Aí o secretário de Planejamento vai aos órgãos de imprensa e diz que vai fechar num déficit de R\$10.000.000.000,00.

Então, deputada Celise Laviola, estou um pouco encabulado com uma conta. Quando menino, deputado Durval Ângelo, fiz um método de ensino chamado Kumon. Uma das poucas coisas em que acho que tenho certa sabedoria é a matemática. Então fiz a seguinte conta e lancei esse desafio aqui para que me expliquem – é uma conta simples de ser feita. O atual governo, sob a liderança, volto a dizer, do Fernando, da Dilma, do Vaccari, do Zé Dirceu e do PT, afirmou que vai fechar 2015 com um déficit de R\$10.000.000.000,00 e que – baseado no que foi dito – havíamos encontrado o Estado com um déficit de R\$7.000.000.000,00. Então o atual governo fez com que o déficit de R\$7.000.000.000,00 se tornasse R\$10.000.000.000,00. O governo passado, segundo o atual governo, deixou um déficit de R\$7.000.000.000,00.

Se chegarmos a R\$10.000.000.000,00, é porque o próprio governo atual contraiu mais R\$3.000.000.000,00 de déficit. Ele tem de se lembrar ainda – e aí está a minha preocupação, deputado João Alberto – de que, nesse meio termo, o atual governo surrupiou, pegou, rapou o tacho da D. Maria e do Zezinho em R\$6.000.000.000,00, de forma equivocada, e tenho certeza de que o Supremo em breve irá exatamente derrubar. Pegou R\$6.000.000.000,00 de depósitos judiciais. Então, se eu tinha uma dívida de 7 e tirei 6, fiquei só com uma dívida de 1.

Nesse meio tempo, o governador encaminhou a esta Casa um projeto, que votaremos tão logo renegocie a dívida em parcelamento das empresas em situação judicial. O secretário de Planejamento fala que, com essa ação, irá arrecadar algo em torno de R\$6.000.000.000,00. Então, já teríamos de ter superávit... Deputado Noraldino, quem afirma é o secretário de Planejamento. Eu tenho os veículos da imprensa em que ele mesmo afirmou que essas dívidas hoje estariam em torno de R\$60.000.000.000,00 e que ele arrecadaria 10%. Eu tenho as informações da imprensa ou então a imprensa está mentindo e colocando palavras na boca do secretário de Planejamento. Então, já teríamos superávit de mais R\$5.000.000.000,00.

E, não satisfeito, o atual governo se esqueceu de esconder o que o Sindifisco afirma: o ICSM, antigamente... Agora vai melhorar porque o governador quer aumentar mais. Teríamos de ICMS de energia elétrica mais R\$1.200.000.000,00. Quer dizer, este governo conseguiu, literalmente, quebrar Minas Gerais. Este governo que quebrou Minas Gerais, da mesma forma com que o PT, que é o partido da presidenta da República, quebrou o Brasil. Quebrou o Brasil. Quebrou a Petrobras. E pior: quebrou a Petrobras não em função de política econômica. Quebrou a Petrobras porque usou aquela empresa para achacar o empresariado, para fazer caixa para sua campanha eleitoral. E agora, com a maior cara lavada do mundo, os parlamentares que compõem aquele partido no Congresso Nacional vão dizer que as empresas não podem mais doar a partidos políticos. Não podem doar. É claro que não. Os caixas do PT estão abarrotados de dinheiro. Nunca se falou em tanto recurso em nosso país. O gerente de uma empresa, deputado Hely Tarquínio, afirmar que irá devolver US\$100.000.000,00 na maior tranquilidade do mundo, dinheiro que não pertence a ele, dinheiro que é do povo brasileiro.

Chegamos ao fundo do poço. Chegamos aonde nenhum brasileiro gostaria de ver, e os números hoje comprovam. Não há ninguém querendo dar golpe de Estado, não, meus amigos e minhas amigas. A presidenta da República tem 8% de aprovação. Oito por cento. Não sou eu quem está afirmando isso, não. São as pesquisas que estão sendo feitas. O Brasil não aguenta mais. Cadê o patriotismo da presidenta da República? Pense um pouco mais no Brasil. Peça para sair. Peça para sair. Se a presidenta da República não sair – e não é golpe algum, não é golpe –, se a presidenta da República não sair, nós não teremos novos investimentos no nosso país. O empresariado, o investidor externo não acredita mais, quando sou obrigado a ver, deputado Antônio Jorge, que o ministro da Fazenda pede para sair e dois grandes banqueiros brasileiros imploram para ele ficar. A presidenta da República não tem domínio sobre seus ministros. Estamos no fundo do poço. O País e a população brasileira não aguentam mais. Não é ódio, não. Não é ódio, não. É indignação. É indignação por ver uma presidenta da República que inchou a máquina pública e criou 39 ministérios.

Faço um desafio à presidenta da República. Faço um desafio e peço que os líderes de governo o levem a ela. Quero que a presidenta me fale o nome dos 39 ministros e seus respectivos secretários executivos. Duvido que a presidenta da República saiba de cor. Ela não sabe nem o nome dos ministérios que foram criados por ela, ministérios que foram criados para alocar seus companheiros políticos.

E quando o País inteiro espera que a presidente da República venha lançar um pacote de políticas que venham solucionar o problema brasileiro, ela vem com um discurso, com uma balela. Mais uma vez, o brasileiro será prejudicado. Já não aguentamos mais criação de novos impostos. O meu partido, que combateu e conseguiu vencer a derrubada da CPMF, lançou hoje – e terá nosso apoio – a luta contra a volta da CPMF. Se fosse para ser investida em saúde, tudo bem, mas sabemos que o atual governo não fará isso. Vai pegar esse dinheiro e pagar o servidor, o seu companheiro político. O brasileiro não está com ódio, não. As elites, as oligarquias foram aquelas achacadas pelo Partido dos Trabalhadores. Os empresários foram obrigados a dar dinheiro para a campanha da Presidência da República. Senão não haveria obras. O País infelizmente tem de aguentar essa forma de governar.

Queremos ver o País crescendo. Aqui não há parlamentar algum que guarde rancor. Aqui mantemos a coerência. Aquilo que for bom para Minas Gerais terá o nosso apoio; aquilo que for bom para Minas terá o nosso apoio.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Obrigado, deputado Gustavo Corrêa. Eu me permito, já que V. Exa. adentrou num tema que nada tem a ver com a discussão do veto, também que eu possa fazê-lo por meio do aparte de V. Exa. Em relação à questão do veto, já coloquei a minha opinião.

O deputado Gustavo Corrêa – Peço que seja rápido, por obséquio.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Buscarei ser rápido, deputado.



O deputado Gustavo Corrêa – V. Exa. hoje tem aparteado vários parlamentares. Quando eu era governo, quase nunca o aparteávamos.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Sempre dei aparte a V. Exa. quando me solicitou; dei aparte com toda a paciência. Sempre escutei V. Exa.

Serão palavras rápidas. Não poderia deixar de fazer um contraponto a V. Exa. Quando proclama a queda da presidenta Dilma, e o faz agora de maneira mais elegante, instando a presidenta a sair, é uma forma golpista, mas gentil, sabendo que a presidenta não fará isso porque foi eleita majoritariamente, com milhões e milhões de votos. E mais de uma vez, aliás, pela quarta vez consecutiva derrotou o candidato das elites brasileiras, o candidato da coligação PSDB, DEM, etc., que governou antes com índices muito piores que a presidenta Dilma apresenta mesmo agora em momento de crise.

Vi deputado aqui reclamando de que estão diminuindo as verbas do Pronatec. Quem criou o Pronatec? Dilma e Lula. Quantas escolas técnicas foram feitas por meio do Pronatec pelo governo anterior ao do presidente Lula? Nenhuma. Reclamaram que estavam tirando verba do Pro-Uni. Quem criou o Pro-Uni? O presidente Lula. Quem o executou? A presidenta Dilma. Quantas vagas foram colocadas na universidade, através de cotas, para os pobres antes? Nenhuma. Quantas universidades foram criadas pelo PSDB e DEM na aliança do governo Fernando Henrique? Nenhuma universidade. O presidente Lula criou 14. Por que estão dizendo que diminui?

Minha Casa Minha Vida. Ouvi hoje reclamarem do Minha Casa Minha Vida. Disseram que estão acabando com o Minha Casa Minha Vida. Mentira. Quem o criou? Porque não havia política nenhuma no governo Fernando Henrique de residência de populares. Quem criou foi o nosso governo. O Brasil avançou. Quarenta milhões de pessoas saíram da miséria. Vivemos uma crise? Sim, a Dilma tem razão. Por causa de uma crise não se depõe presidente, senão é golpe, é óbvio. O Brasil passou por três crises durante o governo Fernando Henrique. O Fernando Henrique quebrou o Brasil por três vezes. Se cada vez que houver crise econômica você tirar a presidente, você institui o golpismo no Brasil, como foi feito no regime militar. Vocês terão de aguentar até 2018 para disputar a eleição. Vocês já deram um golpe quando eram Arena, que depois virou DEM. Lembram-se disso? É o partido agora que V. Exa. defende que fez o golpe militar.

O deputado Gustavo Corrêa – E que defende de forma muito tranquila. Espero que V. Exa. defenda o Partido dos Trabalhadores, que é o partido de V. Exa.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – É isso que estou fazendo. Por meio de golpe, não deu certo. Foi uma ditadura militar sangrenta. Milhares de pessoas foram mortas no Brasil. Tiraram liberdades políticas. Foi por meio de um golpe que não deu certo. O Brasil vai terminar o processo democrático agora que a presidenta Dilma ganhou as eleições. Eu achava, por exemplo, e continuo achando que o governo Aécio Neves em Minas foi péssimo, quebrou Minas. Mas ele ter feito um governo péssimo não foi motivo para *impeachment* do governador.

Uma crise não pode justificar a saída dos golpistas. É a defesa da democracia.

Em relação aos novos impostos que vocês falam, é mentira que o Brasil seja um país em que temos uma dimensão de impostos enormes. Isso não é verdade. O Brasil é dos países que menos impostos cobra no geral, mas cobra injustamente o imposto, exatamente porque os mais ricos não pagam imposto no Brasil. Eles sonégam e não pagam. Imposto como CPMF, que é um pouco mais justo – o mais justo seria taxar as grandes riquezas –, ainda não existe no Brasil por causa de opiniões do partido de V. Exa., que é opinião distinta do PT. São diferenças políticas, são diferenças no bom debate que V. Exa. está fazendo, e eu respeito, que eu também contraponho, mas no debate político.

Essas eleições definiram outra decisão política até 2018. Isso tem, portanto, de ser respeitado. Só para vocês terem ideia – não vou tomar o tempo de V. Exa –, em relação à CPMF, vocês estão fazendo todo esse estardalhaço, mas acho que é um bom imposto e que vai ajudar os estados. Você vai ver que o Alckmim vai aprovar a volta da CPMF porque ela é útil aos estados, como foi preciso em outras crises. Só para vocês terem ideia, se for cobrado 0,38 – já estou colocando o valor da CPMF para os estados –, 38% da população brasileira vai pagar, de imposto, R\$5,50, ao mês. Os outros 21% vão pagar de R\$5,50 a R\$8,25. Isso significa que 60% da população brasileira pagaria, no máximo, R\$8,25. Os mais ricos, os que ganham mais de R\$36.000,00 por mês é que pagariam R\$140,00 ou mais, dependendo de suas receitas. É um imposto justo, que não vai fazer falir, de forma alguma, nenhum cidadão brasileiro... (– É interrompido.)

O deputado Gustavo Corrêa – O senhor pode concluir? Tenho de conceder aparte a outros parlamentares.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Respeitando o debate que V. Exa. está fazendo, só não concordo com o golpe. Diferença, tudo bem, mas golpe não cabe no Brasil mais, portanto a presidenta Dilma vai ficar até 2018 e, se Deus quiser, vai fazer um bom governo, que é disso que o povo brasileiro precisa.

O deputado Gustavo Corrêa – Agradeço a V. Exa. Fico impressionado, o importante é criar ações sociais. Não importa a forma de manutenção; cria-se, depois se vê como vai pagar. Então, vamos criar isso e aquilo, depois, de acordo com sua linha, vamos ver como fica. Como eu disse mais cedo, ontem participei de um debate em que o governador Fernando Pimentel estava presente, e William Waack lhe disse: “O brasileiro não aguenta mais. O governo que V. Exa. defende foi criando e elevando assustadoramente ações sociais e inchando a máquina pública com despesas, e as arrecadações foram caindo assustadoramente. Será que o brasileiro aguenta mais essas distorções?”. O governador Pimentel, infelizmente, não soube responder.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputado Gustavo Corrêa, quero pedir ao nobre colega deputado Rogério Correia que, quando ele falar que a Dilma ainda vai ficar os três anos e meio que faltam, que fale devagar para não matar o pessoal aqui do coração. Fale pausadamente.

O deputado João Leite (em aparte)* – Ninguém aguenta mais.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Isso mata os brasileiros. Não queremos golpe, deputado Rogério. São 91% da população que não quer ela mais. Só 91% da população que não quer nem ouvir falar no nome dela. Se ela aguentar sozinha – ela já está sozinha – os próximos três anos e meio, que ela fique lá. Prefiro derrotá-la no voto. Minha opinião pessoal é derrotá-la no voto. Fale sobre isso devagar, senão vai matar os brasileiros, muitos até do coração.



O assunto que me traz aqui não é esse. Vamos ter a oportunidade de tratar disso em outras situações, quem sabe até durante o processo de *impeachment* que pode ocorrer contra ela por diversas razões legais que já existem no Congresso Nacional, mas vim tratar... (– É interrompido.)

O deputado João Leite (em aparte)* – Quem pediu o *impeachment* foi o Hélio Bicudo, fundador do PT. Só quero lhes lembrar isso. Hélio Bicudo, jurista e fundador do PT, é quem pediu o *impeachment*. Não é golpe. Está previsto na Constituição. Foi o petista Hélio Bicudo que pediu o *impeachment* da presidenta Dilma.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Quero, na verdade, Sras. e Srs. Deputados, como eu disse no pronunciamento do deputado Sargento Rodrigues, fazer, no pronunciamento do deputado Gustavo Corrêa, um apelo aos nobres pares.

Estou até lembrando aqui, deputado Gustavo Corrêa, que minha filha mais nova está fazendo 11 meses – fará 1 ano no dia 16 de outubro – e ainda não lhe dei um beijo de parabéns. Mas, no dia 16/9/2015, estou convidando os nobres pares para entrarem conosco em uma cruzada contra o aumento de impostos, deputado Isauro Calais. V. Exa., como deputado parlamentar de uma cidade-referência, a principal da Zona da Mata, Juiz de Fora, deve estar recebendo inúmeras solicitações – V.Exa. é de Coluna, e não de Juiz de Fora – de eleitores e cidadãos: “Pelo amor de Deus, deputado Isauro, ajude-nos no Congresso Nacional junto aos parlamentares conhecidos, aos senadores e aos deputados federais para não deixarem voltar a CPMF, pois ninguém aguenta mais impostos”.

O deputado Rogério Correia está tentando defender, e quero lhe dizer que o respeito muito, pois não são muitos que têm coragem, em um momento como esse, de defender o indefensável; V. Exa. tem essa coragem, defende o indefensável, porque é companheiro na alegria e na tristeza, e dou muito valor a isso. V. Exa. quer tentar explicar que a volta da CPMF doerá pouco no bolso do cidadão, mas isso não é verdade, deputado Rogério Correia, porque os R\$5,00, R\$8,00 ou R\$10,00 que sicrano, beltrano ou fulano pagarão não vêm sozinhos, vão se somar aos 40% de impostos que os brasileiros já pagam anualmente. Imagine, deputado Isauro Calais, que um cidadão de Juiz de Fora paga em impostos 40% do que recebe no ano. Então, esses R\$5,00, R\$8,00, R\$10,00 ou R\$12,00 vão doer sim em seu bolso.

Agora, acredito que a CPMF não passará, deputado Gustavo Corrêa, pois o Congresso Nacional está preocupadíssimo. A base está tentando justificar para a Dilma, de uma maneira educada, alegando que não tem condições de passar, de voltar com ela. Não acredito. Entretanto, enquanto jogam essa questão da CPMF em nível nacional, e o assunto toma conta dos noticiários – e parabeno um conterrâneo de V. Exa., o deputado Antônio Jorge, que foi o primeiro a trazer esse assunto à Assembleia Legislativa na tarde de hoje –, nós, aqui na Casa, estamos com o Projeto de Lei nº 2.817/2015, que trata da majoração de impostos. Enquanto Brasília está querendo voltar com a CPMF, o governador Pimentel quer majorar o maior imposto estadual que incide sobre vários produtos e serviços, inclusive a energia elétrica.

Já tive oportunidade – e não serei repetitivo –, duas vezes na tribuna e uma vez em uma comissão, de mostrar a fala do governador Pimentel como candidato dizendo que ia abaixar o ICMS da energia, porque a energia de Minas era a mais cara do Brasil por causa desse imposto. Ele não só não cumpre o que prometeu, como faz o contrário. E, deputado Doutor Wilson Batista, falei algo que tem muito a ver com o Hospital de Muriaé, onde V. Exa. atende e muito bem: o governador Pimentel está propondo o aumento de 25% para 27% da alíquota de ICMS sobre a prestação de serviços de telecomunicações – e ainda vou chegar ao que se refere a V. Exa.

O deputado Bráulio Braz costuma andar com um ou dois telefones, empresário bem-sucedido que é, pois tem que tratar das questões políticas e das de negócio durante o dia, assim como muitos aqui, e pagará 2% a mais de ICMS sobre todas as ligações telefônicas que receber e fizer. Isso é o que propõe o governador Fernando Pimentel neste projeto de lei que está na Casa. E não passou hoje pela Comissão de Constituição e Justiça porque nosso Bloco Verdade e Coerência não deixou passar. E agora entro na questão a que me referi: ele planeja aumentar de 18% para 25% a alíquota de ICMS para o consumo de energia elétrica de estabelecimentos comerciais; repito: de 18% para 25%.

Por que chamei a atenção de V. Exa? Sabe o que é considerado estabelecimento comercial pela Aneel? Hospitais filantrópicos. A Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, cujo provedor é o nosso amigo ex-deputado Saulo Coelho, terá majoração no ICMS pago sobre a energia de 18% para 25%. Naquele belo hospital onde V. Exa. atende, do ex-deputado Lael Varela, de Muriaé, sairá de 18% e irá para 25%. O que estou pedindo é que V. Exa. esteja conosco fazendo coro para que esse absurdo não prospere aqui na Assembleia Legislativa, para que os problemas criados pela gestão do Pimentel, que inchou a máquina pública – primeiro ato como governador – quando encaminhou a esta Casa e depois aprovou a toque de caixa a reforma administrativa. Que os cidadãos mineiros e os hospitais filantrópicos não paguem a conta da irresponsabilidade do governador Pimentel, de um governador que disse que o Estado estava quebrado, que o déficit era de R\$7.000.000.000,00. Ainda assim, ele manda à Casa o aumento do salário dos servidores da educação, causando um impacto de R\$13.000.000.000,00 até 2018, sendo R\$1.000.000.000,00 somente neste ano de 2015 e de R\$3.000.000.000,00 em 2016. É o hospital de V. Exa. que vai pagar a conta, é a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, é o hospital de Juiz de Fora – não sei se a cidade tem santa casa. Perdoem-me.

O deputado João Leite (em aparte)* – Tem.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – O ex-secretário Antônio Jorge... Os três deputados de Juiz de Fora estão sinalizando aqui. A Santa Casa de Juiz de Fora pagará essa conta. É por isso que estou convocando – não estou convidando – os nobres pares a entrar conosco nessa cruzada contra a majoração e o aumento de impostos. É essa a razão. Não podemos deixar que os mineiros paguem a conta da má gestão, da incompetência, da irresponsabilidade do governo do PT, que em apenas seis meses deixou o nosso estado praticamente insolvente e falido. Preparem-se, senhoras e senhores! O Fernando Pimentel é hoje aluno de Dilma. Ela encaminhou o projeto ao Congresso Nacional com orçamento deficitário. Por conta dessa bobagem, a nota do Brasil como bom pagador caiu. Agora está tentando se refazer do erro.

O deputado João Leite (em aparte)* – Caímos antes do Vasco.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Sim, o que era difícil de acontecer. Agora, temos essa mesma condição. Minas já caiu também, deputado João Leite. E ele está para encaminhar um projeto de lei orçamentária, deputado Gustavo Corrêa, com deficit.



Doutor Wilson, como se justifica um homem com o Estado quebrado dar aumento de R\$13.000.000.000,00 para um segmento de servidores?

O deputado João Leite (em aparte)* – Deu para o conselho da Cemig também.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Aí nem vou falar. Deputado Gustavo Corrêa, eu ia discutir o veto, mas não o farei. Estou iniciando hoje uma cruzada contra a majoração do ICMS em Minas. Deputado Isaura Calais, perdoe-me se estiver sendo grosseiro citando o seu nome. Deputado Doutor Wilson Batista, deputado Antônio Jorge, demais deputados que têm ligação, principalmente com hospitais filantrópicos e entidades filantrópicas do nosso Estado, não deixemos que o governador tire do bolso dessas entidades o dinheiro para pagar a conta de sua irresponsabilidade à frente do governo do Estado. Era o que tinha a dizer. Perdoe-me, deputado Gustavo Corrêa, se tomei muito do seu tempo.

O deputado Gustavo Corrêa – V. Exa. estava fazendo realmente uma bela explanação. Tenho a certeza de que os demais parlamentares irão se engajar na sua campanha. Estaremos todos juntos na luta. Como disse V. Exa., nessa “crucidade” que o governador está fazendo com o cidadão mineiro.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Quero anunciar que tentaremos barrar o projeto como um todo, mas nós, do bloco de oposição, convidamos todos os deputados que quiserem assinar o documento. Serei o primeiro a fazê-lo. Deixarei a emenda com o deputado Gustavo Corrêa durante a reunião da noite. A proposta visa excluir os hospitais filantrópicos e as entidades filantrópicas da majoração do imposto de ICMS nesse projeto do Fernando Pimentel. Quem quiser assinar a emenda pode procurar o deputado Gustavo Corrêa assim que ele descer da tribuna. Todos podem ser consignatários dessa proposta para tentar diminuir as injustiças do governo do PT em Minas. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 17/9/2015

O deputado Inácio Franco* – Boa tarde a todos. Cumprimento o deputado Hely Tarquínio, nosso presidente; os caros colegas deputados presentes; os servidores da Casa; e os telespectadores que estão nos assistindo pela TV Assembleia.

Na condição de deputado majoritário e ex-prefeito de Pará de Minas por dois mandatos, faço uso desse nobre espaço da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para render homenagens ao povo pará-minense. No próximo dia 20 de setembro, o município vai completar 156 anos de emancipação político-administrativa. A data comemorativa tem um significado importante para seus 91 mil habitantes, entre os quais me sinto honrado de fazer parte. Chamam a atenção o forte vínculo e o afeto dos pará-minenses pela sua terra. O hino e a bandeira do município, ambos ressaltando a fé e o trabalho de sua gente, são especialmente venerados pela população. Diante desses dois símbolos, a reação das pessoas é única e traduz o orgulho e a emoção dos pará-minenses ou daqueles que escolheram essa terra para viver.

Pará de Minas é celeiro de pessoas ilustres e de talentos para Minas Gerais e para o Brasil. Homens públicos da magnitude de Benedito Valadares e Ovídio de Abreu deram uma grande contribuição para o desenvolvimento do nosso estado e do nosso país. Eles foram e continuam sendo um marco na história recente da política brasileira. Temos Benjamim de Oliveira, considerado o primeiro palhaço negro do Brasil. Das terras patafufas, ele conquistou o Rio de Janeiro e o Brasil com a sua arte circense. Ele também fez história. No campo das artes, o artista plástico, desenhista e vitralista Mário Silésio teve seu talento reconhecido por meio de diversos painéis produzidos em edifícios públicos de Belo Horizonte e vitrais de igrejas em todo o País.

Não podemos deixar de mencionar os pilares da economia que geram riqueza, postos de trabalho e impulsionam o desenvolvimento do município. Na cidade, as indústrias de tecelagem, de laticínios, siderúrgicas, metalúrgicas, empresas de prestação de serviço e o comércio diversificado se consolidaram ao longo dos anos no motor para o crescimento econômico e social de Pará de Minas.

No campo, a avicultura, a suinocultura e a produção de leite e de hortifrutigranjeiros colocaram o município no *ranking* dos maiores produtores de alimentos de Minas Gerais. Nesta singela homenagem, estamos falando de muitas Parás de Minas: da Pará de Minas cultural, com o museu histórico, a escola de artes e ofícios, a casa da cultura, o Cine Café, o teatro, as bandas de música e os grupos de congado; da cidade com os encantos do Parque do Bariri, de suas praças, da vida noturna e do parque de exposições; estamos falando da cidade cujo destaque mais recente na educação são os alunos do Senai, campeões mundiais nas Olimpíadas do Conhecimento. Acima de tudo, Pará de Minas é destaque quando falamos de sua gente: pessoas de bem, acolhedoras, solidárias e empreendedoras. As pessoas e as famílias de Pará de Minas são a maior riqueza e o orgulho do nosso município.

Nos seus 156 anos, parabênize Pará de Minas pela sua excepcional trajetória. Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns, Pará de Minas.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite – Sr. Presidente, meu querido amigo, referência do Parlamento de Minas Gerais, deputado Hely Tarquínio, Dr. Hely, como eu e os seus amigos gostamos de chamá-lo, por conta da beneficência com toda a população, notadamente a população de Patos de Minas, de Lagoa Formosa, de Presidente Olegário, de toda a nossa região. Dr. Hely é um benemérito, é o médico dos pobres e das pessoas menos assistidas. Especialmente agora, os médicos são muito importantes para o nosso país.

Ouvimos ontem aqui que o SUS foi construído pelo Brasil. É interessante que o PT quer ser dono das coisas feitas no Brasil.

Eu disse aqui ontem que, quando alguma coisa dá certo, o PT diz: “Eu ganhei”. Quando empata, ganhou o PT, com o PMDB e os partidos aliados. Quando perde, eles acham que é o PSDB, o PTB do meu líder Dilzon Melo, o PP do meu líder Felipão Attiê. Eles não assumem, eles acham que somos nós. E, caríssimo Carlão, guardadas as honrosas raríssimas exceções no PT, que devemos respeitar, ficam achando que construíram o Brasil. Agora eles vão descobrir Minas Gerais, vão descobrir Belo Horizonte, eles vão fazer tudo novamente. Na propaganda. Esse é o governo de Minas Gerais, de Pimentel, que entra para a história como o primeiro governador, Zé Alberto, que vetou a própria proposta. Ele conseguiu vetar o próprio projeto. Assim como ontem vimos aqui um



deputado vetar a própria emenda. Ele concordou com o governador, que disse que a emenda não passaria. O autor da emenda votou contra a própria emenda. Fez seis audiências para emplacar a emenda, caríssimo Jorge Caixeta. Aprovou na Assembleia Legislativa, conseguiu fazer com que aprovássemos a emenda dele; o governador vetou a emenda, e ele votou contra a emenda. É impressionante. Esse é o PT, o monstro construído no Brasil. Tudo o que falavam antes agora não serve.

O PT quer falar que o *impeachment* da presidente Dilma é um golpe da direita. É algo repetido exaustivamente: “A direita está golpeando, como na ditadura militar”. E quando entramos na imprensa e olhamos os documentos, caríssima jornalista Idamaris Félix, quem está propondo o *impeachment* da presidente Dilma? Um fundador do PT, um jurista, procurador do Ministério Público, no alto dos seus 93 anos: Hélio Bicudo, fundador do PT. É ele que está solicitando o *impeachment* da presidente Dilma. Se há alguém de esquerda neste país, chama-se Hélio Bicudo, fundador do PT. A esquerda brasileira pede o *impeachment* da presidente Dilma.

Estou aguardando um fundador do PT de Minas Gerais, ou uma fundadora que apresente, caríssimo Tiago, o pedido de *impeachment* do governador Pimentel. Não serei eu, deverá ser um fundador do PT a pedir o *impeachment* do governador Pimentel, por todas as coisas que tem feito durante esse tempo. Ele fez uma campanha eleitoral das mais desonrosas para a história de Minas Gerais e do Brasil. Ao final da sua campanha eleitoral, apareceram R\$10.000.000,00. O TRE de Minas pede a cassação de Pimentel, e está aí esse “enrolation”. Deve haver uma decisão.

Depois descobre-se que, na Operação Lava Jato – não é direita, não é ditadura, mas a Justiça, o procurador *Deltan Dallagnol*, lá em Curitiba, com a delação premiada do Sr. Alberto Youssef -, o Sr. Pimentel, como ministro do Desenvolvimento Econômico do Brasil, além de fazer 15 aeroportos em Cuba – deveria ser o ministro do Desenvolvimento Econômico de Cuba –, fez também o Porto de Mariel. O PT gosta de falar do aeroporto de Cláudio, mas não fala de 15 aeroportos que Pimentel fez em Cuba.

No Porto de Mariel, Pimentel colocou US\$1.000.000.000,00, e o contrato foi secreto, de modo que só em 2027, líder Gustavo Valadares, o Brasil poderá saber como foi feito esse empréstimo. É dinheiro seu, brasileiro! Acorde, brasileira: com o seu dinheiro, o PT fez 15 aeroportos e um porto em Cuba. Agora, os brasileiros estão desempregados, mas não falta dinheiro seu, brasileiro, para Cuba e para Venezuela. Já estamos, deputado Antônio Carlos Arantes, líder e amigo da agricultura, na sexta linha do metrô da Venezuela. Quem construiu? O PT, que não faz nada no Brasil. Nosso metrô está parado, só com 27km. A BR-381, em estado lastimável. O Deputado Felipe Attiê reclamou que gastou quase seis horas para rodar 100km, de Belo Horizonte a João Monlevade. Isso, porque o PT não consegue duplicar a BR-381 Norte. Eles gostam de falar de Fernando Henrique, que duplicou 600km da Fernão Dias, de Belo Horizonte a São Paulo. Agora, só faltam 300km! Lula e Dilma assumiram prometendo isso, e nada. O PT gosta de prometer, mas não cumpre nada. As pessoas estão morrendo na BR-381. A rodovia está abandonada; as empresas abandonaram a BR-381. Agora, chegando as férias, as pessoas vão pegar a BR-381 em direção ao Espírito Santo e vão sofrer nessa estrada, por total ausência do governo do PT. Lula prometeu, Dilma prometeu, e nada aconteceu. Até rimou: Lula prometeu, Dilma prometeu, e nada aconteceu. Não fizeram absolutamente nada. Agora teremos as férias escolares! Está aqui um digno representante dessa região, o líder e professor Bonifácio Mourão, que tem de enfrentar essa estrada até João Monlevade, Ipatinga e Governador Valadares. Outro dia mesmo, acompanhávamos notícia sobre uma batida de frente, no trecho da BR-381, entre Ipatinga e Governador Valadares. Se o deputado Bonifácio Mourão pudesse fazer um depoimento, estou certo de que traria o nome dos amigos que já morreram na BR-381.

Mas isso não importa para o PT. O PT não se importa. Durante o *Fantástico* e o *Jornal Nacional*, na Globo, o PT faz uma grande propaganda, e ninguém fala nada. Minas Gerais está calada; a imprensa mineira não fala absolutamente nada. Para a imprensa mineira, está bem que não tenhamos o metrô, que o anel rodoviário e a BR-381 estejam como estão e que as empresas de distribuição, as atacadistas, estejam saindo de Uberlândia e indo para Goiás. Está tudo bom. Não existe problema algum para a imprensa mineira. Não há uma crítica, não se fala nada! A primeira-dama Carolina recebeu dinheiro do Ministério do Desenvolvimento, e não se fala nada. A imprensa mineira está calada, não fala nada. Na hora do *Jornal Nacional* e durante a programação da Rádio Itatiaia, sai a propaganda de que esse é um governo para todos, um governo isso ou aquilo. Ora, ninguém acredita, e vamos resistir.

É com muito prazer, que concedo aparte ao deputado Bonifácio Mourão, que, nesse aparte, deverá defender Governador Valadares, o Leste de Minas, e apontar os erros do PT. A imprensa de Minas Gerais pode se calar, mas nós não nos calaremos. Vamos demonstrar desta tribuna, com argumentos, fatos e documentos, o péssimo governo do Sr. Pimentel e como ele venceu a eleição: foi roubado. Tem a palavra, o líder e professor, deputado Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Começo agradecendo-lhe. Estou atento às suas palavras. É uma avaliação correta e verdadeira. Eu poderia comentar vários assuntos que V. Exa. está abordando, todos de muita importância e espelhos da verdade. Vamos começar pela BR-381, ligando Belo Horizonte a Governador Valadares, com referência a isso.

A presidente da República Dilma Rousseff, do PT, esteve em Governador Valadares no ano passado, ano das eleições, e garantiu que a duplicação da BR-381 seria de Belo Horizonte a Governador Valadares. Como V. Exa. sabe, ela gosta muito de andar pelo caminho da mentira. Como disse, ela esteve em Governador Valadares e disse, em alto e bom som, que a duplicação era de Belo Horizonte a Governador Valadares. Como não acreditamos nisso e começamos a dar entrevista na imprensa dizendo que não era, ela mandou o diretor-geral do DNIT, o general, que fez uma palestra no Teatro Atiaia em Governador Valadares. Eu estava presente e mostrei que o projeto era de Belo Horizonte a Belo Oriente, onde está a Cenibra. De Belo Oriente a Governador Valadares, 70km, são considerados no projeto somente melhorias. Vale dizer o seguinte: depois de duplicado – aliás, não estou acreditando nisso, não sei quando e Deus me permita que seja para a minha geração -, vai até Belo Oriente. De Belo Oriente a Valadares, 70km, são duas pistas. Aí é um tratamento para Governador Valadares como se fosse uma roça, um menosprezo absoluto com a cidade de 300 mil habitantes e todas as outras cidades que estão além dela, que são inúmeras, como Mantena, Aimorés, Conselheiro Pena, Teófilo Otôni, e por aí vai, e são só melhorias.

Sr. Presidente, V. Exa. me permite. Estamos fazendo algumas considerações que, a nosso ver, são interessantes, com a aquiescência do deputado João Leite.

Deputado João Leite, não é só isso. A questão é que, em Governador Valadares, cruzam-se três rodovias federais: Rio-Bahia, as BRs-116, 381 e 259, que liga Brasília a Vitória. Por que então não ligar por duplicação sendo que se cruzam em Governador



Valadares? Por que interrompê-la em Belo Oriente, sabendo que essa duplicação beneficia o País e não só aquela região? E não para por aí. Tem coragem de mentir falando que é até lá. O projeto diz que não é. Então, o documento é o projeto do deputado João Leite, e não a palavra da presidente da República, que é mentirosa em ano de eleição para ganhar voto. Ainda disse que seria concluída.

Agora, tenho transitado bastante por essa rodovia. As obras estão paradas de fora a fora. Faz pena ver isso. Acostumamos com o governo de Aécio Neves e de Anastasia de só fazer projeto e iniciar obras com dinheiro em caixa. Agora vemos o que está acontecendo atualmente quando V. Exa. faz outras abordagem, por exemplo, do metrô. Para o metrô de Belo Horizonte não tem nada. No entanto, em Caracas, o BNDES financia o metrô a juros de 3%. Enquanto os juros de empréstimo para Minas Gerais são 7,5%, como para qualquer pessoa e assim por adiante.

Deputado João Leite, o meu tempo é restrito. Já fui advertido e vou limitar-me por aqui. Parabéns pela abordagem. Estou participando porque realmente penso que V. Exa., com toda a seriedade e a franqueza, está falando a verdade que precisa ser dita para o povo mineiro.

O deputado João Leite – Muito obrigado. Queria, deputado Mourão, lamentar. Quando estive em Governador Valadares, a presidente Dilma saudou as pessoas de Juiz de Fora. Imaginem o que é olhar o Rio Doce e pensar que é o Rio Paraibuna. Ela fez a maior confusão lá. Agora, pior do que isso é ela e o PT menosprezarem Governador Valadares.

Precisamos de um líder como Aécio Neves, um homem que ligou 225 cidades de Minas Gerais que não tinham ligação asfáltica; um homem que levou para Confins, construindo a Linha Verde, os voos e fez de lá um *hub*, um aeroporto modelo.

Portanto, Sr. Presidente, queremos lamentar esse momento do Brasil. Deve ser creditado ao PT esse insucesso do nosso país, o sofrimento e o desemprego das pessoas. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Celise Laviola – Exmo. Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio; deputado Dalmo Ribeiro Silva, meus queridos colegas deputados e deputadas, todos que aqui nos assistem, temos tido nesses últimos tempos muitas notícias ruins. No entanto, recebi um boletim e achei por bem trazer aqui boas notícias porque acho importante.

Foi feito o levantamento da Secretaria de Estado de Defesa Social – Seds – e constatado que, de janeiro a julho de 2015, obtivemos grande queda na maioria dos crimes considerados violentos. A única exceção foi o roubo consumado. Tivemos queda dos homicídios consumados, dos homicídios tentados, dos estupros consumados, dos estupros tentados, dos estupros de vulneráveis consumados, dos tentados e dos casos de extorsão mediante sequestro e sequestro em cárcere privado. Então, o único tipo de crime violento que não teve queda foi o roubo consumado. Sabemos que é difícil até de constatar quando é roubo e quando é furto. Existe uma mistura, e as pessoas não sabem bem distinguir.

Portanto, a boa notícia também deve ser propagada, e a gente vem aqui com essa intenção.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Deputada Celise Laviola, V. Exa. inicia o pronunciamento distinguindo-se bastante daqueles que querem que o Brasil dê errado. Existe uma oposição em nosso país, que, desde que perdeu pela quarta vez as eleições para o presidente Lula e a presidenta Dilma, candidatos pela frente constituída, em especial, pelo PT e pelo PMDB, não aceita o resultado das eleições. Notadamente o senador Aécio Neves, aquele que perdeu o governo do Estado, no primeiro turno, e duas vezes seguidas, para a presidenta Dilma, nos primeiro e segundo turnos no Brasil e em Minas Gerais, desde que isso aconteceu, que ele, representante das elites, busca dar um golpe no Brasil, imbuído do espírito udenista, não do seu avô, mas da raiz da UDN, com o que ele também tem parentesco. Ele tenta no Brasil a todo tempo estabelecer as condições para um golpe.

Não estranhemos isso, porque sempre que governos populares no Brasil ganham as eleições – e sempre ganham porque defendem o povo e não as elites – as elites tentam derrubar ex-presidentes da República. Getúlio teve de suicidar, Jango saiu corrido, Brizola, todos. Falaram horrores de Juscelino Kubitschek para ver se ele também deixaria de assumir o cargo ou não continuaria o seu governo. Todo governo popular no Brasil sofre, por parte dos golpistas ex-udenistas, e agora do DEM e, infelizmente, de setores do PSDB, com esse sentido golpista com que procuram derrubar o voto popular.

Estamos assistindo estarecidos ao que acontece no Congresso Nacional. Pedem um *impeachment* sem nenhuma base constitucional, sem nada ter a falar da presidenta, que é uma mulher honrada, que está inclusive combatendo a corrupção. E se unem a corruptos dentro do Congresso Nacional para manter o estado de corrupção no Brasil e frear a presidenta Dilma. Fazem isso sem levar em consideração a vontade soberana do povo – o voto. Fizeram esse golpe militar no Brasil por intermédio da Arena, que hoje é o DEM, que é quem pede o novo golpe, e estabeleceram no País uma ditadura que o atrasou em dezenas de anos, décadas de atraso, tanto do ponto de vista político quanto do desenvolvimento.

Os democratas deste país têm que reagir a esse golpismo que está no Congresso Nacional. Minas Gerais tem que dizer que não tolera esse golpe que está em curso. E é exatamente nesse sentido que venho aqui. E aproveito um aparte na fala de V. Exa., que é do PMDB, para conclamar os mineiros em torno de um manifesto, que é o manifesto de Minas contra o golpe, um manifesto em defesa da normalidade republicana, assinado por todos nós, deputados do Bloco Minas Melhor aqui na Assembleia Legislativa, formado pelo PT, PMDB, PCdoB, PROS, PR, PRB e também pela recente fundada Frente Brasil Popular. Consideramos que Dilma recebeu das urnas o mandato que a legitima no exercício da presidência até 2018. Nesse manifesto denunciaremos setores golpistas do partido de oposição. Aliás faço um parêntese para lembrar Mário Covas, que, se estivesse vivo, puxaria a orelha desse Aécio Neves e dos golpistas tucanos que estão do lado de lá, que estão inconformados com o resultado das últimas eleições.

Entendemos que Dilma Rousseff contribuiu decididamente para a eliminação da pobreza e a redução das desigualdades. E não é de se estranhar que os golpistas votaram contra o aumento para banqueiro agora no Senado; que votaram a favor da terceirização dos trabalhadores no PL nº 4.330; e agora querem privatizar a Petrobras. Querem, enfim, fazer um arrocho sem limites no trabalhador e na trabalhadora brasileira. Querem o golpe no Brasil para fazer prevalecer o resultado derrotado nas urnas, que era o programa das elites. E é esse que eles querem construir na marra, porque não têm voto para constituir um programa antipopular como querem fazer. E isso, deputada Celise Laviola, é que está em jogo. A presidenta aprimorou os meios de transparência, gasto público e combate à corrupção



como nunca tinha sido feito. Diga-se isso da Polícia Federal e de toda a liberdade que damos às apurações. Querem derrubar a Dilma para roubar mais. Essa é a verdade de vários que pedem o *impeachment* da presidenta hoje.

Avaliemos que a presidenta é cidadã honesta, trabalhadora, dedicada, mulher; e eles não engolem um operário, depois uma mulher. As elites não engolem que trabalhadores e mulheres possam governar este Brasil e vêm com atos de covardia, atos antidemocráticos, que querem empurrar goela abaixo do povo brasileiro.

Por todas essas razões, deputada Celise Laviola, ao apoio que aqui manifestamos somamos o convite para que os partidos políticos, as instituições, a sociedade civil organizada e o cidadão se façam presentes, ocupem as ruas e contribuam para que a travessia a que o País se obriga seja feita em curto tempo e seja capaz de devolvê-lo ao ideal da paz e da prosperidade de que não podemos jamais abrir mão.

Não podemos continuar vendo pessoas, inclusive parlamentares, a semear o ódio no Brasil, a jogar uns contra os outros, a fazer o serviço que querem às vezes os países imperialistas, que fizeram o mesmo nos países árabes, alardeando que os países árabes precisavam derrubar os seus governos nacionais. O que vemos agora, deputada Celise Laviola, é a miséria, a migração em toda a Europa, absoluta na Europa, uma verdadeira invasão de povos árabes na Europa, porque o seu Estado Democrático foi destruído.

É isso que Aécio Neves e os golpistas querem para o Brasil? Um país destruído, em guerra civil? É isso que Aécio Neves quer? Um irresponsável, um *playboy* do Rio de Janeiro que pensa que pode incendiar o Brasil, que vai para a Venezuela, até lá, proclamar golpe. É esse tipo de país, Celise, que estamos procurando? Ou, num momento de dificuldades, temos de unir forças? É no momento de dificuldade que se vê o valor de um presidente, uma presidenta da República, uma mulher honrada como Dilma, que, mesmo com todos esses empecilhos, com pessoas do mal a jogar casca de banana dali para cá, ela continua com a alma humanitária que tem, até tendo tempo para socorrer quem sofre um acidente de bicicleta, como fez ontem. Em vez disso, o que fazem os golpistas? Os golpistas tramam, querem derrubá-la, querem que ela se suicide, querem que ela saia de lá. Trabalham isso para o mal do País e do povo brasileiro. Não se iludam, trabalhadora e trabalhador brasileiros, se os golpistas assumirem, será para praticar atos antidemocráticos, tirarem a liberdade do nosso povo, aliás, mais do que isso, fazer a vontade dos banqueiros, fazer a vontade dos latifundiários, das grandes empresas agrícolas, freando o processo da agricultura familiar. Os golpistas não conseguem sequer escutar uma voz dissonante, eles gritam, berram, têm ódio. Eles inflamam uns contra os outros, brasileiros e brasileiras. São neofascistas muitos deles, não todos. É preciso conchamar inclusive os setores democráticos da oposição a não irem atrás de setores radicais golpistas, daqueles que destilam ódio. Que se espelhem no espírito de Mário Covas, que lembrem da contribuição de Leonel Brizola, que vislumbrem que a democracia nos é muito cara. Brasileiros, brasileiras, mineiros e mineiras, não caiam na onda dos golpistas, o Brasil não tem nada a ganhar.

Repito, Celise, o exemplo que veio dos países árabes, em que insuflaram, destruíram os estados nacionais. Agora, como está o povo árabe? A ver navios, sem nada, sem absolutamente nada, numa guerra civil destrutiva, com o país dividido, povos divididos. É isto que Aécio Neves quer para o nosso país: uma guerra civil. Minas não aceitará golpe.

Aqui estão assinaturas do líder do Bloco Minas Melhor da Assembleia Legislativa – somos 32 deputados -; do líder do governo, Durval Ângelo; do deputado Vanderlei Miranda, líder da Maioria; do deputado Adalclever Lopes, presidente desta Casa; do ex-deputado e hoje vice-governador, Antônio Andrade, presidente do PMDB; de Watson Ribeiro, presidente do PCdoB; de Sávio Souza Cruz, secretário-geral do PMDB; de Cida de Jesus, presidente do PT; de Gilberto Abramo, presidente do PRB; de Rosângela Reis, vice-presidente do Pros, de todos nós deputados que fazemos parte dessa base e, com certeza, de muitos movimentos sociais deste Estado de Minas Gerais. Minas não aceita golpe. Já foi o tempo em que Minas Gerais, através de Magalhães Pinto, reforçou o udenismo e aceitou o golpe militar no Brasil. Foi uma tragédia de que Minas se arrepende até hoje. É exatamente um dos motivos da derrota do senador Aécio Neves em Minas Gerais. Essa derrota se deu exatamente porque Minas Gerais, imbuída de espírito democrático, disse não aos tucanos, disse não ao estado antidemocrático e autoritário, que tentaram impor em nosso estado através do controle da imprensa.

Deputada Celise, o PMDB, o PT, o movimento social organizado, as centrais sindicais, o povo, que não aceita retrocesso, não permitirão que o Brasil seja entregue novamente nas mãos daqueles que querem acabar com os grandes avanços sociais. Foram Lula e Dilma quem estabeleceu no País o Pronatec, o programa da Agricultura Familiar, através do Pronaf, universidades, que não eram feitas porque a elite não deixava. Foram Lula e Dilma quem instituiu os principais programas sociais em nosso Brasil, deputada Celise. Esses programas, como o Bolsa Família, é que as elites não querem. Não querem que pobre continue andando de avião, não querem que a filha da empregada faça universidade, não querem que o filho do peão ande de carro, porque acham que é só deles. Essas elites já passaram, Celise, e não será através de golpe que vão destituir uma mulher honrada como a presidenta Dilma.

Xô, golpistas! Viva a democracia, viva o Brasil, viva a saída do povo brasileiro! (- Intervenção fora do microfone.) Viva também, deputada Celise, aquele que não aceita o golpe! Golpistas aqui na Assembleia também não passarão. Têm de respeitar e escutar. Não têm sequer um ouvido pronto para escutar a contradição. Esse é o ar, essa é a cara do golpismo. É a cara do ódio.

Deputada Celise Laviola, parabéns pelo seu pronunciamento, que se iniciou em razão daquilo que o Brasil precisa, de trabalho e otimismo, e não do negativismo e do dar errado, que são próprios de um senador *playboy* do Rio de Janeiro, que aqui sofreu, em eleições, derrotas uma atrás da outra. O *playboy* não passará. A democracia vingará.

A deputada Celise Laviola – Agradeço o aparte do deputado Rogério Correia. Em razão dessa queda que tivemos na quantidade de crimes violentos no Estado de Minas, parabênizo o secretário da nossa Seds, Dr. Bernardo Santana, o adjunto, Dr. Rodrigo Teixeira, todos da equipe, todos os secretários, toda a turma da Seds, que vem com muita luta, apesar de toda a dificuldade, colaborando para que tenhamos esse resultado positivo. Agradeço a todos pela atenção.

O deputado João Leite – Quero lamentar, Sr. Presidente, que se perca o equilíbrio neste Plenário. É um desrespeito para com as pessoas. Quem pediu o *impeachment* da presidente Dilma foi o Sr. Hélio Bicudo, fundador do PT. Ele colocou como razão para o pedido do *impeachment* o roubo do PT. Isso foi colocado pelo fundador do PT. Não foi o PSDB, não foi o PP de Felipe Attiê, não foi o

PTB de Dilzon Melo. Quem pediu o *impeachment* da presidente Dilma, o qual tramita hoje no Congresso, chama-se Hélio Bicudo. Ele tem 93 anos de idade. É um jurista famoso e respeitado. Fundou o PT, mas não aceita o que está acontecendo em nosso país.

Que elite da Petrobras é essa da qual falaram aqui? Getúlio Vargas criou a Petrobras. Quem é que está acabando com a Petrobras do Hélio Barusco? O procurador Deltan Dallagnol disse que já foram recuperados U\$1.000.500.000,00 roubados da Petrobras. O PSDB está na Petrobras? Não está. O PP está na Petrobras, deputado Felipe Attiê? O seu partido está lá? Não. Está, deputado Dilzon Melo? Os democratas estão?

Muito bem. Quero concluir. Vamos colocar as coisas corretamente. Não existe pedido do PSDB para o *impeachment* da presidente Dilma. Não existe pedido do PTB. Não existe pedido do PP. O pedido é do PT, de um fundador do PT que está envergonhado com o que está acontecendo.

Ouvimos aqui que estamos contra os trabalhadores. Gente, os trabalhadores estão desempregados por causa do governo do PT. A presidente Dilma prometeu tudo. E agora estamos com uma inflação de mais de 10%.

Não estamos governando, somos oposição. Quem está governando é o PT, e vem aqui nos acusar. Parece que fizeram um pedido. Isso é desespero. Imaginem a gente chegar aqui e pedir para não fazerem *impeachment* contra a presidente; um abaixo-assinado para ela não sair. Que desespero! É interessante. O PT está pedindo o *impeachment* da presidente Dilma, e Hélio Bicudo é o nome do jurista que o pediu. Ele está com 93 anos de idade e não aguenta. Ele está envergonhado com o partido que fundou. E vêm gritar aqui: “Elite!”. Bloquearam R\$20.000.000,00 da conta de José Dirceu. R\$2.000.000,00 foi para viajar de jato. Elite é o PT. Não somos nós, não. Não é esse povo que está sofrendo. Elite são eles, que andam de jatinho para cima e para baixo, que quebraram a Petrobras de Getúlio Vargas e que agora vão quebrar a Cemig de Juscelino Kubitschek. Eles querem abraçar essas pessoas. Abracem Hélio Bicudo. Conversem com Hélio Bicudo. Hélio Bicudo está envergonhado com o PT, e eu também. É claro que queríamos que o PT fizesse um grande governo, é claro que sonhávamos – mesmo sendo de outro partido – com o sucesso do PT, mas o que aconteceu? Roubo e mais roubo, destruição da Petrobras, da Eletrobras e dos brasileiros. Por que os brasileiros estão sofrendo? Porque hoje Lula é um homem rico? José Dirceu, José Genoíno e os tesoureiros do PT estão todos presos, e vêm dizer que somos elite.

Tenho muita honra de ter nascido na Vila Oeste. Sou filho de um policial e de uma servidora pública. Não sou elite. Aécio Neves fez um governo honrado em Minas, não foi como está sendo esse governo da presidente Dilma. Não tem importância, estou acostumado com grito. Se vocês querem esse governo do PT, podem gritar à vontade. Não tenho medo de gritos. Vocês vieram aqui convidados por não sei quem, então, sejam bem-vindos, mas Aécio Neves é um homem de bem. Ele não fez o que estão fazendo no Brasil: quebraram a Petrobras, acabaram com o dinheiro...

Ainda tenho um tempinho. Quero lamentar. Há um acordo para votarmos a redação final, mas, para mim, líder Corrêa, acabou o acordo. Subir aqui, xingar meu partido, xingar a oposição dessa maneira, para mim acabou o acordo. Já não há acordo. Estamos em processo de obstrução agora.

O deputado Durval Ângelo* – Sr. Presidente, Srs. deputados, Sras. Deputadas, telespectadores presentes. Faço uma saudação especial aos companheiros e companheiras do Vale do Jequitinhonha, que estão aqui numa atividade com esse jovem deputado Jean Freire, que vem mostrando um grande trabalho. Eles vieram trazer a realidade nua e crua do eucalipto na região, da necessidade de, cada vez mais, as autoridades públicas e a sociedade, como um todo, perceberem que o problema não é só o eucalipto mas também a monocultura. Qualquer monocultura gera um desequilíbrio ecológico, social e econômico muito grande.

É muito importante destacar a justiça das reivindicações de vocês. Sejam bem-vindos à Casa do povo. Todos têm de ser recebidos com tapete vermelho, muita alegria e satisfação. No dia que o povo não tiver neste Parlamento ou em outro qualquer uma ouvidoria para manifestar seu pesar, sua dor, suas lutas, suas reivindicações e propostas, a democracia vai falir, porque democracia é governo do povo.

Quero deixar bem claro que há alguns equívocos nessa discussão do *impeachment* da presidente Dilma. O principal deles é que estamos no presidencialismo. Nós não temos parlamentarismo no Brasil. No presidencialismo, quem decide e define é o voto popular. Ponto final. No parlamentarismo, quando há crise no governo, novas eleições são convocadas, e o gabinete cai. Como você retira do poder presidente, governador ou prefeito? Por meio de ato de improbidade administrativa.

O discurso da presidenta Dilma hoje durante a posse do procurador-geral da República foi interessante. Na época do PSDB, do Fernando Henrique, o procurador escolhido não era o mais votado da lista feita pela associação nacional de procuradores. Em determinado momento, ele chegou a empossar um que não estava na lista tríplice, porque queria o Ministério Público Federal no cabresto. Tanto que um procurador chamado Brindeiro foi considerado engavetador-geral da República. O presidente Lula instituiu a prática de considerar o mais votado, e a Dilma fez a mesma coisa. Hoje, na posse do Rodrigo Janot, que é mineiro, ela disse que o princípio basilar da democracia é o voto. Então, quem quer exercer o cargo que o ganhe. Se o Aécio Neves perdeu no seu Estado, Minas Gerais, e no estado onde mora, Rio de Janeiro, quer ser presidente como? Alguém pode achar que o voto dos mais pobres vale menos. Não vale! Democracia não é oligarquia. Na democracia instituída no século 6 a.C., na Grécia, cada cabeça era um voto.

O Rodrigo Janot elogiou publicamente a Dilma, que falou algo muito sério hoje. Além de citar o combate à corrupção, citou ainda a autonomia do Ministério Público e disse: “Quem quer assumir o poder que ganhe a eleição.” Se considerássemos a popularidade – a da presidente está baixa -, teríamos de cassar o governador do Rio Grande do Sul, porque tem uma popularidade semelhante à da presidente; o governador do Paraná, porque a sua popularidade está lá embaixo; e o governador do Distrito Federal. O governador de Minas tem 60% de ótimo e bom. Ele está sendo aplaudido e carregado nos ombros do povo nos lugares por onde passa. Vimos numa cerimônia agora, realizada no horário de almoço, como ele é querido. É ele sim, o governador Fernando Pimentel é o mais querido do Brasil, é o grande governador. Minas anseia tanto ter um presidente da República! Mas não será o *playboy* do Rio de Janeiro, e sim o governador Fernando Pimentel, no momento certo e devido, porque o povo gosta dele.

Portanto, quero deixar bem claro que na democracia... Presidente, gostaria de dizer que, durante a fase dos oradores inscritos, não há previsão de art. 164.



Hoje estamos publicando um documento, assinado por deputados e líderes partidários desta Casa, por presidentes de sete partidos que estiveram na eleição do governador Fernando Pimentel no primeiro turno, até pelo vice-governador, que é presidente do PMDB, repudiando o golpe e apoiando as medidas fiscais tomadas pela presidente Dilma. Não é o desejável, mas não podemos seguir a tese do quanto pior melhor. Temos de ver que, numa democracia, tanto situação quanto oposição cumprem seus papéis e se complementam no sentido de pensar o melhor para o povo. Quem é governo não o é para apoiar medidas certas, mas também não o é para apoiar medidas erradas do governador. Quem é oposição não o é para ser contra o Estado de Minas Gerais, é oposição a um governo. A democracia se faz dessa forma.

Quero aqui hoje reafirmar a fé no processo democrático. A democracia impõe isso. Acho que não podemos, em hipótese nenhuma, por questão de popularidade, querer ganhar algo no grito ou no golpe. Hoje ocorreu um golpe de Estado, agora, três horas atrás. Os militares, os generais, na África, em Burkina Faso, tomaram o poder. É interessante, porque havia acontecido um golpe um ano atrás, e no mês que vem haveria eleições gerais lá. Alguém vai imaginar que o Brasil é Burkina Faso? De jeito nenhum. Somos uma república africana, sem tradição de democracia, sem um processo de democracia? Espero que ninguém se mire no exemplo de Burkina Faso e ache que temos de seguir os caminhos daquele país. De jeito nenhum. Acho que nossa fé é, antes de tudo, na democracia.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Deputado Durval Ângelo, quero apenas concordar também com esse raciocínio que V.Exa. fez – eu já tinha feito outros. É óbvio que a democracia, num regime presidencialista, não é feita de pesquisas. “Uma pesquisa deu isso, a presidenta está mal, derruba, faz *impeachment*.” Fosse isso, Fernando Henrique Cardoso, que quebrou o Brasil três vezes, não tinha ficado dois anos no governo.

O deputado Durval Ângelo* – Oito anos.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Ficou oito. Não ficaria dois, se fosse por pesquisas eleitorais e porque estava mal na opinião pública. O Fernando Henrique Cardoso ficou mal na opinião pública muito tempo, porque a inflação era altíssima também – ela baixou depois quando ele entrou, aliás, quando o Itamar entrou. Depois ela voltou a subir.

Agora, qual a solução desses que falam em golpe, em retirar a presidenta? Porque *impeachment*, pessoal, é golpe. Ou não é? *Impeachment* é golpe. O que eles preveem agora é um golpe, querem dar um golpe. O que eles vão fazer?

O deputado Durval Ângelo* – Podiam trazer os generais de Burkina Faso para assessorá-los.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – O que eles vão fazer se derem o golpe? Algumas medidas, eu adivinho. Por exemplo, vão privatizar a Petrobras, não é verdade? Essa já está lá com o José Serra. Ele vai privatizar a Petrobras, vai vendê-la. Vendem a Petrobras para as empresas americanas que, aliás, estão por trás disso, como estiveram nos países árabes. Vão vender a Petrobras. Hoje o petróleo é nosso por meio da partilha. Mas o que eles querem fazer é o que foi feito no México. Privatizam a empresa estatal, como privatizaram no México e como fizeram nos países árabes, que perderam o estado nacional, não têm mais o petróleo depois da chamada Primavera Árabe. Os radicais tomaram conta do controle e agora há lá guerra civil. É esse o Brasil que queremos?

Lava Jato. A quem está-se unindo Aécio para dar o golpe? Por que ele não fala do Eduardo Cunha, que está denunciado por R\$5.000.000,00 na Lava Jato, e o PSDB está sustentando-o na presidência do Congresso?

Porque Aécio Neves não quer, de forma nenhuma, combater a corrupção. Se ele quisesse, não haveria aeroporto construído em Cláudio; não haveria caixa dois em Furnas; haveria investigações; não haveria jatinho de presidente da Codemig, em que ele voa para lá e para cá; dinheiro na Rádio Arco-Íris, que a sua irmã colocou, quando era secretária. Corrupção e denúncia de corrupção em relação ao senador Aécio Neves não faltam. Já apresentei ao Dr. Janot muitas. Se o problema fosse corrupção, a presidenta Dilma teria de ficar muito mais tempo no poder, porque ela é quem não está permitindo a corrupção. Há muito corrupto querendo tirar a presidenta Dilma de lá. Há muito deputado corrupto torcendo para a presidenta Dilma cair e muito senador corrupto também, incluindo o senador Aécio Neves, contra quem existem denúncias e mais denúncias.

Então, deputado Durval Ângelo, o que eles querem, na verdade, é um programa conservador. É terminar com os programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida, que eles não suportam. Eles não gostam de ver pobre andar de avião. Não adianta encher de gente de gabinete de PSDB aqui para tentar dar golpe. O golpe não passará. Essa é uma questão que defendo.

O deputado Durval Ângelo* – Obrigado, deputado Rogério. Gostaria de dizer que a democracia pressupõe a convivência com o diferente e com os opostos. Se não soubermos conviver com os opostos, não podemos conviver num ambiente democrático.

Eu pediria que descontasse o tempo, pois não consigo, na tribuna do Poder Legislativo, concorrer com nenhuma manifestação.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Solicito à plateia, de modo geral, disciplina, porque é importante o que o deputado Durval Ângelo disse: democracia comporta as divergências. Mas o espírito do Plenário é buscar solução na convergência. E necessitamos da convergência da plateia também, então, pedimos que ela seja disciplinada. Vamos pedir com humildade, reconhecendo o problema de cada um e todas as diferenças, na convergência.

Está marcando 1min45s, vamos lhe dar 2 minutos por causa da interrupção.

O deputado Durval Ângelo* – Obrigado, presidente, eu não preciso de tanto tempo e de tanta generosidade. Penso que o exemplo claro da democracia é o que o governo Pimentel vem implementando. Quem está participando dos fóruns regionais sabe disso. Recentemente, houve um fórum em Uberlândia com quase duas mil pessoas. Cada fórum está definindo as 10 prioridades centrais para o orçamento e para o PPAG. É interessante, pois todo o mundo imaginava que a primeira etapa, com a presença do governador, de deputados e de secretários, fosse ser a mais significativa, mas, na segunda etapa está comparecendo muito mais gente, às vezes, o dobro. Amanhã, por exemplo, o governador estará em Divinópolis.

A partir dessas 17 regiões de governo, vamos pensar o Estado, o Estado das várias Minas, com a participação democrática. O interessante é que, a partir dessas 17 regionais de governo, vai se pensar planejamento estratégico, políticas para a agricultura familiar, políticas de desenvolvimento. Aqui, os amigos do Vale do Jequitinhonha têm razão: a monocultura não pode ser uma política de desenvolvimento. Vivemos isso em Minas Gerais, por sermos dependentes da exportação de *commodities* minerais ou vegetais. Numa



crise dessa, como a vivida na Ásia e no mundo inteiro, isso estrangula as finanças do Estado de Minas Gerais. Então, não podemos pensar assim.

Também, nessas 17 regiões de governo, vai se pensar os centros de referências de direitos humanos. Hoje, o nosso ex-deputado Biel, amigo, esteve no gabinete, e ficamos sabendo que a ideia é criar 17 centros de referência de direitos humanos, uma em cada região, para trabalhar com vítimas de crime violento, para estabelecer políticas para as mulheres, para os quilombolas, para as comunidades tradicionais, para os idosos, para as crianças e os adolescentes. Penso que democracia é o que se constrói em Minas Gerais hoje, quando temos um governador que está afinado com esse princípio.

No dia 28, o governador estará aqui, como orador oficial na entrega da Medalha da Inconfidência, e vai ser um bom momento para ouvi-lo, João, sobre essas propostas de governo e para desarmarmos o espírito e o coração para uma visão construtiva. Precisamos nos desarmar.

Eu dizia outro dia, citando o *Corão*, que a luz pode iluminar o caminho do caminhante, mas também pode ofuscar o peregrino. Devemos ter esse discernimento. É ao uso da razão que o nosso filósofo Hely sempre nos chama, à questão da racionalidade. Bebendo em Kant, ele nos traz todas as lições da racionalidade.

Portanto, golpe não. *Impeachment* é golpe. Vamos defender um governo eleito pelo povo, não será como o 1º/4/1964, com certeza.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire* – Presidente, caros colegas deputados e deputadas, telespectadores, é um prazer imenso ocupar esta tribuna mais uma vez. Dou as boas-vindas e parabeno os estudantes de jornalismo da PUC. Que cada dia mais possamos ter uma mídia isenta de siglas partidárias e que busque a verdade acima de tudo. Sejam bem-vindos a esta Casa. Inclusive, haviam me convidado para conversar com vocês, mas eu tinha uma viagem para Aimorés e não pude participar. Um grande abraço.

Um grande abraço também aos companheiros do Vale do Jequitinhonha que estão presentes para discutir o transporte de eucalipto na região dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Na verdade, gostaria de tratar da questão do eucalipto, mas não dá para ficar ouvindo, ouvindo, ouvindo e permanecer calado. Quando se fala em romper o acordo, é isso. O acordo é o seguinte: a oposição pode falar, falar, xingar, reclamar e chorar à vontade, mas nós, do governo, devemos ficar calados. Não dá. E, quando falamos, quando tentamos expressar o que pensamos, alguns companheiros deputados alardeiam que vão romper o acordo. Em um país democrático, em uma sociedade democrática, podemos falar e temos todo o direito de falar à vontade. Mas também devemos ouvir, o que talvez seja uma das virtudes mais belas que existe. Precisamos saber ouvir, é muito importante. Falar também é importante, e, quando uma oposição quer, mesmo falando, e principalmente falando, ajuda muito a governar. Quando quer.

É esse o convite que faço. Já estamos chegando a um ano de eleição, e parece que foi ontem. É normal, caro companheiro Rogério Correia, a eleição ter acontecido ontem, e hoje, quem perdeu, estar descontente e, na ansiedade, na emoção, falar algumas coisas, não aceitar o resultado e nos primeiros dias entrar com pedido de processo. Isso é normal, e aceitamos. Mas passar um ano de processo eleitoral sem aceitar o resultado democrático das urnas, não há como. Não podemos ficar calados. É isso que a sociedade espera de nós.

A sociedade espera que a gente suba à tribuna para discutir os problemas que a afligem. Então, não podemos nos calar diante dessa situação, e é por isso que faço esse desabafo.

Há poucos dias, meu filho Pedro, de 8 anos, me perguntou se o Aécio tinha perdido a eleição para a Dilma no primeiro turno. Sim, meu filho. “Perdeu também no segundo turno?” Sim. “E por que eles não param de falar nisso? Por que não param de falar em *impeachment*, como vejo na televisão, nos jornais e na manifestação?” Diga-se de passagem que, em um País com 100 milhões de negros, não se veem negros na manifestação. Se compararmos as duas manifestações – a dos movimentos sociais e a que se fez para solicitar o golpe -, veremos a diferença estampada nos cartazes. Em um cartaz, o ódio está característico; ali se saliva ódio. No outro, não. Nós questionamos; temos a capacidade de fazer autocrítica e de dizer o que achamos que está errado. Acho, deputada Celise Laviola, que talvez esse seja o ponto que mais dói: aquele que nós mesmos apontamos em nossa autocrítica. Sabemos do momento em que estamos o vivendo. Sabemos que o País está atravessando uma crise, que se iniciou nos bolsões do capitalismo. Aliás, este país só não chegou a essa crise antes porque foi preparado para isso e pensou nos pequenos.

Estão aqui algumas pessoas do Vale do Jequitinhonha, e aproveito para solicitar a elas que, quando alguém da oposição for falar, deixem que fale; não vaiem. Até porque a vaia também é um tipo de manifestação de quem não tem razão e reflete a intolerância que, no dia a dia, está incrustada nas pessoas. Então, solicito a vocês que deixem que falem quando for o momento deles.

Mas, meus amigos, um ano se passou, e não aceitaram o resultado das urnas. Então, meu filho, se você está me escutando neste momento, é isso o que acontece: não aceitam o que o povo decidiu de maneira democrática; não aceitam as conquistas que este país fez. Erramos, sim, mas o que lhes dá ódio não são os erros do PT. Muitos falaram aqui que querem ajudar o governo a governar, que querem ajudar. Não; há muitas pessoas aqui e no País que querem o quanto pior, melhor. Mas muitas pessoas da oposição, com seriedade, são contra esse golpismo que se quer instalar. Logo que cheguei a esta Casa, depois de ver algumas manifestações e ouvir alguns companheiros falarem em golpe, eu ainda ponderava. Mas, o tempo vai passando, e não dá para pensar diferente: é isso o que querem, sim. Então, conclamo toda a sociedade a pensar bem. A presidenta que aí está chegou a esse lugar pelo voto popular; essa presidenta que aí está foi presa para que este país tivesse liberdade. É bom que cada um de nós pense nisso, também vocês do Vale e estudantes de comunicação, que estão aqui. E temos de fazer esse papel no dia a dia, pois essa também é nossa função. Temos de nos perguntar o que eles querem de fato. Será que realmente estão preocupados com a investigação? Será que é realmente com isso que estão preocupados, minha gente? Vamos pensar nisso. Se essa fosse sua preocupação, será que estariam falando tanto o que estão falando por aí? Pensem bem: dinheiro usado por uma determinada empresa para a campanha do Partido dos Trabalhadores é sujo; mas dinheiro usado pela mesma empresa para outro candidato é honesto? Será que conseguiram nas igrejas, nas quermesses; fizeram vaquinha, pediram aos cristãos? Isso é dinheiro limpo, é dinheiro sagrado, mas o que é doado ao PT pela mesma empresa, não?



A presidenta Dilma não foi citada nessa investigação. Existe um presidenciável que foi citado, o mesmo que disse, num deslize, que o partido dele é o maior partido de oposição ao País; o mesmo que disse, após uma convenção, que estava sendo reeleito à presidência da República; o mesmo que, há poucos dias, disse, no Rio de Janeiro “nós, cariocas”; o mesmo que disse que, com certeza, nesses meses após a eleição, fez muito mais voo para o Rio de Janeiro do que para o Estado de Minas Gerais.

Então, Sr. Presidente, não daria para deixar de desabafar esse assunto. Quero tratar de outros assuntos. Vocês tiveram tempo suficiente para xingar este governo. Ainda vou entrar no tema e concederei o aparte, sem problema nenhum. Como pedi ao pessoal, não tenho problema em ouvir. Só entrarei em outros assuntos aqui.

Primeiramente, Sr. Presidente, quero parabenizar Aimorés, que, na próxima sexta-feira, fará 100 anos de emancipação política. Tive a felicidade e o prazer de ser votado nessa cidade onde obtivemos por volta de 1.300 votos. Sou o 2º deputado mais bem votado nessa cidade, que fica próxima ao Espírito Santo. É uma felicidade imensa. Daqui a pouco, estarei deslocando-me até lá para compartilhar e participar com os seus munícipes essa data importantíssima.

Concedo aparte à deputada Celise Laviola, que, acredito, tratará da questão de Aimorés.

A deputada Celise Laviola (em aparte) – Exatamente. Quero parabenizá-lo, Doutor Jean, e dizer que a nossa querida Aimorés está fazendo 100 anos. Estaremos lá. O nosso Vale do Rio Doce tem a nossa princesinha do Vale, a nossa Aimorés, como um município muito especial. É um lugar muito especial, e V. Exa., se tiver oportunidade, poderá, juntamente comigo, ver como as pessoas de lá são receptivas, carinhosas e amáveis. Imagino que são 100 anos de uma cidade realmente iluminada, onde nos sentimos bem, o povo é acolhedor, e onde estou desde que nasci. Acredito que V. Exa., Doutor Jean, não vai querer sair de lá também. Parabéns! Um grande abraço para todo o nosso povo de Aimorés.

O deputado Doutor Jean Freire* – Obrigado, deputada. V. Exa. é majoritária naquela cidade, onde tive a felicidade de ser o 2º colocado. E diria felicidade também de ter V. Exa. como 1ª colocada. Certamente nós dois, juntos, podemos trabalhar também por aquela região, que está ali incluída naquela região dos três vales, os vales irmãos.

Esse é o principal motivo que me trouxe a esta tribuna, tecer alguns comentários sobre a região do Vale do Jequitinhonha, de onde venho, como também é o motivo para essas pessoas estarem aqui hoje.

Sr. Presidente, é sabido por todos que o plantio de eucalipto naquela região a cada dia tem tomado proporções imensas. É uma região que vive com falta d'água. Na verdade, o povo aprendeu a conviver com a falta de água, com a seca. Esse é o palavreado: conviver com a seca. E o plantio de eucalipto vem diminuindo cada dia mais as nossas nascentes. Em algumas cidades temos água para plantio de eucalipto, mas não temos para consumo humano. É o caso, por exemplo, da cidade de Chapada do Norte.

Hoje fizemos uma audiência para tratar do transporte do eucalipto no Vale do Jequitinhonha, no Mucuri. Na semana passada, retornando à região, me deparei com uma manifestação na Comunidade Lelivéldia. Aliás, gostaria de parabenizar as lideranças, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de todas as comunidades aqui presentes. Vieram para esse fim aqui hoje, participar da audiência que fizemos agora pela manhã.

Como dizia, deparei-me com a ocupação naquela via porque um dia antes um jovem migrante foi vitimado. O jovem tinha saído da região para trabalhar, voltou, pagou as contas da família com o dinheiro que tinha recebido fora e comprou uma caixa de bombom para levar para a mãe. Porém, ele não conseguiu chegar até sua mãe – presidente, peço mais 1 minuto para concluir –, ele foi vitimado num acidente por uma carreta que transportava eucalipto. Essa comunidade, de maneira justa, fez aquela manifestação...

Já estou encerrando, Sr. Presidente. Então, a comunidade fez aquela manifestação contra uma empresa que está explorando, sendo que nenhuma riqueza fica ali.

Acho que, de certa maneira, vocês voltam atendidos porque viram que nem autorização aquela empresa tinha para transportar eucalipto ali.

Gostaria de falar mais sobre isso e peço desculpas por ter entrado em outros assuntos, mas o tema era o problema dos eucaliptos. Saibam que continuaremos firmes e combatentes em relação a isso. Muito obrigado.

O deputado João Leite – Muito obrigado, líder democrático, que conduz esta reunião com muita altivez e responsabilidade. Eu queria lamentar, falando diretamente para o meu líder, deputado Gustavo Corrêa. V. Exa. sabe que tem da minha parte o respeito. Confio em V. Exa. Quando V. Exa. me liga e fala que fez determinado acordo, eu e os deputados Dilzon Melo e Antônio Carlos Arantes, todos nós estamos com V. Exa. Apoiaremos e ouviremos V. Exa. sempre. Mas hoje não foi possível aguentar. Depois de feito um acordo, um entendimento, coloca-se uma deputada aqui como hospedeira, para sermos atacados. Eu, deputado Dilzon Melo e deputado Antônio Carlos Arantes sendo chamados de golpistas. V. Exa. não estava presente.

Sabemos, o Brasil sabe que quem está pedindo o *impeachment* da presidenta Dilma é Hélio Bicudo, fundador do PT. Fomos maltratados aqui hoje, chamados de golpistas, por isso minha reação imediata. Eles gostam de dizer que somos golpistas. Fomos atacados. O nosso líder Aécio Neves foi atacado aqui, desrespeitado. Fomos chamados de golpistas, disseram que estamos querendo golpe. Não fomos nós, não. O endereço que esse deputado do PT tem de buscar é o do Dr. Hélio Bicudo. É ele que se envergonha do PT e está pedindo o *impeachment* da presidenta Dilma. Eles gostam de falar, mas fiz o levantamento aqui: o PT fez 23 pedidos de *impeachment* contra o ex-presidente Fernando Cardoso. Foram 23 pedidos de *impeachment*. Era golpe ou era constitucional? É golpe ou constitucional o pedido de Hélio Bicudo? Não fomos nós, não. E fomos atacados aqui, desrespeitados. V. Exa. faz um acordo, e o nós aceitamos. Depois fazem uma jogada ensaiada, colocam uma deputada para não falar, para outro deputado do PT nos atacar? É inaceitável isso. Depois eles não gostam do porquê de não concordarmos com a eleição do Pimentel. Não concordo mesmo. Isto aqui pode ser uma empresa que alugou carro para a campanha do Pimentel? O endereço da empresa é este aqui. Este é o endereço da empresa. Como a gente aceita uma coisa dessa, deputado Wander Borges? Essa empresa recebeu R\$1.000.000,00 da campanha do Pimentel. Olhem aqui a empresa. Que empresa é essa? E fomos tachados aqui de golpistas. Ouviram a fala deles? É assim: “Porque há 100 milhões de negros no Brasil”. Grande parte está em Sabará e vota em Wander Borges. Dizem que contra a Dilma, a favor da saída da Dilma, não há um negro. Dizem que só tem pedido de branco.



Fiz um discurso esta semana contra a CPMF e mostrei ao líder Correia. Coloquei-o no Facebook. Foram alcançadas 376.673 pessoas. Aqui estão os comentários das pessoas, apoiando. Está aqui, 376 mil pessoas alcançadas pelo meu discurso. Então lamento.

Quando há uma vitória, o PT ganhou; quando empatou, é o PT, o PMDB e outros; quando perdeu, é o PSDB, DEM, PTB e PP. “Vocês perderam, vocês são derrotados”. E sobem aqui para falar de Aécio Neves, que é talvez o maior governador da história de Minas Gerais, o homem que ligou 225 cidades mineiras que não eram ligadas, como a minha querida São José do Mantimento. Deputado Dilzon Melo, de São José do Mantimento doente só saía de trator por causa de uma serra lá. E Aécio Neves afastou, fez o programa de combate à pobreza rural. Qual é o defeito dele? Porque Gabriela, filha dele, mora no Rio de Janeiro. Os filhos dele moram no Rio, e ele quer ficar com os filhos. Mas a presidenta Dilma, não, ela é mineira. A presidenta Dilma é mineira, mas mora em Porto Alegre, e a gente respeita isso. Ela tem uma filha e um neto em Porto Alegre. Eles não conseguem respeitar a opção familiar do ex-governador e senador Aécio Neves. Vêm aqui e desrespeitam a figura dele. Não vamos aceitar que ele seja desrespeitado dessa maneira.

Então vamos falar, vamos mostrar como Pimentel foi eleito. Se a Justiça Eleitoral de Minas Gerais não cassar o mandato de Pimentel, nas próximas campanhas, Dilzon, podemos fazer qualquer coisa. Você pode contratar uma empresa que funciona num lote vago, você pode pegar 10 milhões que aparecem no final da campanha, que ninguém sabe de onde veio. Agora nos chamar de golpistas e querer nos calar? Sem chance. Sem chance nenhuma.

Queria, por fim, responder ao deputado que disse que se vencermos vamos vender a Petrobras. Nossa, o que eles fizeram com a Petrobras? Quem vai querer a Petrobras depois do que o PT fez com ela?

O deputado Durval Ângelo* – Deputado Hely Tarquínio, acho que esse não é um clima bom e desejável para o Plenário. Reafirmo que a democracia implica o contraditório. Não há democracia sem o contraditório. O deputado João Leite falou dos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso e dos 21, dos 22 pedidos de CPIs. É interessante porque, na época – não assinei nenhum deles –, o PSDB dizia a mesma coisa, que era golpe, que se tratava de não respeitar a democracia. Se considerarmos só este ano, já existem mais de 10 pedidos de *impeachment* da Dilma, de toda natureza. Não estamos contando os dos anos anteriores. Outros tramitaram e foram arquivados na Câmara. Deve ser o mesmo número.

Acho que o argumento usado numa época não pode ser usado em outra. Se, diante de qualquer coisa que acontecer, diante de um deputado da oposição, a bancada da situação se irritar e achar que é algo genérico, geral, ou vice-versa, pela postura de um deputado da situação, a oposição adotar o mesmo posicionamento, não estaremos pensando na instituição Casa Legislativa. Quero deixar bem claro que o projeto do governo que está aí em redação final cria benefícios para o empresário, que está em recuperação judicial. Atrasar a redação final desse projeto é atrasar a vida de muitas empresas em recuperação judicial.

Estão aí 10 projetos de deputados. Falarei sobre um do presidente da Assembleia. Não quero falar sobre o caso particular do Gustavo Valadares. Ele está dependendo da aprovação do projeto para liberação de uma verba enorme para a cidade. Citarei o do Lafayette de Andrada, que precisa da redação final para uma verba do orçamento federal, que seu pai consignou, a ser liberada para a construção de uma escola.

Acho que não cumprimos o acordo. Não estamos prejudicando um deputado da situação ou da oposição que se excedeu, estamos prejudicando comunidades. Estamos prejudicando gente que precisa de nossa ação legislativa. Nem ficarei no Plenário. A responsabilidade será de quem pedir verificação de quórum. Conceição dos Ouros não terá uma escola. Eu me esqueci agora do nome da cidade do Lafayette de Andrada. Outra escola não será construída lá. Os empresários que estão em recuperação judicial serão prejudicados.

Discursos em diferentes situações, todos fazemos, mas precisamos pensar em qual olhar temos de ter para o bem do povo, qual é o melhor olhar nosso para este Estado. Se pedirmos aqui, hoje, verificação de quórum, quebrando um acordo, prejudicaremos 10 parlamentares que teriam seus projetos aprovados. Dez comunidades serão prejudicadas. No caso do projeto do governador, prejudicaremos empresas que estão precisando da aprovação do projeto, porque benefício não precisa esperar o ano fiscal seguinte.

Não há o princípio da anualidade. Ela precisaria ser efetivada a partir da sanção da lei. Nem vou ficar aqui, porque acho que esse acordo já foi reacordado tantas vezes, e quem pedir verificação de quórum que assuma a responsabilidade de prejudicar o comunitário.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa – Mais uma vez, boa tarde a todas as senhoras deputadas e aos senhores deputados presentes. Quero começar discutindo o parecer de redação final do projeto do governador do Estado de Minas Gerais, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado, deputado João Leite, em favor da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Reafirmo que, em primeiro lugar, os deputados do Bloco Verdade e Coerência foram os primeiros a afirmar à Defensoria Pública que votaríamos favoravelmente a este projeto, por inúmeras razões, mas, sobretudo, pela importância que a Defensoria Pública tem na vida dos cidadãos. A Defensoria Pública dá inúmeros exemplos de democracia, de solidariedade, de igualdade, e procura, normalmente, beneficiar o cidadão mais sofrido, que não tem condições de arcar com os custos de um advogado.

Quero dizer que os deputados do Bloco Verdade e Coerência votaram favoravelmente a este projeto, assim como votaremos favoravelmente ao parecer de redação final. Eu aqui, quando iniciei minha fala, falei dos exemplos, deputado João Leite, que a Defensoria Pública nos dá. É fundamental na democracia a discordância e o contraditório. Os exemplos que a Defensoria Pública dá a cada um de nós são exemplos que recebi dos meus antepassados, de meus avós e de meu pai, que sempre me mostraram, sobretudo, a necessidade de o homem público defender a maior parte da população. Lembro-me de um dos exemplos e venho a esta tribuna de cabeça erguida, olhando nos olhos de V. Exas., e não tenho vergonha de reafirmar o que vou dizer.

Meu avô materno, caboclo simples nascido em Pedra Azul – lamento que o pessoal do Vale do Jequitinhonha já não esteja aqui –, saiu de lá na boleia de um caminhão, chegou a esta Capital e, com muito trabalho – como os defensores públicos têm, e é por isso que votarei favoravelmente ao projeto –, construiu um patrimônio invejável. Volto a dizer, fruto do seu trabalho. Jamais, em tempo algum, ele denegriu a imagem de um cidadão. Ao contrário, sabendo e reconhecendo as dificuldades que enfrentou na sua infância e



adolescência, viu-se na obrigação de disputar um pleito e foi eleito para dois ou três mandatos de deputado federal, para ajudar o povo mais sofrido, como a Defensoria Pública faz.

Lamento por aqueles que não conhecem o outro lado da minha história por parte de pai. Meu avô paterno foi deputado por nove mandatos, foi ministro da Justiça, ministro do Supremo Tribunal Federal, catedrático em mais de cinco matérias. Deputado João Leite, a sua mãe é professora. Quando meu avô chegou a Minas Gerais, não tinha dinheiro para tirar xerox do livro de faculdade, mas teve a hombridade de, certo dia, pedi-lo a seu professor. Era um livro de economia com mais de 200 páginas. Ele o copiou inteiramente à mão, deputado Hely Tarquínio.

Cada parlamentar chega aqui de uma forma. Alguns fazem demagogia, outros defendem determinados interesses, como a Defensoria Pública faz. Nós, do Bloco Verdade e Coerência, votaremos favoráveis ao parecer de redação final do projeto da Defensoria Pública. Mas algumas atitudes causam-nos estranheza. Aí quero ver a hombridade dos homens que aqui estão. Subir à tribuna para dizer que pedir verificação prejudica a vida de mineiros? Quem prejudica a vida de vários mineiros é o governador do Estado, que vai aos órgãos de imprensa, afirma que não tem dinheiro, mente para os mineiros. Como concede reajuste a alguns servidores? Se ele tivesse hombridade – espero que os líderes do governo venham aqui –, diria que tem dinheiro para dar o reajuste. Aí teria o apoio da oposição. Queremos o bem de Minas Gerais. Onde estão os deputados para darem bom exemplo, como ouvi alguém dizer? Eles estão se furtando ao debate. Este parlamentar sobe à tribuna e discute de frente com cada um dos deputados tranquilamente, olhando nos olhos. Não tenho nada a temer na minha vida.

Deputado Sargento Rodrigues, farei um comentário para V. Exa. Meu avô, o ex-deputado Oscar Dias Corrêa, foi o único político brasileiro que renunciou ao seu mandato por não concordar com os problemas políticos que o Brasil enfrentava. Ele teve essa hombridade, não precisou ser cassado, como outros. Tenho muito orgulho do que os meus familiares construíram, porque foi fruto de muito trabalho. Ouvi deputado dizer que fulano tem avião. Se tem avião, conseguiu com o seu dinheiro, seu trabalho, sua labuta, não foi achacar as empresas, como determinado partido tem feito em nosso país, além de ter quebrado e surrupiado a maior empresa brasileira, a Petrobras. Ele não enxerga que a maioria da população é atendida pela Defensoria Pública – é por isso também que votaremos favoravelmente ao projeto. Grande parte da população brasileira está cansada dessa roubalheira. Queremos que as pessoas tenham ombridade, resgatem a dignidade do brasileiro, que está em baixa. Ouvi deputado dizer que não há manifestação. Estamos cansados disso! Estamos cansados de discurso de *marketing*. Quem introduziu o *marketing* no Brasil foi esse partido que está governando Minas Gerais.

Quero aqui, Sr. Presidente, falar da minha indignação. Afirmo, de forma tranquila, que não tenho medo de pressão alguma. Ouvir deputado vir à tribuna dizer que prejudicarei projeto de outro deputado?

Quem prejudica é o governador, que não está governando Minas da forma como tem de governar; que está aumentando imposto e fazendo o contrário do que fez durante a campanha eleitoral; que mentiu aos mineiros, da mesma forma que a presidente Dilma. O secretário de Fazenda diz que não tem dinheiro e concede reajuste ao professor, dá aumento para a defensoria. E se tiver mais aumento para a defensoria, diz: “Daremos e seremos favoráveis”. Mas por que não vai aos órgãos de dentro para dizer que não tem dinheiro? Conceda reajuste a todos os servidores do Estado. Vai preterir os outros em prol da maioria? Governar é a arte de somar, é a arte de atender a todos. Lamento que esse governo, infelizmente, procure beneficiar apenas os seus companheiros políticos.

Caro presidente, fico muito tranquilo, ao ouvir que parlamentar quebrou acordo. Sou homem de palavra e aqui reafirmo que cumpro os compromissos que assumo. Não sou fazedor de demagogia, nunca me furtei das minhas responsabilidades nem das minhas posições. Ando na rua e encaro os que me criticam de cabeça erguida. Se querem me criticar, que o façam. Sei aceitar críticas, não quero que todos concordem comigo. Quero deixar claro, mais uma vez, presidente, que fui o primeiro parlamentar a subir a esta tribuna, tão logo se passaram as eleições. Sei reconhecer a vontade popular, mas tenho a certeza de que essa mesma vontade popular se cansou da roubalheira de determinado partido, do que a presidente da República, seus companheiros e o governador do Estado estão fazendo com Minas Gerais e com o Brasil.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, serei breve, não utilizarei os 10 minutos a que tenho direito no encaminhamento da matéria. Só gostaria de dizer, deputados Gustavo Corrêa e João Leite, que eu me encontrava na cidade de Nanuque fazendo uma audiência pública com a Comissão de Segurança Pública quando tomei conhecimento, porque a assessoria me manteve informado – hoje a tecnologia nos permite isso – por meio do WhatsApp, de que a temperatura do termômetro aqui subiu um pouco para mais, deputado Hely Tarquínio. É uma pena que eu não me encontrasse aqui, porque gosto desses momentos mais acalorados, até porque alguns aqui precisam também ouvir algumas verdades e até para que a base de governo saiba que esses pareceres de redação final estão sendo votados com a compreensão e a benevolência da oposição.

V. Exa. sabe que, regimentalmente, é fácil derrubar o quórum. Presume-se que os deputados da base de governo não estão em Plenário neste momento, e V. Exa. pode se certificar, de plano. Era bom que os deputados, o líder do bloco, especialmente da base de governo, pudessem verificar que há aqui, por parte da oposição, uma benevolência. Ontem o deputado Rogério Correia disse: “Ah, esse discurso de ódio. O golpe”. Eu já disse várias vezes ao deputado que não se trata de ódio, trata-se de indignação do cidadão. A população está indignada. Com o quê? Com a mentira, com a farsa, com a roubalheira desenfreada na Petrobras, porque o dinheiro é público, não é de partido A, B ou C. Existe o partido que está no poder central, que é o arquiteto maior de toda essa situação.

Não é à toa que os membros do partido estão nos postos-chave e que, certamente, permitiram e propiciaram isso. Essa questão, presidente, começou de uma denúncia na Operação Lava Jato e, depois, eclodiu com a questão de Passadina. E a presidenta da República é igualzinha a seu antecessor, nunca soube de nada. O Lula nunca soube da roubalheira do mensalão. Ele nunca soube de nada. Nunca soube da evolução patrimonial do seu filho e a dele mesmo. Ele não sabe de nada, nada, nada. É incrível como esse moço é inocente, como ele é puro. Ele não sabia de nada.

Parece que alguns mais xiitas desse partido não conseguem enxergar um palmo à frente. Olhem, o Vaccari está preso, o Renato Duque está preso, o José Dirceu está preso, e vão vir outros, graças a Deus, e à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal e à Justiça Federal, que estão fazendo um trabalho brilhante. E, se houver outros partidos envolvidos, que eles sejam colocados na cadeia.



“Ah, deputado, o senhor só olha o partido X?” Não, dinheiro público é para ser respeitado por qualquer partido, não é por partido A, B ou C, é qualquer partido. Zelar pela coisa pública não é favor daqueles que estão envergados em cargos públicos, seja através de mandato eletivo ou de concurso público. Todos aqueles que operam, que manipulam, que estão exercendo cargo público devem zelar pela coisa pública. Mas parece que para determinados membros do partido não aconteceu nada.

A Dilma era presidente do Conselho de Administração da Petrobras, quando ministra, e não sabia de nada. Venderam a empresa e tiveram um prejuízo enorme, e ela continua não sabendo de nada. É uma mulher que hoje não tem absolutamente nenhuma condição de continuar presidindo o partido, mentiu deslavadamente na campanha anterior, e suas mentiras estão aí.

Ontem a Sra. Dilma disse: olha, estão querendo dar o golpe; usar a crise para dar golpe é uma versão moderna de golpe. Usar a crise para pedir *impeachment* é uma versão moderna de golpe. Qual crise? Quem fez essa crise? Quem estava na presidência da República? Qual partido? Quem fez a lambança na economia? Quem que protagonizou a roubalheira na Petrobras? Não aparece ninguém? Será que foi gente de Marte, de Plutão? Deve ser, presidente, foram as pessoas de outro mundo. Ninguém meteu a mão no dinheiro da Petrobras. Ninguém. E a crise? “Não tem crise.” Mentiu, aumentou a conta de luz quatro vezes, a gasolina duas, o juro do cartão de crédito explodiu, o juro do cheque especial explodiu, a inflação está em quase dois dígitos, deputado João Leite.

Presidente Hely Tarquínio, trouxe uma entrevista que o deputado João Leite exibiu ontem, então quero pedir ao nosso DJ que deixe o som compatível para a ouvirmos, porque a coisa foi escandalosa. Perdi, deputado João Leite, o vídeo em que ela fala que não sabia de nada. A entrevista que ela deu para a Rede Globo, em 2010, dizendo que é contra a CPMF. Não sei se V. Exa., deputado João Leite, percebeu direitinho quando ela pronuncia CPMF. Essa mulher é tão incompetente, que pronunciou duas vezes CPMS, CPMS, com “s” de sapo.

Presidente, está aí quem falou, mas vem a turma do PT e diz que não, não falou nada disso, não. Mas está gravado, é a entrevista da Rede Globo. Mas eles vão à tribuna e falam que não existiu nada, presidente. Ou todo mundo é idiota, ou todo mundo no País é bobo, ou todo mundo é golpista. Todo mundo é golpista.

Deputado João Leite, se eu estiver equivocado V. Exa. me corrija, mas parece que chamaram o senador Aécio Neves de *playboy*. É óbvio que talvez o jeito de ele conduzir sua vida pessoal incomode a determinadas pessoas. Mas eu preferiria ter um *playboy* competente para administrar o País, que mostrou isso tudo na campanha e apontou tudo o que aconteceria durante os debates, a ter pessoas que não são *playboys*, mas estão roubando o dinheiro público escandalosamente. Se pudesse falar que esse é *playboy*, mas é competente, administra bem a coisa pública, preferiria ele a ter a quadrilha que se instalou no poder central. E sabemos quem comanda a quadrilha, e essa também não sabe de nada, presidente. O dinheiro sujo, criminoso foi para a campanha, mas isso não é golpe. Desviar dinheiro da Petrobras, de propina, para a campanha não é golpe. E vão àquela tribuna e deitam falação de que não roubou, não desviou. Mas cada hora tem um indiciado e denunciado, e Sérgio Moro está fazendo um belíssimo trabalho com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal.

Presidente, quero agradecer e dizer à Defensoria Pública, malgrado não conseguirmos falar com a defensora pública-geral, que votaremos favoravelmente. Ontem e hoje, apesar de não conseguirmos falar com a defensora pública-geral. Todas as vezes que ligamos para ela, não conseguimos falar. Quero falar a ela que estamos aqui para votar a peça orçamentária para dar melhores condições à Defensoria Pública.

O deputado Gustavo Corrêa – Boa tarde a todos os senhores e senhoras. Cumprimento mais uma vez o presidente desta reunião, deputado Hely Tarquínio, um grande amigo e conselheiro que, nos momentos de maior agonia, sempre tem uma palavra de tranquilidade, em que prevalecem o bom senso e a prudência.

Subo a esta tribuna mais uma vez, caros colegas, para discutir o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei ° 2.544/2015, do governador do Estado, que dispõe sobre o parcelamento de créditos estaduais, tributários e não tributários, dos quais sejam devedoras empresas em processo de recuperação judicial.

Antes de subir a esta tribuna, deputados João Leite e Agostinho Patrus Filho, ouvi atentamente determinado parlamentar afirmar que inúmeras empresas seriam prejudicadas com o pedido de verificação da redação final desse projeto, com o que concordo plenamente. Mas, antes de fazer essa afirmação, deputado Sargento Rodrigues, determinados parlamentares deveriam voltar no tempo e se lembrar de outubro do ano passado, quando se utilizaram de todos os mecanismos, deputado Hely Tarquínio, para impedir a tramitação de projeto semelhante a esse. Naquele momento, o então governador Alberto Pinto Coelho havia encaminhado a esta Casa um projeto que, no fundo, tinha a mesma consistência do que ora discutimos. Mas, naquele momento, já vitoriosos nas eleições – como foi vontade da maioria dos mineiros, o que sabemos respeitar –, não pensaram no crescimento ou no desenvolvimento do Estado. Imaginavam e afirmavam categoricamente desta tribuna que o projeto, deputado João Leite, beneficiava amigos do governo de então. Mas, deputado Dilzon Melo, volto a pergunta aos hoje deputados da base governista: a quais amigos esse projeto vai beneficiar? Mantemos a nossa linha de coerência, e todos os projetos que forem bons para Minas Gerais terão o apoio dos deputados do bloco de oposição. Por isso, votamos favoravelmente a esse projeto, já que entendemos que ele será de extrema importância para várias empresas mineiras.

Mas, aproveitando que falamos de empresas, deputado Sargento Rodrigues, também falaram aqui, o que ouvi atentamente, que eu, como parlamentar, deveria sempre dar o bom exemplo. Mas reafirmo o que já disse: bons exemplos, felizmente, tive dentro da minha casa, dos meus avós e dos meus pais, homens e mulheres íntegros, que trabalharam por Minas e pelo Brasil. Se deixaram algo acima de qualquer poder financeiro foi dar educação aos filhos para que cada um deles soubesse respeitar o próximo. Jamais este parlamentar vai subir a esta tribuna para fazer qualquer tipo de ofensa pessoal. Debato e debatarei sempre no campo das ideias. Democracia é isso, sim; é saber ganhar e saber perder.

Aproveito para repetir o que já disse inúmeras vezes: fui o primeiro parlamentar a subir nesta tribuna para reconhecer a vitória do atual governador, ao contrário de outros tantos que, durante 12 anos, subiram a esta tribuna apenas para fazer críticas pessoais e não enxergaram as realizações e conquistas do governo passado; que queriam apenas denegrir a imagem pessoal do grande líder e, falo de cabeça erguida, o maior governador de Minas Gerais, o hoje senador Aécio Neves. Tenho orgulho de ter feito parte daquele governo,



que defendi, sim, e continuo defendendo. Quando governo, eu sabia ouvir as críticas que eram feitas aqui e respeitar as diferenças. Hoje, estou no papel de oposição, papel que me foi dado pelos mineiros. Foram os mineiros que me colocaram na oposição. Aliás, tenho certeza de que esses mineiros que foram derrotados hoje se tornaram maioria, como a maioria dos brasileiros, que está cansada da roubalheira que o partido da presidente da República fez em nosso país.

Partido esse que comprou as eleições com dinheiro sujo sim, porque o dinheiro honesto, deputado Agostinho Patrus Filho... Farei uma confidência, deputado João Leite, que poucos deputados possivelmente teriam coragem de fazê-la nesta tribuna. Reafirmo que assumo os meus atos. Possivelmente poucos parlamentares tiveram a ajuda de empresas como este parlamentar teve. Todas as empresas que batiam à porta fizeram doações legais à minha campanha. Podem ver na minha prestação de contas que fui um dos candidatos que mais gastou sim, mas todos os empresários diziam: “Em você acreditamos. Não acreditamos mais no partido que hoje governa o Brasil”. Partido que, para obter recursos financeiros, achacava as pessoas. Recebi recursos das empresas porque elas acreditavam que este parlamentar poderia mudar a vida de vários mineiros. Tenho certeza de que continuarei recebendo.

No entanto, o PT, esse sim, deputado João Leite, quer dar um golpe na democracia e impedir que o STF permita que as empresas doem. Sabe por quê? Porque os cofres daquele partido estão abarrotados de dólares; achacaram as empresas. Para ter contrato na Petrobras até o vendedor de café tem de dar comissão. O brasileiro está cansado de corrupção. Prova disso...

Espero que esses parlamentares que defendem a presidente da República assumam e vejam. Ouvi atentamente um deputado que subiu a esta tribuna dizer que a maior virtude do homem era saber ouvir. Penso que, além de ouvir, deputado João Leite, a maior virtude do homem é saber enxergar. Olhem as pesquisas populares, as manifestações nas ruas e se os brasileiros estão satisfeitos com o que este governo tem feito. Uma presidente da República que, no Congresso, não tem maioria na sua base e quer criar mais impostos para o brasileiro. Além disso, deputado Dilzon Melo, não conseguiu aglutinar os deputados da sua base para aprovar as medidas que ali foram encaminhadas.

O brasileiro quer ver a presidente da República cortar os ministérios e exatamente um governo austero, que pare de pôr os seus afiliados partidários em cargos públicos. Onde estão aqueles que criticavam? O governo que mais agraciou os seus cargos foi o atual. Deputado Agostinho Patrus Filho, foi o maior caso da história brasileira. Quem mais criou cargos em comissão para atender seus companheiros políticos foi o atual governo, da mesma forma o governador, que agora quer ajudar as empresas. Afirmo, nos órgãos de imprensa, que reduziu a máquina pública. Mentira, balela. Tenho como comprovar isso, porque foi o governo quem me respondeu que economizou apenas 0,27%, e não 20% como estão dizendo na imprensa. O brasileiro, o mineiro está cansado de mentira deste governo, que, infelizmente, quer dar um golpe na democracia e não quer aceitar as manifestações populares – e não as aceita.

Não tive a oportunidade nem de um aparte, deputado Gustavo Valadares. Não quiserem me conceder nem um aparte para dizer, deputado João Leite, que quem pediu o *impeachment* da presidente da República, como V. Exa. reafirmou inúmeras vezes aqui, foi o ex-deputado e jurista Hélio Bicudo, junto ao Sr. Miguel Reale Júnior. Eles tinham a seu lado, ou melhor, o apoio, em 1992, do PT para fazer o *impeachment* do presidente Collor. Isso mostra, deputados João Leite e Gustavo Valadares, a incoerência desse partido, que, no passado, deu um golpe na democracia, quando retirou o primeiro presidente eleito pelo voto popular, depois do regime militar – Fernando Collor -, acusando-o de ladrão, corrupto e por aí afora. Hoje o presidente Fernando Collor é quem está ao lado deles para exatamente ajudar a organizar a roubalheira que foi feita na Petrobras.

Quero aqui dizer que os deputados do Bloco Verdade e Coerência, mais uma vez, não prejudicam a vida de nenhum mineiro, de nenhum brasileiro, porque estamos permitindo que os projetos sérios sejam aprovados nesta Casa.

Encerra-se a discussão. Para encaminhar, com a palavra o deputado Dilzon Melo.

O deputado Dilzon Melo – Bem, meus amigos, sou de usar muito pouco a tribuna, mas não poderia deixar de mostrar aqui toda a minha indignação diante de tanta asneira que ouvi nesta tarde, neste Plenário. Não poderia deixar passar em branco. Aliás, citarei de início um adágio popular. Em criança, quando se ouvia muita bobagem de um companheiro ou de um adversário, dizíamos que era preferível ouvir que ser surdo. Como não sou surdo, ouvi um monte de asneira de deputados que fazem parte desse desgoverno, tanto do Estado de Minas Gerais quanto do governo federal.

Inclusive, o deputado leu aqui diversos nomes de deputados que estavam assinando um abaixo-assinado em apoio à presidente para que não houvesse *impeachment*. Quero dizer aqui aos nossos telespectadores que uma presidente, legalmente eleita e que necessita de abaixo-assinado para mantê-la no Poder, já acabou faz tempo. Ela não tem estrutura, não tem condição moral, não tem condição alguma de sustentabilidade para pedir apoio de meia dúzia de deputados. E mais ainda, se eu estivesse no lugar desses que assinaram, teria vergonha, porque foram eles os responsáveis por essa malandragem toda, por essa sacanagem toda que estão fazendo com os brasileiros. Foram eles que votaram nela, foram eles que deram sustentação a ela e, agora, certamente arrependidos do que fizeram, vêm se manifestar publicamente em um abaixo-assinado. Deveriam se envergonhar ou, pelo menos, vir a público se penitenciar com todos os brasileiros diante de tantas falcatruas que eles mesmos estão observando. Quer dizer, não sei se chega a tanto essa vergonha ou se a vergonha é só dos 93% dos brasileiros que hoje não aprovam o governo desta presidente, que não tem sustentação. Foi eleita por um movimento democrático, mas esse mesmo movimento democrático, com 93% de rejeição, também deveria pedir para que ela tivesse vergonha e saísse. Mas não tem. Isso seria a alegria de todos os brasileiros.

Ora, meus amigos, querem atribuir aos partidos hoje de oposição, nesta Assembleia, no Estado de Minas Gerais, a responsabilidade por esse *impeachment*. Não me envergonho de dizer que assinaria pedindo o *impeachment*, porque a gente só pede *impeachment* de quem não presta, de quem não está fazendo alguma coisa que nos engrandece. Se eu estivesse bem acompanhado, com uma pessoa de bem, com uma pessoa que nos orgulha andar juntos, não assinaria nenhum pedido de *impeachment*. Mas como ela está envergonhando o brasileiro, temos de assinar esse pedido. Além disso, antes ouvir do que ser surdo. Mas, o deputado chegar aqui e falar que já se passou um ano de governo, e estamos falando novamente nas eleições! Deveria, então, ter um pouco mais de consciência e dizer: aceitamos que com 30, 60 dias um governo não faça nada, mas, depois de um ano de governo não fazer nada é uma baita falta de vergonha, baita falta de compromisso com os mineiros e com os brasileiros.



E mais: muito me indigna muito ouvir aqui de deputado que, querendo o *impeachment* e derrubar a presidente, queremos implantar a anarquia. Mas que anarquia? Mais do que a que está no governo? Uma roubalheira desenfreada, que ninguém mais quer ser acionista da Petrobras. E o que não prestava há pouco tempo, que era a privatização, agora virou moeda de troca deste governo, porque as privatizações feitas pelo presidente Fernando Henrique servem hoje de exemplo para todo o Brasil. E eles estão querendo privatizar tudo, sem nenhuma consistência, sem nenhuma estrutura, como as rodovias, como agora os portos e os aeroportos. Privatizando tudo e dando a demonstração cabal de que não têm competência para administrar nada.

Ora, meus amigos, deveriam envergonhar-se de vir a público fazer acusações de golpismo. Golpismo é quem rouba o trabalhador. E quem está roubando mais o trabalhador do que esta presidente? Tiraram deles todos os direitos adquiridos desde o tempo de Getúlio Vargas, consolidados por outros presidentes, que lhes deram muitos direitos. E o PT está retirando esses direitos. Acabaram com o Minha Casa Minha Vida; acabaram com a cesta básica que deram para os mais humildes e o Bolsa Família; acabaram com o Pronatec. E vêm dizer aqui que o Pronatec é exemplo? Exemplo de safadeza, para ganhar eleição, falcatura. Disso pode ser exemplo, sim. Quero falar do exemplo do Fies, que acabou com os sonhos dos alunos de 3º grau. Havia 752 mil contratos, que foram reduzidos para 250 mil, deixando 500 mil alunos na rua da amargura, sem poderem completar o 3º grau. Isso é que é vergonhoso. E essa vergonha parece que está passando para Minas Gerais, porque as propostas ou as “despropostas” de governo agora estão caminhando por aí, sob o nome de fórum regional. Mais um golpe, meu amigo deputado Bonifácio Mourão, do João sem braço. Sabemos que toda comissão composta de 5, 10 pessoas não resolve nada, e agora resolveram fazer comissões regionais de 500 pessoas, para resolver menos ainda. Sabe a que nos cheira isso, deputado Bonifácio Mourão? Orçamento Participativo multiplicado na safadeza, que nunca foi cumprido pelo PT, agora sendo oficializado pelo governo do Estado sob o nome de fórum regional. Resolver o quê, se não conseguem resolver o mínimo necessário, que é manter os hospitais regionais, manter os hospitais filantrópicos? Vão querer estabelecer prioridade para atender 200 municípios numa só região. É brincadeira. Vai contar isso para preso, para boi dormir, porque isso é mais uma das tantas mentiras que eles são capazes de fazer.

A minha indignação é tanta, porque aqui nesta Casa e neste Plenário todo acordo que se faz com a situação não é cumprido, e o bloco da oposição se vê obrigado também a romper os compromissos, porque deixam um ou dois deputados falastrões, que gostam de aparecer, ligados a mentiras e a listas falsas, vir aqui atrapalhar os acordos que foram feitos.

Essa é a minha indignação. Como presidente do PTB, quero dizer, alto e bom som, que estou muito satisfeito no lugar em que estou, que é contra o governo do Estado, contra o desgoverno do governo federal, porque não teríamos condições de caminhar juntos, pois não me alinho a mentira, não me alinho a falcatura, não me alinho inclusive a esses Ali Babás que há no governo federal, para que o governo possa demonstrar toda a sua pujança. Por isso é que faço aqui parte do bloco da oposição. Para mostrar, com a nossa contribuição, o que Minas fará em favor deste Estado.

Portanto, meus amigos, fica demonstrada a minha insatisfação. Que venham os deputados do PT aqui para dizer verdades, o que foi feito e construído por este governo. Como não têm nada a fazer, a falar e a demonstrar, vêm tecer comentários desairosos sobre o nosso líder Aécio Neves e nosso grande governador Anastasia, por questões pessoais, de ciúme. Nunca vi como têm ciúme de homem nessa situação do governo. Eles são ciumentos por excelência. A gente tem de ter ciúme é da mulher da gente, que a gente cuida em casa, mas, com ciúme de homem, você tem de ficar muito preocupado. Aqui, nesta Casa, isso tem sido demonstrado a cada dia.

O meu recado ao governador Fernando Pimentel: em vez de ficar mandando aqui esses bate-paus para falar bobagens e mentiras, apresente plano de governo, mostre a ajuda que os prefeitos estão precisando no interior, ajude a socorrer os hospitais que estão quebrando, comprometa-se e pague as emendas empenhadas do orçamento passado, inclusive as dos parlamentares, ajude aqueles do PT que estão aí morrendo à míngua.

Falo uma coisa, Bonifácio: está ruim para nós, que somos da oposição? Está muito ruim, mas está muito pior para eles, porque eles têm governo e não têm a quem defender. Encerro a minha fala mostrando a indignação e pedindo que eles comecem a governar já e a falar menos mentira já.

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos vindo da reunião da Comissão de Constituição e Justiça, que durou 2 horas. Lá estávamos na companhia dos deputados Gustavo Valadares e Antônio Jorge. Debates intensamente as questões do aumento de impostos e desse indigitado conselho. Estamos vindo de lá. Procuramos fazer de tudo, procuramos argumentar de todas as formas, mas fomos vencidos na votação. Votamos contra, mas fomos vencidos. Por que fizemos essa discussão?

Vamos começar pelo aumento de impostos. Esse aumento de impostos não se justifica. Não se justifica por quê? Porque o governo do Estado de Minas Gerais – é a presunção que temos – já pegou R\$6.000.000.000,00 dos depósitos judiciais. Já pegou por quê? Porque o Banco do Brasil já assinou contrato com o governo do Estado, que imediatamente publicou no *Minas Gerais*, deputados João Leite e Dilzon Melo, uma página só. Nunca vi o *Minas Gerais* circulando com uma página só. Mas circulou. Publicou, no dia seguinte, a assinatura do contrato do Banco do Brasil, governo do Estado de Minas Gerais e Tribunal de Justiça. Assim que foi publicado, produziu seus jurídicos e legais efeitos. Então a dedução é que o governo de Minas já está com o caixa cheio. O volume de dinheiro de transferência dos depósitos judiciais é de R\$6.000.000.000,00. Esse é o primeiro motivo para não aumentar impostos em Minas Gerais. Já voaram no dinheiro do cidadão, que não tem nada a ver. O cidadão que foi buscar a defesa dos seus direitos na Justiça, visando alcançá-lo, não vai conseguir. Por que não vai conseguir? Porque, ao terminar a demanda, o governo já pegou o dinheiro.

Vem aí o grande problema, Sr. Presidente. Qual é o problema maior? O Estado, agora, com os depósitos judiciais, vai torcer para que a Justiça seja cada vez mais morosa, ande cada vez mais devagar.

Quanto mais devagar a Justiça andar, quanto mais devagar for a tramitação do processo, mais tempo o Estado ficará com o dinheiro. É evidente. Todo aquele trabalho que o Poder Judiciário tem feito para agilizar o Judiciário irá por água abaixo em Minas Gerais porque o governo de Minas trabalhará para que o Judiciário esteja cada vez mais moroso.



A questão não é só essa. Estou dizendo que não precisava aumentar impostos, porque R\$6.000.000.000,00 já estão no caixa do governo, que assinou contrato com o Banco do Brasil. Não precisava. O governo alega que está aumentando impostos só em relação às bebidas, aos cigarros, aos produtos de beleza e assim por diante. Ele se esquece de que essas áreas também geram emprego. O desemprego está subindo cada vez mais. Ele chega a números alarmantes e assustadores, mas vem o governo, aumentando impostos e gerando desemprego em razão disso. Por isso estamos argumentando, companheiros Gustavo Valadares e Antônio Jorge. Estamos mostrando, cada vez mais, o absurdo desses aumentos.

Mas não para aí. Entramos no terreno dos conselhos. Estão criando um conselho, deputado João Leite. O deputado Dilzon Melo falou que serão 500 figurantes. Não, deputado Dilzon Melo, serão cerca de dois mil figurantes. Esse conselho terá cerca de dois mil figurantes. Será consultivo e deliberativo. Tive oportunidade de ler agora, na Comissão de Constituição e Justiça, a lei de composição desse conselho. Podem fazer a conta. O Mineirão será necessário para a reunião desse conselho. E tem mais: esse conselho não decidirá nada. Ele foi criado para não decidir nada. Ele foi criado por uma medida demagógica para satisfazer compadres do partido do PT. Com certeza, foi criado com essa finalidade, foi criado para se conseguir o título de conselheiro para companheiros.

Deputado Gustavo Valadares, isso não é bastante. V. Exa. se lembra de que falamos também que o conselho não é remunerado, mas, para deslocar milhares de conselheiros do interior, o Estado paga as passagens e as hospedagens. Aí é que está o problema. Eles vêm, em viagem de turismo, para não decidir nada, às custas do governo do Estado. No fundo, às custas de vocês, cidadãos mineiros que estão nos acompanhando agora. Vocês pagam essa mordomia que está sendo criada pelo governo Pimentel do PT. E pagarão mais ainda, já que os impostos estão sendo aumentados. É isso que está acontecendo.

Mas não para por aí. Qual a razão maior desse conselho? Ela está nos bastidores. Esse é um ensaio para a criação dos conselhos populares, aqueles de Cuba, da Venezuela, da Soviet Supreme, da Bolívia, da Argentina dos Kirchner, etc. É isso que estão querendo.

O que fizemos? Conseguimos impedir a votação na Comissão de Constituição e Justiça. Nós nos retiramos. Não acreditamos que os deputados do PMDB e principalmente os do Bloco Independente votarão favoravelmente à criação desse conselho. Estou falando isso diante do deputado Agostinho Patrus. Não é possível aprovarmos um conselho que diminuirá cada vez mais os poderes, as atribuições de deputados e de vereadores, enfim, do Poder Legislativo de um modo geral. O PT está querendo, cada vez mais, fortalecer esses conselhos para, por meio deles, manobrar tudo que queira ver realizado. Temos de reagir contra essa criação, como o Congresso Nacional reagiu. O PMDB, em âmbito nacional, votou contra a criação desse conselho. Sei que, aqui na Assembleia, não deixaremos isso ocorrer também. Um conselho com cerca de mil e quinhentas a duas mil pessoas é claro que foi criado para não funcionar. Não tem objetivo. Dizia Tancredo Neves, com muita razão: “Se quer que uma situação não se resolva, crie um conselho, crie uma comissão. Aí nada se resolve”.

Quero voltar ao aumento dos impostos. Quando o governador Aécio Neves, hoje o grande senador Aécio Neves, assumiu o governo em 2003, havia um débito fiscal, havia um débito orçamentário de R\$2.400.000.000,00 anuais. O que fez o então governador Aécio Neves? Criou mais secretarias, como fez o governador Pimentel do PT? Mais três? Eles nomeou mais 50 cargos comissionados, todos com altos salários? Não.

O governador Aécio Neves criou mais três secretarias, como fez o governador Pimentel do PT? Ele nomeou mais 50 cargos comissionados, todos com altos salários? Não. O governador Aécio Neves, em 2003, assumiu o poder com todas as suas dificuldades e começou cortando seu próprio salário e os dos secretários em cerca de 40%. Ele reduziu os cargos de um modo geral. Vale dizer que o governador Aécio Neves começou cortando, na carne: começou o trabalho com o Choque de Gestão, continuou com o Estado para Resultados e, a seguir, passou para o Gestão para a Cidadania. Por isso seu governo, o governo do grande senador Aécio Neves, teve 51 milhões de votos para presidente da República. Ele hoje entra em qualquer repartição e é aplaudido de pé. Em qualquer lugar aonde vai, mesmo de avião, ele é aplaudido, enquanto com a presidente Dilma Rousseff, do PT, acontece exatamente o contrário. Ela não tem a menor condição da falar em público.

Ninguém no Brasil mais usa, sequer, o adesivo da Dilma. Ela é que tinha de usar, porque é presidente da República. E se vê a vontade do povo em favor do Aécio Neves, que perdeu as eleições para presidente da República, mas por quê? Porque Aécio Neves fez um grande governo em Minas Gerais. Ele foi elogiado pelo Banco Mundial através de sua diretora no Brasil, Deborah Wetzel. Ela é diretora do Banco Mundial no Brasil. O governo de Minas com Aécio Neves, com Anastasia e com Alberto Pinto Coelho serviu de referência para outros estados brasileiros e para países da América Latina e de outros continentes.

Da mesma forma, o Banco Interamericano, através de Pedro Faria, diretor especializado em análises de procedimentos dos Estados, de um modo geral, elogiou e disse que esse governo serviu de referência e que eles iriam, com certeza, levar a referência de Minas Gerais para outros governos. Por que isso? Porque foram governos trabalhadores, governos que enxugaram as máquinas, governos honrados e honestos.

E agora temos o PT que não faz nada. A única coisa que ele faz é tentar denegrir a imagem de Aécio Neves e das pessoas que estão crescendo com ele, que estão subindo as escadas para a alegria do povo brasileiro, para tirar o Brasil dessa situação crítica e caótica em que se encontra. E Aécio assumirá futuramente a presidência da República.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares* – Deputado Hely Tarquínio, vice-presidente desta Casa, hoje presidindo esta reunião, deputados João Leite, Mourão e Gustavo Corrêa, boa tarde. O deputado Mourão já antecipou que não participamos deste debate acalorado, durante as últimas horas aqui em Plenário, porque estivemos, eu, ele e o deputado Antônio Jorge, na Comissão de Constituição e Justiça, tentando, ao máximo, com nossos budoques e espingardas de chumbinho barrar a tramitação do Projeto de Lei nº 2.817, que trata da majoração ou do aumento de impostos, em especial, do ICMS, principal imposto estadual, por parte do governador do Estado. Este nós conseguimos segurar: o projeto nº 2.828, que não cria, porque já existia esse Conselho de Desenvolvimento Econômico, se não me engano, mas amplia sua participação para centenas de entidades, de figuras, nos quatro cantos deste estado. Fizemos isso deixando claro que o que esse conselho vai resolver é absolutamente nada; que precisamos, na verdade, em Minas Gerais, enquanto o PT estiver à frente do governo do Estado, é de um inseticida para matar conselho.

Esse povo do PT gosta de criar conselho, como diz o deputado Bonifácio Mourão, sustentado, bancado com dinheiro público, para não resolver nada, apenas para juntar a companheirada, tomar um café e discutir o próximo passo, a próxima lambança à frente do governo. Conseguimos barrar, pelo menos temporariamente, a continuidade da tramitação do projeto de reformulação do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Quanto à majoração do ICMS, infelizmente não foi possível, passou na Comissão de Constituição e Justiça depois de 2 horas de muito debate. O rolo compressor do governo agiu. Para quem ainda não sabe, o governador Fernando Pimentel defende a volta da CPMF. Não sei se os senhores leram o jornal *O Globo*, de hoje, onde o senhor governador aparece chique, ao lado do presidente do Senado Renan Calheiros, do governador do Rio de Janeiro e de outro governador. Ele sustentava o seu posicionamento, como se fosse o mesmo posicionamento dos mineiros, mas não é. Como porta-voz dos mineiros, ele deveria ser contrário à volta da CPMF. Mas, como é companheiro da presidente Dilma, como é colega do Partido dos Trabalhadores, que está quase acabando, ele foi lá defendê-la. Como se isso não bastasse, agora quer recriar essa contribuição em âmbito nacional e aumentar impostos em âmbito estadual. Ele vai aumentar o ICMS da energia elétrica. Durante os últimos 12 anos, ele e seus colegas do Partido dos Trabalhadores combateram essa medida aqui, desta tribuna, dizendo que a energia de Minas era a mais cara do Brasil, porque o ICMS cobrado pelo governo dos tucanos era o mais alto já cobrado. No último debate da *O Globo* antes das eleições do dia 6 de outubro, na quinta-feira antes das eleições de domingo, ele disse de forma clara, por duas vezes: “vou diminuir o ICMS incidente sobre a energia elétrica no Estado de Minas Gerais para baratear a conta”. Foi isso o que propôs enquanto candidato. Passada a eleição, o PT da presidente Dilma, com ajuda do senhor governador Fernando Pimentel, aumentou o custo da energia em mais de 50% para os consumidores residenciais. Não satisfeito, ele agora aumenta o ICMS dos estabelecimentos comerciais de 18% para 25%. Quer arrecadar mais para bancar as lambanças promovidas em apenas seis meses do governo do PT em Minas; quer que a população mineira, os pequenos, médios e grandes empresários paguem a conta da lambança do PT à frente da administração estadual. Pasmem as senhoras e os senhores: não apenas os empresários pagarão a conta! Os hospitais filantrópicos também pagarão. Através de regulamentação, a Aneel inclui esses hospitais na relação de estabelecimentos comerciais. Ele quer então que as santas casas de misericórdia de Minas Gerais, dentre elas a de Belo Horizonte, com todas as dificuldades que já enfrenta, paguem, com majoração do ICMS sobre a energia elétrica, a conta da lambança do PT à frente do governo de Minas. Quer que os hospitais do interior, como o de Governador Valadares e Juiz de Fora – faça uma homenagem à terra do nosso companheiro de trincheira e ex-secretário de Saúde, Antônio Jorge –, paguem a conta da lambança do governo do PT em Minas.

Estou vendo um senhor, na galeria, com um celular na mão. Ele quer que o senhor pague a conta da lambança do governo do PT em Minas. Sabe por quê? Porque, não satisfeito em aumentar o ICMS da energia elétrica dos estabelecimentos comerciais de 18% para 25%, ele está aumentando de 25% para 27% o ICMS de serviços de telecomunicação, que inclui esse telefone que o senhor está segurando na mão agora, que inclui o pagamento que o senhor faz, tenho certeza, na sua casa para o provedor da internet, que inclui o pagamento que o senhor faz para o telefone fixo que o senhor tem em sua residência. O dinheiro que está no bolso do senhor ele quer tomar para pagar a lambança, para pagar o inchaço da máquina pública, para pagar aquilo que ele construiu.

Disse ele que Minas estava quebrada quando assumiu o governo. Esse foi o discurso dele do dia 2 ou 3 de janeiro. Na mesma semana, ele encaminhou à Assembleia Legislativa, em regime de urgência, um projeto de reforma administrativa. Quando mandou o projeto, disse: “Vamos sanear o Estado, gastar menos com o Estado para gastar mais com o cidadão”. Esse discurso nós fizemos à frente do governo quando aplicamos o choque de gestão, em 2003, na nossa reforma administrativa, a dos tucanos, que diminuiu a máquina pública do Estado, diminuiu o número de secretarias. O que fez o Pimentel? Dizendo que diminuiria, aumentou de 17 para 21 secretarias; dizendo que cortaria cargos comissionados, não os cortou, tirou da secretaria A para levar para a secretaria B, tirou da secretaria C para levar para a D; dizendo que estava cortando, não cortou. Mais do que isso, dizendo ser o governador de um Estado quebrado, propôs à Assembleia Legislativa um aumento de salário dos servidores da área de educação. E aqui faço um parêntese: não que não fosse justo. Justíssimo é, muito mais até do que recebem hoje. Mas, se estivéssemos quebrados, não proporia ele um aumento como propôs e aprovou na Assembleia Legislativa, aumento que terá um impacto nas contas do Estado de R\$13.000.000.000,00 até 2018, de R\$1.000.000.000,00 apenas para o restante de 2015, de R\$3.000.000.000,00 apenas para 2016. Ora, se o Estado estava quebrado quando assumiu, por qual razão V. Exa., Sr. Governador, trouxe a esta Casa e aprovou, a toque de caixa, numa celeridade tremenda, até com sua presença aqui para sanção, numa festa danada, como se fosse o salvador da Pátria, um projeto que traz um impacto de R\$13.000.000.000,00 nas contas do Estado? É para resolver agora essa lambança – já vou terminar, tenho 1 minuto ainda – que ele foi atrás do dinheiro dos particulares no fundo do Judiciário. Para aqueles que ainda não sabem, o dinheiro dos depósitos judiciais, quando duas pessoas estão frente a uma demanda judicial e têm de depositar um dinheiro em juízo enquanto a ação não chega ao fim. Esse dinheiro estava lá depositado. Somam-se a isso em torno de R\$8.000.000.000,00 que estão guardados na Justiça do Estado de Minas Gerais para esse fim, para pagar essas ações. Dinheiro depositado entre particulares. Sabe o que fez o governador? Aprovou nesta Casa, com nosso voto contrário, com o voto contrário da oposição, um projeto que tomou R\$6.000.000.000,00 dos R\$8.000.000.000,00 desse dinheiro dos particulares para pagar a lambança. Mais do que isso, vendo que os R\$6.000.000.000,00 não resolveriam o problema até o final do ano, porque a lambança que provocou em pouco mais de seis meses foi gigantesca, ele agora propõe um aumento de imposto. Vejam as senhoras e os senhores, pior do que Dilma – estou terminando, presidente -, que teve a cara de pau de propor a volta da CPMF com um prazo definido – disse ela que era só por quatro anos, agora está negociando para que sejam dois. O senhor governador Fernando Pimentel propõe a majoração do ICMS de vários produtos, até – quem é pescador aqui – de produtos de pesca. Aqueles que gostam de sair à noite e usar um perfume, perfume também. Fora a energia elétrica e as telecomunicações. Ele está propondo isso sem prazo definido para acabar. Pior do que a Dilma. Se é que isso seria possível acontecer, em Minas aconteceu. Temos um governante que é pior do que a presidenta da República, que tem uma aprovação de apenas 7%.

É por essa razão que estaremos aqui vigilantes para que esse projeto não seja aprovado.

* – Sem revisão do orador.

**75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 22/9/2015**

O deputado Duarte Bechir – Na pessoa do senhor presidente, deputado Hely Tarquínio, saúdo os demais pares da Mesa; o deputado Sargento Rodrigues; o deputado Cabo Júlio; o deputado Pimenta; o deputado Inácio Franco, que está aqui conosco; toda a gente querida de Minas Gerais.

Na qualidade de presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, quero dirigir, especialmente, na tarde de hoje, uma fala em comemoração ao dia de ontem, dia 21 de setembro, em que foi celebrado o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.

Senhoras e senhores, escolhida pela proximidade com a primavera, numa alusão ao florescimento das reivindicações de cidadania e participação plena em igualdade de condições, a data foi oficializada através da Lei Federal nº 11.133, de julho de 2005. No entanto, o dia 21 de setembro vem sendo lembrado como o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência desde 1982, quando foi indicado pelo próprio movimento organizado das pessoas com deficiência, sendo tradicionalmente marcado por manifestações, atos públicos, passeatas e outros eventos, para conscientizar a sociedade sobre as dificuldades e potencialidades desses cidadãos, assim como para denunciar a carência de políticas públicas adequadas e o desrespeito aos direitos desse segmento social.

O início da década de 1980, no século passado, ainda era um período de acentuada marginalização e de reconhecida ausência de políticas públicas em favor da pessoa com deficiência, reflexo de concepções equivocadas, que se estenderam ao longo das civilizações, em que a exclusão e a segregação constituíam as únicas opções disponíveis. Senhoras e senhores deputados, felizmente, podemos hoje destacar consideráveis avanços, mencionando como marco a Constituição Federal de 1988, na qual os direitos da pessoa com deficiência estão garantidos e cuja vigência ensejou a construção, em nosso país, de uma das legislações mais avançadas de que se tem notícia.

Em 2008, o Brasil ratificou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU, cujos dispositivos gozam de *status* constitucional e trazem, em seu comando inspirativo, a indispensável valorização da atuação conjunta entre sociedade civil e poder público. Assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação, pode ser considerado um dos principais elementos da convenção.

No Brasil, segundo dados do IBGE, 24% da população têm algum tipo de deficiência, o que representa algo em torno de 45 milhões de pessoas. Ao considerarmos esse expressivo contingente populacional, fica evidente que, apesar das conquistas efetivadas, a desigualdade, a exclusão, o preconceito e a falta de acesso aos serviços continuam sendo desafios a serem definitivamente superados.

Nesse contexto, posso garantir que o acesso das pessoas com deficiência a todos os bens, produtos e serviços existentes na sociedade é nossa missão, que deve ser fomentada pela compreensão de que a valorização da diversidade humana é um princípio elementar a ser permanentemente exercitado e observado, como prática fundamental a conferir concretude aos benefícios da acessibilidade e conforto para todos os cidadãos.

Para combater a exclusão, senhoras e senhores, eminente deputado Cabo Júlio, nada melhor do que a informação. Nesse sentido, caro presidente Hely Tarquínio, está previsto, no Plenário desta Casa, no próximo dia 26 de outubro, o debate público sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. É o estatuto, recentemente aprovado, do qual foi relator o senador Romário, do Rio de Janeiro, e que teve o início dos trabalhos com o senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul. Já está confirmada a presença do deputado Eduardo Barbosa, defensor e representante oficial de todas as Apaes do País, especialmente do nosso estado. Trata-se de um evento que contará com os demais núcleos organizados em defesa da pessoa com deficiência. O evento terá por objetivo apresentar a Lei Federal nº 13.146, de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, debater as suas inovações e discutir as estratégias para a sua implementação.

Sabemos que no País existem muitas leis, mas muitas vezes elas não são cumpridas por falta de explicação, ou porque o cidadão não sabe do seu direito, nem quem procurar. No caso do Estatuto da Pessoa com Deficiência, é nossa meta partilhar assuntos como trabalho, acessibilidade, transporte, habitação. No dia 26, cada conjunto desses temas serão discutidos, apresentados, esclarecidos a todos que participarem conosco. É nosso objetivo que, ao final do trabalho, os participantes saibam entender, interpretar e exigir o cumprimento dessa lei.

Também no mês de novembro, terá lugar a realização da IV Conferência Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência, que considerará como tema geral “Os desafios na implementação da política da pessoa com deficiência: a transversalidade como radicalidade dos direitos humanos”. A conferência terá um local especial nos debates desta Casa, e estaremos, como presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, participando ativamente e representando esta Casa, dada a missão que me foi confiada de presidir tão importante e honrosa comissão.

Por derradeiro, mas não menos importante, queremos enfatizar a premente necessidade de se envidar esforços para que todos os municípios mineiros formalizem a criação do conselho municipal da pessoa com deficiência. Isso porque a estatística atual nos informa que o número de conselhos municipais instituídos não ultrapassa míseros 10% dos municípios mineiros, sendo que, segundo levantamento do Conped, apenas 34 estão ativos.

Neste momento, com essa reflexão, com muito prazer, concedo aparte ao deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) – Muito obrigado, deputado Duarte Bechir, presidente dessa comissão tão importante na nossa Casa. Em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo pela reflexão valiosa que V. Exa. traz nesta tarde, aproveitando o dia nacional do deficiente, fazendo essa justa homenagem, buscando em todos os rincões do Brasil, e particularmente do nosso estado, os verdadeiros valores da inclusão social. V. Exa., acertadamente, manifesta essa presença importante do deficiente, essa presença importante da família, da sociedade, principalmente nesse contexto em que vivemos. Avançamos muito, mas avançaremos mais,



porque a participação de toda a sociedade é um chamamento em todas as famílias, comunidades e escolas que estamos acompanhando. É a inclusão no seio da própria família.

A família tem sido a mola mais importante para o desenvolvimento intelectual e mental de todos aqueles que precisam frequentar esses lugares, mas são ativos em sua própria vida. Nesta semana, o *Fantástico* chamou a minha atenção ao prestar, na abertura, uma homenagem a todos que têm autismo, mostrando a participação da família, da sociedade e do grupo. Quanto evoluímos! Pudemos ver a eficiência do trabalho da escola e, na sociedade, o acolhimento de todas essas pessoas que necessitam de carinho, afeto e amor.

Então, quero parabenizar V. Exa., que está à frente dessa importante comissão. Aproveito para cumprimentar o amigo deputado Eduardo Barbosa, carro-chefe das Apaes do Estado de Minas Gerais e que tem percorrido todo o Brasil, com participação em todos os projetos importantes que têm sido desenvolvidos. Então quero somar esforços aos de V. Exa. na realização dessa audiência pública, que vem em boa hora, mostrando que essa comissão tem estado muito presente. Além disso, deputado Duarte Bechir, quero lembrar que nossa comissão estará em Pouso Alegre no dia 9 de outubro, em uma grande audiência pública a se realizar na câmara municipal, às 9 horas, quando vamos debater a inclusão social, com a participação de várias Apaes e instituições da região. Isso traduz o sentimento da Assembleia Legislativa, das câmaras municipais, da sociedade e das autoridades constituídas, sempre na busca da verdadeira cidadania e do verdadeiro amor a todos os que dele necessitam. Parabéns por sua mensagem e pela reflexão pelo dia comemorado ontem, mas que vamos comemorar também hoje e sempre, com respeito e muita gratidão.

O deputado Duarte Bechir – Obrigado, deputado Dalmo Ribeiro Silva, pela importante contribuição.

Senhoras e senhores, diante desses dados desafiadores – pois concluí que o Conped está ativo em apenas 34 municípios – e considerando que Minas Gerais conta com 853 municípios, abre-se um quadro de ampla oportunidade de mobilização, com vistas a dotar nossos municípios de conselhos atuantes, capazes de levar a efeito o potencial de ser o principal elo entre o poder público e a sociedade civil.

Nessa empreitada, quero destacar a atuação da combativa presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conped -, Kátia Ferraz, que tem se empenhado para que também esse desafio seja atendido no menor prazo possível.

Como visto, presidente Hely Tarquínio, o dia é de luta, mas também comporta a celebração de expressivas vitórias, que, por sua vez, constituem, sem dúvida alguma, as alavancas propulsoras para a consolidação da garantia dos direitos e a sua consequente afirmação nas diferentes instâncias sociais, como forma de avançar na construção de uma sociedade que se oriente pelos princípios da acessibilidade e da inclusão de todas as pessoas, em especial das pessoas com deficiência.

Termino, senhoras e senhores, trazendo uma preocupação. Estamos acompanhando de perto as atividades do Censa, um centro de atenção à pessoa com deficiência, em Betim, que, de forma particular, atende quase 100 pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, especialmente intelectual, e que têm condições de viver bem após os seus 40 ou 50 anos de idade, mas que, nessa idade, estão com os pais sem condições físicas para continuar tomando conta de sua vida.

É preciso respeitar a qualidade de vida do deficiente, que está vivendo mais. Então, essa qualidade nos traz a preocupação de que é preciso acolher bem, dar à família o devido apoio e respeito que a sociedade deve a esse segmento. E aqui, na Assembleia, não somente como presidente dessa comissão, estaremos trazendo sempre à tona, defendendo e discutindo a valorização e a inclusão dos deficientes, especialmente os de nossa Minas Gerais.

Parabéns pelo dia 21 de setembro, Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado João Alberto* – Sr. Presidente em exercício, deputado e professor Hely Tarquínio; senhoras e senhores parlamentares; senhoras telespectadoras e senhores telespectadores da TV Assembleia, canal tão importante que leva a nossa voz, as nossas ideias, os nossos ideais, as nossas posições a todos os cantos do nosso querido Estado de Minas Gerais.

Subo a esta tribuna para trazer um tema que está novamente nas manchetes dos jornais. Trato aqui da questão da legalização dos jogos em nosso país e de uma omissão do Estado brasileiro, que, há 69 anos, desde o governo de Eurico Gaspar Dutra, proibiu os cassinos no Brasil. Farei, então, uma breve contextualização histórica dessa proibição. Mas, no decorrer da minha fala, vou discorrer sobre outras modalidades, as consideradas legais, que hoje são um monopólio do Estado brasileiro, e as consideradas ilegais, como o jogo de bicho, cassinos, bingos, entre outras modalidades.

Também registro que, desde junho, eu e os deputados Alencar da Silveira e Ricardo Faria, motivados pela leitura dessa importante revista da universidade *Inteligência Empresarial*, cujo coordenador do editorial é Luiz Carlos Prestes Filho, fizemos a proposta de realização de um debate público nesta Casa, que ocorrerá no dia 13 de novembro, neste Plenário. Queremos aproveitar para convidar os deputados, as deputadas e principalmente a sociedade mineira, para que estejam presentes nesse debate a fim de formarmos a ideia de Minas sobre esse assunto.

Os cassinos funcionam em várias partes do mundo.

No Brasil, os jogos se iniciaram em 1794, com a criação das lotéricas, com finalidade filantrópica e comunitária. Em 1822 há a proliferação das loterias em prol das santas casas. Em 1892, após perder a subvenção do Estado para manutenção do zoológico do Rio de Janeiro, o Barão de Drumond criou o que mais tarde seria denominado jogo do bicho, para salvar os animais e o funcionamento daquele zoológico. No País, os cassinos têm sua origem desde o Império, com um interstício de proibição e retorno em 1933, vindo a funcionar até 1946, nos idos dos anos 1930 e 1940, a chamada Época de Ouro. Dessa época citamos os cassinos e os hotéis Cassino da Urca, Copacabana Palace e Quitandinha, no Rio de Janeiro, de onde saíram para o mundo, por exemplo, a nossa Carmem Miranda; cassinos de onde saíram artistas importantes do porte de Emilinha Borba, Grande Otelo e Dalva de Oliveira. Em Minas Gerais nossas estâncias hidrominerais, com seus banhos de propriedades terapêuticas e, é claro, o jogo. Cito o Grande Hotel de Araxá, o majestoso cassino de Lambari, que funcionou apenas uma noite, justamente a noite anterior à proibição dos cassinos do País; o Grande Hotel Poços de Caldas, hotel preferido de Getúlio Vargas, de Dona Darci Vargas e de toda a sua família – cidade que era conhecida como a Las Vegas brasileira e possuía mais de 20 cassinos. Cito São Lourenço e Cambuquira.



Em 1946 o presidente Dutra edita o Decreto-Lei nº 9.215 invocando a ordem moral, jurídica e religiosa do povo brasileiro, para proibir os cassinos no Brasil. Consequência imediata foi a perda de 70 mil postos de trabalho. Empresas e empresários falidos, artistas sem trabalho, queda drástica no turismo e nas receitas do Estado brasileiro.

Registro uma citação de Alves, que disse o seguinte sobre essa situação: “Só não acabou com o jogo, com a prostituição, com vícios e impurezas da sociedade, porque essas não acabam com a lei nem com a ponta da espada”.

A maior influência sobre o presidente Dutra, da qual sempre ouvimos falar, veio de sua própria esposa, D. Santinha, católica fervorosa e contra os jogos no Brasil. Mas outro viés pouco divulgado que trata da questão é a motivação política do Gen. Dutra e de outros antigos aliados de Getúlio Vargas, que nunca concordaram com as concessões feitas por Vargas, como a legalização de partidos políticos, a convocação das eleições livres e da Assembleia Nacional Constituinte. Essa versão aponta que o presidente Dutra conhecia as entranhas da drenagem de dinheiro montada por Vargas, por intermédio de seu irmão Benjamim Vargas, mais conhecido como Beija e sócio do megaempresário Joaquim Rola, proprietário de diversos cassinos no País, entre eles o Cassino da Urca, Quitandinha e vários cassinos em Minas Gerais, que financiavam o petebismo de Vargas. Com a proibição dos cassinos, Dutra secava a fonte de Vargas, que já não teria o protagonismo na vida política do País, assim pensava ele.

Registra-se também que o PCB teve uma ligação fortíssima com as escolas de samba, que sempre tiveram como maiores doadores recursos advindos do jogo do bicho. Aqui também o viés político e, mais uma vez, a influência de D. Santinha, que estavam presentes na luta contra o comunismo, que acabou colocando, em 1947, o PCB novamente na clandestinidade.

Os dias atuais. A quem interessa não tornar os jogos legalizados após 69 anos de proibição? Primeiro é mister contextualizarmos os jogos nos dias atuais, no mundo, na América Latina e no Brasil. Em mais de 200 países, o jogo é legal.

Dos 156 países da Organização Mundial de Turismo, em 72% deles o jogo é legal; dos 28% onde o jogo não é legal, 75% deles são países islâmicos; dos 193 países da Organização das Nações Unidas, em 75% deles o jogo é legalizado. Do G20, apenas o Brasil, a Índia e a Arábia Saudita não têm o jogo legalizado, sendo os dois últimos países islâmicos. Na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, dos 34 países, apenas a Islândia não tem o jogo legalizado.

Vou falar agora das receitas com o jogo no mundo. América do Norte, em 2011, US\$120.000.000.000,00 e, nos dias atuais, US\$150.000.000.000,00; Europa, US\$102.000.000.000,00; Ásia e Oriente Médio, US\$95.000.000.000,00; América Latina e Caribe, US\$17.500.000.000,00; Oceania, US\$16.500.000.000,00; África, US\$4.700.000.000,00. Total com o jogo, em 2011, US\$335.000.000.000,00, cerca de R\$1.400.000.000.000,00.

Quando falamos em gasto *per capita* por ano, temos a Espanha com US\$300,00; Argentina, US\$238,00; Portugal, US\$172,00; Panamá, US\$148,00; diante de US\$40,00 gastos *per capita*, por ano, pelo brasileiro.

Na América do Sul, apenas o Brasil, a Bolívia e a Guiana não legalizaram os jogos. Como é a situação em nosso país? O jogo no Brasil, no momento atual, é um monopólio estatal em que o privado faz apenas promoções comerciais. O jogo continua em atividade legal na mão do Estado e, sem hipocrisia, funciona como ilegal, na mão da clandestinidade.

Como funciona o jogo no País? Temos a Loteria Federal, com 10 tipos de apostas, com receita, em 2013, na ordem de R\$11.400.000.000,00; 15 estados possuem a loteria estadual regulamentada, com receita de R\$400.000.000,00. E o Jockey Club com receita de cerca de R\$300.000.000,00. Total de apostas legais no País: R\$12.100.000.000,00. O jogo legal arrecada e destina recursos para esporte, cultura, educação e seguro social.

E o jogo ilegal? Como é a fonte e as receitas do jogo ilegal? A fonte é do Instituto Jogo Legal. Temos em funcionamento no Brasil, há 123 anos, com 74 anos de proibição, o jogo do bicho. Há ainda a modalidade dos bingos, caça-níqueis, apostas na internet e cassinos clandestinos. O jogo de bicho apresenta uma receita de R\$12.000.000.000,00 anuais; 350 mil pontos de venda frente a 12.600 lotéricas; com *payout* anual de 60% frente a 33% da Caixa Econômica Federal. Mais de 20 milhões de brasileiros apostam no jogo do bicho. São 220 mil máquinas de caça-níqueis, gerando R\$3.600.000.000,00; 300 bingos, gerando cerca de R\$1.300.000.000,00; apostas na internet, com bingos, jogos de azar, cassinos, etc., R\$2.000.000.000,00. Total de receita ilegal, em nosso país: R\$18.900.000.000,00, diante de R\$12.100.000.000,00 da receita legal. Total de apostas no Brasil: R\$31.000.000.000,00.

O que fazer diante desse cenário? Fechar os olhos para a realidade e continuar enxergando as loterias como único meio legal que permite o jogo no Brasil, em meu entendimento, é manter na marginalidade milhares de trabalhadores e um quadro de sonegação monstruoso para o País, sobretudo no momento em que atravessamos uma grave crise fiscal.

Mais uma vez, discute-se no Congresso Nacional a legalização dos jogos, algo de competência, sim, do Congresso, mas de suma importância para a discussão dos estados. Por esse motivo, levanto o assunto desta tribuna e convido os nossos colegas, mais uma vez, e a sociedade mineira para participarem do debate público que aqui teremos no dia 13 de novembro, numa sexta-feira.

Analisando as diversas propostas que surgiram, nos últimos anos, por um marco regulatório sobre o assunto, temos pontos que merecem destaque e questionamento da nossa parte. Com a regularização dos jogos, teremos o fomento de milhares de empregos. Num levantamento inicial, apenas com os jogos, R\$20.000.000.000,00 em tributos, além de alimentar a indústria de gastronomia, cultura, turismo, e diversas outras atividades, gerando outros bilhões de reais em receita para o Estado.

Destaco que o texto legal, apresentado pelo senador Ciro Nogueira, prevê estratégias para a implementação de cassinos em áreas com potencial turístico e em áreas com carência de alternativa para o desenvolvimento. Falamos aqui do nosso Vale do Jequitinhonha, do Norte de Minas, então abro um parêntese para falar de Las Vegas, construída no meio de um deserto absolutamente inóspito e seco.

Devo trazer também a previsão da distribuição dos impostos, mirando em algo que todos os municípios e estados desejam há muito tempo, uma distribuição mais justa, visando ao verdadeiro pacto federativo.

Deve garantir uma autonomia aos estados e ao Distrito Federal conforme projetos já tramitando, que ainda não foram aprovados, que, mediante credenciamento junto ao governo federal, os estados e o Distrito Federal terão autorização para implantação dos cassinos, respeitando diretrizes do marco legal.

Nesse sentido, é indispensável a revisão da ilegalidade sobre os aspectos econômicos da geração de emprego, fomento ao turismo e o fim das organizações na clandestinidade que operam esse sistema. Há que se fazer a revisão da Lei de Segurança Nacional e instituir



o marco legal observando todos os aspectos sociais que deve ter a destinação dos recursos arrecadados, também investindo em saúde pública para combater a chamada ludopatia.

A pergunta que fica é: a quem interessa a informalidade? A quem interessa não tornar, até hoje, legalizados no País os cassinos e jogos? Aos cassinos sul-americanos? Aos interesses corporativos de grandes cassinos? Dos cruzeiros e transatlânticos que ficam nas nossas...

Notícias revelam que mexicanos e brasileiros são os melhores clientes de Las Vegas. Brasileiros são os responsáveis pelo sucesso do Cassino Conrad, Punta del Este, no Uruguai.

Essa é a situação em que nos encontramos, por isso trazemos aqui um assunto polêmico, mas convidando as deputadas e os deputados para estarem conosco nesse debate público, lembrando que, mais que a geração de tributos, a geração de empregos é a principal função social que devemos perseguir sempre através da nossa atividade política.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)* – Deputado João, parabéns pela coragem de expor um tema cuja dimensão e potencial dos concursos de prognósticos, dos jogos e ainda dos jogos de azar muito hipocritamente nossa sociedade insiste em não reconhecer. Não é simples fazer defesa desse tema porque é muito fácil aqueles falsos moralistas imporem rótulos e acusações para quem faz a defesa. Quero me alinhar com V. Exa.

Vou participar das iniciativas para esse debate, mas gostaria de colocar uma questão que é fundamental na reflexão sobre o jogo no Brasil. É preciso autorizar os municípios. O pacto federativo é altamente desequilibrado. Os municípios estão sem chance, nesse desequilíbrio federativo, de buscar novas receitas. Se há uma raspadinha federal, por que não o município? Por que não o cidadão preferir, ao fazer o jogo, fazer com que a contribuição seja principalmente para o lugar em que ele mora, o seu município? A jogatina é oficial no Brasil, só que ela tem apenas um patrão, que é o governo federal. Precisamos discutir com muita serenidade, é um assunto delicado, precisa de marco regulatório.

Queria, acima de tudo, reconhecer em V. Exa. a coragem de trazer o tema e dizer que quero muito me alinhar à discussão, mas sempre lembrando o viés municipalista que é necessário nesse debate também.

O deputado João Alberto* – Ótimo. Obrigado, deputado Antônio Jorge. Contamos com V. Exa. no debate e com o Prof. Hely Tarquínio também. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa – Boa tarde, presidente desta sessão, deputado Hely Tarquínio, meus caros colegas deputados e deputadas presentes.

Cumprimento todos os telespectadores da nossa TV Assembleia, o público das galerias desta Casa, a Casa do povo, a Casa que sempre está de portas abertas para ouvir as demandas e necessidades do povo mineiro.

Início minha fala, meu caro presidente, informando a cada um que, na tarde de ontem, este parlamentar, o deputado Bonifácio Mourão e o nosso líder Gustavo Valadares estivemos no Supremo Tribunal Federal, em Brasília, participando de audiência pública que trata dos confiscos dos depósitos judiciais que alguns governadores do nosso país têm feito. Saí de lá extremamente tranquilo, sobretudo com a minha consciência, porque nós, deputados do Bloco Verdade e Coerência, lutamos e procuramos de todas as formas impedir que o governador rapasse o tacho do cidadão comum para gastar com compromissos que vêm sendo feitos de forma irresponsável. Quando afirmo que saí de lá de cabeça erguida e consciência erguida, quero dizer que, salvo os representantes dos governos estaduais, todos foram contrários ao confisco. O que me causou maior surpresa, deputado Antônio Carlos Arantes, foi que as maiores defesas contrárias ao confisco foram feitas pelo advogado do Banco do Brasil, pelo advogado da Caixa Econômica Federal e pelo advogado do Banco Central, coincidentemente todos ligados de alguma forma ao governo federal. Governo este que o nosso governador, o Fernando da Dilma, do Vaccari, do PT, é aliado em âmbito nacional.

Nós, deputados de oposição nesta Casa, desde o início da tramitação do projeto, fizemos questão de alertar todos os mineiros de que o governador, de forma irresponsável e, mais que isso, inconstitucional, estava pegando o dinheiro do cidadão comum de Minas Gerais. Ele já rapou grande parte dos recursos, que, ao que nos consta, são da ordem de R\$2.000.000.000,00. Nesse momento ele tirou o dinheiro da D. Maria, do Barreiro; do Zezinho, de Uberlândia; e de outros tantos que acreditam na Justiça mineira e brasileira, e depositam em juízo em razão da demanda entre as partes. O governador foi lá e meteu a mão no dinheiro do cidadão comum. Eu alertei desta tribuna – até porque já conhecíamos grande parte da posição dos ministros que ali se encontravam – que causaríamos um prejuízo irreparável ao cidadão. Será, deputado Cássio Soares, que esses R\$2.000.000.000,00 que o governador surrupiou do caixa dos depósitos judiciais, amanhã, quando certamente o Supremo julgará as ações inconstitucionais, serão repostos aos cidadãos? Ainda ontem o representante do Banco Central afirmou que esse projeto será o pai dos precatórios, porque o cidadão que estava em litígio com a outra parte e teve o seu dinheiro surrupiado pelo governador, quando quiser reavê-lo, caso obtenha êxito, não encontrará dinheiro no caixa.

Então, ele vai entrar com uma ação contra o Estado, lutar durante 10, 15, 20 anos, e depois, para nossa surpresa, minha deputada Arlete Magalhães, vai entrar na fila dos precatórios para receber o dinheiro que já era dele. Vejam a irresponsabilidade deste governo, que, na campanha eleitoral de 2014, mentiu, iludiu cada um dos mineiros, da mesma forma que a presidente da República, que hoje tem apenas 8% de aprovação. Ela usou todas as formas para ganhar as eleições. Quando o brasileiro imagina que virão as medidas que mostrarão os cortes que a sociedade brasileira cobra, a presidente da República não faz absolutamente nada, ou melhor, faz sim, ela cria mais impostos quando o brasileiro já não aguenta mais. A maior carga tributária do mundo é a brasileira, e a presidente da República vem dizer que quer ressuscitar a CPMF. Pior, deputado Hely Tarquínio, ouvi um deputado dizer que o valor é muito pequeno para o cidadão comum. Repito, o brasileiro já não aguenta mais, deputado Hely Tarquínio. Estamos cansados de pagar impostos para o atual governo dar cargos para seus companheiros políticos e, de alguma forma, tentar obter apoio na Câmara dos Deputados, da mesma forma como o governador tem feito aqui, nesta Casa.

O brasileiro está cansado, deputado Felipe Attiê. O meu partido ontem, da mesma forma como o de V. Exa., junto com a Fiesp, lançou um manifesto – e convoco todos os brasileiros para fazerem ali a sua participação pela Internet -, dizendo que o brasileiro não



pode pagar o pato da irresponsabilidade deste governo, que, volto a afirmar, está preocupado apenas em criar não sei quantos ministérios para ter o apoio do Congresso, da Casa, para tudo quanto é lado. Estamos cansados disso. O atual governo de Minas também faz a mesma coisa. Assumiu o governo em 2015 e falou, nos órgãos de imprensa, que o déficit do Estado de Minas Gerais era de R\$4.000.000.000,00. Mas, da noite para o dia, ele virou cinco, seis, sete e oito. E, para a nossa surpresa, nos últimos 15 dias, o secretário afirmou que serão exatamente R\$10.000.000.000,00, que não são frutos, meu caro deputado Antônio Jorge, das gestões passadas. Se o déficit do Estado tem crescido, isso é por irresponsabilidade deste governo, que não mantém a sua linha de coerência, que na campanha eleitoral afirmava, em todos os debates e nas suas propagandas eleitorais, que a primeira medida seria baixar o ICMS da energia elétrica, deputado Doutor Jean Freire. E o que ele faz? Encaminha a esta Casa um projeto exatamente contrário a tudo aquilo que afirmou, aumentando o ICMS da energia elétrica. Quem vai pagar o pato é o pequeno comerciante, os hospitais filantrópicos, as igrejas. Então conclamo cada um dos deputados que fazem parte desta Casa a votar com a oposição. Vamos votar contra esse aumento, porque não aguentamos mais criação de impostos. Este governo, de forma irresponsável e incoerente, para cumprir e honrar determinados compromissos feitos quando iludiu os mineiros, manda esse projeto para esta Casa. Para ganhar as eleições vale tudo.

Reafirmarei algo que disse aqui noutro dia desta tribuna. Participei de um debate na feira do Ibram, que é a feira de mineração – aproveito a oportunidade para cumprimentar o nosso presidente Fernando Coura pela bela feira que realizou na última semana -, quando o governador do Estado, o Fernando do PT, da Dilma, do Vaccari, foi indagado se a sua forma de governar seria como afirmava Tancredo Neves, que, diga-se de passagem, é avô do senador Aécio Neves. Tancredo dizia que havia dois tipos de discursos, o para ganhar as eleições e o para governar. O governador, até o presente momento, ainda não respondeu ao questionamento do jornalista William Waack, da Rede Globo.

Quero falar da minha tristeza porque, em virtude de compromissos irresponsáveis realizados durante a campanha eleitoral, os governos de Minas e do Brasil, que são do mesmo partido, se utilizaram de todos os mecanismos para iludir os mineiros e os brasileiros. Mais uma vez, quem pagará o pato? O cidadão mais simples que acreditou nessas promessas eleitoreiras.

Concedo aparte ao deputado Felipe Attiê, para depois eu concluir meu pronunciamento. Peço ao deputado Felipe Attiê que seja breve.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Sr. Presidente, gostaria de me somar ao nosso líder Gustavo Corrêa nessa indignação e convocar o povo mineiro, a sociedade para cobrar de seus deputados um não a esse aumento de impostos que eleva a energia elétrica de 18% para 25%, do cabeleireiro, do dono do bar de espetinho, do hospital filantrópico, do comércio, do supermercado, de todas as Minas Gerais. Houve um aumento de 38% do ICMS da conta de energia elétrica. Não foi isso que o PT prometeu na campanha, deputado. O governador ia para a televisão criticar a alíquota do ICMS. Cadê o povo do PT que diz que a energia da Cemig é a mais cara do Brasil? Cadê vocês, do PT, que meteram o pau nisso durante as eleições? Vocês insinuavam que iriam baixar o ICMS, mas estão subindo em cima do serviço. Nem a casa da luz vermelha vocês perdoaram, pois haverá aumento de 38% na conta de luz dela. Do cabeleireiro a ela, em tudo que há, subiram o ICMS. Vocês estão subindo o ICMS da conta de luz até de boteco de pinga.

Sr. Presidente, isso é uma vergonha. Quero registrar meu protesto contra isso. Vamos estar nessa trincheira dizendo não ao pacote de aumento de impostos, que é só o começo deste governo. Se os empresários, se as famílias não vierem aqui para a Assembleia, aguentarão depois as consequências deste governo, que está passando vaselina com esse pequeno aumento agora. É um ensaio, um treino para um aumento maior, pois suas despesas estão como a boca do jacaré: aberta para engolir o povo de Minas Gerais. A parte de cima são as despesas controladas crescendo no governo do Estado; a parte de baixo é a receita. O jacaré está doido para ver se fecha a boca com o seu dinheiro, com os seus impostos, em cima do senhor e da senhora, em todos os níveis possíveis. É uma vergonha. Devolvo a palavra ao nosso líder dizendo que não podemos aceitar esse aumento. A oposição está com abaixo-assinado contrário a esse aumento de impostos. Pedimos ao povo mineiro que o acesse na internet. Muito obrigado, meu líder.

O deputado Gustavo Corrêa – Deputado Felipe Attiê, V. Exa. poderia dizer aos telespectadores o endereço eletrônico para que assinem sua petição.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Vou dizer o endereço, mas está havendo uma mudança, um pequeno problema. Eles me ligaram agora, mas em 2 minutos eu lhe informo o endereço para que V. Exa. o anuncie.

O deputado Gustavo Corrêa – Agradeço-lhe e tenho certeza de que, a partir da tarde de amanhã, estaremos todos juntos nessa trincheira para que o governador não cometa esse crime contra o cidadão mais simples, contra o cidadão comum que trabalha, que labuta diariamente pagando inúmeros impostos. Agora o governador quer criar o pior: o aumento do ICMS da energia.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)* – O endereço é: www.naoaumenteoicmsmineiro.com.br.

O deputado Gustavo Corrêa – Obrigado, deputado Felipe Attiê. Estaremos todos juntos.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)* – O endereço é: www.naoaumenteoicmsmineiro.com.br, tudo emendado.

O deputado Gustavo Corrêa – Quero reafirmar que, a partir da tarde de amanhã, todos os deputados do Bloco Verdade e Coerência estarão unidos – temos certeza de que com o apoio dos que gostam de Minas e dos mineiros – para votarem não a esse crime que o governador do Estado irá fazer com Minas Gerais.

* – Sem revisão do orador.

76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 23/9/2015

O deputado Lafayette de Andrada* – Concedo aparte ao deputado João Leite.

O deputado João Leite (em aparte)* – Muito obrigado, deputado Lafayette. Acompanhei com interesse a manifestação de V. Exa., que, como sempre, foi contundente, apoiada em argumentos que não têm como ser confrontados. V. Exa. tem toda razão. Vimos hoje a



revolta dos empresários, dos pequenos lojistas, do CDL, da Fiemg. Todos estão muito apavorados, pensando em perder suas empresas. É essa a situação do País.

Está na frente de V. Exa. a réplica de uma nota de R\$5,00. Hoje precisamos de R\$5,00 para comprar R\$1,00. E isso não vale apenas para quem vai viajar, mas para comprar o trigo que faz o pãozinho e o óleo, que todos utilizam. É por isso que temos uma inflação oficial de 10%. Já a inflação real é outra.

Deputado Lafayette, estamos levantando todos os produtos que terão aumento na alíquota de ICMS. Imaginem que o governo vai meter a mão nas empresas de refrigerante de Minas Gerais. Somente nas de Minas Gerais. Coca-Cola, Ambev, Petrópolis, Schincariol, que é a Kirin agora, multinacional do Japão, não terão aumento porque os produtos são feitos na Zona Franca de Manaus. As pequenas empresas mineiras regionais serão quebradas – parece que são 15. Se verificarmos a prestação de contas no diretório do PT, veremos que quem deu dinheiro para a campanha foram a Coca-Cola, a Ambev, a Schincariol. As pobres empresas daqui, geradoras de emprego, não deram dinheiro para a campanha do PT. Então, pagarão mais imposto. A Coca-Cola, a Ambev e a Schincariol não pagam nada.

Parabenizo V. Exa. pela manifestação, que não foi a favor dos empresários, e sim dos comerciários, que perderão seus empregos. Parabéns.

O deputado Lafayette de Andrada* – Obrigado, deputado João Leite. Suas palavras são sempre lúcidas. Concedo aparte ao líder da Minoria, deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Serei breve, deputado Lafayette. Quero parabenizar V. Exa., que, assim como todos os deputados do nosso bloco de oposição, tem alertado a população mineira para o absurdo que está tramitando nesta Casa. Falo obviamente não do projeto de reajuste dos servidores, e sim do projeto de majoração do principal imposto do Estado, o ICMS. Essa majoração não é apenas para refrigerante e bebida, mas principalmente para a energia elétrica, que subiu de 18% para 25% para os estabelecimentos comerciais. Aí, minhas senhoras e meus senhores, servidores do Ipsemg que aqui estão – somos solidários e vamos com vocês na tarde de hoje -, esse aumento de ICMS de 18% para 25% majora a cobrança do imposto para os hospitais filantrópicos. O efeito é em cascata. O deputado Doutor Wilson Batista estava aqui, é representante de um dos grandes hospitais do Estado, o hospital de Muriaé, que pagará mais pela energia. O culpado pela lambança é o PT, que está à frente do governo de Minas nesses oito meses. O Pimentel quer que os hospitais filantrópicos, não somente os empresários e comerciários, paguem a conta da lambança. E mais: está chegando a esta Casa amanhã a proposta de criação de mais uma secretaria estadual. O deputado Sargento Rodrigues deve estar sabendo disso. Essa atitude é própria do PT, que quer inchar a máquina pública para abrigar a companheirada toda. Não corta na própria carne. A culpa da crise nunca é do PT, e sim da população. Podemos nos preparar, porque o Sr. Pimentel quer buscar no nosso bolso o dinheiro para resolver os seus problemas. Muito obrigado. Parabéns a V. Exa.

O deputado Lafayette de Andrada* – Muito obrigado, deputado Valadares.

Temos aqui uma informação da prefeitura de Capelinha: 48 famílias pediram para desligar a energia em suas casas porque o valor que pagavam vai subir de R\$60,00 para R\$290,00.

Para concluir, presidente, lembro-me de que, em alguma palestra, alguém disse que o governo do PT é aquele que quebra suas pernas e depois lhe oferece uma muleta e diz assim: “Está vendo? Se não fôssemos nós, você não poderia andar”. Tem sido isso o desgoverno do PT no Brasil e em Minas Gerais. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros nas galerias, telespectadores da TV Assembleia, que criamos há 19 anos justamente para mostrar a realidade desta Casa. Gosto muito de lembrar que, quando criamos a TV Assembleia, havia uma censura do diretor da Casa. Tudo era gravado. Ficamos brigando depois da criação e depois que foi para ar. Mostrávamos que tinha de ser transmitido ao vivo e em cores, justamente para dar liberdade. Hoje chegamos a 400 municípios em toda Minas Gerais.

Subo a esta tribuna hoje para lembrar o que falei aqui há 30 dias. Temos de mudar a politicagem neste Brasil inteiro, os costumes dos políticos. Eu dizia que não adianta manifestação Fora Dilma porque vai vir o Temer, e vai continuar o mesmo vício. Estamos vendo neste parlamento aqui como essa mudança tem de acontecer. Temos hoje um projeto que vai aumentar a alíquota de alguns produtos, vai aumentar os impostos. Isso não está prejudicando o trabalhador, mas, sim, o cidadão. Agora, só vai ser aprovado nesta Casa porque o deputado não está preocupado com a população, com o empresário, que repassa para a população; ele está preocupado com os votos que vai ter. Temos aqui deputados de um bloco independente que, se não existissem as emendas parlamentares como existem em Brasília, não votariam com o governo. Deputado é eleito para legislar e fiscalizar, para fazer boas leis para Minas Gerais e para fiscalizar o Executivo. O Brasil tem de ser passado a limpo, e uma grande mudança no parlamento tem de acontecer. Temos de parar com esse negócio de emenda. Temos de ter no Brasil programas para cada cidade, em que todos os municípios recebam programas na área da educação, da saúde, da segurança pública, independentemente de terem deputado ou não, porque ele estaria fazendo o papel de discutir as questões aqui no parlamento.

O deputado do bloco do governo vota com o governo. Agora, o deputado do bloco independente tem de colocar na cabeça que ele é independente e a independência dele tem de aparecer nessa hora, porque o aumento de imposto vai afetar o cidadão. Estou apresentando uma emenda para vermos se salvamos a situação do setor moveleiro da cidade de Ubá. Falei aqui também, há dois meses, que temos uma crise, que as empresas estão fechando, pois não estão aguentando a disputa.

Porque o Sul do País tem uma alíquota de ICMS e lá tem outra muito maior. As empresas estão fechando. O deputado Dirceu é da região, é da cidade de Ubá, e poderá falar melhor a esse respeito. As empresas estão fechando porque não estão aguentando. Peço apoio para reduzir esses impostos do setor moveleiro para continuarmos dando condições a esses trabalhadores. Cerca de 500 trabalhadores foram mandados embora no último mês. Salvo engano, a situação do setor moveleiro é crítica. O que vai acontecer? Se houver aumento, isso vai prejudicar mais e mais.



Está na hora de o deputado fazer seu papel. Está na hora de o eleitor começar a fiscalizar, de telefonar para o deputado e dizer: “Deputado, eu votei no senhor, que esteve na minha cidade, esteve na minha rua e na minha casa pedindo voto. Como o senhor está votando nesse projeto que vai prejudicar a minha família, que vai prejudicar essa cidade?”. Coloquem na cabeça que o eleitor tem de começar a fazer seu papel. Não adianta somente fazer reunião, cruzar os braços e esperar para ver como os deputados vão votar. Vão aprovar, porque todo o mundo sabe o rolo compressor que é a bancada do governo com o movimento independente desta Casa.

O deputado Dilzon Melo (em aparte) – Quero fazer coro aos seus anseios em defesa do empresariado e do trabalhador. Sou do PTB que tem o dever de conciliar capital e trabalho. Defendo o empresário, sim, pois quem está gerando emprego agora? É o empresário, pois o Estado não está tendo capacidade nenhuma de gerar emprego. Ao contrário, neste governo, Minas padece de mais de 120 mil perdas de empregos.

No entanto, quando se fala do aumento da alíquota do ICMS, fico por entender. No ano passado e nos anteriores, o PT elegeu como âncora de discussão a alíquota do ICMS sobre a energia. Falaram, falaram, falaram para os quatro ventos que eram contra, porque o ICMS de Minas era 18% enquanto nos outros estados era 12%. Agora eles vêm defender na maior cara de pau o ICMS de 25%. Que coerência é essa? O Estado não tem capacidade de investimento, mas tem capacidade de nomeação de funcionários para abrigar o compadrio. Só esta semana houve 118 nomeações de companheiros, com salários de até R\$6.500,00.

Primeiramente não temos obrigação de cortar na carne para depois penalizar com sacrifício a mesa do trabalhador? Poxa vida, o que vamos fazer? Hoje de manhã tivemos ampla discussão – V. Exa. participou – defendendo a não criação de impostos. O líder do governo esteve lá e foi execrado. Ele saiu de lá correndo. O Estado estava representado pela CDL, pelas associações comerciais e industriais, mas ele não ficou para fazer o bom combate. Ele saiu correndo.

Fiquem atentos a esse bloco dito como independente, pois de independente não têm nada. Eles nunca votaram aqui contra o governo. Eles nunca votaram contra o governo. Será que todos os projetos que vieram para esta Casa foram interessantes? Nada contra o trabalhador e contra o mineiro? Que independência é essa?

De manhã ouvimos o CDL, as associações comerciais e as industriais dizerem que vão fazer 15 milhões de folhetos mostrando a cara de quem votar a favor do imposto. Eles deram o nome do folheto de carômetro, ou seja, eles vão botar a cara de quem vai votar a favor deste imposto para que possam perceber o mal que fazem ao Estado, que fazem ao trabalhador. Penalizar hospital filantrópico? Penalizar Apaes? Penalizar as santas casas que estão a mercê, sem ajuda, sem nada?

O que é isso? Isso é projeto de trabalhador? Ou projeto de grupo que quer poder? Quando falamos das falcruas das eleições, foi nesse sentido. Onde está o Pronatec, o Bolsa Família, o Fies? Tudo o que foi prometido para iludir o eleitor agora foi tirado.

Acho que V. Exa. faz bem em alertar seus nobres pares de que eles têm compromissos com os eleitores deles. Que eles tenham a vergonha necessária de encarar cada um e dizer: “Votei de acordo com o que os mineiros queriam”. Agora, aumentar imposto, aumentar santa casa, aumentar Apaes para apadrinhados, para poder, cada dia mais, colocar gente no governo? Criar secretarias? É absurdo dos absurdos. Se depender de mim, vou colaborar com dinheiro para fazer esses folhetos e mostrar a cara desses que, nessa hora, não respondem aos eleitores.

Parabéns pela sua iniciativa. Isso é coragem de quem quer mostrar ao eleitor o voto de confiança que recebeu.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Acho que o pessoal da galeria e da TV Assembleia não sabe: o contracheque de cada funcionário indicado pelo PT vem com 10% para o partido. O PT cobra um dízimo, uma mensalidade de 10%. De todas as nomeações que foram feitas pelo PT no governo de Minas, 10% vai para o partido. Quanto mais funcionário do PT tiver, melhor. É isso.

O que acontece aqui na hora da votação? É o que o eleitor tem de entender: não adianta ele pensar numa ponte, que é obrigação do governo. Fazer uma boa escola, uma boa saúde, uma boa segurança pública é obrigação do governo. Mas o deputado sabe que, se votar contra aqui, o governador não vai lhe liberar uma emenda para a saúde, para ele levar um posto de saúde para a cidade dele. E, se não levar esse posto de saúde, essa ponte, essas benfeitorias, o eleitor não vota nele, porque o eleitor, por tudo isso que está acontecendo no Brasil, é o culpado maior. Falo isso com muita tranquilidade. Tenho 28 anos de vida pública, estou no meu oitavo mandato. Comecei com 3.014 votos aqui em Belo Horizonte e, na última eleição, tive quase 80 mil votos. Tenho projetos importantes, como a lei antifumo; o passe para idoso, sem prejudicar o trabalhador que pega ônibus todo dia; a Lei da Ficha Limpa. Tenho o que mostrar. Mas há deputado que vota com o governo porque ele tem de levar o prefeito lá para o prefeito receber uma emenda, um dinheirinho para colocar na saúde. Isso é obrigação do governo. Na Câmara Federal tudo o que acontece todo mundo vê. Quantas são as falcruas com as emendas parlamentares? Há deputado que pega e emenda e diz: “Sr. Prefeito, toma a emenda aqui, mas o senhor tem de fazer com essa construtora”. E ele coloca o dinheiro no bolso. Isso tem de mudar no Brasil. Ou mudamos ou nossos filhos e nossos netos ouvirão a mesma coisa daqui a 20, 30, 40, 50 anos. Temos de preparar um futuro melhor. Quando falei aqui, não é fora esse nem aquele, é fora toda essa politicagem.

E ainda sou convicto da unificação das eleições. Temos de ter a unificação das eleições, temos de ter as eleições todas num ano só. Não podemos ter eleição de dois em dois anos. A Assembleia vai parar no ano que vem porque todos nós, deputados – e eu me incluo –, estaremos preocupados com a eleição dos nossos vereadores e dos nossos prefeitos. E na nossa eleição para o município. Isso tem de acabar, é eleição unificada.

Se eu fosse a Sra. Presidenta da República – vou repetir mais uma vez –, bateria a mão na mesa e diria: “Vamos fazer uma eleição geral daqui a oito meses com uma Constituinte, independentemente de político, com a sociedade, vamos começar a mudar este Brasil, vamos passar o Brasil a limpo”. O Brasil pede socorro porque senão, daqui a pouco, a minha nora, filha do Gustavo Valadares... Podem ter certeza de que não veremos os nossos filhos morarem em Belo Horizonte.

Eles vão ter de ir para fora, porque não há como ficar com isso que está acontecendo no Brasil.

Quero conceder um aparte ao companheiro Dirceu, porque estamos com um problema sério em Ubá. Além desse problema sério de que falamos, há o assunto do IPVA. Há um projeto de minha autoria nesta Casa, em que proponho passar o vencimento do IPVA para fevereiro, mas o governo, conversei com o deputado Durval Ângelo, não quer deixar, não. Ele quer o IPVA em janeiro, junto com o pagamento do IPTU, a matrícula das escolas dos meninos, a compra de uniforme, o fim de férias, as contas de fim de ano. Por que o



governo não pode dar um prazo maior e passar pelo menos o IPVA para fevereiro? Eu compartilho isso, e passo a palavra para o deputado Dirceu.

O deputado Dirceu Ribeiro (em aparte)* – Meu caro deputado, obrigado por esta oportunidade para dizer a todos que o nosso Município de Ubá, o nosso primeiro polo moveleiro de Minas Gerais está em crise. O mundo está em crise. O Brasil está em crise. Minas Gerais está em crise. O nosso polo atravessa uma crise, mas, a maioria, 80% do polo moveleiro de Ubá é sólido, e o primeiro polo moveleiro de Minas Gerais não vai pedir esmola a ninguém. O que esperamos? Contamos com você, meu caro deputado, que também participou com o objetivo de realmente reduzir o ICMS, para competirmos com os outros estados. Se nós não conseguirmos, aí sim, vamos atravessar uma fase difícil, na medida em que o Rio de Janeiro e o Espírito Santo estão avançando nas nossas indústrias.

Falo aqui, em nome do primeiro polo moveleiro de Minas Gerais. No dia 30, vamos nos reunir em Ubá, para tratarmos de assuntos de interesse do polo moveleiro. Sou um defensor de Ubá e da região. Sou um deputado de primeiro mandato. Vim aqui para trabalhar e defender aquela região e espero defendê-la com muita alegria, com muita honra e com muita transparência. Muito obrigado, meu caro deputado.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de pedir o apoio de todos para aprovar uma emenda – vou até pedir o Dirceu para assinar junto –, solicitando a redução do ICMS para o setor moveleiro de Ubá. Estou entrando com a assinatura e com o voto favorável, tenho certeza, do companheiro Dirceu. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* – Muito obrigado. Gostaria de cumprimentar as senhoras e os senhores deputados, na pessoa do presidente Hely Tarquínio, e também os nossos visitantes.

Hoje vou fazer um pronunciamento diferente. Pedi à assessoria, e agradeço à presidência por ter me atendido, que preparasse um vídeo. Então, vamos fazer a projeção de um vídeo, mostrando a situação caótica e difícil por que passa a região do Norte de Minas em relação à seca. Este vídeo foi gravado por um jornalista da TV Globo, de Montes Claros, a Inter Tv, o Sr. Geraldo Humberto. Aliás, ele faz parte de uma associação chamada Vidas Áridas, que tem denunciado essa seca terrível que está acontecendo no Norte de Minas, mas, principalmente, tem denunciado o descaso dos governos do Estado e federal em atender a nossa população.

Municípios estão sendo abastecidos com caminhões-pipas. Através deste vídeo, vocês verão que, se não chover dentro dos próximos 15 dias, a cidade de Montes Claros também será abastecida por caminhões-pipas, uma cidade de 400 mil habitantes.

Então, pediria à assessoria, por gentileza, que exibisse o vídeo.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O deputado Carlos Pimenta* – Pelo que se vê no vídeo, o repórter está dentro da barragem, e ao fundo está o vertedouro. Há um ano essa barragem transbordou e o excesso de água saiu pelo vertedouro, e hoje ela está com menos de 20% da sua capacidade. Esse vídeo foi jogado nas redes sociais, e o Geraldo Humberto faz um apelo para que a população economize. É o apelo de um cidadão consciente e preocupado com a falta de água. Mas gostaria de ampliar esse apelo. É necessário fazer algo além da economia do povo de Montes Claros, que já está economizando. Só não estão sendo abastecidos por caminhões-pipa alguns locais porque a população, efetivamente, está economizando. Gostaria de fazer um apelo às autoridades, ao governo do Estado e ao governo federal.

O governo federal até o momento, sabendo que mais de 100 municípios, deputado Doutor Wilson, já não têm água para beber – a coisa mais importante que temos na nossa região é a água –, não apresentou nenhuma medida, nenhuma proposta, nem mesmo aquelas medidas de anos atrás para fornecer caminhões-pipa e transportar água dos açudes e de onde há água para a população. O governo federal se cala. Não há nenhuma providência por parte do governo federal, e o que estamos vendo em Montes Claros, podem ter certeza de que todos os municípios norte-mineiros e da região do Jequitinhonha – aqui está um dos companheiros do Jequitinhonha, deputado Doutor Jean Freire – estão passando por algo jamais visto em Minas Gerais. Há dois dias os prefeitos se reuniram-se com o presidente da AMM e prefeito de Pará de Minas, Antônio Júlio, e todas as queixas foram direcionadas à AMM e ao governador Pimentel. Faço um apelo ao governador para que desencadeie um programa urgente e emergencial, para que bata às portas do governo federal.

Respeito muito o governador Pimentel, mas fico muito triste ao ver que ele não usa a autoridade que tem. É impressionante: é uma das maiores lideranças do PT no Brasil, mas nunca fala alto com o governo federal para conseguir socorro para o Estado de Minas Gerais. Assim, faço esse apelo ao governador Pimentel. Não sou dos que acreditam que quanto pior melhor. Pelo contrário. Não votei em Pimentel na última eleição, mas, como cidadão mineiro, torço para que faça uma boa administração e que, neste momento de crise, de dificuldades, consiga implantar medidas de economia que contemplem as prioridades em nosso Estado. Torço para que ele efetivamente mostre um plano de economia para o governo de Minas, para que a gente possa sair desse buraco sem fim, desse poço sem fundo em que estamos mergulhados.

Então, o apelo que faço hoje é que desenvolva ações em nossa região. Que se utilize da Secretaria do Norte e Nordeste de Minas, criada para dar assistência a essa região de Minas. Que vá a Brasília e bata às portas do Ministério da Integração Nacional, que só tem vistas e olhos para o Nordeste brasileiro, pois todas as suas ações vão da Bahia para cima. Certamente acham que Minas é uma só, que não tem diferenças por regiões. Não sabem que o Norte de Minas faz parte da Área Mineira da Sudene. Não sabem que é uma região do semiárido, onde só chove por dois ou três meses ao ano e onde ficamos por nove ou dez meses sem ver cair uma gota d'água. Há seis meses, deputado Alencar, a cidade de Montes Claros foi contemplada com a construção da Barragem de Congonhas. Desde então, quantas vezes vi o Dnocs ir a Montes Claros, soltar foguetes, fazer caravanas, com jatinhos descendo no aeroporto da cidade e anunciar que dessa vez sai a Barragem de Congonhas, que vai abastecer Montes Claros. Mas entram meses, entram anos, e essa barragem continua apenas no papel. Recentemente, talvez para melhorar um pouco a imagem do governo federal, foram lá mais uma vez e disseram que dessa vez sai, porque iam autorizar a licitação, mas não se vê qualquer ação.

Então, é esse socorro que peço aos pobres prefeitos brasileiros e mineiros, que neste mês de setembro receberam apenas 50% do FPM – os outros 50% foram abocanhados, roubados pelo INSS, com dívidas históricas de 10 ou 20 anos atrás. As prefeituras de



Minas, com raríssimas exceções, não conseguirão pagar os salários do mês de outubro. Os prefeitos já estão pensando em fechar as portas. E vão ter de fechar, mesmo. Há prefeituras pequenas que têm uma despesa de R\$500.000,00, que vão receber até o final deste mês de R\$150.000,00 a R\$200.000,00. Já cortaram o salário de prefeitos, vice-prefeitos e secretários, mas o que vemos, deputado João Leite, é esse silêncio. Há hora que o silêncio dói mais do que o barulho. Quando as pessoas gritam, a gente até fica sensível; mas ficamos ainda mais sensíveis quando elas se calam, cabisbaixas.

Os prefeitos não podem sair às ruas dos seus municípios porque têm funcionários para pagar, têm merenda escolar para comprar, têm de pagar a gasolina, os médicos, os dentistas e seus funcionários. Eles estão calados, mudos, perplexos com o que está acontecendo.

Estive com o prefeito de São João da Lagoa – cidadezinha de 5 mil habitantes, com 0,6% do FPM –, que me disse assim: “Dr. Carlos, há oito anos” – quando ele era prefeito – “recebi no mês de setembro mais do que estou recebendo agora, em 2015. Vou fechar as portas. Não posso sair às ruas porque o povo está querendo me apedrejar. Acordo em minha casa e já tem fornecedores que querem receber, e com justiça”. Então, a situação está dramática.

Neste momento quero dizer à população de Montes Claros que vamos procurar a presidente da Copasa, aliás está marcada a nossa audiência para o dia 1º de outubro. Vamos trazer aqui, a Belo Horizonte, as principais lideranças da cidade: vereadores, associação comercial e industrial, a Câmara de Dirigentes Lojistas, a população como um todo, para ouvirmos o que vai ser feito. Só espero não ouvir que a culpa é de São Pedro, lá em cima, por causa das chuvas. Afinal, seca temos todos os anos, mas para esta seca, em especial, não fomos preparados, a cidade não foi alertada e não recebeu o socorro para poder superar essas secas.

Parece que não vai dar tempo, mas só queria mostrar um dado. O *Estado de Minas* de hoje diz: “Minas Gerais registra 60 acidentes e três mortes por dia nas rodovias federais”. Tem a reportagem aqui mostrando a omissão, mais uma vez, do governo federal com a BR-381, a BR-367 e a BR-251, lá do Norte de Minas. João, gostaria de dizer que quero procurar o deputado Deiró Marra, que é o presidente da Comissão de Transportes, para que possamos reagir, porque, se ficarmos calados, eles não vão escutar e não vão dar bola para gente. “Minas Gerais” – são dados de 2014, do ano passado – “tem 5.775km de malha viária. No ano passado houve 21.856 acidentes nas altas rodovias federais”. E pasmem, morreram 1.162 mineiros, brasileiros, nessas estradas federais. É o caos do caos.

Então, termino minha fala. Não sou um arauto das más notícias, mas quero solidarizar-me com o repórter Geraldo Humberto pelo belo trabalho que fez e trazer meu abraço ao povo de Montes Claros. É compromisso da minha luta, da luta deste parlamento nos comprometermos em tentar mudar esses números nefastos, saldo negativo dos acidentes nas rodovias federais em nosso estado. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Emidinho Madeira* – Concedo aparte ao deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia (em aparte) – Deputado Emidinho Madeira, sei que V. Exa. não começou e me desculpe a deselegância de lhe pedir aparte antes, mas estou também indo para a reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e quero fazer um aparte a V. Exa. Desejo também saudar os servidores aposentados do Ipsemg, os servidores do IMA presentes e os servidores de outros setores, como os do IPSM, que nos acompanham, e os da Fundação João Pinheiro. O governo do Estado enviou a esta Casa um projeto de lei fazendo correções e reajustes nos salários dos servidores. Pode parecer incoerente reajustar e melhorar ou, pelo menos, minimizar a perda dos servidores em um momento de crise, mas não conseguimos fazer um Estado funcionar sem o servidor público.

O deputado Emidinho Madeira* – Encerre, deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Vou apenas encerrar. Deputado Emidinho Madeira, serei rápido. Havia solicitado aparte a V. Exa. e não entendi a interferência do presidente. Deputado Emidinho Madeira, apenas quero dizer que é evidente que não podemos deixar de atender o servidor público, se queremos melhorar o serviço público. Então, o governo está fazendo um esforço enorme, mesmo com a crise atual, para que o servidor público possa tocar a máquina de maneira satisfatória a fim de atender os mais pobres. Assim, o IMA, o Ipsemg e os servidores da educação e saúde necessitam disso para atender os mais pobres. É esse o esforço do governador, que acho mais do que justo, apesar da crise. Então, sejam bem-vindos, esperamos aprovar o projeto ainda hoje. Obrigado, deputado Emidinho Madeira.

O deputado Emidinho Madeira* – Quero cumprimentar o deputado Hely Tarquínio, os colegas, todos os que estão nas galerias e os que são da TV Assembleia. Convido todos os deputados e o povo mineiro a participar da feira internacional do café que começa amanhã na Expominas. Teremos o lançamento do ConCafé, do Consórcio Público para o Desenvolvimento do Café do Sul e Sudeste de Minas. Amanhã daremos o primeiro passo para montar e constituir um consórcio no cerrado e nas matas de Minas. O café gera muito emprego direto e indireto. O produtor rural tem todo o avanço da tecnologia, mas muitas vezes o braço anônimo do homem do campo é esquecido. Além de produzir, gerar emprego e impostos e fazer qualidade, muitas vezes ele é deixado de lado. Na maioria das vezes em que o produtor rural é lembrado, isso ocorre nos eventos voluntários, porque não há ninguém mais solidário que o homem do campo.

Na minha região há o hospital do câncer que trata pacientes de 60 municípios. Ele foi construído com o suor do homem do campo. Setenta e quatro por cento de toda a arrecadação, mais de R\$12.000.000,00. Seu custeio é de R\$3.000.000,00 a R\$4.000.000,00 todos os anos e vem do homem do campo, do café. A Colômbia produz bem menos café que o Estado de Minas Gerais, mas investe muito mais no *marketing* do café que o Brasil. Houve a Copa do Mundo no Brasil e ninguém viu nada do café do Brasil nessa Copa, e estão vindo as Olimpíadas. Se não investirmos no *marketing* do nosso café e ajudarmos o nosso produtor rural, estaremos sendo injustos com ele, que trabalha de sol a sol e, da porteira para dentro, é muito mal-informado.

Esse consórcio será para buscarmos informação no mundo. No mesmo dia em que qualquer empresa cafeeira, como a Nestlé, a Bayer e a Syngenta, souber de qualquer notícia, também o produtor deverá ser informado. Ele não pode ser o último a saber das informações. A Conab soltou uma previsão de safra no ano passado muito longe da realidade. Houve mais de dez milhões de erro, e o café voltou para a metade do preço e deu uma rasteira muito grande no cafeicultor.



Precisamos também acompanhar a Conab, para que ela pense duas vezes antes de soltar um resultado errado, que prejudica muito os cafeicultores.

Então eu queria convidar todos os deputados para participar e fazer as propostas desse consórcio. Quando começamos com esse consórcio, muita gente até desacreditava e achava que não havia necessidade. Hoje já são 67 prefeitos que assinaram o protocolo de intenção desse consórcio. Pode-se transformar no consórcio mais forte do Estado de Minas Gerais e pode ajudar muito o governo. Não estou aqui para defender governo, para falar mal, para agredir ninguém. Tínhamos de somar as forças, porque unidos fazemos muito mais. O que quero é que este seja o melhor governo de todos os tempos para a cafeicultura. Em vez de ficarmos com ingrisia e ataques, se somássemos nossas forças poderíamos produzir muito mais. Até os projetos de Jesus Cristo eram feitos por meio de mutirão, quando criava corpo e juntava o povo. Sozinho qualquer um é muito fraco. Então precisamos somar forças.

Eu queria unir os prefeitos do Sul e do Sudeste para representar os cafeicultores. Não só eu representar, um deputado, mas criarmos uma bancada para qualquer demanda que houver do café. Que cada prefeito convoque o seu deputado estadual e o seu deputado federal. Não um partido político representar o cafeicultor, mas uma bancada de prefeitos e de deputados. Precisamos muito investir no homem do campo, no produtor rural, que é a alavanca deste país. Se dependesse de mim, Minas Gerais teria uma secretaria para o café, por tudo o que o café já fez para os municípios, faz para o Estado e faz para este Brasil. Então é preciso respeitar e ajudar a representar os cafeicultores, todos unidos aqui.

O deputado Fábio Cherem (em aparte)* – Deputado Emidinho Madeira, sou testemunha do seu trabalho em prol do homem do campo, em prol do setor cafeeiro. Entendo e concordo perfeitamente quanto à dificuldade que o cafeicultor tem de entender o mercado globalizado, em que a desinformação favorece a especulação, sempre contra o homem do campo. Tenho visto a atuação de V. Exa. buscando que o cafeicultor tenha, cada vez mais, instrumentos para poder negociar bem o seu produto, o seu café, e prosperar na sua vida.

Solicitei este aparte também porque chegam à Casa agora novos projetos, inclusive de tributação, que mexem com a vida de todos os mineiros. E queria dizer a todos: o Estado tem custo, e tem custo porque é bom para o cidadão. O Estado que não funciona é o Estado mais caro que pode haver. Hoje a pergunta é: neste momento de crise, o governador Fernando Pimentel criará condições para que o Estado funcione? Penso que sim.

Veja bem, deputado Emidinho Madeira, fizemos um trabalho excelente em prol dos servidores da educação, para que a educação funcione. Recentemente atendemos à demanda dos servidores do IMA e demais, conforme estávamos ontem à noite, na reunião conjunta das Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira, aprovando regulações para que o servidor se sinta em condições de trabalhar. É importante que saibamos que a meritocracia tem imperado no Estado, já que o governador Fernando Pimentel tem optado continuamente por nomear servidores concursados tanto na educação quanto na área de agentes penitenciários. É nesse sentido que podemos determinar que a companheirada não é a escolhida por contratação discricionária, como em caso de lei delegada. Havia aqui 4.700 funcionários a serem contratados pela lei delegada.

Já concluo, deputado. A meritocracia incide sobre o concurso público regulamentado, dando oportunidade ao cidadão de ingressar no serviço público de maneira digna. É isso que o nosso governador tem feito, e previdente. Para evitar situações extremas, como em Goiás e Rio Grande do Sul, o governador, de olhos no futuro e cioso dos direitos de todos os mineiros, atua agora para regularizar as contas do Estado.

Ninguém, nenhum governador gosta de aumentar tributos, mas aí do governo que se omite e deixa o Estado cair no caos. Parabéns pelo trabalho de V. Exa. Conte conosco para apoiá-lo sempre que possível. Muito obrigado, deputado.

O deputado Isauro Calais (em aparte) – É rápido, um minuto. Quero parabenizar V. Exa. O que o Cherem disse é verdade, V. Exa. está aqui defendendo o homem do campo, que, muitas vezes, é abandonado. Tomara que, agora, o João Cruz, secretário de Agricultura, possa dar, efetivamente, atenção ao homem do campo. Vejo as ações do João Cruz na Zona da Mata. Ele tem, realmente, se voltado para o produtor rural, seja o produtor de leite, seja o produtor de café, de milho, de arroz ou de feijão. Mas, o mais importante é que precisa ser feito algo. Hoje o Brasil tem o homem do campo, tem a agricultura. O agronegócio está carregando o Brasil nas costas, e eles não estão nem aí para o agronegócio, estão se lixando para o agronegócio. Então é preciso mais investimentos. Acredito que, através do João Cruz, o governo de Minas Gerais vai dar o apoio necessário. V. Exa. está de parabéns por estar aqui, nesta Casa, defendendo esse trabalhador.

Precisamos de um dentista uma, duas, três vezes na vida; de um médico, 5, 6 ou 10 vezes; de engenheiro para construir a nossa casa, 1 vez; de um advogado, 2, 3 vezes, mas do homem do campo, precisamos todo dia, porque precisamos do pão, do leite, do café e do arroz em nossa mesa. Parabéns pela sua luta, e parabéns a esse herói do campo que faz a cidade caminhar.

Quero parabenizar os funcionários do Ipsemg e do IMA pela luta. A Assembleia está ao lado de vocês. Muito obrigado, deputado Emidinho.

O deputado Emidinho Madeira* – O produtor rural, como estava dizendo, é muito solidário. Na minha cidade, fizemos, agora, uma campanha do café, para construir um polo da saúde, para fazer as cirurgias eletivas do nosso povo. Às vezes, uma pessoa trabalhou na enxada, ou de pedreiro, ou de servente, adquiriu desgaste de osso, hérnia de disco, precisa colocar uma prótese e não pode. É muito humilhante. Às vezes, trabalhou tanto, gerou empregos, criou a família com dignidade e, hoje, não tem a dignidade nem de andar. Às vezes, uma pessoa, seja empresário ou doméstica, precisa fazer uma cirurgia de catarata, que renova a vida da pessoa, e tem de se humilhar e ficar aguardando. Nós esperamos isso há tempos, unimos cafeicultores e estamos construindo um polo da saúde, com 1.000m² de construção, para fazer cirurgias eletivas, cirurgias otorrinolaringológicas, de catarata ou ortopédicas. Como você disse, hoje, para tudo há especialidade, mas ninguém se especializa em defender o homem do campo, o homem que produz, que gera emprego e que paga impostos.

Há cidades do Norte de Minas que têm pouco café; outras não têm, mas de lá vão 3, 4 mil pessoas para o Sul de Minas, onde ficam três, quatro meses apanhando café, ajudando o progresso do País e fazem conta para passar o ano. Então o café é muito importante para o Estado de Minas Gerais. Por isso estamos constituindo esse consórcio para, quando vier uma crise, a gente estar preparado para



defender o cafeicultor. Então quero convidar todos os deputados e todos que estiverem assistindo à TV Assembleia para participarem conosco da Feira Internacional do Café. O lançamento do consórcio será amanhã, às 14h30min. Muito obrigado a todos.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bosco* – Boa tarde a todos e a todas. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que honra-nos com a presença nas nossas galerias, quero aproveitar para saudar os servidores do IMA, em grande número aqui na tarde de hoje, que aguardam a apreciação e a votação de matéria de interesse de todos os servidores do IMA, instituição que, realmente, faz um trabalho extremamente importante na cadeia produtiva de Minas Gerais. Sejam todos muito bem-vindos.

Quero, da mesma forma, saudar nossos representantes, os servidores aposentados do Ipsemg, aqui presentes em grande número. Estava eu, deputada Maria do Carmo(?), olhando para os servidores que hoje estão aposentados pelo Ipsemg e fiquei imaginando quanta experiência existe no somatório de todos esses servidores na galeria, quanta história eles ajudaram a construir nas nossas Minas Gerais. Queremos aproveitar a oportunidade para saudá-los e agradecer-lhes porque os senhores, que representam nesta tarde todos os servidores hoje aposentados pelo Ipsemg, representam, de maneira importante, grandes conquistas e muito progresso para o Estado de Minas Gerais. Sejam todos bem-vindos e contem sempre conosco e com nosso empenho.

Quero saudar o deputado Emidinho Madeira, que me antecipou. O deputado Emidinho é do nosso partido, o PTdoB. Até evitei apartear-lo porque eu estava inscrito para falar logo após, mas gostaria de cumprimentá-lo pela luta em prol dos cafeicultores. Sabemos que essa classe também tem uma importância sobremaneira no Estado de Minas Gerais, um dos maiores estados em que se produz café com qualidade, fornecido para todo o Brasil. Ele exporta hoje café de altíssima qualidade para vários continentes e para vários países. Quero saudar o deputado Emidinho e parabenizá-lo pela luta e pelo consórcio que será, de forma pioneira, instalado durante a feira no Expominas, conforme ele disse. Tenho certeza de que esse consórcio vai fortalecer ainda mais a classe, que tem passado por grandes dificuldades. É uma classe que gera emprego, renda e divisas não só para os municípios, mas para o Estado e para o País.

Gostaria, presidente, caros colegas deputados e deputadas, de fazer menção ao último fórum de que este parlamentar teve a oportunidade de participar, junto a outros parlamentares, no Município de Uberaba, no Triângulo Sul. Essa região do Triângulo foi priorizada pelo governador Pimentel para que pudéssemos receber esse fórum técnico para discutirmos com prefeitos, vereadores, lideranças, enfim, com toda a sociedade ali representada, as prioridades dessas regiões, desses municípios, no nosso caso, o Triângulo Sul, do qual minha cidade, Araxá, faz parte, entre as mais de 28 cidades. Sabemos que é uma região extremamente importante para o Estado, uma região que tem um IDH considerável, mas é uma região que também tem suas dificuldades, que também tem suas demandas, sobretudo em relação à questão de estradas. Temos ali estradas que foram iniciadas no governo passado, foram paralisadas ainda no ano passado e que precisam ser retomadas, a exemplo da estrada que liga Pratinha a Medeiros. É uma estrada com uma dimensão de, mais ou menos, 46 km, e que, depois de asfaltada, vai contribuir sobremaneira com o desenvolvimento da região, ligando o Triângulo Sul, o Alto Paranaíba ao Sul de Minas, encurtando distâncias e contribuindo para o desenvolvimento econômico da região.

Como temos também a estrada, Professor Neivaldo, cujas obras foram iniciadas também no governo passado e paralisadas; parte já foi realizada. A BR-452 vai de Araxá a Uberlândia; e temos ali 26 km de estrada ligando Perdizes à BR-262. É uma estrada que, sem dúvida alguma, é extremamente importante para a região, tendo em vista o setor agropecuário e o agronegócio, que é muito pujante. Essa estrada também encurtará caminho para o escoamento da produção e para o recebimento de matéria-prima.

São prioridades que, com certeza, discutiremos no segundo momento desse fórum técnico que vai acontecer na minha cidade, Araxá, na próxima terça-feira, e gostaria de reforçar o convite a todos os deputados, principalmente os do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro, a fim de participarem conosco dessa segunda rodada do fórum do Triângulo Sul, que será de grande importância, pois discutiremos questões referentes às rodovias, às estradas e outras. Entre elas, abordaremos a questão da saúde – o deputado Professor Neivaldo está aqui e é de uma cidade-polo, uma cidade-referência do Triângulo Mineiro, Uberlândia, que enfrenta hoje as mesmas dificuldades do Triângulo Sul. Temos uma demanda crescente na área da saúde, e a estrutura existente já não comporta as demandas apresentadas pelos inúmeros municípios da região.

Portanto, essa segunda rodada será extremamente importante para discutirmos com a comunidade e com o governo do Estado, que, de forma democrática, está indo até essas cidades e regiões para ouvir: ouvir para governar. Acredito que esse é um caminho muito interessante e, acima de tudo, muito inteligente, porque temos de ouvir as pessoas. Já ouvi alguns deputados que me antecederam chamarem os outros deputados à responsabilidade com relação a seu voto, mas, antes de tudo, é importante que o deputado seja um ouvinte constante e permanente do seu eleitorado, de suas bases, já que as coisas acontecem no município. Sabemos que os estados e a União são entes virtuais e que as coisas acontecem, de fato, nos municípios: no município o cidadão adocece e precisa de boa saúde; no município ele precisa de uma ação social a contento para poder socorrê-lo, principalmente os mais necessitados; no município precisamos oferecer uma educação cada vez de mais qualidade e, sobretudo, inclusiva.

Portanto, quero dizer que participaremos dessa segunda rodada do fórum do Triângulo Sul. Antes de conceder aparte ao deputado Professor Neivaldo, que está me aguardando há um tempo, queria cumprimentar e parabenizar o governo de Minas, por intermédio do governador Pimentel e seu vice, Toninho Andrade, por essa grande iniciativa de, tão logo no primeiro ano de seu mandato, deslocar-se da capital, sair do palácio do governo para ir realmente aonde as coisas acontecem, aonde o povo está, a fim de ouvi-lo e levantar, por meio do fórum, as prioridades de cada setor, segmento, região, para transformá-las em ações do governo do Estado.

O deputado Professor Neivaldo (em aparte) – Obrigado, deputado Bosco. Antes de mais nada, gostaria de cumprimentar os trabalhadores do Ipsemg que estão aqui nesta tarde. É um prazer estar com vocês e poder votar em sua defesa. Os servidores do IMA também estiveram presentes em vários fóruns cobrando do governo uma nova postura. E é isso que o governador Fernando Pimentel tem feito, adotando uma nova postura, com diálogo e respeito, atendendo às reivindicações na medida do possível, fazendo avaliação dos planos de carreira. Estamos à disposição.

A sua fala veio em boa hora, deputado, e eu gostaria de fortalecê-la. Hoje recebi *e-mail* de um cidadão de Araxá, cidade muito importante na nossa região do Alto Paranaíba, que possui recursos importantíssimos para a nossa Minas Gerais. Ele cobrava, com



insatisfação, por ser a segunda rodada em Araxá, num dia de semana e sem a presença do governador Fernando Pimentel. Quero fazer um alerta e mostrar a importância da segunda rodada dos fóruns regionais. Sabemos que ela servirá para a apresentação de reivindicações e organização, sendo até mais importante que a primeira rodada. O deputado Bosco, legítimo representante de Araxá, falou rapidamente sobre o que a região tem recebido. A população da cidade e região deve participar da segunda rodada, que é fundamental para que a sociedade civil organizada e não organizada apresentem suas reivindicações, que serão votadas e depois estarão no plano plurianual.

Portanto gostaria de parabenizá-lo por sua fala e dizer que todas as cidades e regiões são importantíssimas para o governador Fernando Pimentel, e Araxá não ficará fora desse contexto.

O deputado Bosco* – Agradeço ao Professor Neivaldo. Acredito que muitos telespectadores que estão nos acompanhando neste momento também nos acompanharão na reedição desse programa logo mais, à noite. A segunda fase irá contemplar a formação de grupos de trabalhos temáticos; a realização de debates sobre as necessidades, problemas e sugestões elencadas nos formulários que serão distribuídos aos participantes; a realização de dinâmica de priorização das propostas – defesa das 20 primeiras propostas hierarquizadas nas salas temáticas; votação para priorização das propostas; indicação dos representantes do Comitê de Planejamento Territorial e do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social – Cedes. Essa será uma oportunidade muito interessante para a nossa região. Esperamos contar com a participação de todos. São quase 30 municípios, que terão a oportunidade de dizer ao governo do Estado quais são as verdadeiras prioridades. Araxá tem várias prioridades, como a Vila do Artesanato, que depende de determinação da Codemig. Estamos aguardando que ela autorize o andamento do projeto. Defenderemos outros projetos na segunda rodada do fórum, que será realizada em Araxá na próxima terça-feira, no Tauá Grande Hotel, onde estaremos o dia todo debatendo as prioridades da nossa região.

Presidente, temos outros assuntos a tratar na tarde de hoje. Porém o nosso tempo já se esgotou. Deixaremos para a próxima reunião. Deixo o nosso agradecimento a todos os telespectadores e ao público presente. Quero dizer aos servidores do IMA e do Ipsemg que estou pronto para votar favoravelmente ao projeto que visa ao reconhecimento da categoria. Boa tarde a todos.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia – Presidente, solicitei a palavra para ressaltar que temos na pauta, entre outros, dois projetos cuja votação precisa de um quórum de 39 deputados. Já há um acordo de votação de todos os projetos que estão na pauta, mas queria chamar a atenção dos deputados e das deputadas para esses dois.

Um deles responde a uma reivindicação dos prefeitos de todo o Estado a respeito do transporte escolar na área rural. Sabemos que o dinheiro está curto em todos os locais, e a situação não é diferente nas prefeituras, especialmente nas prefeituras pequenas, do interior. Então, o governador está enviando um projeto de lei, que é esse que vamos votar, determinando um recurso para o transporte escolar na área rural. Assim, pediria a presença dos deputados e das deputadas para que possamos aprovar esse projeto, que é fundamental para que os alunos da área rural tenham acesso à escola no dia a dia, o que é do interesse de todo prefeito e, portanto, de todo deputado.

O segundo, a que já me referi em aparte que fiz ao deputado Emidinho Madeira, trata dos servidores aposentados do Ipsemg, que estão aqui – aproveito para agradecer a presença de todos. Estou demorando um pouco mais, porque o presidente Adalclever Lopes pediu-me, deputado Durval Ângelo, que eu fizesse uma chamada especial para que conseguíssemos chegar ao número necessário de deputados, que ainda não era suficiente. Mas quero solicitar aos deputados que agradeçamos os servidores aposentados do Ipsemg, pois o projeto não propõe nada mais do que uma correção a uma injustiça que eles sofreram. Sejam bem-vindos. Como disse, estamos esperando quórum para a votação. Aliás, a injustiça é também aos servidores do IMA, que estão aqui conosco, pois ficou faltando uma parte dos acordos que foram feitos. Os fiscais do IMA estiveram aqui no mesmo dia em que recebemos o governador Pimentel, quando do lançamento do Plano Safra. Como o governador ouviu as pessoas, determinou que eles fossem ouvidos e, finalmente, apresentamos o projeto de lei.

Também quero agradecer aos deputados Luiz Humberto Carneiro e Lafayette de Andrada, que estão com emendas ao projeto mas retiraram-nas neste momento. Se não o fizessem, o projeto teria de voltar às comissões. Então, os dois retiraram suas emendas, que serão apresentadas no 2º turno. Isso foi feito exatamente para não atrapalhar a votação do projeto hoje e, ao mesmo tempo, garantir a eles que apresentem suas emendas, o que é um direito e um dever do deputado. Então, gostaria de agradecer aos deputados Lafayette de Andrada e Luiz Humberto Carneiro, estendendo os agradecimentos à oposição, pela retirada.

Espero ter contribuído, presidente, para chamar os deputados ao Plenário, para que tenhamos quórum para a votação. Obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues* – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os senhores deputados, as senhoras deputadas, o público que nos assiste pela TV Assembleia e também todos os servidores que vieram ocupar as galerias nesta tarde e, obviamente, acompanhar a votação do PL nº 2.883, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Poder Executivo, mas especialmente das carreiras do Instituto Mineiro de Agropecuária, do Ipsemg, do IPSM e também da Advocacia-Geral do Estado.

Sr. Presidente, aqui fui incumbido pelo líder do bloco Gustavo Corrêa para pronunciar em nome do bloco. Então, em nome do bloco e atendendo ao pedido do líder Gustavo Corrêa, quero dizer que todos nós, da oposição, votaremos favoravelmente ao PL nº 2.883. E saibam vocês que essa é a mesma oposição que hoje compõe o quórum para que pudesse ter o quórum suficiente para aprovar a matéria. É bom deixar isso claro, porque às vezes, sendo o projeto do governador Fernando Pimentel, acreditam que a base do governo pode ser suficiente para a votação. Neste momento, se não fosse a presença dos deputados da oposição, os servidores não teriam a aprovação do projeto em 1º turno. É bom que se deixe isso muito claro. Não só votaremos favoravelmente, como também estamos aqui para que haja o quórum, afinal é necessário, no mínimo, 30 deputados em Plenário votando, o que caracteriza a votação da maioria simples.

Sr. Presidente, já fiz esse encaminhamento na Comissão de Constituição e Justiça, aliás, com a benevolência do vice-presidente da comissão, deputado João Alberto, que nos permitiu falar.



Fiz esse encaminhamento na Comissão de Justiça, aliás com a benevolência do vice-presidente da comissão, deputado João Alberto. Ele nos permitiu fazer a nossa fala. Por isso, deputado João Alberto, quando a base de governo tem um comportamento mais solidário, permitindo o exercício da democracia, permitindo que os deputados da oposição se manifestem, esse tipo de comportamento também tem reflexo nos deputados da oposição no momento de se fazer o encaminhamento e buscar a conciliação para, de forma propositiva, votarem-se as matérias. Talvez se V. Exa. não tivesse permitido isso naquele momento eu não abrisse mão agora de discutir a matéria por uma hora, e não haveria nem presidente nem líder de bloco que me demovesse da minha posição, até porque ela é regimental. São gestos como esse, deputado João Alberto, que fazem com que também tenhamos a compreensão de chegar aqui, entrar em acordo e fazer o que é necessário: votar um projeto que traz benefícios aos servidores.

Contudo, chama-nos a atenção nessa matéria, deputado Gustavo Corrêa, deputado Tito Torres, deputado João Leite, deputado Luiz Humberto Carneiro, deputada Ione Pinheiro e deputado Lafayette de Andrada, que o governador Fernando Pimentel, por intermédio do seu secretário de Planejamento e Gestão, e isso não é novidade, porque eu disse ontem aos servidores que acompanhavam a votação da matéria na Comissão de Justiça... Deputado Tito Torres, por duas vezes o Sr. Helvécio Magalhães foi a público – e isso ocorreu no dia 2 de setembro, no jornal *O Tempo*, e no dia 6 de setembro, no jornal *Estado de Minas* – para dizer que não tinha dinheiro para fazer as nomeações dos concursados da Polícia Civil e, muito menos, praticar reajustes salariais. Essas duas matérias estão comigo, vou deixar de fazer sua leitura neste momento porque as li por cerca de três vezes. O que nos assusta, deputado Dalmo Ribeiro Silva – e V. Exa. compõe conosco o bloco da oposição e também votará favoravelmente ao projeto -, é que o governo Fernando Pimentel mente descaradamente, deputado Antônio Carlos Magalhães, quando fala que não tem recurso em caixa. Num momento ele fala: “Não tenho recurso em caixa” e, no outro dia, ele traz projetos para aumentar salários de servidores. Repito: é justo, merecido e necessário esse reajuste. Na verdade, a meu ver, não se trata de reajuste. Na verdade, estamos votando aqui a recomposição de perdas que os servidores dessa área precisam.

Por isso, Sr. Presidente, os deputados da oposição estamos aqui para, num gesto de grandeza, dizer: nós poderíamos obstruir, mas, em face da longa espera dos servidores, em face da necessidade de se recompor salários, estamos fazendo um acordo com o líder Durval Ângelo para realmente votarmos a matéria. Lembrem-se: a matéria de vocês somente poderia ser votada e aprovada hoje com a presença de todos os deputados da oposição que eu cheguei a nominar desta tribuna.

Portanto, Sr. Presidente, é preocupante vermos o Sr. Helvécio Magalhães, mais conhecido no Estado como Mãos de Tesoura... Os servidores públicos entenderão isso mais adiante. Talvez os servidores da segurança pública sintam muito na pele quando o Sr. Helvécio Magalhães for negociar sua política salarial. Muitos que nos acompanham pela TV Assembleia conhecerão a diferença gritante, a diferença abissal entre o que negociamos com o governo anterior e o que negociaremos com esse governo, quando se tratar da política salarial dos servidores da segurança pública.

Então, presidente, repito e insisto: não dá para entender um governo que vem a público confiscar, deputado Lafayette de Andrada, os depósitos judiciais de particulares e, ao mesmo tempo, continua a criar secretarias e fazer diversas nomeações de cargos comissionados. São nomeações de cargos comissionados. Não são nomeações para beneficiar vocês do IPSM, vocês do Ipsemg, vocês do IMA e muito menos a Advocacia-Geral. Ou seja, o governo ora fala que não tem o dinheiro, que herdou um déficit enorme do governo anterior, mas continua fazendo uma ganância, continua fazendo uma lambança.

Agora mesmo estamos ouvindo o governo dizer que criará a secretaria de administração prisional. Temo, deputado João Leite, que haja um retrocesso na integração maior, porque a integração não é fácil de ser feita. Ela leva tempo porque é preciso romper culturas que estão enraizadas em instituições. Ao elevar a Subsecretaria de Administração Prisional ao *status* de secretário, este deixa de ser subordinado ao secretário de Defesa Social. Haverá ainda um prejuízo muito maior, porque o secretário de Defesa Social é para fazer os chefes de polícia e o subsecretário de Administração Prisional se assentarem na mesma mesa para poder conduzir reuniões, conduzir planejamento e fazer as ações melhorarem na ponta da linha.

Vejo isso como retrocesso, e a criação de secretarias implica em maior gasto, em novos cargos, em outro *status*, o que fará com que o governo venha a atuar na contramão do seu próprio discurso. O discurso é que está sem dinheiro, que herdou déficit, mas, ao mesmo tempo, incha a máquina pública, aumentando salários de secretários e de secretários adjuntos. Criou uma série de cargos na Secretaria de Defesa Social, e veio há pouco dizer que herdaram um déficit enorme. Então não dá para entender.

O reajuste salarial de vocês aqui hoje, dessas categorias já nominadas, é mais do que merecido, é justo. E vou corrigir a minha fala: não se trata de reajuste, é apenas uma recomposição da perda. Estranha-nos que, no projeto anterior que votamos aqui, antes do recesso parlamentar de julho, insistimos com a emenda, dizendo que no IPSM eram apenas 200 servidores; que estavam aumentando milhares e milhares de salários de outras categorias, mas deixando 200 servidores.

Fiz um apelo ao deputado Rogério Correia, fiz um apelo ao deputado Durval Ângelo, e o que vemos hoje no texto, que diz respeito ao IPSM, é nada mais nada menos que cópia fiel das emendas que apresentei e que a base do governo derrotou. Aí, sim, foi a base do governo que derrotou. Talvez porque tenha sido deputado da oposição que tenha apresentado. “Não, desse deputado não deixaremos ser aprovado, porque senão ele levará os louros.” Mas, como estamos atentos, vigilantes, cumprindo o nosso papel, percebi que o texto que o governo encaminhou é exatamente o Ctrl+C, Ctrl+V das emendas que apresentamos para os servidores do Instituto de Previdência dos Servidores Militares.

Portanto, presidente, deixo aqui duas preocupações. Primeiro derrotaram as nossas emendas, e agora estão fazendo a mesma coisa. Parabéns aos servidores, que se mantiveram unidos, mobilizados, e que, certamente, não estão tendo reajuste, apenas a recomposição de perda salarial. Mas o governo continua atabalhoado, o governo continua falando para a população: “herdamos um déficit de R\$7.000.000.000,00”. E, ao mesmo tempo, cria cargos comissionados, cria secretarias – foram criadas três na pequena reforma administrativa feita. Aumentou salários, criou cargos de secretários adjuntos, e os salários desses altos cargos do governo do Estado subiram, e muito. Mas continua a mesma cantilena, continua choramingando, dizendo que herdou o déficit.



Portanto, líder deputado Gustavo Corrêa, líder deputado Gustavo Valadares, nós que compomos o bloco de oposição estamos aqui prontos para responder aos servidores não só com a nossa presença, mas também com o voto favorável; e não só com o voto favorável, porque, sem a nossa presença, sequer a base do governo teria número suficiente para aprovar a matéria, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cabo Júlio* – Boa tarde a todos e a todas. Pretendo ser rápido para não ser repetitivo. Em nome do bloco do governo nesta Casa e da Maioria, queria, primeiro, cumprimentar os servidores. Permitam-me os demais servidores fazer um cumprimento especial aos servidores do IPSM, servidores da casa de onde saí. A primeira coisa que quero dizer é que investir em salário de servidor não é despesa, é investir na qualidade do serviço público. Não há como falar em serviço público de qualidade com o tanto de demanda reprimida, desde o governo anterior, e essa demanda era a busca dos servidores.

Aí farei uma fala talvez um pouco irresponsável: se tivermos de ter problemas para gerir nossas contas e se isso se der em razão de valorizarmos o servidor, iremos administrar esse problema. Queremos que o nosso servidor seja valorizado. O desafio do governo Pimentel é fazer muito com pouco. Porque fazer muita coisa com muito dinheiro é fácil. É muito fácil governar enviando projetos para esta Casa, como fizeram no passado, solicitando autorização para empréstimos, empréstimos, empréstimos, endividando, endividando, endividando o Estado. Agora o nosso desafio é pagar empréstimo, empréstimo, empréstimo, com a arrecadação diminuindo, diminuindo, diminuindo, e, ainda assim, estamos conseguindo valorizar o servidor do nosso Estado. Esse é o nosso desafio, essa é a grande diferença. Esse projeto é um grande esforço do governo do Estado para fazer essas correções. Olhem, essas correções não são pleitos de hoje, não; são coisas reprimidas anteriormente, e o atual governador, mesmo com a falta de dinheiro, está atendendo aos servidores. Então quero cumprimentar de forma especial os servidores do Ipsemg, do IMA, da Fundação João Pinheiro, da AGE e do IPSM.

Termino dizendo: não existe serviço público de qualidade com uma política de achatamento salarial. Aos servidores, parabéns pela mobilização.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Wilson Batista* – Boa tarde a todos e a todas. Para mim, é uma satisfação imensa a aprovação desse projeto, dada sua importância para as pessoas hoje, principalmente para as mulheres acometidas do câncer de mama. Sabemos da preocupação das pessoas em enfrentar um tratamento de câncer, e, no Brasil, já existem estudos demonstrando que as que se tratam pelo SUS têm possibilidade três a quatro vezes maior de vir a óbito pelas dificuldades enfrentadas, pelos retardos de tratamento, pelas filas enfrentadas no diagnóstico, pelo diagnóstico tardio.

Já enfrentando essa página sombria do tratamento do câncer, muitas mulheres hoje não têm a garantia de que suas mamas serão reconstruídas. De cada 10 mulheres acometidas por essa doença, apenas 3 têm suas mamas reconstituídas, então 7 ainda convivem com a doença e, quando curadas, convivem com sequelas permanentes. E a cirurgia plástica reconstrutiva das mamas sofreu inúmeras modificações e aprimoramentos nos últimos anos. Hoje as técnicas de reconstrução mamária são capazes de oferecer um resultado muito bom para a paciente que teve câncer de mama. Fazemos o tratamento dessa doença, e algumas pacientes conseguem, além de tratá-la, ter um ganho adicional: uma cirurgia plástica de mama. Às vezes, após o tratamento, elas ficam com a mama até melhor que antes de ter o câncer. Esse é um motivo a mais para que essas pessoas enfrentem o tratamento até seu fim.

Então, esse projeto visa garantir a essas pacientes, no âmbito dos hospitais da rede pública do Estado de Minas Gerais, principalmente nos centros de alta complexidade, os Cacons, um programa de cirurgia plástica reconstrutiva de imediato, no mesmo momento em que se inicia o tratamento, para que possam ter esse benefício. Sabemos que a reconstrução de mama imediata é muito mais importante para a mulher porque a técnica é mais simples, o resultado é melhor e ela consegue não só tratar da doença, mas também restituir sua mama e viver com qualidade.

Esse foi o objetivo do nosso projeto: garantir às mulheres um tratamento de qualidade, principalmente àquelas que têm como única forma de tratamento o SUS. Hoje, infelizmente, quem trata do câncer de mama e tem sua mama reconstituída são apenas aquelas mulheres que podem pagar um cirurgião plástico para acompanhar o tratamento inicial do câncer. Queremos, portanto, garantir que, em toda equipe que vá planejar um tratamento de câncer de mama, haja inserido um cirurgião plástico ou um mastologista com treinamento da reconstrução mamária, a fim de a mulher se beneficiar do tratamento, enfrentar aquela página sombria do câncer e sobreviver, mas com qualidade e dignidade. Agradeço a todos que participaram desse projeto e ajudaram a aprová-lo nas comissões. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, não poderia deixar de fazer a discussão dessa matéria, até porque ela é muito importante, pois trata do Programa Estadual de Transporte Escolar. Quando falamos em qualquer ação política voltada para a educação, estamos trabalhando na raiz de vários problemas sociais. Portanto, fico muito à vontade para tratar desse assunto, até porque, na legislatura passada, votei contrário à submissão, na forma da lei, dos salários dos professores em forma de subsídio. Portanto, mantenho a minha coerência em ter votado favoravelmente aos professores para a manutenção do piso, até em obediência à Lei Federal nº 11.738, de 2008, de autoria do senador Cristovam Buarque, do meu partido.

Mas gostaria, presidente, de dizer, novamente, inclusive a pedido do líder Gustavo Corrêa, que votaremos favoravelmente ao projeto, deputado Durval Ângelo. V. Exa. não tenha dúvida disso.

Em que pese a ter solicitado a matéria para discutir, não farei uso do tempo regimental de 60 minutos. Com certeza, falarei muito menos que isso. É um projeto importante e, ao mesmo tempo, tem ligação direta com a área em que buscamos nos especializar do ponto de vista acadêmico, e em que temos conhecimento prático, deputado Mourão, que é a área da segurança pública em que trabalhamos muito com a tese. Pela primeira vez na história deste estado um governo atuou no campo da prevenção social. Tamanho foi o acerto das iniciativas e das políticas públicas desenvolvidas, pelo então governador Aécio Neves, na área de segurança pública, especialmente no campo da prevenção especial, e é por isso que esse projeto está inserido no tema, pois toda e qualquer ação que visa à melhoria da educação atua no campo da prevenção social, especialmente para diminuir o crime e a violência.



No nosso estado, o ideal seria que todas as escolas municipais e estaduais funcionassem em tempo integral. O companheiro e deputado Nozinho é do nosso partido, do PDT. Ele foi prefeito de São Gonçalo do Rio Abaixo. Lá ele implantou escolas de tempo integral, que teve ótimos resultados. Certamente isso melhorou várias áreas da política pública de seu município. Deixo registrada na discussão dessa matéria essa iniciativa. O PDT tem no seu programa partidário a defesa da escola integral, que é muito bem feita pelo senador Cristovam Buarque.

Presidente, estamos aqui para votar esse projeto, que é muito importante. Ele faz essa ponte com a prevenção da criminalidade e da violência, mas as notícias que estamos recebendo, deputados Bonifácio Mourão e João Leite, as notícias que são publicadas todas as manhãs nos jornais de Minas Gerais não são muito boas. Estou aqui com uma retranca que saiu hoje, dia 23 de setembro de 2015, no jornal *Estado de Minas*, com o seguinte título: “Violência: assaltos em Minas crescem 16% este ano. Dados da Secretaria de Estado da Defesa Social mostram que ocorrências cresceram em Belo Horizonte. Donos de concessionárias e lojas da Cristiano Machado têm trocado pagamentos em dinheiro por cartões de crédito e transferência eletrônica para evitar assaltos”.

Há dias, deputado João Leite, ocupamos a tribuna desta Casa e da Comissão de Segurança Pública para denunciar o que o governo vem fazendo com a área de segurança pública do nosso estado. Em que pese a alguns deputados da base do governo tentarem fazer contraponto desta mesma tribuna, que é democrática, não conseguiram mudar os dados que são do próprio Ciasp, pois são dados do próprio governo do Estado.

Deputado João Leite, tenho aqui gráficos dos oito primeiros meses de investimento na área de segurança pública. São os oito primeiros meses de investimento na Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Nos oito primeiros meses do governo anterior foram investidos na Polícia Civil R\$36.500.000,00. No atual governo foram investidos R\$185.000,00. Aí o cidadão que está nos acompanhando pode dizer: “Mas o deputado é da oposição”.

É, sou da oposição, tenho orgulho de estar na oposição ao PT aqui e em Brasília, em que pese a parte de meu partido ainda se encontrar na corda bamba. Uma parte quer apoiar o governo da presidente Dilma, mas este deputado se manifestou em posição oposta desde o primeiro momento. Tenho orgulho de estar do lado que estou junto aos colegas deputados da oposição; orgulho-me, deputado Wander Borges.

V. Exa. terá muito trabalho com a BR-381, porque sabe o que foi feito para a maquiagem, durante a campanha do ano passado. V. Exa. amargou a perda de dois colegas de trabalho, dois secretários, amicíssimos seu e de sua família, na Rodovia da Morte. As promessas, deputado Wander Borges, vêm há cerca de quase 13 anos. Esse número não é daqueles muito bentos, deputado Wander Borges. Há quase 13 anos V. Exa. vem lutando como deputado e como prefeito que foi, diga-se de passagem, um excelente prefeito, muito querido na nossa Sabará. A Polícia Civil, deputado Wander Borges, não amarga apenas um corte drástico de investimento.

E por que estamos fazendo essa ponte, deputado João Leite? É porque algum deputado pode dizer: “Presidente, regimentalmente peça ao orador para se ater à discussão do projeto”. Estamos tratando de projeto na área da educação, e a educação está intrinsecamente ligada, deputado Bosco, aos dados da criminalidade e da violência. Quanto mais tempo os nossos filhos, os nossos sobrinhos, os filhos dos cidadãos que nos acompanham, os filhos dos nossos eleitores, de todos nós passarem na escola, melhor será para conter os índices de criminalidade e de violência. Portanto, temos aqui a preocupação de fazer uma ponte e uma ligação com essa matéria.

Com relação ao custeio, deputado Wander Borges. O que é custeio? É o que faz a máquina pública funcionar, deputada Arlete Magalhães, aquilo que o comandante do batalhão manda comprar: o cabo de embreagem para a viatura que está parada, que não consegue atender a comunidade que votou em V. Exa; a viatura que está sem pneu, que não consegue percorrer os bairros da capital mineira; a viatura que está com o giroflex quebrado, que não pode circular. Pasmem, senhoras e senhores. Apenas referente à Polícia Civil, nos oito primeiros meses, o governo anterior destinou R\$138.276.000,00 para bancar o custeio; o xerox, o tonner da máquina de xerox, o papel A4 para imprimir um documento na delegacia de polícia, o material de limpeza, a gasolina, o conserto de viatura, ou seja, tudo para que a máquina pública, deputado Doutor Wilson Batista, funcione bem. Nos oito primeiros meses do governo anterior, de custeio, foram gastos R\$138.276.000,00. Esse ano o governo gastou R\$106.649.000,00. Portanto, R\$32.000.000,00 a menos no custeio. São dados da Polícia Civil.

Deputado Antônio Carlos Arantes, V. Exa. tem pedidos para fazer audiência pública em Camanducaia, em Monte Verde e naquela região. Os comerciantes e o pessoal ligado à agricultura estão sentindo na pele, porque os índices de criminalidade e violência estão aumentando. Ocupi a tribuna pela primeira vez, deputado Felipe Attiê, para dizer que o crime e a violência em Minas Gerais aumentariam. Há mais de 30 dias, quando ocupi pela primeira vez, disse mais, que aumentaria a letalidade dos profissionais de segurança pública. E não deu outra. Sabíamos exatamente o que estávamos falando, porque estamos acompanhando esses dados há 17 anos nesta Casa.

E agora, nesse último final de semana, tivemos a morte de um delegado de polícia, que morreu de forma covarde. Foi friamente atacado por dois bandidos, dois delinquentes perigosos, um de 16 e outro de 17 anos, no Bairro Cidade Jardim, na Avenida Prudente de Moraes.

Portanto, quero dizer, deputado Felipe Attiê, que, quando pegamos a curva do gráfico da letalidade dos profissionais da segurança pública do ano passado... Aliás, não vamos falar do ano passado, vamos falar de 2011 para cá. Em 2011, morreram 10 profissionais da segurança pública; em 2012, 9 profissionais; em 2013, 8 profissionais; em 2014, 7 profissionais; e este mês findou com a morte de 10 profissionais de segurança pública. Ainda faltam três meses, deputado Felipe Attiê, para terminar o ano e o décimo policial morreu. Por quê? Porque o governo vem reduzindo drasticamente investimentos em segurança pública.

Não tenha dúvida, deputado Ivair Nogueira, que a sua querida Betim, que estava ruim, vai piorar. Não estou dizendo isso porque sou o apocalipse do caos, é porque são dados. Olhem os dados da Polícia Militar: nos oito primeiros meses do governo anterior foram investidos na Polícia Militar R\$49.000.000,00. Nos oito primeiros meses deste ano, o atual governo investiu R\$10.000.000,00. Subtraíram de investimento, apenas da Polícia Militar, R\$39.000.000,00.



Agora, pasmem, não é apenas uma tristeza ver o governo fazer isso em relação ao custeio da Polícia Militar, que é fundamental para uma polícia ostensiva e preventiva, que é aquela que assiste, que socorre e ampara 24 horas o cidadão, mas sim ver o governo anterior, nos oito primeiros meses, deputado Felipe Attiê, gastar com o custeio da Polícia Militar R\$328.000.000,00, para fazer a Polícia Militar funcionar. Mas, nos oito primeiros meses deste ano o governo gastou apenas R\$172.000.000,00, praticamente a metade.

Então, deputada Arlete Magalhães, V. Exa., quando perceber que os seus vizinhos e que as suas lideranças políticas estão cobrando, deputado João Magalhães, que o crime está aumentando, que a violência está aumentando, não tenham dúvida disso, porque não é preciso ser especialista, é feijão com arroz. Se você reduz o custeio da máquina pública e corta drasticamente investimento, não dá outra, é óbvio. Sem ferramenta, não há como trabalhar. Se não há como trabalhar, não há como combater o crime nem prevenir. Se não há como prevenir e combater, obviamente teremos o crescimento da criminalidade e da violência em nosso estado.

Por último, Sr. Presidente, já que disse que ia fazer um encaminhamento curto, apesar de ter a possibilidade de falar 60 minutos, mas em homenagem ao deputado Glaycon Franco, que me fez um apelo, faço um alerta aos senhores e às senhoras deputadas. Não se iluda, deputado Doutor Jean Freire, V. Exa. e o deputado João Alberto nos pediram audiência pública em Araçuaí, assim como a deputada Celise Laviola, que participou de uma audiência pública na cidade de Aimorés, assim como fizemos audiência pública em Andradadas, a pedido do deputado Dalmo Ribeiro Silva, se o governador Fernando Pimentel não colocar na sua cabeça, de forma consciente, como gestor público, que ele deve priorizar determinadas áreas, se ele não fizer investimentos em segurança pública e não bancar pelo menos o custeio, deputado Glaycon Franco, Ouro Branco vai explodir. V. Exa. esteve lá na audiência pública e viu que os índices de criminalidade e de violência em Ouro Branco e em Lafaiete vão explodir. E não é porque V. Exa. deseja, não, é porque não tem jeito, não há como a máquina pública ser cortada em investimento de custeio e funcionar bem. É uma questão de lógica, de coerência.

Portanto, os senhores deputados e as senhoras deputadas, ao sentirem a cobrança de prefeitos, de vereadores, de lideranças comunitárias, por questão de segurança, não se iludam, o governador Fernando Pimentel não prioriza segurança pública.

Encerrando, o que nos deixa estarrecidos, principalmente no caso da Polícia Militar, é a omissão do Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, é a omissão do comandante-geral da Polícia Militar. Omito, está deixando seus policiais em situação difícil, chegando a ponto de permitir o aumento da letalidade policial; porque não cobra do governador, não faz seu papel de comandante, porque é apenas um representante do governo, e não o representante da tropa no governo. Infelizmente, é a realidade. Comandante omito, a tropa fica abandonada. Denuncio, desta tribuna, que o Cel. Bianchini tem abandonado seus comandantes, permitindo que o governador venha sucatear a Polícia Militar de Minas Gerais.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Presidente, deputadas, deputados, nossos líderes Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares. Todos estamos de acordo, votaremos o projeto, mas queremos ter oportunidade de encaminhar sobre este momento tão importante que estamos vivendo no nosso país e em Minas Gerais. É claro que, para todos nós, brasileiros, é um momento de perplexidade. Todos nós estamos perplexos diante do estado de coisas, especialmente do naufrágio do governo do PT. Imaginem o PT que votou contra o Plano Real, está conseguindo destruir o real. O real que foi construído com o suor, a dor do povo brasileiro; o PT, que votou contra o real, está destruindo essa moeda.

Alguns falam que o dólar está subindo. Não é isso. Está claro que é o real que está perdendo o valor. Imaginem que em um momento como este, o governador Pimentel envia para a Assembleia Legislativa um aumento de impostos para os empresários. É algo impressionante, inaceitável. Como colocar nas costas dos empresários a conta do desastre do PT no Brasil? Deixar o real, construído com o suor do povo brasileiro, desse jeito! Precisamos de R\$5,00 para comprar US\$1,00.

Eu me lembro, quando era jogador de futebol, na época da cortina de ferro, na Romênia, do desespero dos romenos, que trocavam 24 lei por 1 dólar. Eles saíam correndo atrás de nós, na delegação do Atlético, querendo comprar dólar, porque no hotel em que estávamos havia um lugar que vendia chicletes e outros produtos importados. Eu comprava chicletes, enchia o bolso da minha calça de treinamento e ia treinar em Craiova, em Bucareste, e os meninos ficavam atrás do gol e gritavam: *Gum, Leite, gum!* Eles queriam chicletes. As crianças não tinham chicletes nos países da cortina de ferro, nos países socialistas. É isso que está sendo implantado no Brasil. Fiquei lembrando-me da Romênia quando vi essa foto. Aquelas filas imensas para comprar produtos, aquele sofrimento do povo. Uma criança, deputado João Magalhães, não poder mascar um chiclete! Isso foi implantado naqueles países, e estamos vendo acontecer aqui próximo, na Venezuela, na Argentina. Agora, o partido que votou contra o real consegue o que sempre quis: está destruindo o real. E vemos acontecer, lamentavelmente, aquelas coisas que imaginávamos que não aconteceriam mais no Brasil.

Aqui, propõem o aumento do ICMS em vários produtos, mas esse aumento não recai sobre todos os fabricantes. Vamos tomar o exemplo dos refrigerantes. Para os refrigerantes regionais, o imposto vai aumentar, mas, para a Coca-Cola, a Schincariol e a Petrópolis, não. Esses fazem o seu concentrado na Zona Franca de Manaus – ou seja, são isentos. Só os regionais vão pagar, o que vai acarretar desemprego em massa em Minas Gerais. Mas a Coca-Cola não vai pagar. O que é mais lamentável é que, se olharmos a prestação de contas do PT, veremos que as maiores contribuições para a campanha do partido são da Coca-Cola, da Ambev, da Petrópolis. E eles não vão pagar o aumento de ICMS, ao passo que a empresa do Norte ou do Sul de Minas vai. E temos de votar isso aqui. O governo quer que votemos isso.

Quer que votemos também, como está aqui, o aumento de imposto na energia elétrica para hospitais, para o hospital evangélico, para a santa casa de misericórdia, para a Apae. Vamos ter de aumentar o ICMS da energia elétrica da Apae. Quero saber qual deputado ou deputada que tem coragem de votar aumento de imposto para a Apae. É lamentável o que esse governo quer fazer.

Mas é interessante que colocam também perfume, cosmético e produtos de toucador, pois acham que isso é supérfluo. Subam as vilas e favelas para ver a quantidade de salões abertos, gerando emprego, que vão fechar. Lembrem que quando uma pessoa faz a unha do pé, está tratando da circulação da pessoa. E o gari, que usa bloqueador solar? Não adianta tapar os ouvidos: o gari que trabalha varrendo a sua rua usa bloqueador solar porque o médico da prefeitura lhe disse que a exposição ao sol pode causar câncer de pele,



mas o imposto também vai aumentar para ele. Ou vocês acham que é supérfluo a pessoa cuidar da aparência, que a pessoa tem de ser avacalhada? Para o PT, tem de ser avacalhada. Vai aumentar o imposto do xampu, do sabonete, do condicionador. Para o PT, tudo isso é supérfluo. A pessoa tem de ficar toda arrebitada, com o cabelo sem pentear, sem usar xampu ou sabonete. É água pura; não pode usar mais nada porque o governo vai penalizar as pessoas que cuidam da aparência, que cortam a unha, que tiram a cutícula. Perguntem aos médicos, como o Dr. Hely, se cortar a cutícula não melhora a circulação. Mas o PT quer impor isso.

Por fim, quero dizer que hoje eu e os deputados Felipe Attiê, Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues e Fabiano Tolentino ingressamos com uma representação no Ministério Público do Estado porque o governo do Estado de Minas Gerais está comprando 1.500.000 carteiras e cadeiras escolares. Em Minas Gerais as carteiras eram compradas pela caixa escolar – nas nossas 4 mil escolas, a caixa escolar tinha autorização para comprar até R\$100,00. Bem, o governo do Estado está comprando 1.500.000 conjuntos escolares por R\$276.000.000,00, a R\$215,00. Ora, o que custava menos de R\$100,00 agora custa R\$215,00. O mais grave é que a maioria das escolas não precisa da substituição do conjunto escolar. Comprados no ano passado na região de Belo Horizonte, 1.800 conjuntos escolares vão ser entregues agora. Esse é o prazo.

Vão tirar os 1.800 novos para colocar um que é caracterizado pelo SDE lá de São Paulo. Quais são as empresas que venceram os certames de Minas Gerais? Uma empresa de Cuiabá, uma empresa da Paraíba e uma empresa de Pernambuco, as mesmas que estão vencendo o certame em todas as prefeituras do PT. São as mesmas, que vêm lá do FNDE. Essas empresas vêm lá de Brasília. Uma delas é uma sala em Bonsucesso, no Rio de Janeiro, e vai receber R\$23.000.000,00 do nosso estado – e dizem que Minas Gerais está quebrada, que tem uma herança maldita. Ora, R\$23.000.000,00 para uma empresa que tem um capital de R\$200.000,00. Veja, Sr. Menotti, capital de R\$200.000,00, mas a empresa vai receber R\$23.000.000,00. E há uma empresa de Curitiba que funciona numa sala também. Essa empresa receberá R\$24.000.000,00 do governo do Estado numa sala.

Sr. Presidente, representamos e estamos aqui solicitando ao excelentíssimo promotor de Justiça Leonardo Barbabela, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio, uma perícia, pois o PT só compra um tipo de carteira escolar. É a Pátria educadora ou a Pátria enganadora? É só uma empresa que fornece. Só uma empresa compra aqueles tubos, porque as outras não têm acesso, não há competição no preço. Então estamos pedindo, Sr. Leonardo Barbabela, uma perícia, saber por que não servem os móveis feitos em Minas Gerais. Eles vão quebrar, são 50 mil empregados moveleiros de Minas Gerais que vão para a rua. Estamos pedindo liminar para cancelar imediatamente essa licitação, esse pregão em Minas Gerais. Isso é um escândalo. Já tínhamos o Petrolão do PT, agora temos o carteirão.

Estamos falando aqui de transporte escolar. Diz o PT que a prioridade é a educação, mas eles gastam dinheiro mesmo é na compra de carteiras. Quero saber o que eles vão fazer com as carteiras novas. A maioria delas foram substituídas, mas as carteiras estão novas. Será que vão jogá-las nas ruas? O que vai acontecer? E essas empresas? Quero saber como uma empresa de Cuiabá entrega em Montes Claros ou em Governador Valadares. Qual é o preço do frete? Por isso custa R\$215,00. Será? Não custa mais R\$90,00, como era quando o governo passado comprava a carteira escolar? Essa é a nossa manifestação.

Não queremos tomar todo o tempo, até pelo acordo realizado pelos nossos líderes, mas gostaria de parabenizar o PT. Vocês conseguiram, votaram contra o real. Vocês não queriam o real e agora estão destruindo ele, construído com o suor do povo brasileiro.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa – Boa tarde a todos os senhores e a todas as senhoras.

Sr. Presidente, encaminho esse projeto, mas confesso a V. Exa. que gostaríamos de votar logo. Porém estamos verificando que a base governista não se encontra em Plenário, não temos os 39 deputados aqui presentes para votarmos. Então, enquanto faço meu encaminhamento, solicito ao deputado Rogério Correia que convoque a base governista para que possamos dar início à votação. Verificamos aqui que temos algo em torno de 30 deputados, no máximo, com os deputados da base e da oposição.

Então gostaria, Sr. Presidente, de encaminhar esse projeto. O deputado João Leite foi muito feliz. O atual governo já concedeu reajuste aos servidores da educação. Para nossa surpresa, o governo, deputado Gil Pereira, que tem afirmado aos quatro cantos que se encontra deficitário, resolveu do nada, como disse o deputado João Leite, abrir nova licitação para aquisição de carteiras, sendo que o governo passado acabou de distribuir a todas as escolas carteiras novas, deputado Tito Torres. Então, espero que este governo continue cumprindo.

Mais do que isso, deputado Gustavo Valadares, meu líder, tenho afirmado que será uma constância nos próximos anos e meses votarmos projetos chamados projetos Ctrl+C, Ctrl+V, deputado *Braulio Braz*. Esses projetos eram do governo passado, e este governo apenas muda a data e a assinatura do titular em questão. Esses projeto nada mais, nada menos é a continuação do que fez o governo passado, governo que defendi e continuarei a defender porque tenho certeza de que ele foi o melhor para Minas Gerais nos últimos anos. Ele prestigiava todos os municípios mineiros, pagando por aluno, deputado Professor Neivaldo, determinado valor para que os municípios transportassem os escolares sobretudo na zona rural. A única diferença é que, no governo passado, havia uma outra secretaria que fazia o repasse dos recursos. Neste agora isso acontecerá por meio da Secretaria de Educação. Então, quero apenas reafirmar, deputados da base governista e sobretudo do bloco independente, que os senhores podem votar tranquilamente o projeto. Vocês votarão um projeto que teve início nos governos passados. Nosso governo, em determinado momento aliás, fez aquisição de ônibus e vans justamente com esse repasse de recursos. Quero apenas reafirmar, mais uma vez, que o Bloco Verdade e Coerência manterá sua linha de coerência e votará favoravelmente a esse projeto, que é mais um dos projetos “*control-C control-V*”. Repito: esse é aquele projeto que apenas muda a data e a autoria do governador. Apenas esse era o nosso encaminhamento, Sr. Presidente. Vamos iniciar a votação.

**DECISÃO INTERLOCUTÓRIA TRANSCRITA NOS ANAIS DA ASSEMBLEIA EM ATENÇÃO A REQUERIMENTO ORDINÁRIO DO DEPUTADO NORALDINO JÚNIOR PUBLICADO NO DIÁRIO DO LEGISLATIVO DE 26/9/2015****PODER JUDICIÁRIO****COMARCA DE GRANDES RIOS****ESTADO DO PARANÁ****Autos nº 0000725-82.2015.8.16.0085****Ação Civil Pública – Meio Ambiente****Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná****Requeridos: Ronaldo Aimar Fazan Fernandes, Douglas Barbosa de Souza e Município de Rosário do Ivaí/PR**

Vistos, etc.

Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Paraná em face de Ronaldo Aimar Fazan Fernandes, Douglas Barbosa de Souza e Município de Rosário do Ivaí/PR, com a finalidade específica de impedir a realização, nesta Comarca de Grandes Rios, de qualquer tipo de evento em que se utilizem instrumentos que causem maus tratos aos animais (sedéns de qualquer espécie, natural e material, esporas de qualquer tipo, corda americana, choques, peiteiras, barrigueiras, sinos, laços e outros). Para tanto, argumenta-se que rodeios e provas de laço são práticas que submetem os animais à crueldade, havendo demonstração científica de que os instrumentos utilizados durante eventos deste tipo causam-lhes intenso sofrimento físico e mental. Aponta-se que a lei federal nº 20519/2002, ao permitir e regulamentar a prática de rodeios e outras competições envolvendo semoventes, é inconstitucional, já que afronta diretamente o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no artigo 225 da Constituição Federal. Juntou-se jurisprudência pátria contrária à realização de rodeios e eventos similares.

Em sede liminar, pleiteia o Ministério Público, por meio de seu representante, a proibição, durante a “IV Festa do Laço Comprido”, prevista para ocorrer nos dias 8 e 9 de agosto de 2015, no Município de Rosário do Ivaí, nesta Comarca de Grandes Rios, “*do uso de todo e qualquer subterfúgio capaz de provocar nos animais sofrimento atroz e desnecessário, como sedém ou objetos pontiagudos ou cortantes ou causadores de lesões, peiteiras, sinos, choques elétrico ou mecânico e esporas de qualquer tipo, impedindo, ainda, a realização de provas tais como calf roping, team roping, bulldogging e vaquejadas, ou outras que impliquem variações no que tange às técnicas de laçada, lançamento ou agarramento de animais, bem como outros eventos semelhantes que envolvam maus-tratos e crueldade a animais*”.

É o relatório.

DECIDO.

De início, necessário esclarecer que a antecipação dos efeitos da tutela demanda a demonstração dos seguintes requisitos: i) prova inequívoca, que convença o juiz da verossimilhança da alegação do autor; ii) fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (ou abuso do direito de defesa ou manifesto intuito protelatório do réu); iii) possibilidade de reversão da medida que foi antecipada

Ademais, é de se salientar que não há nenhuma restrição expressa, posta pelo legislador brasileiro, que impeça a concessão da tutela antecipada *initio litis e inaudita altera parte*.

Feita tal explanação, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela merece deferimento, na medida em que estão presentes os aludidos requisitos (todos constantes do artigo 273, do CPC), conforme se demonstrará na sequência.

Pretende o Ministério Público, em sede liminar, a antecipação dos efeitos da tutela, a fim de que seja proibida a utilização de todo e qualquer subterfúgio capaz de provocar nos animais sofrimento atroz e desnecessário, durante a realização da “VI Festa do Laço Comprido”, prevista para ocorrer entre os dias 8 e 9 de agosto de 2015, no Município de Rosário do Ivaí/PR, nesta Comarca de Grandes Rios.

A verossimilhança das alegações decorre da documentação encartada aos autos (mov. 1.2 a 1.4), dando conta de que o evento realizar-se-á neste final de semana (dias 8 e 9 de agosto), tendo como atrativo principal a “Prova do Laço Comprido” nas modalidades “Troféu Cidade”, “Criolaço”, “Vaca Gorda” e “Laço Milionário”.

O perigo de dano irreparável funda-se na evidente e real possibilidade de infligir sofrimento a seres indefesos, expostos a lesões irreversíveis a até mesmo a risco de morte.

A pretensão deduzida pelo Parquet vem amparada, primeiramente, no próprio texto constitucional. Revelando a intenção do constituinte em substituir a concepção antropocêntrica que até então permeava grande parte, senão a totalidade, da legislação em vigor, a Magna Carta apresenta uma visão inovadora no que tange às normas protetivas, estabelecendo uma gama de incumbências ao Poder Público.

Nesse contexto, o Título II da Constituição Federal, ao tratar “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, legitima, em seu art. 5º, inciso LXXIII, todo e qualquer cidadão ao exercício da ação popular com a finalidade de anular ato nocivo ao meio ambiente. A proteção ambiental, como se vê, foi elevada à categoria de “direito fundamental de todo cidadão”.



Citemos ainda o Título VII, referente à “Ordem Econômica e Financeira”, que estabelece como um dos “Princípios Gerais da Atividade Econômica” a defesa do meio ambiente (art. 170, VI), bem como o Título VIII, “Da Ordem Social”, o qual prevê, em seu art. 200, VIII, o equilíbrio ambiental como fator determinante a uma vida saudável.

Ainda no Título “da Ordem Social”, a Magna Carta reserva o Capítulo VI, intitulado “Do Meio Ambiente”, ao regramento das questões ambientais. Nesse sentido, importante a citação do caput do art. 225, que assim previu:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Ora, é inegável que tal comando constitucional atribui aos animais não-humanos uma posição mínima de direito, qual seja, a de não serem submetidos a tratamentos cruéis ou a práticas arrisquem sua função ecológica ou a preservação de sua espécie. É possível, pois, avistar a consideração dos animais não-humanos com direitos independentes e incondicionados.

Deveras, o disposto no enunciado ora tratado exterioriza o reconhecimento do direito à vida, à existência digna dos seres vivos, independentemente de interesses humanos. Pode, inclusive, fundamentar a vedação a algumas práticas usuais, tais como o uso de animais em experiências científicas, a exploração desregada do trabalho não-humano, e, como é o caso dos autos, as manifestações culturais que violentem tais seres.

Todavia, ainda que se reconheça a nobre pretensão do constituinte, certo é que o ordenamento jurídico brasileiro mostra-se pífio em matéria protetiva, sendo que, por vezes, apenas reproduz a perversa lógica de dominação que fundamenta o processo de “coisificação” que acomete os animais, reforçando tradicionais convicções de serem meros objetos ao desfrute do homem.

A instrumentalização dos animais é verificada, dentre outras situações, na indústria do entretenimento, como circos, rodeios, zoológicos, etc. Sob o pretexto da diversão e da cultura, o homem, autointitulado “ser racional”, impõe aos demais seres toda sorte de humilhação, penúria e dor.

Sem dúvida, o lazer é essencial ao desenvolvimento saudável da pessoa humana; entretanto, sua efetivação não pode se dar em detrimento do bem-estar de outros seres igualmente dotados de sensibilidade e passíveis de sofrimento.

Atualmente, a utilização indiscriminada de animais para fins humanos de lazer relega a um segundo plano os interesses de tais seres, imprimindo-lhes, em maior ou menor grau, alguma espécie de padecimento.

E, no caso dos autos, inegável que a prática da prova do laço submeterá os animais às mais variadas torturas, fustigações e constrangimentos para o divertimento do público. Conforme bem esclareceu o representante ministerial, nas provas que se pretendem realizar *“são utilizados instrumentos que, independentemente de ocasionarem ou não lesões, impingem sofrimento aos animais. É sabido que os animais irracionais são dotados de sentimentos e instintos. Assim, como os animais racionais, sentem dor, medo, angústia, stress, prazer, desprazer, tristeza etc. Os peões costumam utilizar laços para outras modalidades, dentre elas o “pega garrote”, e o “laço de oito braças”, que provocam constantes quedas do animal-vítima ao solo, violentamente. Prática comum também é a “mesa da amargura”, em que grupos de pessoas ficam sentados em mesas na arena aguardando a ação do animal que se lança em direção às mesas e acabam por se ferir. Promotoria de Justiça da Comarca de Grandes Rios/PR Página 7 de 34 Frise-se que o animal, de regra, é estimulado com choques e estocadas produzidos por instrumentos contundentes, a fim de que se torne bravo antes de ingressar na arena”*.

Não se ignora que a Lei 10519/2002 regulamenta a nefasta prática, estabelecendo diretrizes a serem cumpridas durante a realização de rodeios. Todavia, é de se salientar que a atividade, enquanto evento em si, pode não ser ilegal ou inconstitucional, mas as práticas que causam sofrimento ao animal certamente o são.

A Lei 10519/2002, assim, representa um verdadeiro retrocesso em matéria ambiental e protetiva, já que permite o uso de esporas e sédem, embora condicionando que tais materiais sejam confeccionados em material macio que não cause lesões. Ora, considerando que tais apetrechos destinam-se a fustigar o animal, percebe-se a clara intenção do legislador em mascarar e legitimar uma prática cruel e contrária à Constituição Federal.

Corroborando com tal entendimento, a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça Paranaense vem reconhecendo a ilegalidade e a inconstitucionalidade desses eventos. Nesse sentido, citase trecho do acórdão nº 11016110 PR 1101611-0, julgado em 19/03/2014, de relatoria do ilustre Desembargador Abraham Lincoln Calixto:

*“(…) verifica-se que nos dias atuais, **diante da evolução da sociedade e, inclusive, da própria legislação, não mais se tolera certas práticas que, embora enraizada em determinadas regiões do país menos desenvolvidas, implicam nitidamente em maus tratos aos animais.***

No caso em apreço, constata-se pelo anúncio de fls. 99 as provas de ‘pega de garrote’, ‘mesa da amargura’, ‘prova do leite’, ‘fut boi’, ‘pega do xucro’, sendo que todas têm por base a colocação na arena de animal bravo ou que não tenha familiaridade com os ‘espetáculos realizados’, de forma a se tornar verdadeiro desafio aos participantes dominar o animal e/ou concretizar a prova”.

*Nestes casos, **não há qualquer dúvida a respeito do sofrimento físico e psíquico vivenciado pelos animais, pois ainda que se considere que foram transportados e tratados de forma adequada até o momento das provas, durante a realização destas os animais são submetidos a condições que lhes acarretam estresse, diante da iluminação e barulho causado pelo som e pelas pessoas.** Não obstante, há evidente maus tratos durante as provas acima referidas, sendo que muitas das vezes, acarreta lesões no animais, diante do esforço que empregam para se livrarem da situação em que são colocados. (grifo nosso)*

Outro não é o entendimento da jurisprudência pátria:

Contravenção Penal – Crueldade contra animais – Circo de rodeios – Espetáculos que mascaram, em substância, um simulacro de touradas – Cassação de Alvará de Funcionamento – Pretendida violação do direito líquido e certo – Pretensão repelida – Aplicação do art. 64 da Lei de Contravenções Penais – Ilícito Penal – Atividade que incide em norma punitiva da Lei das Contravenções Penais – Invocação inadmissível, conseqüentemente, de direito líquido e certo – Segurança denegada. Uma vez que a autoridade pública informa que a atividade executada pelo impetrante, em seu chamado circo de rodeios, incide na norma



punitiva do art. 64 da Lei de Contravenções Penais, a segurança deve ser denegada. Ninguém pode pretender direito líquido e certo a prática de um ilícito penal. Saber que os animais utilizados pelo impetrante na realização de seu espetáculo eram realmente tratados com crueldade, qual o afirma, com presunção de verdade, à autoridade pública, constitui matéria de fato, cuja apuração transcende o âmbito do Mandado de Segurança. O que, todavia, é fora de dúvida é que ninguém pode pretender direito, muito menos líquido e certo, a perpetrar, sob égide da Justiça, um ilícito penal (TJSP. MS nº 74.276. Rel. Des. Renato Nalini)

Não por outro motivo, a “farra do boi”, prática sádica na qual um numeroso grupo de pessoas lincha publicamente bois e garrotes até a morte, foi considerada inconstitucional em decisão histórica proferida em 03.06.1997. Após o julgamento de improcedência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o Pretório Excelso manifestou o seguinte entendimento, por maioria de votos:

COSTUME – MANIFESTAÇÃO CULTURAL – ESTÍMULO – RAZOABILIDADE – PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA – ANIMAIS – CRUELDADE. A obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não prescinde da observância da norma do inciso VII do artigo 225 da Constituição Federal, no que veda prática que acabe por submeter os animais à crueldade. Procedimento discrepante da norma constitucional denominado “farra do boi”.

As rinhas de galos, de igual modo, restaram condenadas, sendo hoje tal conduta criminosa, nos estritos termos do art. 32 da Lei 9.605/98, e inconstitucional, de acordo com o art. 225, § 1º, VII, CF. Além disso, já podem ser colhidas manifestações dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Supremo Federal, no sentido de declarar a inconstitucionalidade de intentos promovidos com o objetivo de alterar a lei ambiental para legalizar as brigas de galo no país. São exemplos:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 11.366/00 DO ESTADO DE SANTA CATARINA. ATO NORMATIVO QUE AUTORIZA E REGULAMENTA A CRIAÇÃO E A EXPOSIÇÃO DE AVES DE RAÇA E A REALIZAÇÃO DE “BRIGAS DE GALO”. A sujeição da vida animal a experiências de crueldade não é compatível com a Constituição do Brasil. Precedentes da Corte. Pedido de declaração de inconstitucionalidade julgado procedente.

EMENTA: INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Lei nº 7.380/98, do Estado do Rio Grande do Norte. Atividades esportivas com aves das raças combatentes. “Rinhas” ou “Brigas de galo”. Regulamentação. Inadmissibilidade. Meio Ambiente. Animais. Submissão a tratamento cruel. Ofensa ao art. 225, § 1º, VII, da CF. Ação julgada procedente. Precedentes. É inconstitucional a lei estadual que autorize e regulamente, sob título de práticas ou atividades esportivas com aves de raças ditas combatentes, as chamadas “rinhas” ou “brigas de galo”.

Segundo o art. 10 da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, *“nenhum animal deve ser usado para o divertimento do homem. A exibição de animais e os espetáculos que utilizam animais são incompatíveis com a dignidade do animal”*.

Infligir dor, sofrimento e morte a terceiros inocentes para obtenção de prazer é moralmente reprovável. Ora, a cultura de um povo deve ser interpretada como todo o processo que, de algum modo, influencia o desenvolvimento ético e moral do homem como ser pensante e racional, e não como algo que implica na desconsideração dos interesses de outros seres.

Nesse interim, “cultura” que subjuga e instrumentaliza vidas, camuflando os mais escusos interesses financeiros, não é “cultura”. É tortura.

“Diversão” que explora o sofrimento de seres que não têm condições de defesa não é “diversão”. É sadismo.

“Esporte” em que um dos envolvidos não optou por competir não é “esporte”. É covardia.

Assim, a arbitrária utilização de critérios humanos para a atribuição de consideração moral aos animais mostra-se arcaica, já que “a questão não é ‘Eles são capazes de raciocinar?’, nem ‘Eles são capazes de falar?’, mas sim, ‘Eles são capazes de sofrer?’ (BENTHAM apud LOURENÇO, Daniel Braga. Direito dos Animais: fundamentação e novas perspectivas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008. p. 393).

Isto posto, considerando que as práticas culturais não legitimam a inobservância do inciso VII do artigo 225 da Constituição Federal, de rigor o reconhecimento da inconstitucionalidade da Lei 10519/2002, a qual regulamenta a prática do rodeio e eventos similares.

E, ainda que assim não o fosse, é de se salientar que, como bem explicou o ilustre Promotor de Justiça desta Comarca, os organizadores do evento não comprovaram o efetivo provimento das disposições contidas nos artigos 3º e 6º da malfadada Lei 10519/2002, a saber:

Art. 3º Caberá à entidade promotora do rodeio, a suas expensas, prover:

I – infra-estrutura completa para atendimento médico, com ambulância de plantão e equipe de primeiros socorros, com presença obrigatória de clínico-geral;

II – médico veterinário habilitado, responsável pela garantia da boa condição física e sanitária dos animais e pelo cumprimento das normas disciplinadoras, impedindo maus tratos e injúrias de qualquer ordem;

III – transporte dos animais em veículos apropriados e instalação de infra-estrutura que garanta a integridade física deles durante sua chegada, acomodação e alimentação;

IV – arena das competições e bretes cercados com material resistente e com piso de areia ou outro material acolchoador, próprio para o amortecimento do impacto de eventual queda do peão de boiadeiro ou do animal montado.

Art. 4º Os apetrechos técnicos utilizados nas montarias, bem como as características do arreamento, não poderão causar injúrias ou ferimentos aos animais e devem obedecer às normas estabelecidas pela entidade representativa do rodeio, seguindo as regras internacionalmente aceitas.

§ 1º As cintas, cilhas e as barrigueiras deverão ser confeccionadas em lã natural com dimensões adequadas para garantir o conforto dos animais.

§ 2º Fica expressamente proibido o uso de esporas com rosetas pontiagudas ou qualquer outro instrumento que cause ferimentos nos animais, incluindo aparelhos que provoquem choques elétricos.

§ 3º As cordas utilizadas nas provas de laço deverão dispor de redutor de impacto para o animal.



Art. 5º A entidade promotora do rodeio deverá comunicar a realização das provas ao órgão estadual competente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, comprovando estar apta a promover o rodeio segundo as normas legais e indicando o médico veterinário responsável.

Art. 6º Os organizadores do rodeio ficam obrigados a contratar seguro pessoal de vida e invalidez permanente ou temporária, em favor dos profissionais do rodeio, que incluem os peões de boiadeiro, os “madrinheiros”, os “salvavidas”, os domadores, os porteiros, os juizes e os locutores.

Não restou comprovada pelos organizadores a contratação de ambulância, com presença obrigatória de clínico geral, tampouco que a utilização dos apetrechos não causará injúrias ou sofrimentos aos animais. Ademais, não demonstrou-se a contratação de seguro pessoal de vida e invalidez àqueles que ali trabalhariam.

Ante o exposto, **DEFIRO A LIMINAR PLEITEADA**, para o fim de **proibir**, durante a “VI Festa do Laço Comprido”, prevista para ocorrer entre os dias 8 e 9 de agosto de 2015, no município de Rosário do Ivaí/PR, nesta Comarca de Grandes Rios, o uso de todo e qualquer subterfúgio capaz de provocar nos animais sofrimento atroz e desnecessário, como sedém ou objetos pontiagudos ou cortantes ou causadores de lesões, peiteras, sinos, choques elétrico ou mecânico e esporas de qualquer tipo, impedindo, ainda, a realização de provas tais como calf roping, team roping, bulldogging e vaquejadas, ou outras que impliquem variações no que tange às técnicas de laçada, lançamento ou agarramento de animais, bem como outros eventos semelhantes que envolvam maus-tratos e crueldade a animais, sob pena de multa diária no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), sem prejuízo de responsabilização penal e administrativa.

DETERMINO, ainda, a fiscalização da presente ordem pela Força Verde da Polícia Militar, bem como pelos Policiais Militares do Destacamento de Rosário do Ivaí.

Expeça-se ofício à Polícia Militar do Estado do Paraná.

Expeçam-se, com urgência, mandados, intimando-se pessoalmente os requeridos.

Citem-se os requeridos, nas pessoas de seus representantes legais, para que, querendo, respondam os termos da exordial proposta, observando-se as formalidades legais.

Cumpram-se as disposições contidas no Código de Normas da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná.

Intimem-se. Dil. necessárias.

Grandes Rios, 6 de agosto de 2015.

Fernanda Orsomarzo, Juíza de Direito.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde à deputada Rosângela de Oliveira Campos Reis, matrícula 15.269-9, nos dias 26 e 27/8/2015.

Mesa da Assembleia, 29 de setembro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado Dalmo Roberto Ribeiro Silva, matrícula 9.655-5, no período de 8 a 10/9/2015.

Mesa da Assembleia, 28 de setembro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado Leonardo Morreale Diniz Portela, matrícula 16.019/9, no dia 18/8/2015.

Mesa da Assembleia, 29 de setembro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado Antônio dos Reis Gonçalves Lerin, matrícula 18.846/8, no período de 8 a 10/9/2015.

Mesa da Assembleia, 29 de setembro de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE SELEÇÃO ARTÍSTICA

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados que se encontram abertas, no período de 5/10/2015 a 27/11/2015, as inscrições para o Programa de Exposições para o Ano de 2016, na Galeria de Arte Gustavo Capanema do Espaço Político-Cultural da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Os artistas e as instituições deverão inscrever-se



mediante requerimento ao responsável pelo Espaço Político-Cultural, para seleção de propostas nas modalidades de pintura, desenho, objetos, esculturas, artesanato, documentos, fotografias e instalações. As inscrições deverão ser feitas apenas em uma modalidade para exposições, preferencialmente, coletivas. A participação em qualquer evento deve ter o intervalo mínimo de um ano, e cada mostra terá a duração de 10 dias úteis para artes plásticas e 5 dias úteis para artesanato. O requerimento deverá estar instruído com o portfólio dos documentos e as seguintes informações: currículo artístico (identificação, formação e exposições); fotos coloridas, ou impressas em alta definição, de no mínimo 5 e no máximo 10 produções recentes, com 15cm x 10cm, no mínimo, fixadas em papel sulfite ou ofício, com legenda contendo ano da realização, técnica, dimensões reais, título, nome do artista; devendo as fotos registrar o crédito do fotógrafo para divulgação; catálogos de exposições anteriores, se houver; críticas publicadas sobre a obra, se houver; quantidade e dimensões de obras que se pretende expor; declaração comprobatória da autoria das obras constantes na proposta; *release* para imprensa contendo informações sobre o artista, a técnica e a estética do trabalho que se pretende expor. Não serão aceitas propostas nem portfólios enviados eletronicamente. Em caso de exposição de fotografias, as fotos para julgamento deverão ser nas cores originais. Para exposições coletivas, um dos proponentes será o representante do grupo perante a coordenação do Espaço Político-Cultural, para os fins de direito. O Conselho Curador poderá selecionar propostas individuais para compor exposições coletivas, dando prioridade a artistas que não tenham exposto na galeria nos últimos dois anos, atendido o requisito de qualidade das propostas. Para as mostras de artesanato, o requerimento deverá ser instruído com declaração de entidade (associação, cooperativa) sem fins lucrativos, que comprove serem os artesãos a ela filiados, sendo responsável ainda pela mediação dos artesãos com o Espaço-Político Cultural da Assembleia. Para exposições didáticas, temáticas, institucionais, políticas ou científicas, o requerimento deverá, ainda, ser instruído com: notícias ou informações sobre a importância da mostra no contexto da classe em que a proposta se enquadra; público específico; plano de divulgação; outros documentos ou comprovações que o candidato julgue conveniente apresentar. Após a divulgação do resultado, as propostas não selecionadas deverão ser retiradas na administração da Galeria do Espaço Político-Cultural no prazo máximo de 30 dias. Após esse período, elas serão descartadas. Os trabalhos a serem expostos deverão ser os constantes no portfólio, obrigatoriamente. As propostas escolhidas ficarão na Galeria até a data da abertura da mostra ou do evento, quando serão devolvidas. É vedada a cessão do espaço em parte ou no todo para terceiros. No caso de mostras coletivas, o responsável por elas deverá enviar listagem contendo o nome dos artistas participantes, não podendo ser acrescentados posteriormente outros integrantes. Em caso de desistência após a aprovação e o agendamento, o proponente não poderá participar de seleção pelo período de um ano. As propostas devem ser encaminhadas à coordenação do Espaço Político-Cultural em envelope fechado. Para os residentes em outro município, estado ou país, será considerada a data da postagem, não se aceitando, em hipótese nenhuma, inscrições fora do prazo. Ao enviar a proposta, o interessado afirma ter conhecimento completo do edital e concorda com as cláusulas nele contidas. As propostas deverão ser enviadas para: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema – Galeria de Arte – Rua Rodrigues Caldas, 30 – andar térreo – Bairro Santo Agostinho – CEP: 30190-921 – Belo Horizonte – Minas Gerais. Para mais informações, entrar em contato pelos telefones (31) 2108-7827, fax (31) 2108-7670, no horário das 8 às 18 horas ou no *site* da Assembleia: www.almg.gov.br (acessar o *Diário do Legislativo* de 30/9/2015).

Belo Horizonte, 29 de setembro de 2015.

Rodrigo Lucena, diretor de Comunicação Institucional.